

Sindicato dos Jornalistas Profissionais
De Minas Gerais

Comissão da Verdade
Relatório

Belo Horizonte

Outubro 2013 / Janeiro 2014

Relatório – CV SJPMG
Comissão da Verdade

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Coordenador: Rogério Raimundo Hilário – Jornalista e diretor de Comunicação do SJPMG

Relator: Dalmir Francisco - Jornalista e Professor

Edson Fernandes Martins – Jornalista

Nilmário Miranda – Jornalista e deputado federal

Paulo Marcelo Silvestrini – Estagiário (CCS/UFMG)

Rafael Amaral Nogueira (CCS/UFMG)

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral, 400 - Centro - Belo Horizonte / MG - sjpmg@sjpmg.org.br

1 **Diretoria** – Gestão 2011 / 1014: Eneida da Costa – Presidenta. Alessandro Carvalho – Vice-presidente. Vilma Tomaz Ribeiro - Diretora Secretária. Aloísio Moraes - Diretor Financeiro. Lidyane Ponciano - Diretora de Fiscalização. Rogério Wagner - Diretor de Organização Administrativa. Mônica Santos - Diretora de Saúde. Vera Godoi - Diretora de Imagem e Direito Autoral. José Milton Santos - Diretor de Integração com Escolas de Comunicação. Cleurice Fernandes - Diretora Cultural. Rogério Raimundo Hilário - Diretor de Comunicação. Vicente Paulo dos Anjos - Diretor de Assessorias de Comunicação. Luiz Carlos Bernardes - Diretor de Relações Institucionais. João Lucas Machado – Diretor de Formação Profissional. Hélia Ventura - Diretora de Aposentados e Previdência. Bruno Couto - Diretor Jurídico. Francisco Pereira - Diretor Regional Sul. Erival Alves - Diretor Regional Triângulo e Alto Paranaíba. Gê Alves - Diretora Regional Triângulo e Alto Paranaíba. Paulo Sérgio de Oliveira - Diretor Regional Leste.

Conselho Fiscal: Efetivo: João Paulo Dias. Efetivo: Otacílio Lage. Suplente: Brenda Marques Pena. Suplente: Luiz Otávio Barreto. Suplente: Marcos Erlan.

O presente Relatório trata das perseguições, monitoramentos, prisões, torturas, demissões, impedimento de trabalhar, cassações de direitos políticos, enquadramentos legais, da censura, da autocensura, exílio e outras formas de violência exercidas contra jornalistas e contra jornais, em Minas Gerais, entre 1964 e 1985. Integram o relatório, informações pessoais de jornalistas e o relato da militância de depoentes. O relatório procurou dar conta do trabalho dos jornalistas que, mesmo sob censura, prisão, demissão, perseguição, ameaças, atentados e ou monitoramento ilegal, se esforçaram para denunciar prisões ilegais, torturas, ação terrorista de milícias constituídas à sombra da ditadura civil militar (até 1968) e depois ditadura militar (1970 / 1985). O relatório concluiu que a maioria dos jornais foi forçada a declinar ou optou por declinar de sua função de informar e de avaliar criticamente as informações e que foi obrigada e ou voluntariamente concorreu para uma produção de jornais com variados graus de conivência com a ditadura militar. E – mais grave – os jornais circunscreveram a produção de notícias ao campo dos problemas, aspirações ou esperanças dos segmentos médios e altos da população. E tornaram-se, assim, jornais cada vez mais distantes da crescente massa de brasileira muito empobrecida – massa de cidadãos que não pode contar com jornais que cuidassem dos seus problemas e que respeitassem a diversa identidade étnica, cultural, social e histórica. O Relatório aponta para uma categoria profissional que, de 1960 até os anos de 1980, contribuiu, pela atuação de seus profissionais, para a defesa das liberdades democráticas, defesa dos segmentos mais carentes de justiça e defesa da liberdade de opinião, de informação, de expressão e, finalmente, liberdade de imprensa. O Relatório apela, por derradeiro, à Categoria Profissional para aprofundar o compromisso com o esforço incessante da defesa dos legítimos interesses dos segmentos étnicos, culturais e sociais brasileiros – condições essenciais para o exercício da profissão de jornalista e para a produção de jornais – ambos - profissão e empreendimento - socialmente referenciados.

Carpe diem quam minimum credula postero.
Colhe o dia e creia – no mínimo – no dia de amanhã.

Índice

1.	Apresentação	04
2.	O método e a busca da verdade	05
3.	Censura e violência contra jornais, jornalistas e contra o SJPMG.	07
4.	Depoimento de José Maria Rabelo	09
5.	Depoimento de Guy de Almeida	19
6.	Depoimento Carlos Olavo Cunha Pereira	28
7.	Depoimento Geraldo Elísio Machado Lopes (I)	31
8.	Depoimento Symphrônio Viega	33
9.	Conclusão preliminar	36
10.	Censura e intimidação de jornais e de jornalistas – 1975 a 1985.	39
11.	SJPMG – sindicato e liderança política - Dídimo Paiva	41
12.	Depoimento Antônio Luís Bernardes	43
13.	Novos jornais <i>Jornal dos Bairros</i> – Depoimento Edson Martins	53
14.	<i>Jornal De Fato</i> - Depoimento Aloísio Martins Morais	57
15.	Em tempo – depoimento de Alberto Duarte	59
16.	Quadro I	62
17.	Minas Gerais, os jornalistas e os esquadrões da morte	63
18.	Depoimento Geraldo Elísio Machado Lopes (II)	64
19.	Quadro II	66
20.	Quadro III	67
21.	Abertura política – Indiciamento, Processo, Julgamento.	68
22.	Depoimento Samuelito Capuchinho Mares	69
23.	Depoimento José Jurani Garcia de Araújo	73
24.	Censura a jornais em Minas Gerais, hoje (pós 2000)	78
25.	Conclusão	81
26.	Referências	86
27.	Anexos	93
	A. Anexo 01 - Relatório FENAJ	94
	B. Anexo 02 - Íntegra de depoimento – José Maria Rabêlo	95
	C. Anexo 03 - Íntegra de depoimento – Guy Afonso de Almeida Gonçalves	100
	D. Anexo 04 - Íntegra de depoimento – Carlos Olavo Pereira da Cunha	105
	E. Anexo 05 - Íntegra de depoimento – Geraldo Elísio Machado Lopes	106
	F. Anexo 06 - Íntegra de depoimento – Symphrônio Veiga	109
	G. Anexo 07 - Íntegra de depoimento – Antônio Luís Bernardes	109
	H. Anexo 08 - Íntegra de depoimento – Edson Fernandes Silva	116
	I. Anexo 09 - Íntegra de depoimento – Alísio Martins Morais	117
	J. Anexo 10 - Íntegra de depoimento – Samuelito Capuchino Mares	118
	K. Anexo 11 - Íntegra de depoimento – José Jurani Garcia de Araújo	122
	L. Anexo 12 - Íntegra de depoimento – Alberto Duarte	130
	M. Lista de presos (APM / DOPS)	142
	N. Lista – mortos pela ditadura militar	146

Apresentação

Conforme ofícios enviados pela Presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais – jornalista Eneida Costa – a presente Comissão da Verdade – CV SJPMG - foi instituída pela Diretoria do Sindicato em outubro de 2013 ¹. A Comissão da Verdade foi integrada pelo jornalista e professor da UFMG, Dalmir Francisco, pelo jornalista e Diretor de Comunicação do SJPMG Rogério Raimundo Hilário, pelo jornalista Edson Fernandes Martins e pelos acadêmicos de Comunicação Social da UFMG Paulo Marcelo Silvestrini e Rafael Amaral Nogueira (estagiários).

A Comissão da Verdade preparou relatório com depoimentos, documentos e pesquisa sobre as ações da ditadura militar em Minas Gerais e seus efeitos nos profissionais e órgãos de comunicação no período que antecedeu o golpe e que culminou com o retorno do país ao pleno exercício da democracia. O documento foi enviado à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que o encomendou a todas as entidades filiadas. Ele e outros relatórios comporão o texto final da Comissão Nacional da Verdade, instituída pelo governo federal para apurar todos os fatos ocorridos durante o estado de exceção, responsabilidades das autoridades, os abusos contra os direitos individuais e os direitos humanos, as arbitrariedades, a tortura e assassinatos.

Por causa do curto período para desenvolver o trabalho, ocasionado por problemas pessoais de integrantes da equipe original, a Comissão da Verdade do SJPMG (re) tomou o trabalho em outubro de 2013, contando – como a maioria – com recursos modestos e, em dezembro, solicitou prorrogação do prazo de entrega do relatório, que foi concedida pela *Fenaj*. Por isso, o documento apenas chegou à federação em janeiro. Também, por falta de agenda e por indisposição em relembrar as agruras sofridas, alguns personagens importantes do jornalismo mineiro no período da ditadura não puderam ser ouvidos. Porém, o conteúdo final é muito rico e contempla, satisfatoriamente, a solicitação da Fenaj e vai contribuir para o resgate histórico da resistência de jornalistas e dos trabalhadores aos desmandos de militares, paramilitares e aparato repressivo.

Os depoimentos de jornalistas como José Maria Rabelo, Antônio Luís Bernardes, Guy Afonso de Almeida Gonçalves, Carlos Olavo da Cunha Pereira, Aloísio Moraes, Edson Martins, Geraldo Elísio Machado Lopes, José Jurani Garcia de Araújo, Samuelito Capuchinho Mares, Symphronio Veiga e a colaboração de Dídimo Paiva e de Betinho Duarte completaram a pesquisa coordenada pelo professor Dalmir Francisco e integrada pelos estagiários Paulo Marcelo Silvestrini e Rafael Amaral Nogueira, alunos do curso de Jornalismo da UFMG. A equipe se desdobrou e superou obstáculos, como o descuido com a história e a memória, que é evidente em Minas Gerais. Mas buscou informações imprescindíveis no Arquivo Público, na Biblioteca Pública, nos arquivos do Estado de Minas e de outras publicações. O trabalho de apuração de uma fase da história brasileira, que muitos preferem convenientemente esquecer ou esconder, é contínuo. A Comissão da Verdade do SJPMG pretende acrescentar informações ao relatório apresentado à Fenaj.

**Rogério Hilário - Coordenador - Comissão da Verdade
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG)**

O Método e a busca da verdade

Verdade tem o significado – polêmico – de real e de realidade dentro de um sistema de valores, de caráter, de constância, de fidelidade e de sinceridade quer em atos, quer em palavras, quer na busca da compreensão de coisas ou busca da compreensão de causas humanas. A verdade depende de valores.

Dos muito antigos gregos, herdamos uma noção de verdade construída e ou desvendada pelo homem, tanto pelos sentidos, como pela reflexão, tanto pela técnica (*techné*), pela práxis (e o adjetivo que lhe é próprio, a prática), como pelo ver, contemplando e sistematizando, o esforço teórico. Mas, herdamos também uma concepção de verdade que é *aletheia*, o desvelar, o descobrir – a coisa ou a causa humana que estava velada, oculta, encoberta: *aethea* é a (negação, negativo) e *lethe* (esquecimento, *escondimento*) radical presente em letal e letargia.

A verdade latina - o real - depende de valores e, para o grego antigo, a verdade, o real é negação do que está sob esquecimento, de modo que em um caso a verdade depende de valores e, no caso dos gregos antigos, a *alethea* junta a negação *a* e o esquecimento *lethe*: em ambos a verdade ou *alethea* tem a ver com regime de luz ou o que podemos ver e conseguimos mostrar (comunicar) e, também, com o regime de sombras. Se a verdade é polêmica e ao se jogar luz sobre coisas ou causas humanas igualmente e no mesmo movimento se deita sombra – nada nos impediu de buscar jogar o máximo de luz sobre a causa humana em tela – a repressão, a censura, os enquadramentos legais, as prisões, torturas, desemprego forçado e exílio de jornalistas de Minas Gerais, entre 1964 e 1985.

Esta advertência é importante para se compreender este trabalho e os resultados deste trabalho: iniciamos a busca do que aconteceu com os jornalistas e com o jornalismo em Minas Gerais em outubro de 2013, em um esforço concentrado e altamente jornalístico, de recuperar um tempo de investigação (ir pelos vestígios) que não pode ser aproveitado em meses anteriores e isto resultou na condensação do inquérito e na condensação dos resultados.

A Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais chega a este relatório, depois de estabelecer um caminho – marcado pela busca de oitivas de alguns jornalistas que o tempo e a qualidade das realizações jornalísticas os situaram como personalidades referenciais, em determinados contextos históricos: entre 1960 / 1970, entre 1975 / 1980, 1980 / 1985. Após as oitivas, partiu-se para o trabalho de conferência de dados, de datas e busca de documentação. Buscamos dados, datas e documentos no Arquivo Público Mineiro, nas hemerotecas digitais da

Biblioteca Pública Estadual Professor Luiz de Bessa em Belo Horizonte, no Arquivo do jornal “Estado de Minas” e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (“Correio da Manhã”, “Folha de São Paulo”, “Jornal do Brasil”, “Última Hora”) e outros sites com informações complementares.

Este relatório está estruturado em seis partes que são: primeira parte - censura e violência contra jornais, jornalistas e contra o SJPMG (1964 / 1974); a segunda é sobre censura e intimidação de jornais e de jornalistas (1975 a 1985) e a terceira é relativa a novos rumos do jornalismo em Minas Gerais e ao terrorismo; a quarta correlaciona os jornalistas mineiros e os esquadrões da morte; quinta parte focaliza a abertura política durante o governo do general-presidente João Figueiredo e o indiciamento, processo e julgamento de jornalistas. Na última parte, informamos sobre a censura a jornais em Minas Gerais, hoje, após 2000.

As causas humanas possuem a sua dinâmica própria. As causas humanas têm seus atores e nós os ouvimos (não todos, como o desejado, mas ouvimos todos os que puderam falar e se dispuseram falar). Estas falas – os depoimentos – formam a memória de uma caminhada social, política, cultural e histórica. E nos valemos da memória – e nos precavendo contra os enganos – pois a memória é mais do que lembrança.

Antes de tudo, nós nos valemos da força da memória, da força de “*mne*”, a raiz da palavra memória que nos remete às musas, nos remete à força explosiva, de irrupção, força violenta, inventiva e criativa da memória do ser humano na construção da vida e na construção de sua história. Como força que o ser humano dispõe para a invenção e a criação, a memória *custa, desgasta* e, por ser força explosiva, exige do ser humano, do depoente, por-se à disposição de mergulhar nas coisas passadas para atualizar, recriando o passado das coisas presentes. Aos depoentes que aceitaram este *encargo* – buscar o presente e o vigor das coisas passadas – a eles cabe registrar os agradecimentos.

As causas humanas, por seus atores, deixam vestígios e nós nos documentamos ao máximo. As causas humanas só o são se forem contadas. Com caráter, constância, fidelidade e sinceridade e esforço de desvelamento buscamos contar, relatar uma história que é cercada de sombras, mas deixa à luz, a dignidade de homens e de mulheres que ajudaram a construir a história, especialmente a história de jornais e de jornalistas que combateram o bom combate pelas liberdades democráticas e pela justiça social.

Dalmir Francisco
Relator - Comissão da Verdade
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG)

Censura e violência contra jornais, jornalistas e contra o SJPMG.

Este é o relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais / SJPMG e contém depoimentos e documentação relativa à censura prisões, torturas, exílio de jornalistas e destruição de jornais em Minas Gerais, resultado da repressão da ditadura inicialmente civil e militar implantada pelo Golpe de 1964 e, depois de 1968, ditadura militar que diminuiu ao máximo o poder de lideranças civis, até 1984.

O golpe civil e militar de 1964 derrubou um governo constitucional, implantou uma ditadura e, para isso, desmantelou a estrutura político-partidária então vigente, com banimento dos partidos políticos, cassações de líderes de partidos políticos, suspensão de direitos políticos, suspensão de eleições marcadas para 1965, prisões e torturas de líderes trabalhistas, de líderes de trabalhadores do campo, repressão brutal do movimento dos estudantes, perseguição, prisão, tortura e exílio de jornalistas, *empastelamento de jornais* – como o jornal “*Binômio*” em Belo Horizonte e o jornal “*O Combate*” em Governador Valadares - Minas Gerais -, e crescente censura prévia contra jornalistas e jornais.

A repressão aos jornais que não apoiavam o golpe civil-militar de 1964 e perseguição, prisão, tortura e exílio de jornalistas está diretamente ligada aos propósitos do movimento golpista: implantar um processo de desenvolvimento econômico marcado pela elevadíssima concentração de renda, elevada lucratividade do capital investido, total segurança dos investimentos nacionais e estrangeiros e atrelamento do desenvolvimento da economia nacional ao capital estrangeiro, sobretudo sob a tutela dos EUA.

A destruição da ordem constitucional, o fechamento do Congresso Nacional e seu completo esvaziamento político, o destroçamento dos partidos políticos legalmente constituídos, as cassações e suspensão de direitos políticos, a repressão sem precedentes aos sindicatos e aos sindicalistas (prisão, tortura, assassinatos e exílio) está interligada à repressão aos jornais independentes e ou aos jornais que não aderiram ao movimento golpista ou que dele se afastaram – após constatarem as intenções ditatoriais do golpe civil-militar de 64 (civil-militar, pelo menos, até 13 de dezembro de 1968) que “*deveria apenas*” reprimir a “*república sindicalista*” e ou “*comunista*” e devolver o poder aos civis “*revolucionários*” – representados pelos governadores dos Estados de Minas Gerais (José de Magalhães Pinto, da UDN), ex-governador do Estado da Guanabara (Carlos Lacerda, da UDN) e de

São Paulo (Ademar de Barros, do PSP). Cabe lembrar a situação vivida pelos jornais “*Diário de Minas*” em Belo Horizonte, “*Correio da Manhã*” e o jornal “*Última Hora*” (criação e direção de Samuel Weiner) – ambos com sede no Rio de Janeiro.

A repressão aos jornais e jornalistas em 1964 atingiu diretamente o jornal “*Binômio*”, com verdadeira caçada aos jornalistas José Maria Rabelo e Guy de Almeida e, em Governador Valadares, perseguição ao jornalista Carlos Olavo Cunha Pereira e ao jornal “*O Combate*”. O estrangulamento econômico, financeiro e político concorreram diretamente para o fechamento dos jornais “*Diário de Minas*” em Belo Horizonte e, no Rio de Janeiro, os jornais “*Última Hora*” e, mais tarde, o “*Correio da Manhã*”. Os depoimentos e a documentação pertinente que seguem narram essa história e buscam compreender acontecimentos dolorosamente vivos há 50 anos e que nos deixaram como herança, uma tenaz profissão de fé nas liberdades democráticas, na liberdade de expressão e, dentro dela, na liberdade de informação e liberdade de imprensa. Histórias de afirmação e de resistência política, social, cultural e ética que honram o passado dos que dela participaram e são uma herança presente para as cidadãs e os cidadãos presentes.

Depoimento - José Maria Rabelo

Resumo das entrevistas.:1. Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte). 2 Período da violência (1964 / 1979). 3 Prisão (não) 4. Tortura (não) 5. Exílio (sim) 6. Banimento (não) 7. Demissão. (não) 8. Impedimento de trabalhar (sim, no Brasil) 9. Direitos políticos cassados 10 Enquadramento legal (sim) 11. Vítima de monitoramento. (sim) 12. Nomes de perseguidores e ou torturadores. (sim) 13. Informações pessoais (sim) 14. Militância política (sim).

José Maria Rabelo, jornalista, foi fundador do ‘*Binômio*’, jornal que teve uma repercussão muito grande, do ponto de vista político, nos anos de 1950 e 1960. José Maria Rabelo é filho de Antonildes Rabelo e Terezina de Brito Rabelo. Nasceu em Campos Gerais (Minas Gerais) em 14 de agosto de 1928. Trabalhou como jornalista profissional no “*Diário de Minas*”, na “*Última Hora*”. Rabelo é fundador do jornal ‘*Binômio*’ (ao lado de Euro Arantes), que circulou em Belo Horizonte entre 1952 e 1964. O semanário tinha uma proposta de jornalismo e de humor que incomodava autoridades civis e militares. O periódico já vinha denunciando a articulação do golpe civil e militar de 1964 e foi fechado dois dias antes da deflagração do movimento, em 29 de março de 1964. Caçado e ameaçado de morte pelos militares, José Maria Rabelo ficou exilado por 16 anos, passando pela Bolívia, pelo Chile e, finalmente, pela França.

Vigiado pela polícia política no Brasil, desde a década de 1950, foi perseguido por causa de suas posições políticas de esquerda, de defesa da soberania nacional, defesa dos interesses dos mais pobres e em decorrência do episódio em que o general João Punaro Bley tentou agredir o então diretor do jornal “*Binômio*”. Esta publicação foi destruída por militares do Exército, da Polícia Militar de Minas Gerais e da Aeronáutica. José Maria Rabelo conta que a destruição do jornal e o conflito com o general Punaro Bley, são dois episódios distintos². Rabelo afirma que o Golpe Militar de 1964 foi

“um evento que mudou os rumos do país” e que requereu “uma preparação longa. O golpe não foi feito de um dia para o outro. E já em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, eles impediram a posse do João Goulart. Isto já foi um golpe, porque a Constituição estabelecia que no impedimento do presidente assumia o vice. Impediram. Foi preciso que Leonel Brizola se levantasse no Sul, naquele movimento formidável pela legalidade, para que eles fizessem um acordo, impuseram um acordo, com a questão do parlamentarismo. Depois foram derrotados no plebiscito”.

² João Punaro Bley, mineiro de Montes Claros (14/11/1900 – 20/04/1983). Frequentou o Colégio Militar de Barbacena e o nível superior na Escola Militar de Realengo. No Estado Novo, foi interventor federal no Estado do Espírito Santo, de 1930 a 1943.

O episódio envolvendo José Maria Rabelo e o general Bley decorre de uma reportagem publicada pelo “*Binômio*”, revelando quem era o general – e foi anterior ao golpe de 1964. E o general chegou aqui (Belo Horizonte, para comandar a ID/4) e “*ninguém sabia quem era o cidadão, embora ele fosse da história da repressão do Brasil, porque ele tinha sido interventor do Estado Novo no Estado do Espírito Santo*”.

A reportagem do “*Binômio*” revelou que Punaro Bley tinha estabelecido um reinado de terror na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, “*com perseguição aos sindicalistas, aos jornalistas*” que o militar era conhecido como “*o ‘capitão óleo de rícino’ (na época ele era capitão) e era conhecido assim porque obrigava os jornalistas a ‘engolir os jornais que o criticavam e dava um purgante a eles como lição moral’*”. José Maria Rabelo informa que “*até hoje o estádio em Vitória chama-se João Punaro Bley. Um absurdo que até hoje isto se mantenha no Espírito Santo*”. Rabelo disse que o general, em Belo Horizonte

“...havia dado uma palestra na Associação Comercial em que denunciava o perigo comunista, aquela mesma conversa: que o Brasil deveria se prevenir, porque as forças antidemocráticas estavam se articulando. E, como eu digo, na preparação psicológica para o golpe. E esta entrevista dele como comandante da Região Militar teve repercussão grande, no ‘Estado de Minas’ - deu manchete. E, então, nós resolvemos investigar a vida deste patriota, deste democrata. Mandamos ao Espírito Santo o jornalista, depois professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Nilo Tavares, que trouxe de lá uma matéria impressionante sobre o general: Punaro Bley tinha criado campo de concentração lá para preso político, era acusado de fornecer informações para os submarinos alemães, que vinham aqui afundar navios brasileiros, era simpatizante do Eixo, era ligado ao integralismo brasileiro, uma sucursal do nazifacismo. E nós então publicamos uma reportagem poucos dias depois, com manchete. Tinha uma manchetinha antes: ‘Quem é este general Punaro Bley?’ e uma manchetona: ‘Democrata hoje e fascista ontem’. Isto foi em 1961, quer dizer, anterior ao golpe”.

Rabelo narra que o general se sentiu ofendido e que telefonou pedindo para conversar. E que Rabelo respondeu: “*Pois não, estou às suas ordens aqui no jornal*”. E general veio e foi recebido “*de pé*” pelo jornalista que pediu ao militar “*o favor de se assentar para a conversa*”. José Maria Rabelo detalhou que o general estava uniformizado que ainda *levava aquele barrete metálico, a insígnia de comando*, o que o depoente apontou como errado: “*o que o general não devia ter feito, pois resolvia uma questão pessoal, deveria ter ido em trajes civis*”. Então, o general Bley respondeu que não tinha ido a “*Binômio*” “*para conversar*” e, referindo-se à reportagem contando sua atuação como interventor

do Estado Novo no Estado do Espírito Santo, perguntou: “quero saber quem fez esta merda contra mim”. Rabelo levou “um susto e disse para ele: ‘General, isto aí não é merda, não. É uma reportagem muito bem fundamentada e eu respondo por tudo que sai no jornal’. Ele me pegou pelo pescoço e disse: ‘Você é um filho da puta’. Lembra José Maria Rabelo que ele estava em sua sala de trabalho, que talvez até pudesse, se não fosse pela surpresa daquela atitude, tentar segurar o general, mas “que não se conteve” e que partiu

“para cima dele. Ele me puxou pelo pescoço, eu até caí e bati com o braço na mesa, o que me provocou um arranhão. Aí eu fui para cima dele e eu lutava bem, tinha muita experiência. Para ser diretor do ‘Binômio’ era preciso ser bem preparado fisicamente, pois a cada edição você fazia uma fornada de inimigos. E neste esforço nosso ele – o general - levou uma desvantagem muito grande. Quando houve aquele barulho, com nós dois rodando no chão, entraram outras pessoas na sala, que nos separaram. Ele estava com um hematoma no olho esquerdo, com o olho esquerdo fechado e com um hematoma grande no lábio direito. Com o uniforme todo desganhado. Ele ficou, ainda, discutindo, queria continuar no nosso enfrentamento e toda a hora queria vir para cima de mim de novo. Eu falei: ‘General, contenha-se, o senhor não está em condições de contar vantagem’. Então chamamos a polícia, e o policial foi até muito corajoso. O sargento da PM nos prendeu por rixa em público. E o general ficou furioso com isso, não queria se identificar. O guarda foi duro, depois pagou caro, foi excluído da polícia, quando veio o golpe. Nisso, entra o ajudante de ordens dele, que tinha ficado lá embaixo. Um capitão grande. Ele disse: ‘Ai Meu Deus, o que foi que vocês fizeram com meu general’. Eu falei: ‘Meu amigo, aqui não tem meu general, não tem meu capitão. Somos dois cidadãos que se desentenderam’. O capitão continuou: ‘Mas como, o estado dele’. Eu respondi: ‘Levou desvantagem’. ‘Isto não vai ficar assim’. Eu retruquei: ‘Imagino que não. Eu conheço a prepotência de vocês’. Aí ele levou o comandante. O general não queria ir embora. E, realmente, não ficou assim. Três horas depois, 200 homens do Exército, da Aeronáutica, chefiados pelos comandantes das respectivas unidades. Tinha o Roberto Mendonça, do CPOR, o coronel Aguiar, da Base Aérea, e um general do 12 RI, que era a unidade mais importante. Baixaram lá e quebraram tudo. E carregaram documentação. Claro que não carregaram tudo, porque já imaginávamos que iriam baixar lá e nós tiramos e guardamos documentos nos escritórios de amigos do prédio. Com aquela repercussão, até mundial, no livro do ‘Binômio’ eu conto isto em detalhes, no livro com o nome ‘Binômio’, o jornal que virou Minas de cabeça para baixo’. O ‘Le Monde’, o ‘New York Times’, todos os jornais repercutiram o caso. Claro que não é todo o dia que o Exército destrói um jornal. E aqui a imprensa toda até que foi solidária. E, diante desta

repercussão, o governo que era de João Goulart, que tinha sido até certo ponto o pivô da história, pois era denúncia de que o governo Goulart estava acobertando toda esta conspiração e o recurso foi removê-los daqui. E nós não recuamos em nada. Uma semana depois, o jornal era semanal, nós republicamos a reportagem: Esta reportagem motivou a depredação do 'Binômio'. Eu disse isso em num artigo, pois estava foragido. De lá onde eu estava mandei um artigo dizendo que estava comprovado que ele era um general fascista, que não aceitava as críticas. Se ele se sentiu ofendido, que fosse à Justiça e não pegar o Exército (para destruir o jornal). Inclusive – eu pergunto: quanto é que custou a operação ao país? Deslocar esses homens todos para ir lá para depredar o jornal – quanto custou?. Nós não tínhamos uma linha a retirar da reportagem e que estava confirmado o que nós dizíamos: o general Bley era um fascistão. Aí foi um período muito duro, com o jornal depredado. Teve que funcionar precariamente em outras instalações”.

Rabelo decidiu não processar o Estado, seguindo para o exílio:

“isto foi em 1961. Em 1962 o jornal se recuperou, estava numa fase brilhante. Em 1961, 62, 63 e começo de 1964. Em março, o jornal estava anunciando uma edição nacional, e houve o golpe. Eles voltaram lá e destruíram tudo. Não me pegaram. Aliás, eu sempre conto este episódio. Foi uma passagem muito interessante. Não me pegaram por milagre. Eu era uma das pessoas mais visadas aqui, não só pela minha atividade política, pelo jornal, mas pelo caso do general. Eles, no dia 29 de março de 1964, puseram aqui em marcha o chamavam de 'Operação Gaiola', que consistia na prisão de todas as lideranças que os golpistas consideravam comprometidas com o governo Goulart. Queriam prevenir qualquer reação ao golpe”.

Rabelo demonstra que “o golpe já estava em andamento, no dia 29 de março de 1964, os golpistas civis e militares tomaram a decisão de deter, de prender todos os dirigentes sindicais, jornalistas, padres, deputados, todos que tinham compromisso com o governo”. Rabelo, apesar do golpe e da perseguição política-militar e policial não foi para a clandestinidade:

“Não, eu reassumi. Eu fiquei uma semana fora daqui. E uma semana depois, reassumi todas as minhas atividades. Inclusive de aparições públicas, de contatos na rua. Eu quis mostrar que eles não intimidavam. Chegou 1964, a “Operação Gaiola”, eu era um dos mais visados. Eram 11 horas da manhã do dia 31 de março, um outro general reformado, mais dois tenentes, foram à redação do 'Binômio' para me prender. Agora veja o que é a vida. Quando eles subiam por um elevador do edifício, eu descia pelo outro. Nós nos cruzamos no fosso do elevador. Quando cheguei lá embaixo, o porteiro, o Geraldino, me disse: 'Zé Maria, cai fora porque os homens estão aí, te procurando'. Foi o conselho

mais sábio que eu recebi na minha vida. E a partir daí eu desapareci. Fui para São Paulo (eu sempre aconselho a todo mundo que queira esconder que vá para São Paulo. Aquela cidade imensa. Você vai de um bairro para outro e é outra cidade. Fica anônimo, mesmo). Eu já em 1961 tinha estado lá. Então, passei dois meses em São Paulo, para ver se tinha alguma possibilidade de resistência, esperava que a situação se definisse. Então como não houve resistência alguma e a minha família era muito perseguida, meus amigos”.

Diante da perseguição de todos – lideranças sindicais, parlamentares, jornalistas, artistas, o clero (não somente Católico, mas Metodista, também) – havia também a perseguição às famílias. Rabelo revela:

“Então, o que eu fiz? Não sabiam onde eu estava. Dizem que eles fizeram mais de 200 diligências atrás de mim. Foram até a São Borja, no Rio Grande do Sul, atrás de um irmão meu. E, eu decidi entrar numa embaixada. Fui para o Rio, entrei na Embaixada da Bolívia. Naquela época, algumas embaixadas continuavam no Rio, outras já tinham ido para Brasília. Entrei na Embaixada da Bolívia. Aliás, a única que estava dando asilo naquele momento. Havia passado alguns meses, mas consegui asilo lá. Por três vezes tentaram entrar na embaixada, à minha procura. Aí, viajei para a Bolívia. Instalei-me. Em novembro houve o golpe lá, eu já estava trabalhando em jornais lá, fiz contatos. Exercia uma função importante no jornal do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário, do Paz Estenssoro³. Aí eles deram o golpe, orientados pelo governo brasileiro, pelos colegas brasileiros. Não tinha mais ambiente e fui para o Chile. Lá fiquei mais de oito anos. Uma experiência gloriosa da minha vida, ter participado de toda a história do governo Allende. Muito de perto. Até que em setembro de 1973, deram golpe lá também. E o que aconteceu comigo. Veja você: eu estava na primeira lista dos procurados. Os brasileiros eram só eu e o Teotônio dos Santos, economista. Era também influência direta do governo brasileiro. O Brasil foi o primeiro a reconhecer a ditadura do Pinochet. E hoje está comprovada a participação brasileira no golpe contra Allende. Não sei se por influência daqui, eu tinha uma rede de livrarias muito comprometidas com o processo chileno, do governo Salvador Allende, eu sei que estava na primeira lista. E sabe como terminava a lista: os que não se apresentarem dentro de 24 horas estão sujeitos a fuzilamento. Eu pensei: eu, como estrangeiro, vou me apresentar. Eu dei um jeito, encontrei uma família de gente amiga, mas não tinha posição política, não era filiada a partido. Perguntei se eles me receberiam. Eles disseram: recebemos sim. Fiquei lá por uns dez dias e entrei na Embaixada do Panamá. Mas, você vê outra vez a sorte. Eles chegaram à minha casa três

³ Ángel Víctor Paz Estenssoro, político boliviano (1907 / 2001) Foi eleito para quatro mandatos presidenciais, entre 1952 e 1989.

horas depois de eu ter saído para ir à residência desta família. A vida é assim. Ela se faz de lances imprevisíveis.”

No Chile, José Maria Rabelo sofreu um revés:

“Ficamos lá no Chile, fizemos as livrarias, que ficaram belíssimas. Quando veio o golpe. Eu já contei como escapei e não me prenderam, mas prenderam um dos meus filhos, o Pedro Rabelo, que naquela época tinha 17 anos. Aliás era o que tinha menos atuação política, os outros tinham atuação política, de juventude socialista, comunista. Mas este era pintor e não tinha militância política. E foi preso, coitado, e sofreu o diabo, primeiro no Estádio, onde inclusive cortaram as mãos do compositor Victor Jara. O Estádio do Chile. Ele esteve lá. E depois o levaram para o Estádio Nacional e inventaram que ele tinha assassinado dois guardas. E a pena seria de morte”.

A partir da Embaixada do Panamá, Rabelo faz um grande movimento, com amigos do Brasil. Ele recebe a solidariedade do mundo inteiro. Mas, apesar disso, o filho Pedro ficou lá dois meses, *“apanhou muito, foi torturado, até hoje tem consequências disso, tem dificuldade de audição, por causa dos choques que dão no ouvido”*. A solidariedade do mundo e do Brasil surtiu efeito:

“Meu filho foi salvo por este movimento mundial. Depois de dois meses, conseguimos que ele fosse liberado. Fomos para a França. Na França, felizmente, não houve nada assim. O primeiro episódio foi o general. O segundo foi a depredação do ‘Binômio’. Toda esta história que estou contando aqui de ter de sair do Brasil. Meus exílios na Bolívia, no Chile e na França”.

No exílio todos os que foram obrigados a sair do Brasil não conseguiam acompanhar o que estava se passando aqui, pois era tudo muito difícil.

“Era difícil. Você tinha que esperar os jornais. Chegavam lá alguns exemplares da imprensa brasileira, dois três dias. Ou então a gente ia para morros próximos a Santiago, onde a gente ouvia emissoras brasileiras e tínhamos notícias. Ou então por intermédio de pessoas que chegavam sempre lá. Era uma ilha na América Latina, em certo momento, de democracia. Então, lá afluíam companheiros de toda a parte com notícias. Às vezes notícias que não circulavam aqui”.

No Chile e, depois, na França, a criação de livrarias seria uma das opções – para ganhos que sustentassem a família.

“Eu cheguei ao Chile e consegui trabalho em uma instituição internacional e depois saí. Fiquei três anos nesta instituição. E depois achei que lá, pela concentração de cientistas sociais da América Latina toda, comportava uma livraria de ciências sociais, o que não havia. Aí eu fiz a primeira. E foi um sucesso. Em pouco tempo, nós tínhamos seis livrarias. E foram todas destruídas no golpe do Pinochet. Ciência social é inimiga das ditaduras. Então, eu exilado como é que fiz aquelas livrarias em tão pouco tempo. Naturalmente os concorrentes diziam: ‘Isso deve ser dinheiro de Cuba, da União Soviética’. É muito fácil dizer uma bobagem dessas. E fui muito perseguido também em face disso. Todas as livrarias foram arrasadas. Muitas das fotos que aparecem de livros queimados, foram de obras tiradas das minhas livrarias. Você vê uma coisa: o interventor da livraria, a primeira coisa que ele fez foi selecionar uma lista de 1.500 livros para a biblioteca dele e levou todos para casa. O que restou da livraria foi destruído. Aquela beleza de projeto nosso. Acabou. E fui para França. Lá eu já conhecia o Mário Soares (exilado e depois primeiro-ministro de Portugal) e ele tinha uma livrariuzinha vagabunda, chamada ‘Livraria Portuguesa’, porque havia muitos portugueses exilados na França. Exilado não, imigrante. Havia 1 milhão de portugueses vivendo na França. Muitos já estavam enraizados lá, com a família e tudo. Então este público era o público da livraria. Mas era um público muito pouco interessado. O que vendia mesmo era ‘A Bola’, que existe até hoje, aquele jornal esportivo de Portugal. Então eu disse: ‘Mário, isto aí não tem jeito, não. Nós temos que dar uma mudança. Mudar tudo’.”

Mário Soares convidou o amigo José Maria Rabelo para que trabalhassem juntos. Rabelo assumiu a direção dos negócios e houve grandes mudanças.

“Em pouco tempo mudamos tudo e, depois, houve lá o Abril de Portugal, que era uma ditadura. Eles foram embora. Abril de 1974, a Revolução dos Cravos. Eles foram embora, pegaram o primeiro trem para Portugal. O caixa da livraria nem fechou. Pegou o primeiro trem para Portugal. Eles estavam lá há 30 anos. O Mário foi embora. Eu fiquei lá”.

É verdade que você foi preso também na França?

“Na França eu fui preso, por exercício ilegal da profissão de livreiro. Chegaram à livraria e perguntaram: ‘O senhor é o responsável pela livraria?’. Eu respondi: “Sou, sim (eu fiquei responsável porque todos foram embora)”. Eles disseram: ‘Então, o senhor está autuado pelo exercício ilegal da profissão de livreiro’. Na França você tem que ter registro.

Tive algum trabalho para me livrar desta acusação. Aliás, eu não cheguei a ser preso: fui autuado. Tive prisãozinha na França, em manifestações. Tive outra prisãozinha aqui, no Rio de Janeiro. Sempre tive uma estrela muito grande. Depois fiquei sabendo o que queriam fazer comigo. Exatamente o que fizeram com o Gregório Bezerra lá em Recife. Arrastaram por uma corda num jipe e desfilaram com ele em uma jaula pelas ruas da cidade, para desmoralizar. E então tive muita sorte. Eu cheguei à conclusão que aquela livrariazinha não tinha futuro. Aí, me associei a outras pessoas e nós fundamos lá o que se chamou a 'Livraria Centro, dos Países de Língua Espanhola e Portuguesa'. Aí foi um sucesso, pois reunimos a cultura latino-americana em torno da livraria".

Havia repercussão sobre o que acontecia no Brasil lá na França – conta Rabelo. Os exilados abasteciam os jornais com notícias, editavam jornais clandestinos, nos quais os exilados contavam o que estava acontecendo no Brasil.

"Nós publicamos, por exemplo, um jornalzinho clandestino, tiramos uns oito números. Eu tenho alguns exemplares dele, em que a gente contava o que estava acontecendo no Brasil. Às vezes com notícias que não haviam circulado aqui, porque não podia ser publicadas pela imprensa. As pessoas que iam lá nos levavam. E na França eu mesmo dei muitas entrevistas. Não entrevistas públicas. Eu era exilado e não podia. Mas conversas com jornalistas e tudo. Nós nunca nos desligamos da luta no Brasil".

Rabelo recusa para os exilados a condição de baluarte da luta contra a ditadura. Reconhece que a "luta se travava aqui". Mas, a repercussão lá fora ajudava e a livraria em Paris era um centro de encontro de exilados da América Latina toda.

"Iam lá o Júlio Cortazar, o Celso Furtado, o José Saramago. Gente deste nível que lançava livro na livraria, faziam palestra. Nós tínhamos um auditório para 200 pessoas. Um centro de atividades muito interessante. E na livraria nós tínhamos um material de divulgação sobre o Brasil, sobre a América Latina. Tanto que livraria duas vezes foi vítima de atentados da direita francesa. Jogaram bombas. Picharam a livraria. A gente já estava escolado com isso. Então são histórias muito interessante. A minha participação na vida brasileira foi essa, procurar dar repercussão lá fora e ajudar os meus companheiros. Ajudei muita gente lá, pois já estava estabelecido, sobretudo no Chile e na França. Pude acolher. Nós tínhamos no Chile a 'caixinha', a 'Caixa de Solidariedade dos Exilados'. No Chile nenhum exilado passou dificuldades materiais, a 'caixinha' procurava,

com a ajuda de companheiros que tinham cargos na Cepal, organismos das Nações Unidas, recebiam em dólar, um salário muito bom. Não o Fernando Henrique. Fernando Henrique nunca foi exilado, foi contratado. Ele teve uma péssima conduta com relação aos companheiros. Nunca ajudou ninguém. Era da personalidade dele. Ele é um ególatra. Tudo é ele. Então, tanto no Chile, quanto na França pude dar trabalho aos companheiros. Me orgulho muito disto. E é isto. A história é essa modesta. No 'Binômio' foi uma história importante, um jornal de grande tiragem, que influía nos rumos da política aqui. O 'Binômio' chegou a circular com 60 mil exemplares. Era a maior tiragem de Minas. Por isso, o ódio todo contra o 'Binômio'. Não foi à toa. Tinha edição daqui e a edição de Juiz de Fora. Nacionalista, pelas reformas, de esquerda. Tanto que o golpe de direita foi em cima dele. Foi uma das maiores vítimas do primeiro momento do golpe de 1964. E já tinha sido vítima da direita militar em 1961. Lá fora minha história foi de muita solidariedade aos companheiros e a ajudar na divulgação dos crimes da ditadura. Não é uma história importante, mas uma história digna”.

A volta ao Brasil não foi tão tranquila. Houve “conflitos, desentendimentos, diferenças de escolhas pessoais e de opções políticas”

“Depois da abertura no Brasil, eu também me desentendi com o pessoal que queria só ganhar dinheiro, não tinha uma visão política, e deixei e vim para o Brasil. Vim em 1980, depois de promulgada a anistia, eu queria saber como era a coisa. Então fiquei mais uns meses na França. A família veio (ele, a mulher Thereza Rabelo e sete filhos) em outubro. E eu vim em dezembro. A recepção foi gloriosa fantástica. O pessoal no aeroporto me esperando. Aqui foi uma beleza, uma caravana. Levaram-me até a sede do Sindicato dos Jornalistas e lá dei entrevista para a imprensa toda. Foi um momento formidável. Mas cercado da vigilância. O tempo todo a gente sabia que estava lá um punhado de agentes deles. Lembro-me até a primeira vez que o Leonel Brizola veio aqui e eu lá no exílio havia me integrado no processo de reconstrução do PTB. A luta do Brizola era aquela. Queria voltar como grande líder do PTB que era o maior partido brasileiro na época do golpe. Aí, deram aquela rasteira nele, entregaram a legenda para a Ivete Vargas. Nós tivemos então de mudar o nome de PTB para PDT. Por isso, surgiu o PDT. E eu fui da refundação do PTB. No Congresso Trabalhista Brasileiro, lá em Lisboa, nós reorganizamos o que seria o PTB e, depois, PDT. Inclusive eu fui o revisor da chamada Carta de Lisboa. Era o documento básico, muito progressista. E aí virou o PDT”.

Mas, a repressão continuava clandestina, mas com bomba e tudo.

“Vim para cá, fiquei 16 anos como presidente do partido. Muita luta. Na primeira vez que o Brizola veio cá, rapaz, foi um problema. Tomamos providência com os policiais, procuramos o local que era o mais seguro, o auditório do Instituto de Educação. Exigimos

medidas policiais rígidas. E nós controlando, porque não confiávamos na polícia. E assim mesmo, explodiram umas bombas atrás do Instituto de Educação, um pouco longe. E foi um período todo de muita insegurança. No 1º de maio de 1981, teve a bomba no Riocentro. Houve atentados contra bancas de jornais, jogaram bombas no Sindicato dos Jornalistas. E, então, aqueles inconformados com a anistia, com a abertura, mas que resistiam e tinham um certo poder, porque tinham ainda uma posição na hierarquia militar oficial. Resumindo, mais ou menos, foi as nossas peripécias políticas pelo mundo”.

Uma nota importante é que José Maria Rabelo, em momento algum foi acusado formalmente de ter cometido algum crime contra a ordem constitucional e legal vigente até 31 de março de 1964. É o que está registrado à página 10, da Pasta 0022 do DOPS/Arquivo Público Mineiro, na qual José Maria Rabelo é identificado como “jornalista em BH” que

“... com eclosão do movimento revolucionário de 1964, exilou-se4 na Bolívia e posteriormente no Chile, onde atualmente se encontra”; que Rabelo seria ligado “à Organização Revolucionária Marxista Política Operária”, que seria “elemento extremado e que sempre se colocou (à disposição) da subversão, tendo participado ativamente dos (atos) anteriores à Revolução de 64”. Diz mais que Rabelo “publicou vários artigos (em) jornais mineiro, onde atacava violentamente a (autoridades) civis e militares e o regime democrático”.

A polícia política registra que José Maria Rabelo atacou o general Punaro Bley “então comandante da ID/4, na (redação do jornal) “Binômio’ do qual era diretor”. A polícia política registrou, ainda, que José Maria Rabelo foi candidato a prefeito de Belo Horizonte “apoiado pelos comunistas, sendo derrotado” e que era amigo de “elementos sabidamente comunistas como Carlos Olavo da Cunha Pereira, Orlando Bonfim Jr., Fabrício da Silva, Ronaldo Cunha Campos, Roberto Gusmão, Assis e outros”.

A polícia política diz ainda que Rabelo era “fichado como comunista nos órgãos de informações da área” e que José Maria Rabelo teve “sua prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª RM”, mas que em “agosto de 68, o STF concedeu-lhe habeas-corpus” determinando que o jornalista não deveria mais “responder a processo na Auditoria da 4ª RM, como incurso na Lei de Segurança Nacional”. Resumindo: José Maria Rabelo não tinha cometido crime algum em termos de Constituição e das Leis vigentes até 31 de março de 1964.

Depoimento - Guy de Almeida

Resumo das entrevistas.: 1. Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte). 2 Período da violência (1964 / 1979). 3 Prisão (sim) 4. Tortura (sim) 5. Exílio (sim) 6. Banimento (não) 7. Demissão. (não) 8. Impedimento de trabalhar (sim, no Brasil) 9. Direitos políticos cassados (sim – depois revogados) 10 Enquadramento legal (Sim) 11. Vítima de monitoramento. (sim) 12. Nomes de perseguidores e ou torturadores. (não) 13. Informações pessoais (sim) 14. Militância política (sim).

Guy Afonso de Almeida Gonçalves nasceu em 4 de agosto de 1932, em Belo Horizonte, filho de Artur Nogueira de Almeida e de Iracema Gonçalves de Almeida. Em seu depoimento, Guy de Almeida disse que jornais como “*Binômio*” defendiam...

“uma predominante linha nacionalista e reformista, no de sentido de procurar defender toda prevalência do capital nacional diante dos interesses que o afetavam, com a clara consciência de uma interferência, um novo padrão de tratamento (jornalístico e do jornalismo, dos meios de comunicação) do problema, em nível social, em benefício das partes envolvidas. Havia nesta efervescência, neste momento, tínhamos uma grande participação nesta luta, não apenas na atividade sindical, mas também na atividade como jornalistas.

Mais do que polêmica (sobre modelo de desenvolvimento e o grau de benefícios que o desenvolvimento traria aos segmentos mais pobres da população), jornais e jornalistas travavam uma luta política – e basta citar que o golpe civil-militar de 64 foi quase unanimemente apoiado pela mídia tradicional, como “*O Globo*”, o “*Correio da Manhã*” (que criticará o caráter arbitrário, ditatorial e mesmo fascista que o movimento revelou já nos primeiros dias) e o “*Jornal do Brasil*” no Rio de Janeiro, O “*Estado de São Paulo*” e “*Folha de São Paulo*” – em São Paulo e o jornal “*Estado de Minas*”, em Belo Horizonte.

Cabe ressaltar, portanto, que havia engajamento político e militante através dos jornais, abrangia jornais e jornalistas, à direita (“*Correio da Manhã*”/Rio de Janeiro e ou “*Estado de Minas*”/Belo Horizonte) e à esquerda (“*Binômio*”/Belo Horizonte e a “*Última Hora*”/Rio de Janeiro) em defesa deste ou daquele modelo de desenvolvimento e grau de democracia e de autonomia dos atores sociais envolvidos (classes sociais, segmentos de classes sociais, grupos de poder, representações políticas e ou sindicais, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Metodista e outros). A linha nacionalista, diz Guy de Almeida,

“era a linha do ‘Diário de Minas’: nesta época, é preciso esclarecer uma coisa, era diretor do jornal um jornalista, José Aparecido de Oliveira. Na primeira lista de cassação de mandatos de 100 nomes, um dos nomes era do José Aparecido de Oliveira⁴. Ai, no ‘Diário de Minas’ perdurou o processo radical. No ‘Binômio’ estava o José Maria Rabelo, que teve que fugir, sair imediatamente do país, pois se fosse preso, corria risco de vida. Um militar insatisfeito com matéria publicada pelo ‘Binômio’, que envolvia o nome dele, que do Comando Militar aqui em Belo Horizonte, foi ao jornal, era um homem muito altaneiro, chegou ao jornal e disse que queria falar com o diretor do jornal. Ele disse que estava sendo apartado, que não admitia isso, começou uma altercação entre os dois, com a troca de gentilezas. Na realidade, no general saiu com o rosto sangrando, o José Maria Rabelo com a camisa sangrando na altura do ombro. Eu estava no último andar do edifício, nesta época eu estava organizando o ‘Correio de Minas’ que sairia, entraria em circulação um mês depois. Eu estava no último andar. Ainda era chefe de redação do ‘Binômio’, cargo que iria deixar em seguida para assumir o ‘Correio de Minas’⁵.

Guy de Almeida disse que havia esta “efervescência” que os jornalistas tinham “grande participação nesta luta”, que assumiam “posição frente aos problemas colocados” (apoio às reformas de base propostas pelo Governo João Goulart e apoio às ideias revolucionárias), polêmicas que envolviam “os que era contrários a estas modificações e os que eram favoráveis a essas modificações”. Para Guy de Almeida a “controvérsia” passava por dentro do movimento de 64, por dentro da conspiração que culminou no golpe militar. Disse que

“como jornalista naquele tempo escrevia e trabalhava no Diário de Minas como chefe de redação e no Jornal do Brasil” como coordenador da sucursal de Belo Horizonte. E que ele fazia em 1964, “uma crônica semanal para o ‘Binômio’”, assinando a coluna (espécie de balanço da semana transcorrida sobre os fatos, principalmente da área política e econômica e as conseqüências, efeitos que eles tinham na ordem natural dos acontecimentos), pois o ‘Binômio’ era um jornal semanal”. Assinava a coluna com o pseudônimo de Décio Serrano. Guy de Almeida (e Décio Serrano, o pseudônimo) defendia “uma linha nacionalista e reformistas, predominante, no sentido de procurar defender toda prevalência do capital nacional diante dos interesses que o afetavam, com a clara

4 José Aparecido de Oliveira (Conceição do Mato Dentro, 17/02/1929 e Belo Horizonte, 19/10/2007. Jornalista e político, José Aparecido foi governador do Distrito Federal (1985/1988), Ministro da Cultura no Governo José Sarney, Embaixador do Brasil em Portugal. Antes, foi secretário particular de Jânio Quadros, secretário de Cultura em Minas Gerais no governo Tancredo Neves e deputado federal dos mais votados em Minas Gerais. Como embaixador do Brasil em Portugal foi um dos fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

5 O José Maria mandou me avisar pelo Mário Ataíde, que era o gerente do jornal, que houve o barulho na sala em que estavam só o José Maria e o militar. Eu estava no último andar, eles no sétimo. Desci e vi aquela cena: os dois, o general e o José Maria. Estava o Mário Ataíde, só observando. Eu cheguei e disse para o general: general, general, o senhor como um homem da lei e não reage exigindo reparos de natureza jurídica. Ele disse: que reparo de natureza jurídica. Esse é um negócio de ser resolvido de homem para homem, tal e coisa, e fica nisso. O José Maria que, por temperamento, não aceitaria agressão, retórica ou física, acabou altercando, batendo oralmente e se deu a briga.

consciência de isso significaria necessariamente uma interferência, um novo padrão de tratamento do problema, em nível social e em benefício das partes envolvidas”.

Afirma Guy de Almeida que havia percepção clara da possibilidade do golpe

“caso do massacre de Ipatinga, anterior ao golpe (1963) foi um massacre que até hoje não está devidamente esclarecido (o número de mortos não se sabem e foram reservados caixões em número superior ao determinado como os oficialmente mortos. Ipatinga é uma história que nunca ficou claramente, oficialmente estabelecida, no sentido de um relato com base nos pronunciamentos das bases envolvidas que tiveram a oportunidade de conhecer. Mas o que ficou claro é que a violência foi muito superior àquilo que naquela época se soube. O golpe de 1964 era um processo que estava em desenvolvimento e o jornalismo não era uma prática que estivesse à margem de outras áreas, como a política, a econômica. No caso dos jornalistas, particularmente, não podemos esquecer que a função do jornalista é abrangente. No caso nosso, eu tinha uma função de direção, mais definida e procurava acompanhar todos os acontecimentos e as implicações que estes acontecimentos tinham na ordem geral das coisas.

Portanto, o golpe militar era uma das alternativas: *“Nesta época, as últimas manchetes de ‘Binômio’, foram produzidas como consequências das minhas crônicas (página 3, política e que era quase que uma página completa). Guy de Almeida esclarece que “mais ou menos no dia 24 de março, ‘Binômio’ publicou: ‘Dilema de Jango: golpe ou revolução”.*

Conta o jornalista que, na semana seguinte, José Maria Rabelo repetiu a manchete: *“Revolução ou golpe é o dilema”, acrescentando que, “nas duas últimas semanas antes do golpe militar de 1964 as manchetes diziam claramente que nós estávamos diante de uma situação de golpe ou de revolução”.* Guy de Almeida disse que em 1º de abril de 1964, percebia-se que não havia condições para uma resistência real com relação ao golpe: *“Foi uma repetição de coisas que aconteceram na história latino-americana, antes e depois do golpe no Brasil”.* E revela mais: *“quem poderia reagir ao golpe militar era quem estava e sempre esteve no poder e nada fizeram. Os outros sofreram as consequências”.* Guy de Almeida foi preso...

“provavelmente no quarto dia depois de 1º de Abril de 1964, numa tarde, às 4 horas, na redação do Diário de Minas, que ficava na Praça Raul Soares, e preso foi levado Dops. Mas antes, passaram em minha casa (na Rua São Romão, ali no Santo Antônio)

*onde varejaram a minha biblioteca, carregaram muitos livros*⁶. Conta Guy de Almeida que, “dois dias depois, houve manifestações de jornalistas, manifestos assinados por muitos jornalistas, dezenas de amigos em relação a ele que foi solto e retomou suas atividades”. Mas, prossegue o depoente, “mais ou menos em maio, foi preso novamente a fiquei detido durante três a quatro meses, lá em Ribeirão das Neves; que na penitenciária de Ribeirão das Neves contou-se até 200 presos; que ele, Guy de Almeida, junto com o jornalista Edmur Fonseca⁷, o advogado Antônio Lins, o advogado Edgar Amorim⁸ e Antônio Faria Lopes (depois da Abertura Política, foi deputado estadual pelo PMDB – 10ª Legislatura, de 1983 / 1987). Pouco tempo depois fomos, todos, libertados. Mas, veio o endurecimento total de 1968 e o ato institucional número 5, que radicalizou e trouxe a ditadura militar completa. Não houve sequer aquelas pequenas coisas. Quando saiu o AI-5, os que estavam presos, foram julgados e o primeiro foi o Antônio Faria Lopes e, depois, foi o Edgar Amorim (foi Deputado Federal) condenados a uma pena de cerca de oito anos cada um”.

Relata Guy de Almeida que foi preso pela primeira vez e que ficou quase cinco dias na prisão.

Aí fui preso novamente daí a quatro semanas e fiquei de três a quatro meses em Neves, durante esse período, quando houve o que parecia uma distensão, saíram todos pouco a pouco, até mais ou menos 1967, foi um ano mais tranquilo. Eu saí do Brasil em 1966, quando já ficava claro que eu não tinha condições de sobrevivência, pois perdi todos os meus trabalhos, no “Diário de Minas”, que inclusive foi vendido naquele exato momento, o José Aparecido condenado, não poderia exercer função política por 20 anos e foi reduzido ao anonimato, não podia dar declarações. Eu naquela situação, prestes a ser

6 Guy de Almeida conta um detalhe curioso: um dos policiais, aparentemente não muito informado, pegou um volume de um livro de Dostoiévsky e disse, aqui, o Dotoi aqui. O outro, provavelmente mais informado disse: isso não tem nada que ver.

7 Natural de Matozinhos, Edmur José Fonseca nasceu em 24 de setembro de 1927 e foi jornalista, cientista político e escritor. Com o golpe de 1964, teve que refugiar-se no Chile. Foi um dos criadores do *Movimento Humanismo e Democracia (MHD)*. Pertenceu e foi diretor da *Associação Mineira de Imprensa*, da *União Brasileira dos Escritores* e diretor do *Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais*. Faleceu em 5 de maio de 2013, aos 86 anos de idade.

8 José Edgard Amorim Pereira foi político, advogado, deputado federal (MDB, 1978 / 1982) e um dos fundadores do PSDB. Notabilizou-se pela defesa da democracia e dos direitos humanos. Como democrata e sindicalista, lutou contra a ditadura militar de 1964 e foi preso. Atuou no Banco do Brasil, no BDMG e foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Faleceu em 11 de maio de 2003, aos 82 anos, em Belo Horizonte. Dedicou os últimos anos de atividade política na luta contra os super salários dos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais – ao entrar com uma ação popular contra 77 parlamentares da 14ª Legislatura (1999 / 2002), com o objetivo de obrigar os parlamentares mineiros a devolverem aos cofres públicos R\$250 milhões que teriam recebido indevidamente. O processo foi parar no Ministério Público.

julgado. Quando chegou a hora do julgamento, depois de ter sido preso em 1964 e cumprido três meses de prisão, no ano de 1966 - nosso advogado me disse: ou vocês saem do país ou comparecem ao julgamento. O advogado achava que, inevitavelmente, todos seriam condenados (como, uma semana antes, Antônio Faria Lopes, Edgar Amorim e mais oito se não me engano, foram condenados – embora tenha havido revisão da sentença, no meio do ano, e as penas foram reduziram para um ano e condenados foram soltos depois de um ano de prisão). Então diante do que o nosso advogado disse, nós decidimos sair e nos preparamos para sair clandestinamente do Brasil. Eu fui para o Chile. Nós já tínhamos combinado com o embaixador. Eu fui à embaixada, à rua Senador Vergueiro, tinha uma casa que era território diplomático, onde vários presos foram para lá quando houve o golpe de 1964⁹. Muitos foram liberados e quando aconteceu o nosso problema, nós entramos. E ficamos pouco tempo lá, uns dois a três meses, quando o governo aceitou nos dar o salvo conduto para que pudéssemos sair do Brasil. E nós saímos do Brasil em abril ou maio de 1966. Saímos para Santiago, onde eu iria ficar por quase seis anos.

Guy de Almeida foi convidado para trabalhar em uma agência internacional de notícias no Peru.

E aí fiquei no Peru por uns cinco a seis anos e depois fui convidado para trabalhar no Grupo Andino em condições econômicas melhores, uma oportunidade de conhecer esta realidade amplamente, do processo de integração desses países e do desdobramento do processo político e econômico. E lá eu fiquei até ter condições de voltar ao Brasil. Em 1977, estávamos já com uma abertura real em andamento, muita gente voltando, inclusive amigos meus. Um deles que voltou pouco antes de mim, que era um político muito importante até o golpe de 1964, o Almino Afonso. Ele me escreveu uma carta narrando como foi recebido no Brasil, sem beligerância no sentido radical, fizeram interrogatório com ele e advertiram que estava no Brasil, mas se manifestasse assumindo posições era o único risco que corria. Na realidade, nem isso, pois o regime radical que tinha se estabelecido em 1964, tinha se desmoralizado, se esvaziava. Quando voltei, senti a mesma coisa. Vim para Belo Horizonte, estive para ir para São Paulo, mas acabei optando por Belo Horizonte, onde retomei as minhas atividades.

9 A rua Senador Vergueiro está situada no Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

Guy de Almeida foi convidado por José Costa¹⁰ para dirigir o “*Diário do Comércio*” e recomeçou a atividade jornalística. Dirigiu o “*Diário do Comércio*” e o “*Jornal de Casa*”, que era um jornal de distribuição gratuita. E, até “*o final do período ditatorial, que cobriu o segundo semestre de 1977 até 1979, quando houve a anistia, quem estava condenado por alguma razão, a condenação desapareceu*”.

“Somando os dois foram 11 anos fora do Brasil. Então, neste período inicial fui convidado para trabalhar numa agência internacional de notícias, como jornalista, e eles me contrataram e depois trabalhei no Peru pela mesma agência, a Interpress Service, que existe até hoje, na Itália. Ela teve uma relevância muito grande durante este período de muitos anos - de 1962 e até hoje, mas sem a presença que tinha naquela época. Fomos eu esposa e cinco filhos. Com um detalhe: no primeiro ano eu ainda não tinha emprego, quando finalmente saiu o trabalho, dois ou três meses depois, e talvez até antes, mas era um período precário, era uma agência terceiro-mundista, de países-membros. Naquela época ganhava força o movimento terceiro-mundista. Eram países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento que assumiam posições políticas contrárias aos países que exerciam o poder real, como Estados Unidos, países da Europa, no Brasil mesmo já havia alguns que estavam assim e tal. Então assumi a agência e na medida em que se consolidou minha presença, no final de 11 meses, quando minha esposa e meus filhos chegaram a Santiago: com um detalhe, o último filho, que ficou sendo o mais novo, ele chegou ao Brasil uma semana antes de completar um ano de idade. Ele nasceu no período que houve o golpe e eu estava com problemas, foi começo de 1964. Ele chegou ao final de 1966. Minha esposa só pôde ir para o Chile depois que eu tinha arrumado uma casa, esperava a chegada deles e aí vivemos durante cinco anos em Santiago, cinco anos no Peru.”

A exemplo do que ocorreu com José Maria Rabelo, Guy de Almeida agiu, sempre, como jornalista de sua época – em jornais que, como anota Guy de Almeida em seu depoimento, adotavam linhas políticas e ideológicas que tendiam a orientar todo o noticiário. E de que era acusado Guy de Almeida?

Foi acusado de ter assinado – como cidadão no gozo de seus direitos constitucionais e legais – *Manifesto* de apoio a Cuba e ao governo cubano de Fidel Castro. O *manifesto* foi assinado por 90 personalidades de Belo Horizonte e condenava os ataques do governo dos EUA conta “*as mais legítimas aquisições da civilização, sintetizada no respeito à Soberania dos povos e no repúdio às carnificinas mundiais*”. Artistas, intelectuais, jornalistas, professores, parlamentares se solidarizavam

10 José Costa – jornalista e criador dos jornais “*Diário do Comércio*” e “*Jornal de Casa*”.

com a luta dos cubanos contra o “imperialismo ianque” e a “campanha pela libertação econômica de Cuba e da América”. Os signatários dos documentos¹¹, publicados nos jornais ‘Última Hora’ e ‘Binômio’, condenavam a “política suicida do governo dos Estados Unidos que, insensível ao sentimento democrático do seu povo”, lançava o país na aventura de um conflito mundial e que utilizava de recursos da “intervenção armada, arregimentação de mercenários, das intrigas das agências de notícias alugadas e do cinismo deslavado para subjugar, escravizar e destruir o povo cubano e os povos da América Latina”. O manifesto conclamava a todos que defendessem a soberania das nações e a livre escolha das formas de governo de cada povo - Documento 148, Pasta 4059 (Investigações diversas) e Pasta 0104 (Revolução Cubana) - DOPS, APM.

Guy de Almeida era acusado de ter visitado “Cuba Fidelista” em janeiro de 1961, de ter trabalhado em “um dos mais importantes jornais esquedistas ‘Binômio’ de propriedade dos S., Euro Arantes e José Maria Rabelo” e de ter presenciado em 21 de dezembro de 1961, o “atrito entre o Sr. General J. Punaro Bley e José Maria Rabelo”, testemunha do atrito ao lado dos jornalistas – todos fichados no DOPS - “Euro Arantes (deputado), Roberto Francis Drumond, Charles Edvard Corfiel, Celius Aulicus Jardim, Ênio Amaral, Emílio Sávio e outros”. Guy de Almeida foi preso em 7 de maio de 1964, após apresentar-se à Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi indiciado em 22 de junho de 1964, no IPM instaurado em Belo Horizonte pelo general Carlos Frederico Theophilo Pinheiro sob as seguintes acusações:

“...organizou no ‘Diário de Minas’ uma equipe de jovens jornalistas esquerdistas como Lélío Fabiano dos Santos, Márcio Antônio Rodrigues Dias, Hélio Fraga, Antônio Cosenza, Pedro Alves de Almeida, D’Alembert Jacoud, Emerson de Almeida, José Dalai Rocha ...quase todos estes elementos eram ligados e pertenciam a organização revolucionária chamada A. P. (Ação Popular) ... organização esta intimamente ligada ao Partido Comunista Brasileiro... Estes jornalistas acima citados que foram para o ‘Diário de

11 Assinaram os manifestos em defesa da Soberania de Cuba e a auto-determinação dos povos: Adauto Lucena, Adauto Alves dos Santos, Afonso Romano de Santana, Aloísio Quintão de Oliveira, Alvaro Apocalypse, Ana Nurina Viana, Areclides Ponce de Leon, Argemiro Ferreira, Benito Barreto, Calius Aulicus, Carlos Wagner, Dalmo Montes Ferreira, Dídimo Paiva, Dirceu Soares De Freitas, Edmur Fonseca, Emílio Sávio, Emira Carvalho Barros, Enio Amaral, Euro Luiz Arantes, Fábio Veloso Dos Anjos, Fábio Wanderley Reis, Fernando Corrêa Dias, Fernando Roquete, Flávio Pinto Vieira, Francisco Iglésias, Fritz Teixeira de Sales, Gavine Mudado Filho, Gilberto Lopes, Glauco Brandão, Gradys Corfield, Guilherme Bonacorsi, Guy De Almeida, Hélio Pontes, Helvécio Guimarães Lima, Herbert José De Souza, , Ione Fonseca, Ítalo Mudado, Ivan Ângelo, Ivan Vasconcelos Barros, Jadir Barroso Dos Santos, José Alberto Fonseca, José Ayrton, José Caufheiro, José Costa, José Maria Carvalho, José Maria Rabelo, José Nilo Tavares, José Olegário Ribeiro ee Castro, José Salomão David Amorim, Josué Amaral, Juarez De Brito, Laércio Martins, Lincoln Bernardo Prates dos Santos, Lúcio Nunes, Luiz Albano Viana, Marcelo Coimbra Tavares, Marco Antonio Rodrigues, Mário Lopes Ferreira, Maurício Gomes Leite, Morse Belém Botelho, Orlando Adão de Carvalho, Otávio Dias Leite, Paulo Roberto Haddad, Pedro De Almeida, Petrônio Felicíssimo Dos Santos, Petrônio Felicíssimo Machado, Roberto Francis Drumond, Roberto Moraes, Rui Mourão, Samuel Brener, Simon Schuartzman, Teodoro Alves Lamounier, Vicente De Abreu, Victor Hugo De Almeida, Vinícius José Caldeira Brant, Waldemar Versiano dos Anjos, Wander Piroli.

Minas' a convite de Guy de Almeida, chamavam os jornalistas que não compactuavam com as suas ideias esquerdistas pelo epíteto de 'gorilas'" (DOPS, informe 5.200/71 – 27 de setembro de 1971) – APM.

Lélio Fabiano dos Santos, nascido em 1931, em Guacui / Espírito Santo, foi interrogado no CPOR, em 24 de julho de 1964 pelo encarregado do inquérito - general de brigada Luciano Cerqueira Pereira -, sendo comandante da ID/4 o general de brigada Dióscoro Gonçalves. Em relação ao jornalismo e à sua atuação como jornalista – Lélio Fabiano dos Santos não foi acusado de nada. Mas, Lélio foi fustigado por sua possível participação na Ação Popular e, como tal, foi indiciado como incurso no Artigo 10º da Lei de Segurança Nacional (lei nº 1802 de 5 / 1 / 1953. (IPM, Informação nº 74 – E2 / 66). Ao que tudo indica, os jornalista Márcio Antônio Rodrigues Dias, Hélio Fraga, Antônio Cosenza, Pedro Alves de Almeida, D'Alembert Jacoud, Emerson de Almeida José Dalai Rocha – foram, todos, acusados de pertencerem a organizações sociais e políticas (isto é, acusados de serem cidadãos e de exercerem a cidadania) e nada se lhes perguntaram sobre jornalismo.

Guy de Almeida era acusado de ser jornalista de *"tendências nitidamente esquerdistas"* e de ter pontos de vistas que *"coincidem perfeitamente com todos os pontos de vista defendidos pelo Partido Comunista Brasileiro"* e era acusado, ainda, de imprimir ao *'Diário de Minas'* uma *"feição de defensor das ideias esquerdistas, pois os...*

"...Editoriais do dia da Revolução e nos dias subsequentes, tratavam de assuntos completamente estranhos à mesma, demonstrando assim sua total discordância ao movimento vitorioso e nos mesmos dias publica manifestos da CET – dando noticiários que atendiam a linha esquerdista do jornal e que o colocavam com um dos órgãos paladinos a serviço da subversão da ordem no país" (Documento 1041 – Pasta 031B455 (Delegacia Regional do Trabalho – Sindicatos) – APM.

Noutro documento, aparecem outras acusações contra Guy de Almeida, tais como de trabalhar no *Jornal do Brasil* e no *Diário de Minas*, de ser defensor das ideias do *"Partido Operário Revolucionário / Trotskista"* (SIC) e de ter se dedicado a um *"trabalho de proselitismo"*. O documento policial diz que Guy de Almeida teve sua prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª RM e registra a condenação do jornalista a 8 anos de reclusão, enquadrado nos artigos 9 e 11 da Lei nº 1802/53" - Lei de Segurança Nacional (Documento 379 – Pasta 0054 (Correspondências Policiais) – DOPS / APM. Esta condenação foi anulada em Juiz de Fora, Minas Gerais em 18 de novembro de 1968 e, em 30 de junho de 1970, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais recebia o Ofício nº 1.078, o Juiz-Auditor Mauro Seixas Telles que informava que:

“Em aditamento ao ofício nº 577, de 10/04/70, comunico a V. Exa., para os devidos fins, que transitou em julgado o Acórdão do Egrégio Superior Tribunal Militar que, em sessão de 10/04/70, por unanimidade de votos, confirmou a Sentença do Conselho Permanente de Justiça para o Exército desta Auditoria que, em 16/09/69, absolveu os civis Roberto Margonari, Antônio Ribeiro Romanelli, Guy Afonso de Almeida Gonçalves, Vânia Cândida de Almeida Santaiana ” (Documento 099 – Pasta 3832 (Organização Política Operária); Documento 1137 – Pasta 0054 (Correspondências Policiais) e Documento 1066 – 0313B455 (Delegacia Regional do Trabalho (Sindicatos) DOPS / APM.

Guy de Almeida voltou ao Brasil em 1977 (a Lei na Anistia foi promulgada em 1979), *“mas já havia uma espécie de anistia”* (SIC) – *“para quem não estava condenado pela Justiça Militar”*. Antes, mesmo sem condenação formal, a ditadura militar não deixava voltar. É o que atesta o informe confidencial constante no documento 1061 - Pasta 0313B455 (Delegacia Regional do Trabalho – Sindicatos) - que Guy de Almeida, em *“1972, manifestou desejo de retornar ao Brasil, porém o Ministério das Relações Exteriores negou lhe a concessão de passaporte”* e que apesar disso, Guy de Almeida teria retornado para Minas Gerais e estaria *“circulando em Belo Horizonte”*.

Na realidade, requisitei autorização, pois queria ter pelo menos um passaporte, porque trabalhava numa agência internacional de notícias, era demandado pela agência para viajar, ia para a Europa, países da América Latina, em função do meu trabalho. E não ter o passaporte, O Chile me deu um documento de viagem, um passaporte que dava condições de viajar para a Europa, países latino-americanos, não tinha dificuldade, tinha um liberalismo maior no tratamento desses problemas. Quando houve o golpe em 1973 no Chile, o Pinochet ganhou eu estava no Peru, para minha sorte. Eu fui transferido pela agência e no Chile reinava um governo democrático. Com o agravamento da situação, quem estava do lado de cá, com os Estados Unidos países à direita na América Latina eram claramente contra países que estavam na posição neutra, de simpatia com os movimentos à esquerda, havia muitos países assim. E pouco a pouco foi se produzindo a derrubada deles. Chegou o momento do Chile, mas eu tinha ido para o Peru um ano antes. Aí cai o governo no Chile, com a ditadura mais radical que apareceu na época e fiquei sem documento. A minha possibilidade de viajar se reduziu muito. Eu fui convidado pelo Grupo Andino, um processo de integração dos países andinos, como o Peru, o Equador, a Venezuela e, também, o Chile, que saiu após ditadura, mas era do grupo até o golpe de 1973. Eram cinco países. O próprio Chile radical, o Chile da direita renunciou porque não concordava com as posições dos outros países”.

Depoimento - Carlos Olavo da Cunha Pereira¹²,

Resumo da entrevista: 1. Local ou locais de perseguição ao jornalista (Governador Valadares / Belo Horizonte). 2. Período da violência (1964 / 1979). 3. Prisão (não) 4. Tortura (não) 5. Exílio (sim) 6. Banimento (não) 7. Demissão. (não) 8. Impedimento de trabalhar (sim, no Brasil) 9. Direitos Políticos cassados (sim) 10. Enquadramento legal (sim) 11. Víctima de monitoramento. (sim) 12. Nomes de perseguidores e ou torturadores (sim) 13. Informações pessoais (sim) 14. Militância política (sim).

Carlos Olavo da Cunha Pereira nasceu em 16 de março de 1923, em Abaeté – de uma família de tradição política (avô senador da República, pai deputado federal e irmão - Simão da Cunha Pereira deputado federal por vários mandatos). Carlos Olavo abandonou o curso de Odontologia em Juiz de Fora (faltando dois meses para concluí-lo), para integrar a Campanha “O Petróleo é Nosso”, que culminou na criação da Petrobras.

Da militância política, Carlos Olavo foi para o Jornalismo, atuando no *Jornal do Povo*, em Belo Horizonte, da década de 1940 - jornal identificado com lutas sociais e políticas de esquerda. Diante dos conflitos rurais na Região do Vale do Rio Doce (latifundiários X posseiros X grileiros) o jovem jornalista foi designado para fazer reportagens para o *Jornal do Povo*. O *Jornal do Povo* encerrou suas atividades. Carlos Olavo – que em Governador Valadares fez reportagens de enorme repercussão, sobre a luta pela terra, decidiu se transferir para cidade. Aí, em meados da década de 1950, decidiu criar um jornal.

Segundo a polícia política (Dops, pasta 3856 – APM - Arquivo Público Mineiro), a região riquíssima da cidade de Governador Valadares, chamada *Princesa do Vale* – era importante centro agropastoril, de comércio (devastador) de madeiras e que contava com ferrovias e estrada asfaltada. Segundo este relato, o “*esplêndido quadro do Vale do Rio Doce*” teria despertado o interesse do “*Comunismo internacional*”, ocorrendo à região, antes de 1950, militantes do Partido Comunista, entre eles *Henedino Alves Machado, José Luiz dos Santos, Olímpio Gonçalves, Taurino Pinto da Silva* e outros – grupo que seria integrado pelo jornalista Carlos Olavo de Belo Horizonte. O relatório policial diz ainda, que o comunismo ia progredindo...

“a passos lentos, até que, aproximadamente no ano de 1956, acontece um fato auspicioso (SIC) marcante na vida do Partido, na região do Vale do Rio Doce. Surge então, um líder comunista, que vive alguns tempos clandestinamente, sob o falso nome de

¹² Carlos Olavo da Cunha Pereira foi para Juiz de Fora estudar Odontologia, mas abandonou o curso antes de dois meses de sua formatura para ingressar na campanha do “petróleo é nosso”, culminando com a formação da Petrobras. Em Governador Valadares, trabalhou no *Jornal do Povo* e, em meados da década de 1950, criou o jornal satírico *O Saci*, que posteriormente mudou sua linha editorial e ganhou o nome de *O Combate*. É autor do livro *Nas terras do Rio sem dono*, escrito no exílio do Uruguai e publicado em 1988, em que relata a disputa pela terra no Vale do Rio Doce.

‘Ney’. Mais tarde, sua verdadeira identidade é revelada. Assim, Carlos Olavo da Cunha Pereira se integra ativamente na vida da região, após seu período de clandestinidade.”

Carlos Olavo conta que, em meados da década de 1950, decidiu criar o jornal *O Saci*, publicação satírica que tinha no cabeçalho a figura do *Saci*, o moleque travesso sentado diante da máquina de escrever e animado pelo seguinte slogan: *Fala de todos, não briga com ninguém*. Falando de todos, *O Saci* denunciava a corrupção de políticos, a arbitrariedade da polícia no acobertamento da violência urbana contra os trabalhadores e a violência rural inclusive com o assassinato de posseiros. *O Saci* foi transformado no jornal.

Segundo Carlos Olavo, o acirramento das lutas sociais, sobretudo a luta pela terra, foi superando as possibilidades d’*O Saci* e, após uma consulta ao público leitor surge um novo nome para o jornal: *O Combate*. O jornal era sem censura, com apoio da propaganda do comércio local e, com saúde financeira e independência editorial, que aprofundou a linha editorial iniciada pelo seu antecessor. Ainda segundo o Relatório da polícia, Carlos Olavo teria sido “líder incontestante” que “dinamizou o Partido. Campanhas e slogans nacionalistas foram habilmente utilizados em defesa do petróleo e da ilha de Fernando de Noronha” (SIC) que serviam de “argumentos para reuniões e catalisação da opinião pública”.

O Combate para a polícia política, era local para a reunião dos comunistas, que estruturavam o Partido na Região, “tendo por secretário geral o jornalista Carlos Olavo”. O relato policial é curioso: elogia a capacidade de organização, de propagação das ideias e a arregimentação de quadros para o Partido – ao mesmo tempo em que faz elogios à inteligência, à disciplina, à coesão, senso de organização e capacidade de expansão dos “comunistas” – derrotados pelo Golpe Civil-Militar de 1964, sem relevante troca de tiros. O jornal *O Combate* foi destruído em 31 de março de 1964, por grupos paramilitares sustentados pelos latifundiários da Região.

Carlos Olavo da Cunha Pereira deixou Governador Valadares vindo para Belo Horizonte, sob proteção da Polícia Militar de Minas Gerais e com a proteção do irmão Simão da Cunha Pereira, deputado federal pela UDN – mesmo partido do Governador de Minas Gerais Magalhães Pinto – líder civil Golpe de 1964. Chegou a Belo Horizonte, junto com o líder dos trabalhadores rurais e dos posseiros - Francisco Raimundo da Paixão (*Chicão*). De Belo Horizonte, ainda contando com a proteção do irmão deputado da UDN e de outros parlamentares, Carlos Olavo seguiu para Brasília e, de lá, para o exílio, na Bolívia ¹³.

13 Ver: *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 29 Mar. 1964; *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 30 Mar. 1964; *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 31 Mar. 1964.

Carlos Olavo integrou as lutas do Partido Comunista da Bolívia. Voltou em 1966 ao Brasil, participando de vários movimentos de resistência à ditadura civil-militar entre 1966 e 1968, inclusive a *Guerrilha do Caparaó*, em Minas Gerais¹⁴. Chegou a discutir com João Amazonas (/), Pedro Pomar (/) e com Maurício Grabois (/) – todos do PCdoB -, a Guerrilha do Araguaia a assistiu as primeiras ações do então capitão do Exército Sebastião Curió, prometendo distribuição de terras para os posseiros daquela região.

Retornou para a cidade de Abaeté, Minas Gerais, sua terra natal – sendo perseguido pela polícia. Em 13 dezembro de 1968, quando ainda estava em Abaeté, seu irmão, Simão da Cunha, deputado *da banda de música* da UDN, foi cassado. Foi avisado, então, de que seria preso – acusado de ter assassinado Pascoal Lima (/), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Carlos Olavo conseguiu fugir para o Uruguai, através do Paraguai e contando com ajuda do Partido Comunista paraguaio.

Em Montevideú, Carlos Olavo juntou-se a Leonel Brizola e a outros exilados, ali permanecendo por dez anos. Junto com a esposa e os seis filhos, passando por graves dificuldades, dependendo de ajuda financeira vinda do Brasil para sobreviver, até que, também neste país, um golpe militar foi dado. Perseguido, o jornalista chegou a ser preso pelas autoridades uruguaias. Retornou ao Brasil após a anistia, mas não conseguiu mais exercer a profissão de jornalista.

¹⁴ A Guerrilha do Caparaó foi a primeira insurgência armada contra o regime militar brasileiro. Inspirado na guerrilha de Sierra Maestra, o movimento guerrilheiro tentou se implantar, entre 1966 e 1967, na Serra do Caparaó, na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo. A guerrilha foi apoiada (treinamento de ex-militares expulsos das Forças Armadas brasileiras) e financiada, inicialmente por Cuba. O movimento perdeu apoio de Cuba e, abandonado na Serra do Caparaó. Denunciados pela própria população, o movimento começou a ser desbaratado meses depois de instalado e, em 1967 - pelo serviço de inteligência e por grupos da Polícia Militar de Minas Gerais e a participação do Exército – com a prisão, em 3 de abril de 1967, de 20 guerrilheiros, famintos e debilitados pela peste bubônica.

Depoimento - Geraldo Elísio Machado Lopes (Parte I)

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Sete Lagoas / Belo Horizonte) 2
 Período da violência (1964 / 1977). 3 Prisão (sim) 4 Tortura (não) 5 Exílio (não) 6 Banimento (não) 7
 Demissão (não). 8 Impedimento de trabalhar (não) 9 Direitos políticos cassados (não) 10 Enquadramento legal
 (não). 11 Vítima de monitoramento (não). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (sim) 13
 Informações pessoais (sim)
 14 Militância política (não).

Geraldo Elísio Machado Lopes iniciou seu depoimento apresentando-se como jornalista e radialista há 54 anos no exercício da profissão. Ele era repórter da Rádio Cultura de Sete Lagoas, **AZY-U4** e, em 1964, passava próximo ao Palácio Episcopal de Sete Lagoas, quando viu alguns caminhões do Exército cheios de soldados, todos armados.

Alguns desceram com o comandante (de nome ignorado). Os militares foram comunicar ao Bispo¹⁵ de então que os padres espanhóis, acusados de comunismo, seriam presos. O Bispo disse o seguinte para o comandante da PM: ‘Assim como os senhores são comandantes militares e os soldados cumprem as suas ordens, os padres cumprem as minhas ordens. Então quem está preso sou eu’.

Geraldo Elísio disse que os militares aceitaram prender o Bispo e criou-se um mal-estar muito grande. Como repórter, Geraldo Elísio ligou para Rádio Cultura e pediu para dar a notícia extraordinária.

“Aí, aproximou-se um tenente e disse que ele, Geraldo Elísio, não ia falar, que estava proibido de falar e estava preso. Então eu fiquei preso junto com o Bispo de Sete Lagoas durante 40 minutos. Alguém teve a ideia de ligar para Belo Horizonte e comunicar ao Exército o que havia acontecido: que o bispo havia se oferecido para ser preso no lugar dos padres espanhóis. E veio a ordem de Belo Horizonte – não sei de quem emanou essa ordem – para que o bispo fosse solto”.

Geraldo Elísio se aproveitou disso e se "safou" também. Geraldo Elísio conta, ainda que, quando foi madrugada do mesmo dia, um comando da polícia retornou a Sete Lagoas, aí não mais se dirigiram ao bispo, se dirigiram os dois seminários existentes na cidade e quebraram os dois seminários - por inteiro, não deixaram nada inteiro.

Geraldo Elísio se refere à cidade mineira de Sete Lagoas, distante 70 quilômetros de Belo Horizonte e que, em 1964, gravitava em torno de uma economia agropastoril, da fábrica de tecidos “*Cedro Cachoeira*”, um banco com sede Local – o Banco Agrícola. Nem os fazendeiros, nem o banco e

15 Dom José de Almeida Batista Pereira, Filho de Balthazar Bernardino Baptista Pereira e de Maria Carolina de Oliveira Baptista Pereira, nasceu 26/07/1917 – São Gonçalo/RJ e faleceu, em Nova Friburgo/RJ a 30/01/2009. Foi bispo auxiliar de Niteroi (Rio de Janeiro) de 1954 a 1955. Foi o primeiro bispo da diocese de Sete Lagoas (19/02/1956) de 1955 a 1964, sendo transferido para a diocese de Guaxupé, onde ficou de 1964 a 1976. A Diocese de Sete Lagoas foi criada pela Bula “*Clementissimi Servatoris*” do Papa Pio XII, em 16 de julho de 1955. Por um Decreto da Sagrada Congregação Consistorial, em 19 de fevereiro de 1956, passou a denominar-se Diocese de Sete Lagoas.

muito menos a “*Cedro Cachoeira*” não admitiam que os trabalhadores rurais, que os tecelões, que os funcionários de banco ou que os funcionários públicos da Prefeitura Municipal (em maior parte com salário inferior ao Salário Mínimo da época) se sindicalizassem ou que, ao menos, pudessem se associar. O salários muito baixos, os pagamentos atrasados inclusive para funcionários públicos geravam uma massa de pessoas atiradas à fome. É neste contexto que a Igreja Católica local vai agir em defesa dos trabalhadores mergulhados na miséria e na total desorganização – o que os impedia de exigir o direitos trabalhistas e de lutar por mais salários. Esta situação gerou conflitos entre a Igreja Católica e a Prefeitura local (atraso dos pagamentos dos baixíssimos salários). A igreja organizou campanha de doação de alimentos, de roupas e de remédios e os distribuía – trabalho desenvolvido por jovens padres apoiados pelo Bispo Dom José: os padres Mário Pinto (JOC _ Juventude Operária Cristã), Hercílio Arcanjo da Silva, padre Jorge Solivelas Perelló e padre Miguel Gonzalez (ligado aos movimentos estudantis e ao sindicalismo rural) – ambos originários da Espanha – organizavam os trabalhadores da Prefeitura Municipal, as empregadas domésticas, os estudantes secundaristas e apoiavam o trabalho de líderes de trabalhadores rurais (oferecer a Igreja como espaço para reunião dos trabalhadores que não tinham nenhum outro espaço), às tentativas de organização dos trabalhadores da construção civil e apoio às tentativas dos funcionários de bancos para organizarem sindicato. A Igreja Católica de Sete Lagoas estava, assim, em choque com os fazendeiros, com os banqueiros, com os industriais. Dom José, por coincidência foi transferido para a Diocese de Guaxupé (4 de abril de 1964). E, nas primeiras horas do dia 17 de abril, o seminário onde ficavam Jorge Solivelas Perelló e Miguel Gonzalez: o seminário foi depredado, padres presos e seminaristas de 11, 12 e 13 anos idade foram agredidos.¹⁶

16 Esse episódio da quebra dos seminários é também narrado por Márcio Moreira Alves, no livro *O Cristo do povo*, s – Rio de Janeiro, Sabiá, 1968.

Depoimento - Synphronio Veiga

Resumo da entrevista: 1. local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2. Período da violência. (1964 / 1966). 3. Prisão (Não) 4. Tortura (Não) 5. Exílio (Não) 6. Banimento (Não) 7. Demissão (Não). 4. Censura (Sim). 5. Impedimento de trabalhar(Não) 6. Direitos Políticos cassados (Não). 7. Enquadramento legal (Não). 8. Vítima de monitoramento (Não). 9. Nomes de perseguidores (Não). 10. Torturadores (Não). 11. (Sim) Informações pessoais (Sim) 12 Militância Política (Não).

Symphrônio Veiga é formado em Direito pela UFMG e nunca exerceu essa profissão. Começou a exercer o jornalismo com 17 para 18 anos - com registro profissional, pois antes não existia escola de jornalismo. Veiga começou no jornal “*Folha de Minas*” sob chefia de reportagem de Fernando Roquete Reis, em 1958. Symphronio Veiga, em seu depoimento, denunciou que a censura aos jornais, às emissoras de rádio e aos jornalistas começou logo depois do golpe civil-militar de 1964. Disse que notícias sobre padres que defendiam os mais pobres, sobre os estudantes e sobre líderes sindicalistas eram censuradas. Veiga contou sobre a invasão da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e, lá, foram feitas pelo Dops, pela Polícia Federal e pela Polícia militar, as prisões de José Gomes Pimenta – o Dazinho -, então deputado estadual pelo PDC, de Sinval Bambirra¹⁷ e Clodesmidt Riani¹⁸ – ambos líderes sindicais e deputados estaduais pelo PTB. Disse que os jornalistas foram alertados que “...as prisões foram violentas e que os líderes políticos e sindicalistas estavam “levando pau” (tortura).

¹⁷ Sinval de Oliveira Bambirra (Betim 10 de janeiro de 1933 / Belo Horizonte 10 de dezembro de 2003) foi sindicalista e político brasileiro. Sua trajetória como dirigente sindical (décadas de 1950 / 1960), foi marcada pela defesa por melhores condições salariais, trabalhistas e culturais para os operários. Dentre suas realizações destacam-se a construção da sede própria do Sindicato dos Tecelões em Belo Horizonte, tendo esta uma biblioteca composta por livros doados. Durante o Golpe Militar de 1964 muitos destes livros, incluindo uma Bíblia com capa vermelha doada pelo Papa João XXIII, foram queimados em plena rua, considerados "subversivos". Sinval Bambirra foi eleito deputado estadual pelo antigo PTB de Minas Gerais e seu mandato foi cassado em 1964. Exilado durante 15 anos em Cuba, e Alemanha Oriental, formou-se em Sociologia e exerceu cargos de direção na antiga Rádio Berlim. Retornando ao Brasil após a anistia, dedicou-se a reconstruir o trabalhismo juntamente com Leonel Brizola. Era casado com a jornalista Maria Auxiliadora Bambirra.

¹⁸ Clodesmidt Riani nasceu no dia 15 de outubro de 1920, em Rio Casca (MG), filho de Orlando Riani e de Maria Riani. Membro ativo do movimento sindical de Juiz de Fora, em 1950 disputou uma cadeira na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora pelo Partido Social Progressista, mas não se elegeu. Um dos fundadores e primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Energia Elétrica de Juiz de Fora. Em 1954 foi indicado pelo ministro do Trabalho João Goulart (1953-1954) para integrar a Comissão do Salário Mínimo de Minas Gerais. Elegeu-se, ainda em 1954, deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1958 foi eleito suplente de deputado estadual, assumindo o mandato em 1960. Foi (1960) vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). É um dos fundadores do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Foi presidente da CNTI, do CGT e novamente deputado estadual em 1962. Tornou-se presidente do CGT 1963. Após o golpe de 1964, Riani foi preso e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por força do Ato Institucional nº 1 (09/04/1964). Enquadrado pela Lei de Segurança Nacional como subversivo, Riani foi condenado em dezembro de 1965 a 17 anos de prisão. Em julho de 1966 teve a pena reduzida para dez anos pelo Superior Tribunal Militar e, dois anos depois, para um ano e dois meses. Foi novamente condenado em 1969 a dois anos de reclusão. Após a anistia, em agosto de 1979, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e elegeu-se em 1982 deputado estadual pelo PMDB. Formou-se em direito, afastou-se da vida pública e se dedicou à advocacia trabalhista. Casou-se com Norma Geralda Riani, com quem teve dez filhos. (*Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001* - Acesso em 20 12 2013.

Simphronio Veiga disse que, até então, gozava de certa liberdade para dar notícias na ‘Rádio Itatiaia’¹⁹ (onde trabalhou de 1964 a 1966) e que, com base nesta liberdade, noticiou a prisão e a tortura a que os deputados e líderes sindicais Dazinho, Bambirra e Riani estavam enfrentando. Disse que, como responsável pelo noticiário de hora em hora da Rádio Itatiaia, ele preparou a notícia e que notícia foi ao ar. Disse que, depois, no jornal “Correio de Minas”, onde também trabalhava, foi procurado pelo repórter Ruyter Miranda com a informação de que policiais do Dops estavam atrás de quem tinha dado a notícia sobre a prisão e o espancamento, no de Dazinho, Bambirra e Riani – nas dependências do Dops.

“Naquele tempo, o jornalista escrevia a notícia, mas quem lia a notícia eram os locutores. Os locutores eram, às vezes, procurados primeiro, antes dos jornalistas. Symphronio Veiga disse que continuou trabalhando no ‘Correio de Minas’ até à noite e, antes de terminar o expediente no jornal, ‘recebeu telefonema do responsável pelo noticiário da Rádio Itatiaia, jornalista André Carvalho, que comunicou: “Oh! Liberamos. Conseguimos liberar com a intervenção do Geral Guedes e com a movimentação do Januário Carneiro”.

Symphronio Veiga contou que a Rádio Itatiaia gozava de muita liberdade, “mas, o pessoal do golpe avisava que não podia abusar”. Veiga disse que se livrou do Dops e da ID/4 (General Guedes), mas, no dia seguinte soube do diálogo do seu chefe, jornalista André Carvalho com o dono da Rádio Itatiaia; que André Carvalho disse que iria demitir Symphronio Veiga e que não queria ter mais dor de cabeça; Veiga disse que Januário Carneiro – proprietário da Rádio Itatiaia questionou: *o jornalista era bom, qual o problema com o jornalista*; que André Carvalho insistiu com a demissão, informando que não tinha nada contra Symphronio Veiga, mas que ele era meio *esquerdinha*; que Januário Carneiro perguntou se Veiga era de algum grupo e que André Carvalho informou que Veiga não era filiado a partido nenhum – mas que Symphronio Veiga era “*simpatizante*”. Veiga disse ainda que Januário Carneiro contestou o responsável pelo jornalismo:

“ – Espera aí André! Se você tem um restaurante com grande movimento e, de vez em quando, algum garçom quebra um prato, isso não é motivo para demiti-lo. Agora,

¹⁹ Conhecida com a *Rádio de Minas*, a *Rádio Itatiaia* é emissora de Minas Gerais, com transmissão pelas frequências 610 KHz – AM e 95,7 MHz – FM. Pode ser acessada pelas operadoras de TV SKY, Claro TV e NET TV. É considerada uma das cinco mais importantes emissoras do Brasil,. Fundada em 1952, pelo jornalista e radialista Januário Laurindo Carneiro (1928 / 1994) a rádio se dedica ao jornalismo, ao esporte (principalmente futebol), ao entretenimento e à prestação de serviço. COSTA, Eduardo. *A Itatiaia e seus ouvintes: interação à mineira*. In: PRATA, Nair (org). *O rádio entre as montanhas – histórias, teorias e afetos da radiofonia mineira*. Belo Horizonte: Editora Fundac, 2010. PRATA, Nair *Rádio Itatiaia, história e personalidades*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI. MARTINS, Kao e COSTA, Eduardo. *Uma paixão chamada Itatiaia: 50 anos de história*. Belo Horizonte: Editora Tamoios, 2002.

ruim seria se, nesse restaurante, ninguém quebrasse prato porque não tinha movimento. Aqui tem movimento, você tem que pensar nisso! Você tem alguma coisa contra ele? – André Carvalho - Não tenho nada contra ele. Januário Carneiro encerrou a conversa: - Então eu fiquei na Rádio Itatiaia”.

Sobre o jornal “*Diário de Minas*”, Symphronio Veiga disse que havia muita censura – e a polícia entregava na redação a lista de notícias proibidas; disse também que, cobrindo as movimentações dos Estudantes, testemunhou uma violenta repressão da polícia e que

“...quando cheguei à redação teve que enfrentar a censura, feita por uma agente da Polícia Federal – ‘moça bonita e que namorava um esquerdista muito bravo’; a censora viu a preparação dos jornais e vetou as fotos e as notícias sobre a passeata dos estudantes e a violenta repressão da polícia: nada poderia ser editado. Assim que a moça saiu, mudei a ênfase da notícia (mesmo advertido pelos colegas), sublinhando – com texto e grandes fotos - a eficiência da repressão policial e que essa repressão tornaria mais difícil a movimentação dos estudantes... No dia seguinte, com o jornal nas ruas, a censora voltou, dando bronca e que ele se justificou dizendo que a notícia era sobre a repressão que estava se tornando mais eficiente”.

Para Symphronio Veiga – pior do que a censura, foi o “*crescimento da autocensura, do profissional que se cala, diante da ameaça de ser silenciado*”. A partir de dezembro de 1968 (AI - 5), a censura aos jornais e as emissoras de rádio e da televisão em plena expansão, tornou-se mais violenta. O recrudescimento da repressão policial –militar, em Minas Gerais, após dezembro de 1968, não foi diferente do que ocorreu nos demais estados da Federação.

Conclusão preliminar

1) Todos os jornais e todos os jornalistas que exerciam sua profissão e que atuavam criticamente mostrando o processo de desnacionalização da economia brasileira e os prejuízos que esse processo traria para população do País foram perseguidos, presos e forçados a deixar o Brasil, quer por não encontrarem trabalho em lugar nenhum, quer por correrem risco de vida.

2) A censura aos jornais e o cerceamento dos jornalistas foi uma das primeiras providências tomadas pela ditadura civil-militar de 1964 a 1985 – repressão preparada pelos golpistas civis e militares de 1964, especialmente em Minas Gerais, único Estado que reunia um governador *líder civil* do movimento e que tinha sob seu comando um secretariado de trânsito nacional e internacional. O *líder civil* do golpe de 1964, governador Magalhães Pinto, da UDN –reunia condições para decretar o *estado de beligerância*, em caso de conflagração militar entre militares e civis leais à Constituição e 1946 e, portanto, leais ao presidente constitucional João Goulart e os militares golpistas. Em Minas Gerais, a Polícia Militar estava preparada para participar militarmente do golpe, pois foi treinada, inclusive, pelo agente da CIA Dan Mitrone. O *estado de beligerância* permitiria o *reconhecimento internacional* da então suposta *legitimidade do golpe* – o que permitiria aos golpistas buscar o apoio de externo – ou seja, acionar o apoio político e militar dos Estados Unidos da América, que deslocou para a região marítima do estado do Espírito Santo, tropas, armas, munição e víveres alimentícios para, caso fosse necessário, participar da derrubada do governo Goulart. Minas Gerais era, assim, o centro *deflagrador* do movimento de 1964 e único estado da federação que reunia civis e militares capazes de enfrentar política e militarmente, o forte apoio que o governo João Goulart ainda tinha entre civis e militares, especialmente no Rio de Janeiro (Vila Militar e Marinha de Guerra).

Registre-se que, apesar dos cuidados tomados pelos líderes civis e militares do movimento de 1964, houve precipitação das ações, com a sublevação das tropas do Exército em Juiz de Fora. A atuação do general Olímpio Mourão Filho revela que, em Minas Gerais, concentraram-se militares golpistas tradicionais (atuaram contra Getúlio Vargas, contra JK, contra Jânio Quadros e, finalmente contra o governo Goulart. O general Mourão Filho era, ao lado do marechal Odílio Dênis, então *hospedado* em Minas Gerais, do general Carlos Luiz Guedes e de militares da reserva, como o general Bragança que foi o líder das milícias fascistas que atacaram, após 31 de março de 1964, jornais e jornalistas, conventos religiosos, noviços dominicanos, bispos e padres da Igreja Católica.

As prisões e de profissionais e personalidades, de lideranças política e sindicais listados para a prisão, entre 31 de março de 1964 a fins de junho de 1964, demonstram o furor repressivo do

movimento de 64. De uma lista de mais de 170 presos (APM / DOPS) foi possível, em uma primeira abordagem, identificar os jornalistas Getúlio Alves, José Alexandre, José do Carmo, Jose Pereira Filho, Lélío Fabiano dos Santos, Marco Antônio Rodrigues Dias, Emerson de Almeida e Vânia Cândida de Almeida Santayana. Alguns outros cidadãos – advogados, professores e funcionários públicos tiveram prisão e local de prisão identificados:

Antonio de Faria Lopes (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Antonio Ribeiro Romaneli (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Armando Ziller, Bolivar Detalond Lopes (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Carício Oliveira (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Cássio Gonçalves, Clodesmidt Riani (prisão preventiva Juiz de Fora), Custódio Resende E. de Paula (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Dimas Danuniação Perrim, Edmur José Fonseca (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Elias Andrade (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Expedito Evangelista de Andrade (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Fausto de Almeida Drumond (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Francisco Farias Nascimento (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Francisco Lage Pessoa (Padre, prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Getulio Alves, Guy Afonso de Almeida Gonçalves (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Heredia Gomes (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Iracahy Soares Pita (prisão preventiva Presídio de Mulheres), Jaime de Oliveira Correa (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), José Batista Costa, José Boggione (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), José Edgard Amorim Pereira (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), José Gomes Pimenta (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Luiz Edmundo Germano De Alvarenga (prisão em flagrante, Colônia Penal de Neves), Maria Celeste Reis (prisão preventiva Presídio Feminino), Moisés Paulino de Barros (prisão preventiva DVS / DOPS), Paulo Geraldo Ferreira (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Roberto Margonari (prisão preventiva Colônia Penal de Neves), Sinval de Oliveira Bambirra, Vânia Cândida de Almeida Santayanna, e Vitor Hugo de Almeida.

Esses militares, considerados *tradicionais golpistas* (diferentes dos *sorboneses* da Escola Superior de Guerra, como Humberto de Alencar Castelo Branco ou Golbery do Couto e Silva) ao que tudo indica, forçaram a *antecipação* do golpe, *antecipação* que provocou, inclusive, a cautelosa demora do máximo líder civil golpista em apoiar e aderir ao golpe – o governador Magalhães Pinto. A posição central de Minas Gerais, no golpe de 1964, é atestada, inclusive, pelos dois vice-presidentes dos primeiros dois governos militares *eleitos indiretamente pelo Congresso Nacional* – o político do PDS

José Maria Alkmin (vice-presidente do primeiro general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco) e Pedro Aleixo (vice-presidente do segundo general-presidente Arthur da Costa e Silva).

3) O processo de desnacionalização da economia e interligado ao processo de rebaixamento salarial dos trabalhadores e do processo de repressão brutal dos sindicatos e dos sindicalistas (prisão, tortura e exílio de Sinval Bambirra, Clodesmidt Riani e Dazinho²⁰, entre outros) – e que, em Minas Gerais, envolve o *massacre de Ipatinga* e a repressão às greve de 1968 em Contagem.

4) Em Minas Gerais, portanto, os documentos da polícia e dos militares (APM) e o trabalho dos jornalistas que agiam dentro da Constituição e das Leis vigentes e em defesa da ordem democrática, revelam que houve um detalhado planejamento do golpe militar, tanto na capital Belo Horizonte, como no interior do Estado. E que desta preparação, fez parte a identificação de possíveis líderes capazes de resistir ao golpe militar. Houve, portanto, repressão *preventiva* a partidos políticos de esquerda, a políticos de esquerda e democratas liberais, todos os sindicatos de trabalhadores e seus principais líderes, a artista, a intelectuais e a profissionais liberais que defendiam a ordem democrática, à setores da Igreja Católica, ao movimento estudantil e, claro, repressão brutal sobre jornais e sobre jornalistas. Era preciso *simular*, pela brutal repressão, para pra todo o Brasil e para os EUA, que Minas Gerais era política e monoliticamente unida para a derrubada do governo João Goulart e sustentação do golpe civil-militar.

²⁰ Jose Gomes Pimenta – o Dazinho - (Virginópolis, 1923 / Belo Horizonte, 2007) Foi trabalhador mineiro, na Minas de Morro Velho, em Nova Lima, Minas Gerais e, como sindicalista, foi secretário e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Exploração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima. Foi eleito Deputado Estadual em 1962, pelo Partido Democrata Cristão / PDC Apesar de Deputado, continuou trabalhando na Mineração Morro Velho, pelas manhãs e à tarde, ia para a Assembleia. Como paralemtnar estadual, percorreu o Estado de Minas Gerais, ajudando a fundar sindicatos rurais e colocando à disposição dos trabalhadores e de necessitados, o salário que recebia como deputado. Após o Golpe Militar de 1964, Dazinho teve seu mandato cassado, foi condenado a 20 anos de prisão (foi torturado) e perdeu os direitos políticos por dez anos. Ao lado de Clodesmidt Riani e Sinval Bambirra, foi o primeiro do país a ser cassado, considerado uma ameaça pela ditadura civil-militar. Em 1986, já no Partido dos Trabalhadores, foi candidato ao Senado. Foi reconhecido como parlamentar injustiçado e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais concedeu-lhe, em 1994, pensão especial, pois a cassação do mandato de José Gomes Pimenta teve motivação exclusivamente política, por parte da ditadura civil-militar.

Censura e intimidação de jornais e de jornalistas – 1975 a 1985.

O AI-5²¹ instalou no país, sem meias palavras, a ditadura militar. A morte do marechal Arthur da Costa e Silva, a eleição do terceiro general-presidente Emílio Garrastazu Médici, o desdobramento da oposição à ditadura militar (já, agora, com os representantes civis totalmente subordinados) em oposição política armada (guerrilha), estabelece um campo de acirramento político, dentro do qual os militares conseguiram desorganizar e eliminar a oposição armada. O AI-5 endureceu, mais ainda, pois a censura prévia já aplicada à imprensa foi estendida ao teatro, à música, ao cinema e aos espetáculos musicais.

O governo Médici conseguiu silenciar a oposição civil e eliminar a oposição armada ao regime militar (guerrilha), no campo e na cidade (prisões, torturas, assassinatos, ou a transformação de assassinados em *desaparecidos políticos*). A ditadura militar foi beneficiada pelo chamado *milagre econômico*, pela concentração de renda e pela ascensão econômica e social da classe média – embora, ao mesmo tempo, tenham aumentado a pobreza dos pobres o que gerou uma massa de 30 milhões de pessoas vivendo em estado de miséria. A violência da ditadura e o fim do milagre econômico (crise internacional) abriu espaço para amadurecimento e crescimento da oposição consentida pela ditadura militar. No meio militar, eram já incontidas as divergências. O governo do general-presidente Ernesto Geisel (diante dos milhões de miseráveis e da crise econômica que afligia diretamente a classe média que apoiava a ditadura) adota a estratégia da *distensão lenta, segura e gradual* – o que vai se desdobrar, depois, na *abertura política* do general-presidente João Batista de Oliveira Figueiredo.

Mas, note-se, que tanto a *distensão* como a *abertura* não significou possibilidade de livre organização e manifestação política: o PCB foi brutalmente enfraquecido pela prisão e assassinato de

²¹ O AI-5 permitia ao general-presidente decretar o recesso (fechar pelo tempo que quisesse) o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores; permitia subordinar ao poder-executivo-militar todas as decisões do poder judiciário. O governo podia decretar a intervenção em estados e municípios à revelia do que determinava a Constituição. O general-presidente podia cassar mandados em nível federal, estadual e municipal; suspender direitos políticos dos cidadãos por até 10 anos. O AI-5 suspendeu os direitos e garantias constitucionais dos cidadãos e permitia a intervenção em qualquer entidade. Era proibida manifestação de natureza política, ficando a polícia (Ministério da Justiça) com o direito vigiar os cidadãos, proibir o direito de ir e vir, obrigar a permanência do cidadão em domicílio determinado. Por fim, o general presidente (“ouvido o Conselho de Segurança Nacional”), poderia estabelecer a limitação ou eliminação de direitos – se assim fosse julgado necessário para a estabilidade do regime ditatorial. É claro que foi suspenso o direito de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a ordem econômica e social, a economia popular e, sobretudo contra a segurança nacional.

seus dirigentes mais experimentados; e não se pode esquecer o *massacre da Lapa*, em São Paulo²². Mas, em ambos os governos, cresceu a consciência voltada para a conquista das liberdades democráticas e para a anistia a presos e exilados políticos.

A distensão lenta, segura e gradual de Geisel e a abertura de Figueiredo, ao mesmo tempo são aceleradas pelas ações da oposição consentida e pela organização da sociedade civil, também provocavam o acirramento entre os militares que defendiam o endurecimento do regime (chamados *falcões* e os que defendiam a distensão e depois a abertura, apelidados *pombos*). Nesta nova conjuntura, começam a atuação clandestina de grupos extremistas de direita, que atacam lideranças civis, membros do clero católico e de outras confissões cristãs progressistas, parlamentares, sindicalistas, movimento estudantil, grupos que se organizavam na luta pela anistia, além do surgimento e ou desdobramento de uma imprensa mais independente e mais combativa.

A resposta que os defensores da continuidade da rígida ditadura militar, foi a (re) arregimentação de grupos paramilitares que passaram a sequestrar e espancar e matar opositores, religiosos, ameaçar grupos que defendiam a anistia – e, sobretudo, atacar jornais e jornalistas., ataques a bancas de revistas em Belo Horizonte Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belém entre abril e setembro de 1980 – para que não vendessem os jornais *considerados esquerdistas*. A reação da sociedade à ditadura militar e dos trabalhadores contra o arrocho salarial e o crescente contingente de pessoas vivendo em condições de miséria absoluta prorrogiou em 1974 – primeiro ano do quarto general-presidente, Ernesto Geisel. Trata-se da grande vitória da oposição consentida – MDB -, que levou a melhor nas eleições de 1974, sobre a Arena.

²² Foram mortos pela repressão policial militar: Davi Capistrano (PCB), preso, torturado e morto em 18 de março de 1974; Vladimir Herzog (ligado do PCB) em 25 de outubro de 1975, nas dependências do Doi-Codi-SP, assassinato que provocou a primeira manifestação de repúdio à ditadura, desde o AI-5 (8 mil compareceram ao ato ecumênico na Catedral da Sé em São Paulo em 6 de novembro de 1975). A estilista Zuzu Angel é assassinada no Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1976 (ela procurava o paradeiro do filho Stuart Angel torturado e assassinado no Rio de Janeiro – e cujo corpo desapareceu). Em 17 de janeiro de 1976, o Doi-Codi-SP tortura e mata o metalúrgico Manuel Fiel Filho do PCB (os protestos que se seguiram e os confrontos no âmbito do poder militar resultaram na demissão do comandante do II Exército, em São Paulo, general Ednardo D'Ávila Melo. O II Exército, em 16 de dezembro de 1976, trucidou a direção do PCdoB, na chamada *Chacina da Lapa* (São Paulo) e neste episódio, são fuzilados dentro de casa Pedro Pomar e Ângelo Arroio; outro membro do PCdoB, Batista Drumond é preso, torturado e assassinado. O comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Melo se disse frustrado pois o militante do PCdoB, João Amazonas teria escapado. No campo estritamente político, Geisel tornava a *distensão* bem *segura*, ao cassar mandados de todos os parlamentares que se opunham ao regime como o líder do MDB na Câmara dos Deputados Alencar Furtado (MDB-PR, 30 de junho de 1977), cassar o mandato do deputado Amaury Müller (MDB-RS, 20/3/1976), de Lisâneas Maciel (MDB-RJ, EM 1 4/1976), de Marcelo Gato (MDB-SO, 5 / 1 / 1976), de Marcos Tito (MDB-MG, 14/6/1977), de Nadyr Rosseti (MDB-RS, em 23/3/1976) e de Ney Lopes (MDB-RN, em 4/8/1976).

SJPMG – sindicato e liderança política - Dídimo Paiva

Resumo da entrevista: 1. local ou locais de perseguição ao jornalista.(Belo Horizonte) 2. Período da violência. (1964 / 1979). 3. Prisão (Não) 4. Tortura (Não) 5. Exílio (Não) 6. Banimento (Não) 7. Demissão(Não). 4. Censura (Sim). 5. Impedimento de trabalhar (Não) 6. Direitos Políticos cassados (Não). 7. Enquadramento legal (Não). 8. Víctima de monitoramento (Sim). 9. Nomes de perseguidores (Não). 10. Torturadores (Não). 11. Informações pessoais (Sim) 12 Militância Política (Não).

O ano seguinte, 1975, marca a retomada das lutas dos trabalhadores. Em Minas Gerais, sob a presidência do jornalista Dídimo Paiva, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais iniciou um processo de crítica sistemática à ditadura militar. Dídimo Paiva articulou o SJPMG com outros sindicatos, aproximação que permitiu ao jornalista entender melhor as dificuldades e as formas de atuação de outros sindicalistas (o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, João Paulo Pires de Vasconcelos, e com o presidente do Sindicato dos Bancários, Arlindo José Ramos, além das aproximações com outros dirigentes sindicais, como Lula).

Natural da cidade mineira de Jacui, Dídimo Paiva nasceu em 13 de julho de 1928, filho de Sebastião José Paiva e de Carolina Borges de Miranda. Iniciou-se no jornalismo em São Paulo e, depois de radicalizar-se em Belo Horizonte, trabalhou nos jornais “*Binômio*”, na “*Última Hora*”, no “*Diário de Minas*”, em *O Diário*, na televisão e no *Estado de Minas* – onde permaneceu por 46 anos.

Articular os sindicatos era para o presidente do SJPMG a condição primeira para o enfrentamento da ditadura militar. Segundo Dídimo Paiva o Sindicato dos Jornalistas iniciou o movimento contra a ditadura militar e, para isso, a primeira providência tomada, já na posse da diretoria para o mandato de 1975 a 1978, foi abrir a sede do Sindicato e a Casa do Jornalista aos outros sindicatos iniciando a formação da chamada “intersindical”. Esta “intersindical” – que de início incluiu líder Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Inácio Lula da Silva, para enfrentamento conjunto e sem trégua da ditadura militar – mesmo em uma conjuntura marcada pelo medo e pela opressão.

A “*Casa do Jornalista* “ passou a ser abrigo dos que defendiam as liberdades democráticas e o estado de direito – ganhando o simpático cognome de “*Casa da Liberdade*” -, pois além de proteger e defender os perseguidos pela repressão policial e militar, o SJPMG era o centro de articulações das lideranças de sindicatos, de insurgentes órgãos de defesa da democracia, dos presos e exilados políticos, dos defensores da anistia e, claro, de diversos sindicatos.

Os estudantes voltaram a se manifestar. E a sociedade começa a despertar para a necessidade do Estado de Direito – sobretudo após os assassinatos de Wladimir Herzog (1975) e do

operário Manuel Fiel Filho (1976). A questão da anistia entra em pauta e, em 1975, Terezinha Zerbini²³ inicia, com o *Movimento Feminino pela Anistia*, a mobilização de familiares, amigos de presos, de exilados, de banidos e de desaparecidos políticos, com o apoio de intelectuais e de representações profissionais (ABI, OAB).

Durante a 28ª Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência – SBPC -, em 1976, cientistas e intelectuais lançam um manifesto em defesa das liberdades democráticas e pela anistia. Também nesta conjuntura apareceram jornais que defendiam as liberdades democráticas, criticando e enfrentando a censura e o governo militar, ditatorial. Entre essas publicações encontram-se os jornais “*Opinião*”, “*Movimento*”, “*Jornal dos Bairros*”, “*De Fato*” e “*Em Tempo*”.

23 Assistente social, advogada e ativista de Direitos Humanos, a brasileira Therezinha de Godoy Zerbini (São Paulo, 16 de abril de 1928) foi fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia.

Antônio Luís Bernardes

Local de perseguição ao jornalista (São Paulo e Belo Horizonte). Período da violência (preso, em São Paulo, em 1971 e 1972). (X) Prisão (X) Tortura (Sim) Exílio (Não) Banimento (Não) Demissão (Não) Impedimento de trabalhar (Não) Direitos Políticos cassados (Sim) Enquadramento legal (Não) Vítima de monitoramento (Não) Nomes de perseguidores: e ou torturadores (Sim) Informações pessoais e ou (Sim) Militância Política.

Antônio Luiz Bernardes, nascido em 3 de julho de 1948, teve uma participação política anterior ao golpe militar de 1964, participando daquelas movimentações pelas reformas de base. Foi coroinha do padre Francisco Lage, que era uma figura conhecida da luta popular em Belo Horizonte e foi vítima da primeira hora do regime militar, tendo sido torturado e depois teve que se exilar.

“Depois do golpe, participei de movimentos secundaristas, cheguei a ser vice-presidente da Umes, preso em 1971 e 1972, em São Paulo, e uma vez ao sair da prisão eu comecei a militar como jornalista. Eu já tinha conhecidos, parentes jornalistas, e trabalhei no “Diário de Minas”, na sucursal da “Manchete”, da editora Bloch, na sucursal editora Abril e, logo que eu saí da prisão, surgiu o jornal “Opinião”.

Bernardes fala do jornal “Opinião”²⁴, que, como o “Pasquim”, foi um jornal semanário de informação política que continha a edição nacional do “Le Monde” e é o primeiro jornal dos diversos semanários de informações que surgiram, depois, com caráter mais político, de circulação nacional e o lançamento do “Opinião” teve uma grande repercussão. Juntou o empresário nacionalista Fernando

24 O jornal “Opinião” foi um semanário brasileiro de circulação nacional, criado em 23 de outubro de 1972 e extinto em 8 de abril de 1977. Era bancado pelo empresário Fernando Gasparian e produzido por jornalistas profissionais. O editor era Raimundo Rodrigues Pereira e dentre seus colaboradores, estavam: Aguinaldo Silva, Antonio Callado, Antonio Candido, Antonio Carlos Ferreira, Bernardo Kucinski, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Dirceu Brisola, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Hélio Jaguaribe, Jean-Claude Bernardet, Júlio Cesar Montenegro, Lauro de Oliveira Lima, Marcos omes, Maurício Azedo, Millôr Fernandes, Oscar Niemeyer, Otto Maria Carpeaux, Paul Singer, Paulo Francis. O Jornal Figurou ao lado de O Pasquim e do Movimento, como um jornal ligado à imprensa alternativa, concentrando-se na veiculação de artigos escritos por jornalistas e intelectuais de oposição ao regime militar. Chegou a atingir a tiragem de 38 mil exemplares semanais em seu primeiro ano, aproximando-se à tiragem da revista Veja, tamanha sua repercussão no cenário nacional. Reproduzia também em português, matérias publicadas pelo jornal francês Le Monde e pelo britânico The Guardian. O fim do jornal se deu por conta das restrições impostas pela censura. Juntamente com Movimento, Tribuna da Imprensa e O São Paulo, Opinião foi um dos jornais mais afetados pela censura, com base no artigo nove do AI-5. Opinião resistiu a quatro anos e meio de pressões: 221 edições foram feitas sob censura prévia. Contam os envolvidos que em alguns casos, mais da metade do jornal era censurada, obrigando os envolvidos a escreverem sempre mais matérias do que o necessário. Das 10.548 páginas escritas pelos colaboradores do jornal, somente 5.796 chegaram aos leitores. O número 24 foi apreendido, mas voltou a circular; os números 26, 195, 205 e o último número, 231, foram efetivamente apreendidos. As partes censuradas eram por vezes substituídas por tarjas pretas. Além dos problemas com a censura, a sede do jornal sofreu um atentado a bomba, promovido pela autointitulada Aliança Anticomunista Brasileira, na madrugada de 15 de novembro de 1976. Em seu penúltimo edição, o jornal anunciava que o próximo número só seria lançado se estivesse livre de censura. Desta forma, a edição 231 foi lançada sem ter sido submetida a avaliação prévia pela censura federal, em Brasília, como ocorria normalmente. Na sequência, os exemplares foram apreendidos nas bancas, e o jornal encerrou suas atividades.

Gasparian²⁵, vítima do golpe, que tinha a ideia de fazer um jornal de oposição ao regime militar e se uniu a uma série de jornalistas, liderados por Raimundo Pereira²⁶, para começar a fazer o jornal.

“O ‘Opinião’ teve uma grande repercussão e já na quarta edição começou a sofrer censura e teve inclusive uma edição apreendida. Esse jornal é impressionante porque na época a “Veja” tinha cerca de 50 mil leitores e o “Opinião”, na quarta edição, já havia alcançado 44 mil. A censura veio e, de alguma forma, interrompeu esse ciclo de crescimento do jornal. O ‘Opinião’ mostrou que existia no país uma necessidade, uma fome de informações e de visões distintas da visão da imprensa tradicional aliada do regime. Fui correspondente do jornal aqui em Minas Gerais, depois trabalhei no Rio, inclusive não só na redação, trabalhei na montagem de uma política própria, específica de vendas. Porque você não estava vendendo um jornal qualquer, nós estávamos vendendo na verdade um instrumento político que, de qualquer forma, virou um símbolo de luta contra a ditadura. Ele se prestava não só como informativo, mas a forma de divulgar, de vender era toda específica. Isso fica mais claro no jornal ‘Movimento’”.

Relembra Bernardes que a censura ocorreu primeiro na redação, com um censor e funcionava naquele sistema de listas., Para nós – disse Bernardes - isso não funcionava, *“porque não estávamos nem aí para as listas”*. A censura começou a ser feita na redação: *“os censores iam à redação e cortavam, segundo os critérios deles, as matérias ou trechos que não deveriam sair e é curioso porque o censor na redação possibilitava o contato com a equipe de jornalistas e a margem de negociação era maior”*.

Disse Luiz Bernardes que a censura começou dentro do jornal *Opinião* até o dia da entrevista do *Dom Helder Câmara*, que era uma figura proibida pela ditadura militar. A censora - de nome *Solange* - era muito católica, mas censurou e proibiu a matéria. Mas, disse Bernardes, o Raimundo Pereira e o pessoal da redação argumentaram com ela: era *Dom Helder*, era um arcebispo e a censora acabou assinando e a entrevista – e a matéria foi publicada. O custo foi alto:

25 Engenheiro e empresário, editor e político brasileiro, Fernando Gasparian - filho de Gaspar e de Zília Gasparian -, nasceu em São Paulo, no dia 27 de janeiro de 1930 e morreu em São Paulo, no dia 7 de outubro de 2006. Foi deputado federal, participando da Assembleia Constituinte de 1988 Nacionalista, engajou-se na luta pela Petrobras. Foi filiado ao Partido Socialista Brasileiro. Em 1968, após a decretação do AI - 5, foi cassados. Foi professor nas Universidade de Nova York e posteriormente, na Universidade de Oxford (Inglaterra) Voltou ao Brasil em 1972, fundou o semanário *Opinião* e, depois, os Cadernos de Opinião.

26 O brasileiro nascido na cidade de Exu / PE, em 8 de setembro de 1940 - Raimundo Rodrigues Pereira é jornalista e integrou a equipe que lançou a revista *Veja*. Além de dirigir o jornal *Movimento*, dirigiu também a Revista Senhor, a enciclopédia e a revista *Retrato do Brasil*. Foi repórter da revista *Realidade*, *Ciência Ilustrada*, *Veja*, *Isto É* e *Jornal da Tarde*. Atualmente é o diretor do projeto jornalístico Oficina da Informação, que edita a revista *Grandes Reportagens*.

“Custou a apreensão do jornal, a demissão da censora e custou a modificação da maneira como a censura operava. A censura e os censores saíram da redação e nós, do ‘Opinião’, então, nós éramos obrigados a entregar o material na Polícia Federal, no Rio de Janeiro. A censura era feita lá e devolvida. E esse processo ficou por bastante tempo, mas mesmo assim, você tinha a chance de conversar com o censor. Você recebia o material, contestava, criticava: Mas isso aqui é um absurdo, todos os jornais estão publicando, qual é o problema disso? Você tinha ali a pressão também. O ‘Opinião’ começou a noticiar as mortes, os atropelamentos, os suicídios, entre aspas. Quer dizer, começou a fazer o registro, a contagem dos ‘atropelamentos’, dos ‘suicídios’ Nós noticiávamos: a nota do Exército dizia que o fulano foi morto, resistiu à prisão. E nós contávamos: este ano é o 15º que morre – o ‘suicídio’ ou o 15º que morreu atropelado.

Bernardes conta que a censura foi se agravando e houve um novo passo. A censura passou a ser feita em Brasília. O “Opinião” era obrigado a enviar as matérias para a Polícia Federal em Brasília. *“Ninguém tinha contato nenhum com o censor, não tinha margem de negociação com a censura. A gente tinha que fazer, em média, dois ou três jornais para ter um”.* Para Luiz Bernardes, a passagem do “Opinião” para o “Movimento” significou avanços: *os depoimentos tomados nas Comissões da Verdade falam de situações drásticas, de tortura, de mortes, de derrotas impostas pela brutalidade do regime militar.* Para Bernardes, em relação à imprensa,

“...a ditadura foi derrotada e não conseguiu eliminar esses jornais. As publicações proliferaram, tiveram papel determinante na formação da consciência antiditadura, bem como tiveram papel determinante na formação de bandeiras unificadas contra o regime militar. Tiveram papel importante na articulação dos movimentos sociais, do movimento de frente com a ditadura, na luta contra a ditadura, do desmascaramento do seu modelo econômico, do caráter fascista do regime militar, da ausência de liberdades e de tudo mais. Jornais como ‘Opinião’, ‘Movimento’, ‘Em Tempo’ não foram derrotados pela repressão da ditadura, eles souberam resistir. E isso tem um conjunto de razões. Eles foram acabar posteriormente, quando o regime militar acabou, por outras razões. Os jornalistas, como os advogados, tiveram um papel fundamental nesta história”.

Para Bernardes a chegada de Ernesto Geisel à Presidência da República, com a distensão lenta, segura e gradual, teria sido *“a estratégia do regime para se autorreciclar com mudanças secundárias e capazes de assegurar a continuidade”.* E, segundo o depoente, houve uma mudança de

conjuntura e isso gerou um realinhamento de forças e *“teve gente que concordou, gente que discordou e isso refletiu dentro do ‘Opinião’”*

“O dono do jornal, o Fernando Gasparian, de certa forma, entendeu que a gente deveria se relacionar com essa política. Achava que ela abriria brechas. Mas, a redação, os jornalistas ficaram contra. A redação achava que aquilo era manobra, que deveria ser combatido, que não se deveria ouvir o ‘canto da sereia’. Houve um racha, a redação praticamente saiu. Naquele momento a gente vislumbrou a possibilidade de fazer um jornal que fosse mais avançado do que o ‘Opinião’, e o grupo criou o jornal ‘Movimento’.

O Jornal “Movimento” – segundo o depoente, nasceu em meio a contradições:

“O Raimundo Pereira era o editor do ‘Opinião’ foi editar o ‘Movimento’. Os jornais de uma maneira geral, e os alternativos, de uma maneira específica, eram frutos de duas contradições: uma era uma contradição que existia no seio da sociedade, entre as diversas classes, segmentos de classes que se digladiavam em torno do que estava acontecendo. Cada parcela, classe, segmento de classe, em geral, tinha a sua necessidade específica de ler e entender o que estava acontecendo, bem como de difundir essa visão e as suas propostas para o quadro que estava vivendo, ter o próprio ponto de vista. Isso é uma coisa importante, porque na verdade, a chamada imprensa burguesa, que se diz tradicional, na verdade é uma imprensa das classes dominantes, e ela apregoa essa ideia de que existe um jornalismo neutro, isento. E não existe isso”.

Para Luiz Bernardes todo *“jornal cobre os acontecimentos, interpreta e difunde uma visão do que está acontecendo. do ponto de vista das classes ou da classe que representa; e é evidente que não vai dizer que representa os interesses da burguesia”*, pois os interesses da burguesia são interesses minoritários na sociedade e, muitas vezes, conflitantes com os interesses da grande maioria. Então – ele disse - tem que mascarar e que esses jornais surgiram um pouco dessa contradição. Mas, prossegue Bernardes, os outros segmentos, setores, classes, segmentos de classes da sociedade sentiram a necessidade de ter uma *“visão própria antiditadura militar, contra seu modelo econômico, contra o seu modelo político, do que estava ocorrendo no país e no mundo, e também de difundir a sua visão do que era necessário fazer”*.

“Existia também outra contradição específica, que na época estava muito aguçada entre jornalistas e donos de jornal. Era o conflito nascido do fato de que as pessoas que fazem os jornais nem sempre são as pessoas que determinam a sua linha editorial. Tem até aquela brincadeira que se você é foca, chega a uma redação e mandam

fazer uma matéria sobre Deus, você pergunta: é favor ou contra? Coisa desse tipo. É uma contradição específica do jornalismo. A necessidade de quem faz o jornal ter determinação sobre a conduta editorial do periódico. O 'Movimento' surgiu da discussão sobre a distensão lenta, gradual e segura proposta por Geisel. Foram reuniões feitas de norte a sul do país, em que você discutia a distensão lenta, gradual e segura, o que significava aquilo e que posição tomar diante dela. Discutia que existia as condições objetivas de você ter uma imprensa independente do regime militar, ela era possível e necessária. O 'Movimento' foi constituído, de certa forma, unificando a oposição, nos diversos segmentos sociais em torno de uma visão sobre a distensão e uma proposta sobre o que fazer."

O "Movimento", disse Luiz Bernardes, surgiu desses dois conflitos e *"foi uma grande e fantástica obra coletiva, fruto de uma mobilização nacional, feita por muita gente, debaixo de uma ditadura fascista"*. O jornal assumiu a forma de uma sociedade anônima reunindo segmentos de oposição, os autênticos do MDB, os setores médios, os sindicalistas, funcionários públicos, estudantes, o movimento social, intelectuais, setores culturais do país, muitos jornalistas, sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais. O Estado mineiro *"foi onde houve o maior número de acionistas do jornal, entre servidores públicos de estatais, profissionais liberais, professores universitários, funcionários públicos, sindicatos"*.

"O 'Movimento' teve adesão de grupos e segmentos de pessoas que se incorporaram ao longo do processo, como o Chico Pinto, além de vários outros intelectuais, os autênticos, as personalidades. Em Minas teve o Edgar da Matta Machado e no Rio de Janeiro, o Chico Buarque. E por isso mesmo ele nasceu do apoio decisivo de diversas forças sociais e políticas progressistas e dos movimentos sociais em curso no país naquele momento, movimentos de bairros, de carestia, as chamadas oposições sindicais, a SBPC, que abraçaram o projeto e lhe deram sustentação política. Os trabalhadores cobravam uma ação e doavam 51% das ações para quem trabalhava no jornal. Foi a iniciativa encontrada para reunir em torno de 'O movimento' a chamada oposição ao regime militar e os jornalistas. Era diferente de alguns jornais como "Coojornal", que era um jornal de jornalistas, pois o "Movimento" era fruto de uma aliança entre os setores sociais que se opunham ao regime militar e uma turma de jornalistas. Isso então resolvendo a chamada contradição do dono do jornal, que seria o dono da opinião, e os jornalistas e os que trabalhavam no jornal".

O “*Movimento*” já nasceu censurado, conta Bernardes: “o número zero foi apreendido e proibiram sua divulgação; a sede do jornal, em Pinheiros, São Paulo, foi invadida pela Polícia Federal”. Vieram os processos e a “sede do jornal ficava a um quarteirão da casa do comandante da *Operação Bandeirantes* e a gente não sabia disso”. Existia “uma censura brutal o tempo todo; o jornal sofreu invasões, apreensões e houve perseguição a quem colaborava. Com ‘O movimento’ – além dos jornalistas receberem na redação do telefonemas com ameaças.

Bernardes lembra que, naquele período, “*várias das bancas de jornais e de revistas foram bombardeadas e incendiadas*” - período, em que a “*direita mais raivosa estava descontente com o fim do regime militar e cometeu uma série de atentados*. O jornal “*Em Tempo*” foi invadido, com colocação de bombas “*quando publicou o chamado ‘listão’ dos torturadores*”.

“Tinha um filho da época, que depois acabou morrendo, ele chamava-se Pedro. Ele que era uma criança com seis anos. Eles chegaram a invadir um prédio onde eu morava, tiraram o óleo do carro, encheram aquilo com bucha. Eu recebi cartas do Comando de Caça aos Comunistas ameaçando me matar, em tenho ainda em casa. Tive que tomar providências na escola em que ele estudava, para que não o entregassem a ninguém, só para mim e minha mulher. Bem como houve ataque ao Sindicato dos Jornalistas, as consequências desta agressão ainda continuam na sede do sindicato, assim como houve a Célio de Castro e ao Geraldo Magela, que era advogado de presos políticos”.

E prossegue Luiz Bernardes: nesta época foi instaurada uma comissão na *Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, presidida pelo deputado estadual *Milton Leite*. Dela fazia parte o deputado estadual *Ademir Lucas*, que começou as investigações. O governador era o *Francelino Pereira*²⁷. Bernardes assessorou esta comissão e redigiu o relatório final do documento da oposição. E quando esta investigação começou a chegar perto dos terroristas, “*quando o antigo agente do Cenimar chamado Nelson Sarmiento ia depor, disposto a abrir o bico*” e quando começaram a chegar “*caras como Antônio Ribeiro e os caras da polícia que tinham envolvimento com os atos terroristas, incêndios de bancas de revistas, governo Francelino Pereira empastelou a comissão*”. Saíram, segundo Bernardes, um “*relatório a da Arena, e outro do MDB, feito pelo Ademir Lucas que relatava todos os*

27 O advogado formado pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, Francelino Pereira dos Santos foi governador de Minas Gerais (eleição indireta) de 15/03/1979 a 15/03/1983. Desenvolveu sua vida adulta e de político em Minas Gerais – mas nasceu em Angical do Piauí (PI), em 2 de julho de 1921, filho de Venâncio Pereira dos Santos e Maria Ana de Souza. Foi presidente nacional da ARENA e senador por Minas Gerais de 1995 a 2003. Formação: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais. Eleito senador em 1995, Francelino Pereira é autor da lei que limita em 2% o valor da multa cobrada em mensalidades, condomínios, contas de água, luz e telefone e tributos em geral.

atentados, fatos, invasões”. . Foram ouvidas as pessoas do “*Em Tempo*”. *Empastelaram, porque daqui saiu o golpe militar, aqui foi instalado o primeiro Dops da América Latina. Então esta tradição é mineira mesmo*”.

O primeiro ponto marcante do “*Movimento*” é a postura editorial definida: “*o jornal tinha defendia as liberdades democráticas e elevação do padrão de vida material e espiritual dos trabalhadores, defendia a utilização dos recursos do país em benefício da sua população*” – e era “*um programa democrático nacional e, sobretudo, popular*”.

“Ao contrário da imprensa burguesa, que se diz neutra em relação aos conflitos sociais, “O Movimento” tinha partido e cobria o ponto de vista dos interesses democráticos nacionais e, sobretudo, populares. Por isso, que ele teve papel importante, por causa dessa postura definida, ele tratou e levantou as grandes questões do país e da população. Foi o jornal que levantou a questão da dívida, da dominação estrangeira. Ele que colocou a questão agrária no Brasil, que muita gente achava que não existia. Ele que começou a levantar e teve papel importante na derrota da ditadura, nas eleições de 1974, na questão da anistia ampla, geral e irrestrita, que foi generalizada nas matérias, nos debates etc. Outro aspecto interessante do “Movimento” é que ele mantinha essa conduta editorial, de uma forma não doutrinária. Teve muito jornal alternativo que fazia isso doutrinariamente, limitando o alcance. O “Movimento”, ao contrário, mantinha uma postura firme de ser mais jornalístico possível. Ele partia sempre dos fatos, acontecimentos em curso no país, o que é a postura de qualquer jornal. É a partir do que está acontecendo, que se aplica a postura editorial, senão fica uma coisa doutrinária, desligada da vida das pessoas e então não se alcança os objetivos. O “Movimento” revigorou as reportagens, as charges, muitos dos cartunistas que vieram no país naquela época surgiram no “Opinião”, no “Pasquim” e no próprio “Movimento”. Foram eles que iniciaram o debate dos grandes temas da sociedade, como mulheres, campo, dominação estrangeira, a questão do arrocho salarial, da liberdade sindical. Existiam seções específicas como “Histórias brasileiras”, que resgataram uma tradição que foi da “Realidade”, que foi de outros momentos, num momento em que existia certa pasteurização da imprensa, houve assim um arejamento da imprensa”.

Mas “*O Movimento*” – anota Bernardes, procurava uma “*linguagem não hermética, acessível ao maior número de leitores, buscava aprofundar as questões, de aprofundar, mas de uma forma acessível*”. Houve um momento, inclusive – conta o depoente - que foi feita uma versão popular do “*Movimento*”, que era o jornal “*Assuntos*”, para operários, uma versão menor, mais simplificada, cujos testes foram feitos no *Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo* quando o *Lula* era presidente.

Bernardes tinha acabado de sair da cadeia, tinha se debatido com a repressão, na forma mais violenta, com a tortura, a morte, os assassinatos: “*Vi coisas na cadeia de arrepiar. E era*

impressionante como o regime se preparou para matar, torturar, mas era completamente inabilitado para lidar com uma oposição legal”. Para Bernardes, a repressão tinha dificuldade imensa de lidar com a oposição legal e com jornais, “o que não era caso para prender, torturar e matar”. Quando o auge que foi o negócio das bombas já era num contexto muito diferente”.

“Como ‘O Movimento’ abordava os fatos? Apesar de que o ‘Movimento’ partia dos fatos, ele não ficava apenas neles, na superfície. Ao acompanhar os acontecimentos, ele procurava aprofundar a abordagem, por meio de análises, pesquisas, interpretação, difusão e de uma visão democrática. Teve o episódio do general Euler Bentes. Ele brigou com o regime, propôs ao país uma frente de oito pontos. O fim do regime estava em discussão, estava dado que era preciso ter uma frente contra ele, que era preciso ter um programa. Então, em cima dos oito pontos do Euler Bentes, o “Movimento “ pegou a ANL, a Frente do Chile, a Frente do Vietnã, ou seja, as coisas que estavam envolvidas no sentido de ter esta relação de utilidade com outra imprensa, seja do noticiário, seja na parte opinativa, para os segmentos sociais que ele representava”.

Bernardes cita um exemplo do posicionamento do jornal

“O Movimento’ viveu um processo profundo. Por exemplo, o jornal não aderiu editorialmente à anistia, precedida de amplas liberdades e da Constituinte. Houve todo um período que a gente cobria, dava matérias pró e contra, pois tinha gente do espectro que era a favor e gente que era contra. Até que o jornal organizou um processo de discussão que envolvia todas as sucursais, acionistas, gente de oposição no país inteiro, houve a reunião, uma espécie de congresso do jornal, nacional, entre acionistas e colaboradores e que decidiu, num amplo processo de debate. Ele serviu como instrumento de compreensão, de debate e de amadurecimento, e num certo momento de definição em torno dessa bandeira. A partir daí ele incorporou na linha editorial e passou a defender claramente. A mesma coisa com a questão agrária. O jornal resgatou a importância da luta pela propriedade da terra, pela reforma agrária. Você tinha discussões imensas, por exemplo, o Chico de Oliveira achava que a questão agrária no Brasil, era uma bandeira burguesa e que estávamos querendo distribuir propriedade”.

Bernardes opinia: isso tudo mostra que “O Movimento’ não era um mero jornal, não era um partido político, não era um movimento social: existia respeito à sua natureza como jornal” que compreendia e procurou aprimorar as suas relações com os segmentos sociais que representava. Isso foi uma experiência riquíssima, debaixo de uma ditadura.

Bernardes brinca dizendo: “ *O Movimento*’ é o único lugar do mundo onde a contradição entre capital e trabalho está personificada nas mesmas pessoas: nós éramos os donos do jornal e faziam os o jornal. Paqra ele, este era o “o verdadeiro milagre econômico, porque você sustentar um jornal imenso, com estrutura nacional, debaixo de ditadura e garantir a sobrevivência dele, inclusive do ponto de vista gerencial, econômico e financeiro, é que é um milagre”. Bernardes se lembra de uma comparação entre “Veja” e “O Movimento”. 95% da receita de “Veja” vinha dos anunciantes, o assinante mesmo não entrava nem com 5%. E quando se analisava a composição dos anúncios de “Veja” eram prioritariamente de empresas multinacionais, fábricas de automóveis, de empresas estatais e, muito secundariamente, empresas nacionais – o que demonstraria, segundo ele, “quem era responsável pela existência de ‘Veja’, e conseqüentemente, com quem seriam os seus compromissos - com os anunciantes”. Os leitores eram um número de pesquisa que facilitava o departamento comercial a achar ou pedir a contribuição. Mas, diz Luiz Bernardes, ‘O Movimento’, era o contrário: *dependia mais de 90% dos leitores. Era assinatura, venda em banca*”.

“*O Movimento*’ tinha pouquíssimo anúncio, haja vista de quem anunciasse estava lascado. Ele dependia diretamente do leitor. Um negócio assim impressionante, que era um resguardo da fidelidade do jornal com seus leitores. Tínhamos alguns outros diferenciais, de natureza gerencial, que era um monitoramento rigoroso e profissional da evolução da situação. Muitos jornais de oposição, alternativos, eram muito criativos, mas não tinham essa dimensão. O ‘Movimento’ teve. Graças também uma figura emblemática como Sérgio Mota, era um grande empresário, na passagem de “Opinião” para o ‘Movimento’, ele teve um papel preponderante. Montou um esquema de monitoramento e acompanhamento, em cima da evolução econômica e financeira da situação do jornal, o que possibilitava adotar medidas. O jornal de certa forma vivia realmente do leitor e da contribuição dos segmentos que estavam interessados. Havia um déficit anual em torno de 5% e 7%, e se cobria isso vendendo ações, porque na redação que trabalhava lá, poucas pessoas eram registradas, a remuneração era muito abaixo do mercado. Mas isso não era fruto de uma política empresarial sacana com o jornalista, era parte do preço que nós jornalistas pagávamos para manter aquela imprensa debaixo da ditadura”.

Antônio Luiz Bernardes, ele mesmo junto à Comissão da Anistia reivindicou o “tempo de trabalho em que constava do expediente”, pois exercia várias funções no jornal, e “inclusive chefeei a sucursal em Belo Horizonte, fui diretor do jornal, mas nunca fui contratado”. A Comissão da Anistia reconheceu o tempo de serviço de Luiz Bernardes (matéria assinadas e demais provas). E conclui sobre este ponto: “*assim como a clandestinidade num certo momento era contingência da luta contra a ditadura, no terreno da imprensa, qualquer um desses jornais precisava desta cota de sacrifício para que eles existissem, senão seriam inviáveis*”.

Outro destacado por Bernardes, que contribuiu para a sobrevivência do “O Movimento”: a distribuição feita pela *Abril*. A editora distribuiu o “Movimento” o tempo todo, apesar da pressão da ditadura e que havia o sistema de venda direta de jornais

“Uma experiência teve início em Minas Gerais. Havia o Luís Marcos, a irmã dele Cecília Magalhães e o Flávio Serpa tinham ligações com os estudantes daqui. O DCE da época, se eu não me engano com o Flaminio Fantini ou o Jânio Bragança, por essas ligações, pediu para receber e vender o “Opinião”. Criou-se o hábito, do que se chamou depois, de venda direta. Serviu de matriz para abordar a política de venda, de organização do ‘Movimento’. A compreensão de que aquilo era um instrumento político, o conteúdo, a fórmula de distribuir e vender também era uma tarefa política. Muitos movimentos sociais se organizaram a partir da distribuição e venda do ‘Movimento’, assim parte do movimento operário, inclusive daqui, se articulou em cima da venda do “Opinião”. Esta é uma experiência que deve ter se repetido com o “Jornal dos Bairros”. Tinha gente que vendia, como o Tostão que saía com o jornal. Muitas vezes o coitado foi preso. Muito estudante, pessoal de classe média, saía vendendo na Savassi, de noite, nas portas de teatro, nos eventos que existiam, vendiam em casa escola, discutiam o jornal, vendiam nos bairros. Não eram vendedores, estavam cumprindo uma tarefa política. Não era por causa da comissão, tinham a compreensão de que aquilo era um produto político”.

Bernardes destaca o papel dos jornais e dos jornalistas no enfrentamento da ditadura:

“Nós jornalistas brasileiros escrevemos uma parte importante da história da resistência à ditadura, não só através da ABI, mas através da multiplicidade de imprensa de resistência, e tivemos a capacidade de ver nosso terreno vencer a ferocidade do regime militar. Tivemos um papel importante no esclarecimento da população a respeito da natureza do regime, bem como da necessidade de recorrer, assim de ajudar de forma decisiva a construir um conjunto de bandeiras que foram depois decisivas para o fim do regime militar. Acho que nós jornalistas, neste ponto de vista, estamos de parabéns.

Aqui em Minas, estes jornais sempre tiveram uma existência forte. O “Opinião” e o ‘Movimento’ foram fortes aqui. Aqui teve o “Jornal dos Bairros” e o “De Fato”. Já tinha existido o jornal do José Maria Rabelo, o ‘Binômio’. Assim como os grandes jornais nacionais sempre tiveram uma grande leitura aqui, uma tradição com a nossa imprensa, que às vezes é meio fraquinha. Mas eu me lembro de que o “Estadão” tinha uma grande sucursal aqui, a ‘Folha’, ‘O Globo’, a ‘Bloch’, a ‘Abril’. No caso específico do ‘Movimento’, o segundo lugar em número de assinantes era aqui, proporcionalmente maior do que São Paulo, bem como o número de acionistas. O que mostra que este tipo de iniciativa tem uma retaguarda por aqui”.

Novos jornais *Jornal dos Bairros* – Depoimento Edson Martins

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1976 / 1983). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8) Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Não) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Sim).

É nesta conjuntura, de enfrentamento sem trégua da ditadura militar, que surgiram novos jornais, em Minas Gerais, comprometidos com a informação de interesse dos leitores e com a própria formação democrática da sociedade. Neste campo, tem destaque o *Jornal dos Bairros / JdB* e o jornal *De Fato*. Edson Fernandes Martins – Jornalista é natural da cidade de Ponta Porã / MS e é formado em jornalismo pela UFMG (1983). Trabalhou nas redações do “*Diário do Comércio*”, “*TV Globo*”, “*TV Manchete*”, “*Hoje em Dia*”, Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem e Congonhas, campanhas políticas na coordenação de imprensa de Patrus Governador (1998) e Nilmário Governador (2001). Foi professor de Jornalismo na “*PUCMinas*” (1988/1999). Foi fundador e participou dos jornais “*Folha Popular*” (1991/1993) e “*Fato*” (2005). Foi membro da Comissão de Ética do SJPMG.

Edson Fernandes Martins é um dos fundadores do “*Jornal dos Bairros*”²⁸ – ao lado de assistentes sociais, de economistas, de engenheiros, de médicos, de sociólogos, de professores, de sindicalistas, de moradores da região do Barreiro (região Noroeste de Belo Horizonte) e, é claro, de jornalista. Entre estes jornalistas está Nilmário Miranda.

Mineiro de Teófilo Otoni, Nilmário Miranda nasceu em 11 de agosto de 1947. É jornalista, pós-graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. É casado com Stael, professora de Sociologia da UFMG, pai de três filhos. Preso e processado, em 1968, foi obrigado a deixar a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, participando da resistência clandestina à ditadura, até ser novamente preso em São Paulo, em primeiro de maio de 1972. Foi condenado a mais de seis anos de prisão (cumpriu três anos e um mês) e teve seus direitos políticos cassados por cinco anos. Passou pelos porões do DOPS, DOI-CODI e pelos cárceres do Tiradentes, Carandiru, Hipódromo. Em junho de 1974 voltou a Minas Gerais, preso, para o presídio de Linhares em Juiz de Fora. Após ter sido solto, em 1975, voltou à militância, desta vez na área sindical, na região de Belo

28 Além de Edson F. Martins e Nilmário Miranda, a primeira edição do “*Jornal dos Bairros*” contou com a participação de Carlos Magno, Chico Pompéu, Dione Dutra, Fernando Soares Miranda, Gilberto Arinos Pereira, Jane Maria de Oliveira, José Amaro Siqueira, Isa, Lester J. Moreira, Lú, Maló, Márcia Portela Antunes, Nilson, Ronaldo Pimentel, Stefeson, Tilden Santiago e Wanir.

Horizonte, além de ingressar no curso de jornalismo da UFMG. Foi um dos fundadores do PT e da CUT. Após a formatura, em 1979, foi fundador e diretor do “*Jornal dos Bairros*”, trabalhou como jornalista no Sindicato dos Bancários de Minas Gerais (1979) e no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (1981 e 1982), aliando a profissão à militância política. No ano seguinte, concluiu pós-graduação em Ciência Política. Em 1986, Nilmário Miranda se elegeu para o primeiro cargo público: deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, sendo líder da bancada estadual de seu partido na Constituinte Mineira. Chegou à Câmara dos Deputados pela primeira vez em 1990, reelegendo-se mais duas vezes (90/94; 94/98; 98/2002). Como deputado federal presidiu a Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos e dedicou-se como relator/autor de leis para uma política nacional de saneamento, de moradia para a população pobre e de reforma urbana, no primeiro mandato. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos, que presidiu em 1995 e em 1999. Durante os anos de 2002 a 2005, no governo Lula, foi o primeiro Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Foi candidato ao governo de Minas Gerais nas eleições de 2002 e 2006. Foi presidente do PT em Belo Horizonte (1999-2001), do PT mineiro (2005-2007) e membro da Comissão Executiva e do Diretório Nacional 29.

Segundo Edson Martins, o “*Jornal dos Bairros*” foi um projeto de jornalismo popular desenvolvido na região industrial de Belo Horizonte e Contagem, com alcance em comunidades do entorno, como os municípios de Betim e de Ibirité. O *JdB* começou a circular em setembro de 1976 e persistiu com edições quinzenais até 1981 e, com edições mensais, até 1983 – conta o jornalista Edson Fernandes Martins, que foi diretor responsável do “*Jornal dos Bairros*” de Belo Horizonte. Segundo ele

“O projeto envolveu mais de 100 pessoas, gente de todas as origens e formações, de jornalistas a engenheiros, de médicos a assistentes sociais, de sociólogos a economistas, de professores, de sindicalistas e de moradores da região que se incorporaram às tarefas de pautar, produzir e distribuir o jornal e debater seu projeto político. O jornal e seu grupo dedicaram-se a contribuir para a organização popular com vistas a conquistar condições dignas de vida e trabalho, como melhor transporte, moradia, serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo; e melhores condições de trabalho, como salário, ambiente, segurança. Eram demandas frequentes das comunidades submetidas à ditadura militar vigente, que impunha às camadas populares uma quase absoluta ausência de serviços e arrocho salarial, perseguição e todo tipo de restrições às atividades

²⁹ Blog do Nilmário: <<http://www.blogdonilmario.com.br/conteudo.php>>. Acessado em: 29 de janeiro de 2014.

sindicais, afora a violência institucional que medrou no ambiente político arbitrário estimulado pela sensação de impunidade e autoritarismo”.

O *JdB* sobreviveu com poucos anúncios, algumas doações, pequenos eventos e muita dedicação do grupo, que voluntariamente se reunia todos os fins de semana, um para a elaboração do conteúdo, diagramação e fechamento da edição; outra para a distribuição, pauta e discussão do andamento do trabalho. Embora provocadas, as agências de publicidade não se animaram a programar anúncios para o jornal. Até o poder público mostrou-se refratário a incluir o *JdB* no rol de veículos a receber apoios institucionais e anúncios publicitários. Além destas dificuldades, o jornal enfrentava o terrorismo.

“No dia 1º de maio de 1979 houve um ato de violência contra o JdB. A sede do jornal, no Barreiro, foi invadida, vandalizada e saqueada, numa clara tentativa de intimidação, junto com outros atos de invasão em outras entidades populares da região. Aqui, a íntegra do texto que foi publicado na primeira página do jornal na edição nº 67, de 4 a 17 de maio de 1979, sob o título: dia 1º de Maio do ano passado a sede da Coordenação de Pastoral do Setor Industrial foi assaltada. Levaram as publicações que a Igreja estava divulgando sobre o Dia do Trabalhador. Até hoje este roubo não foi apurado”.

Martins contou que o fato se repetiu ainda em 1979, só que atingindo outras instituições. Na madrugada do último dia 1º de Maio foram invadidas as sedes de quatro entidades, situadas em locais diferentes, mas todas na região industrial. Foram elas: o *CET* – Centro de Estudos do Trabalho; o *CCO* - Centro Cultural Operário; o *GETEC* – Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária e o *Jornal dos Bairros*.

“Os invasores não deixaram marcas de arrombamento e levaram uma impressora off-set, máquinas de escrever, aparelhos de telefone, dinheiro, livros contáveis, além de arquivos e milhares de publicações. O prejuízo total ficou em mais de 400 mil cruzeiros. No caso do Jornal dos Bairros, o roubo prejudicou a própria feitura do jornal. Sem contar os prejuízos de mais de 50 mil cruzeiros, tivemos de nos esforçar para fazer esta edição, pedindo máquinas de escrever emprestadas e trabalhando a noite toda.

As quatro instituições atingidas estão tomando as devidas providências junto às autoridades para o completo esclarecimento desses roubos. Estas entidades, bem como a Pastoral do Setor Industrial, têm sua linha de trabalho marcada por um firme apoio às lutas dos trabalhadores e moradores por condições dignas de vida. Tudo faz crer que os invasores são contra esse trabalho. Mas nós não vamos desanimar, e a prova disso é esta edição. Temos certeza de que continuaremos contando com o apoio de nossos leitores e anunciantes”.

Efetivamente – acrescenta o depoente - o jornal prosseguiu seu trabalho e circulou por mais 4 anos, quando já então o Brasil via a ditadura militar com claros sinais de fenecimento, com a anistia, ainda que parcial, promulgada e já conquistada a liberdade de organização partidária, avanços que tiveram como significação uma parcial obsolescência editorial do *JdB*, e novos rumos para os membros da equipe, que era plural e heterogênea ideologicamente.

Jornal De Fato - Depoimento Aloísio Morais

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1978). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8) Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Não) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Sim).

Aloísio Morais Martins - nascido em 10 de janeiro de 1948, em Governador Valadares-MG - é jornalista, formado no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Trabalhou na imprensa alternativa, tendo participado da fundação de publicações como os jornais Vapor e De Fato e da Revista Circus. Entre 1977 e 1979, atuou como repórter das revistas Manchete e Retrato do Brasil e do Jornal Movimento. Desde 1988, atua no Jornal Hoje em Dia, onde atuou como editor em várias editorias, como nos cadernos Mundo, Brasil, Política, Minas, chegando a ser Editor de Primeira Página e Opinião, espaço em que apresentou a opinião do jornal sobre os assuntos mais importantes, além de publicar artigos que contextualizam os fatos e dar espaço para que o leitor expresse sua opinião livremente. Paralelamente à sua atividade no jornal, também foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais – SJPMG – em duas gestões, entre 1992 e 1993 e 2008 e 2011. No órgão, assumiu a função de Diretor Financeiro ³⁰.

O jornalista Aloísio Moraes narra a experiência vivida por jornalistas mineiros, na fundação e sustentação do jornal “De Fato”. O “De Fato” foi fundado em Belo Horizonte com o objetivo de chegar aos leitores estudantes e intelectuais e profissionais da Comunicação, Direito, Psicologia, Economia, Artes e Literatura que se incorporaram no movimento contra a ditadura militar. Sem fins lucrativos, o “De Fato” foi criado com contribuições monetárias dos apoiadores – em grande parte jornalistas que, diante da censura e da repressão a que eram submetidos nos grandes jornais – criaram um jornal no qual poderiam, sem censura, tratar de fatos e de interpretação de fatos. O “De Fato” era abrigado em parte da casa de um dos fundadores, vivia do faturamento da própria venda de exemplares e, segundo Aloísio Morais

“... havia a participavam de todos do jornal na discussão das pautas, na apuração, na edição e na venda dos exemplares impressos, em bares, em portas de teatro, em bancas de jornais e, sempre aos domingos, na Feira Hippie de Belo Horizonte e o ‘De Fato’ teve até assinantes, aqui e exilados políticos no exterior”.

30 Portal dos Jornalistas <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=9065>>. Acesso - 29 de janeiro de 2014.

O “*De Fato*” tinha uma pauta avançada para a época, incluindo temas como movimento feminista, sexualidade, incluindo homossexualismo e religião. Mas, na conjuntura, o “*De Fato*” adotou uma pauta mais voltada para a política, com ênfase na violenta repressão político-policial e a questão dos direitos humanos. Destacou-se, na história do *De Fato*, a matéria publicada sobre a “*Polícia Metropolitana - a Metropol -*”, que agia de forma arbitrária em relação aos cidadãos (especialmente os mais pobres) e sobre opositores da ditadura militar. A “*Metropol*” foi apelidada pelo jornal de ‘*Metropau*’. O jornal, fazendo denúncias, passou a ser vigiado e perseguido:

“Na madrugada do dia 2 de setembro de 1978, um sábado, a sede do jornal De Fato foi arrombada por terroristas. O cadeado do portão externo foi arrombado e o mesmo ocorreu com a porta de acesso às dependências do jornal, na Avenida do Contorno 2.399 - bairro Floresta, em Belo Horizonte”.

Segundo Aloísio Morais foi constatado o furto de um aparelho de telefone, de agenda de endereços e telefone e, sobre uma mesa da redação foi deixada...

“uma garrafa chamuscada contendo líquido inflamável, uma tira pano e uns pedaços de um material verde em tabletes, deixando a impressão de que o objetivo era provocar uma explosão seguida de incêndio no local. No imóvel, uma moradia nos fundos de uma residência familiar com um portão de acesso independente, moravam naquele momento dois jornalistas, eu, Aloísio Morais, e Fernando Assunção. Por coincidência, naquela noite de sexta-feira pra sábado, nós não dormimos no imóvel, o que reforçou a nossa suspeita de que estávamos sendo monitorados”.

Reforçavam essas suspeitas, alguns antecedentes lembrados por Aloísio Morais:

“ Durante alguns meses que antecederam o fato o telefone tocava de vez em quando na madrugada e ficava mudo logo que era atendido, forma usada, certamente, para verificar se havia alguém no interior do imóvel. Suponho que o objetivo era provocar um ato terrorista contra o jornal e, possivelmente, recolher os exemplares do De Fato antes de seguir para venda nas bancas e nas ruas. Ressalto que naquele momento, às vésperas de eleições parlamentares, o jornal já vinha lutando com grande dificuldade para se manter, e a edição seguinte acabou marcando sua extinção”.

Em Tempo: Depoimento de Betinho Duarte

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (/). 3 Prisão () 4 Tortura () 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8) Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Não) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Sim).

Os atentados contra jornais e jornalistas e contra cidadãos de diversos segmentos da sociedade civil, organizada ou não, foram intensificados com a *distensão lenta, segura e gradual* do governo do quarto general-presidente Ernesto Geisel. Os integrantes dos grupos paramilitares da extrema direita que atuaram como “*voluntários do golpe civil-militar de 1964*”, atuavam nos porões da ditadura militar, participando de prisões, torturas e assassinatos de cidadãos que lutavam contra a ditadura e a favor da democracia.

Segundo Betinho Duarte - o ex-vereador do PT de Belo Horizonte, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte (MG) e ex-diretor da sucursal do *Jornal Movimento* em Minas Gerais e ex-diretor da sucursal do jornal *Em Tempo*, em Minas Gerais e ex-presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia em Minas Gerais – a exemplo do que aconteceu com o *Jornal dos Bairros* e o jornal *De Fato*, os atentados foram muitos e Belo Horizonte foi a capital brasileira dos atentados terroristas praticados pelo CCC – *Comando de Caça aos Comunistas* -, GAC – *Grupo Anticomunista*-, MAC – *Movimento Anticomunista* – e o *Grupo Reação*. O fundador e ex-administrador de jornais em Belo Horizonte completa sua apresentação:

“*Comecei minha militância política aos 12 anos no GGN – Grupo Gente Nova. Estudei nos colégios Loyola, Estadual (Central), Padre Machado. Estudei na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – FACE/UFMG a partir de 1967 acabando sendo expulso por atividades políticas. Fui membro da organização de esquerda denominada AP – Ação Popular participando dos movimentos estudantis contra a ditadura militar e pela redemocratização do país. Fui preso pela primeira vez em 14 de maio de 1968 sendo absolvido por falta de provas*”

Antes de ser vereador, presidente da Câmara Municipal de BH e prefeito interino da Capital mineira, Alberto Duarte participou ativamente das lutas políticas pela democratização do país:

“*Contribuí para a fundação e dirigi as sucursais mineiras dos jornais alternativos ‘Movimento’ e ‘Em Tempo’ Fui um dos fundadores e duas vezes presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia em Minas Gerais CBA/MG. Vereador em Belo Horizonte por três*

mandatos (1993/2004). Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte (2003/2004) Prefeito interino de Belo Horizonte por seis vezes. Primeiro Ouvidor Geral do Município de Belo Horizonte (2007/2008) Presidente da ONG TV BEM que tem como objetivo lutar contra a banalização da violência e da pornografia.

28 07 1978: Atentado conta a sucursal do Jornal *Em Tempo* em Belo Horizonte – aproximadamente a uma hora da manhã: arrombamento seguido de invasão da sede da sucursal, com pichação de paredes e de móveis, com dizeres tais como: “MAC + GAC: a volta será pior”, ou “Entrei de sola e volto”:

“Na madrugada de domingo, no dia 8 de julho de 1979, a sucursal do jornal ‘Em Tempo’ sofreu o terceiro atentado em menos de um ano. Desta vez os terroristas utilizaram, ao que parece, chave falsa, uma vez que não se constatou nenhum sinal de arrombamento na porta principal, que foi encontrada apenas cerrada na manhã de domingo. Em todas as dependências da sucursal, os criminosos derramaram ácido sulfúrico em grandes quantidades, no chão, nas cadeiras, mesas e demais utensílios, papéis e documentos. Todas as máquinas de escrever, um aparelho de telex e todos os arquivos. Os terroristas chegaram ao requinte de barbárie de destruir com ácido coleções da revista ‘Veja’ e livros de consulta dos nosso arquivo e pesquisa. Inclusive, quando alugamos lá, a dona da casa, nós alugamos a parte de baixo e moravam pessoas em cima. Ela deixou um cofre que era muito pesado. Eles achando que o cofre era nosso também jogaram ácido no cofre inteiro. Um químico por nós consultado sobre os efeitos do ácido calculou entre 10 a 15 litros o total utilizado na sucursal. Para evitar o risco continuado dos efeitos do ácido e de sua ação tóxica sobre as pessoas, tivemos de lavar toda a sucursal, pisos, paredes e utensílios com água na proporção de três litros por litro de ácido. Foram 30 litros de água. Imediatamente após a constatação do atentado, no domingo, por volta das 10 horas da manhã, comunicamos o ocorrido a toda imprensa e solicitamos a presença da polícia técnica, que vistoriou o local e recolheu material para feitura do laudo. Redigimos também uma nota oficial para a população e convocamos, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, uma reunião de entidades e toda a imprensa, às 14 horas, do dia 9 de julho de 1979. Então, houve um a reunião no sindicato de solidariedade ao jornal ‘Em Tempo’ para denúncias dos fatos e discussão de propostas. Nós promovemos, diariamente, nas escadarias da Igreja São José, uma vigília, de 11 horas às 13 horas, com dupla finalidade: denunciar mais amplamente a violência de que fomos vítimas e a omissão e a cumplicidade do governo, uma vez que não tomou nenhuma providência quanto aos atentados anteriores. Nem mesmo o andamento do inquérito nosso, requerido no ano passado. E angariar fundos para reconstrução do jornal.”

Mesmo sem ser chamada, por volta das 10 horas do dia 28 de julho, a sucursal foi “visitada” por dois soldados da Polícia Militar (que não se identificaram, nem identificaram sob ordem de quem estavam ali); uma hora mais tarde, apareceram na sucursal mineira do Em Tempo, uma pessoa que afirmava pertencer à Polícia Federal: não se identificou e saiu do local em um carro, marca Opala, cor Preta, Placa DF 1324, BH-MG. Perto das 12 horas, uma pessoa identificou-se como Sargento do Exército Eustáquio Ferreira – e declarou o Governo não tinha nenhuma responsabilidade pelo atentado (período de “abertura” política e véspera de eleições). Em 04 08 1978: foi pedida a abertura de inquérito na Polícia Civil e na Polícia Militar. Duarte indicou, ainda, como se insistir em apurar o atentado contra o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais:

” Em 27 de junho de 1980, às vésperas da visita do papa João Paulo II a Belo Horizonte, outra bomba explodiu no Sindicato dos Jornalistas. Na ocasião, a capital vivia um período de agitação, com intensos movimentos estudantis, seguidos de atentados a bomba contra bancas de jornais. Na verdade tentando inviabilizar, também, a venda de nossos jornais da imprensa alternativa, eles passaram a queimar as bancas. Os atos terroristas eram reivindicados pelos grupos anticomunistas como o GAC e o MAC, além da TFP (Tradição, Família e Propriedade) e o CCC (Comando de Caça aos Comunistas). As bombas com alto poder explosão causavam danos e ameaçava a integridade física das pessoas inocentes. Havia ainda pichações, ameaças telefônicas e violação de correspondências. Em meio a este clima de tensão, um artefato foi jogado na porta do sindicato, causando danos e perplexidade. As paredes foram pichadas com as frases: ‘Casa de comunistas, a hora é chegada, fora comunistas e viva o papa anticomunista, este é um aviso à imprensa comunista’.”

Betinho Duarte conta que os “atos praticados por estes grupos totalizaram 58 atentados terroristas e que 18 ações terroristas foram cometidas depois da redemocratização de 1985 (1987 a 1995)”. Mas, Duarte chama a atenção, também, que os atentados contra jornais, contra jornalistas, contra cidadãos e instituições da sociedade civil, estão ocorrendo desde 1965³¹. Eis os atentados terroristas cometidos pelos grupos de extrema direita contra jornais e contra o SJPMG.

É importantíssimo não esquecer que, após 1985, todas as vezes que a questão das torturas, dos mortos, dos desaparecidos políticos voltou à pauta dos jornais, os atentados terroristas foram, de novo, cometidos. Em Belo Horizonte, o Sindicato dos Jornalistas sofreu atentado terrorista em março

³¹ Ver, nos anexos, lista de atestados contra diversos setores da sociedade civil, oferecidos por Alberto Duarte.

de 1995 (dia 10) e, oito dias depois, bombas foram detonadas em frente à sede dos jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*:

Quadro I -Atentados terroristas: jornais e Sindicato dos Jornalista - Minas Gerais (Resumo)	
Descrição incluindo autor(es)	Vítimas
29 07 1978: Jornal “ <i>De Fato</i> ” – ameaça por telefone contra o jornal.	Ameaça de atentado recebida, por telefone, pelo jornalista Aloísio Moraes.
02 09 1978: Atentado contra o jornal “ <i>De Fato</i> ”, com arrombamento, invasão, roubo de aparelho telefônico, documentos, colocação de bomba (que não deflagrou).	Polícia Militar, Polícia Federal, Instituto de criminalística, Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais foram acionados.
30 04 1979: Atentado o SJPMG – invasão	Cofre arrombado destruição de documentos
01 05 1979: Invasão seguida de roubo do “ <i>Jornal dos Bairros</i> ” (rua Álvaro da Silveira, 626m Bairro Santa Margarida – Sede da Corpo Editora Limitada, responsável pela publicação do Jornal.	Foram roubados do jornal 4 máquinas de escrever, 01 calculadora marca Facit, um rádio, um telefone, um mimeógrafo a álcool, 03 grampeadores, caixas de arquivos, arquivo completo de foografias, dinheiro de venda de publicações, coleção do Jornal dos Bairros e e outras publicações.
27 06 1980: Bomba lançada contra o SJPMG, com destruição parcial da porta do sindicato, e houve ainda pichação de paredes, com frases como “Casa de Comunistas”, “A hora e chegada”, “fora comunistas”, “viva o papa anticomunista” e “Este é um aviso à imprensa Comunista”. Atentados reivindicados pelo GAC, MAC, TFP	Atos terroristas cometidos contra o SJPMG, bancas de jornais e de revistas, contra editoras gráficas, universidades (quais?) e entidades religiosa (quais?).
18 03 1995: Bombas explodem em frente ao jornal Estado de Minas	Destruição parcial da portaria da sede do Sistema <i>Estaminas</i> e destruição de carro estacionado no local.
18 03 1995: Bombas explodem em frente ao jornal Diário da Tarde.	Destruição parcial da portaria da sede do Sistema <i>Estaminas</i> e destruição de carro estacionado no local.

Minas Gerais, os jornalistas e os esquadrões da morte

Tão importante como não desligar a censura, a repressão, as prisões, torturas e assassinatos do campo político e político-ideológico – é a questão que, ainda hoje, tem sido tratada de modo equivocado – como afeita apenas ao aspecto policial e criminal de policiais corruptos e corrompidos (a chamada *banda podre* da polícia). Registra a história que os quadros originais de torturadores foram recrutados nos quadros destes policiais corruptos e corrompidos das polícias civil e militar.

O tristemente famoso Sérgio Paranhos Fleury e outros torturadores se *especializaram* na tortura seviciando e matando homens e mulheres comuns. Depois, monstros da extrema direita, como Dan Mitrione, completaram a *formação dos torturadores*. Mas, é preciso não esquecer que a ditadura civil militar e, após 13 de dezembro de 1968 – ditadura militar garantiu, pelo fechamento político, uma violenta concentração de renda – fundamentada, inclusive, no arrocho salarial. E cabe lembrar, ainda, que esta *compressão salarial* implicou na geração de 30 milhões de brasileiros vivendo em estado de miséria absoluta. Para assegurar a não reação dos trabalhadores, a repressão e controle dos sindicatos foi fundamental, assim como a repressão brutal aos sindicalistas e a todos que lutavam por justiça social.

Neste sentido, consideramos obrigatório considerar como questão política o extermínio de marginais (seres marginados), de bandidos (seres humanos banidos do convívio social), de adultos e de menores, em sua maioria pobres e pretos. E também consideramos obrigatório considerar a ação de defesa do estado de direito e da ordem democrática empreendida tanto por promotores como Hélio Bicudo, como a ação de jornalistas e de jornais na denúncia de policiais que agiram como terroristas de direita (como torturadores e como membros e ou dirigentes de grupos clandestinos - milícias), que atacaram jornais e jornalistas.

Depoimento - Geraldo Elísio Machado Lopes (2)

É emblemático, nesta dimensão, o caso denunciado em Minas Gerais pelos jornalistas do jornal *Estado de Minas*, chamado *Caso Jorge Defensor*. Preso a 27 de abril de 1977, o ex-operário, foi torturado durante dez dias: foram dias seguidos de pau-de-arara e todo tipo de espancamento – Jorge Defensor teve a coluna vertebral e os ossos da bacia quebrados, foi empalado e teve as duas pernas quebradas foi e descoberto pelo jornalista Alberto Sena que ficou sabendo que havia um operário internado em estado gravíssimo no Hospital São Francisco – em Belo Horizonte. Jorge sobreviveu – em uma cadeira de rodas, com uma sonda para a urina e uma bolsa para as fezes. Os repórteres do Estado de Minas denunciaram a barbárie cometida pela polícia, mobilizaram a sociedade e levou o então governador do Estado, Aureliano Chaves de Mendonça³², a tomar providências – contra parte da polícia que não tinha (e não tem ainda) nenhum pudor em torturar presos – especialmente quando pobres e pretos. Segundo Geraldo Elísio, o repórter Alberto Sena

“foi ao hospital, disseram que não havia nada. Ele tentou de todas as formas e as informações eram sempre contraditórias, mas ele não desistiu. Passou-se o tempo e um padre, de nome Antônio, procurou um jornal existem em Contagem e disse da existência do operário espancado, sobre a acusação de estupro”.

Em relação a este episódio de tenebrosa tortura de um ser humano, um dos participantes da *cobertura jornalística* e, como tal, ganhador do *Prêmio Esso de Jornalismo* – Geral Elísio Machado Lopes revela que os jornalistas que cobriram as torturas que incapacitaram Jorge Defensor Vieira passaram a sofrer perseguições. Conta Geraldo Elísio que

“... havia sido lançada na época, uma revista chamada Repórter – uma revista de altíssimo nível – e quem fez a matéria referente ao caso Jorge Defensor foi o jornalista Lourenço Diaféria³³. [...] Ele veio a Belo Horizonte, entrevistou a todos nós, entrevistou policiais e fez uma matéria. Eu tenho esse número – é o número 3 da revista Repórter – e quem aparece como um dos principais responsáveis na matéria do Diaféria é o delegado Miguel Bechara, como autor do espancamento. Na realidade, 19 policiais se revezaram algumas semanas, destruindo fisicamente o Jorge Defensor, culminando – como eu disse de início – com o empalamento”.

32 Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (Três Pontas, 13 de janeiro de 1929 — Belo Horizonte, 30 de abril de 2003) foi um político brasileiro, governador de Minas Gerais (1975-1978) e vice-presidente da República (1979-1985).

33 Lourenço Carlos Diaféria (São Paulo, 28 de agosto de 1933 — São Paulo, 16 de setembro de 2008) foi um contista, cronista e jornalista brasileiro.

Em 1977, jornais da cidade de Contagem, em Minas Gera, não puderam publicar a matéria, mas comunicaram o fato aos colegas do *Estado de Minas* e – conta Geraldo Elísio

“o padre Antônio, o jornalista Tito Guimarães e o fotógrafo Sidney Lopes, foram, sem pedir licença a qualquer pessoa do hospital e descobriram o leito onde esse operário estava. O entrevistaram e ele contou toda a história. Tem uma frase dele: ‘Me espancaram como se eu fosse um cabrito, mas eu sou um homem’”.

Com a repercussão nacional muito grande do *Caso Jorge Defensor*, não foi possível haver censura. E como se transformou em episódio político-policia, os jornalistas Francisco Sterling e Geraldo Elísio foram agregados à equipe de repórteres do *Estado de Minas* para uma cobertura conjunta. Geraldo Elísio conta que, “aí começou, para todos, uma verdadeira ‘Via Crúcis’”. A equipe que denunciou a barbárie, foi formada por, além dele mesmo, Sidney Lopes, Tito Guimarães Filho, Alberto de Sena Batista e Francisco Stheling Neto³⁴ – todos ameaçados pelos policiais denunciados pela reportagem. Geraldo Elísio conta como ocorriam as ameaças aos jornalistas:

Duas horas da madrugada, três horas, o telefone tocava, eu morava numa pensão. O telefone tocava e alguém me dizia: “Olha cuidado, que você vai levar um tiro na nuca, com uma arma com silenciador”. E proferiam as maiores ofensas contra a senhora minha mãe. Uma noite ligaram para mim – nesse dia não fizeram ameaças – apenas uma voz cavernosa me disse: “Você tem filhos que moram em tal endereço. Pense nisso”.

Geraldo Elísio conta, ainda, que um delegado revelou para ele um plano de policiais para assassinar os jornalistas– e Prata Neto teria dito:

“E vou te contar mais: os meninos programaram atropelar vocês, o primeiro seria o Tito, o segundo seria você, o terceiro o Alberto e o quarto, o fotógrafo (Sidney Lopes). Mas eu reuni o grupo e disse que se a situação estivesse ruim, uma morte de qualquer um de vocês, simulando acidente, ia piorar muito as coisas – que não se fizesse isso. Agora eu aconselho a você, a procurar de fato os responsáveis. Eu não tenho nada com isso não”.

34 Jornalistas, natural de Curvelo, Minas Geras, nascido em 14 de agosto de 1943

Quadro II - Jornalistas denunciam: Esquadrão da morte / Cravo Vermelho (1980 / 1985) - Notícia e reportagem -
<i>Cravo mata pela primeira vez em Minas</i> - Jovem negro de 18 anos é a primeira vítima do Cravo Vermelho em Belo Horizonte. Corpo é encontrado com uma flor vermelha sobre o peito. Fonte – Sucursal de Belo Horizonte - Folha de São Paulo, 11.03.1980, I Caderno, p. 14
<i>Testemunhas inocentam policiais acusados de torturar Defensor e Ministro manda apurar denúncias de torturas</i> (7 presos comuns foram seviciados por agentes da Polícia Federal em Juiz de Fora) Estado de Minas, 12.03.1980, I Caderno, p. 14
<i>Armando Amaral: violência não combate violência</i> (“Coronel Armando Amaral, Secretário de Segurança Pública afirmou na tarde de ontem, que é contra o esquadrão da morte, Cravo Vermelho ou qualquer outro grupamento que tenha por missão (SIC) executar pessoas, sumariamente”). Estado de Minas, 13.03.1980, Caderno I, p. 9
<i>Caso Defensor – policiais pedem elogios ao delegado.</i> Estado de Minas, 13.03.1980, Caderno I, p. 9
<i>Mesmo com medo, povão não aprova o esquadrão.</i> Estado de Minas, 13.03.1980, Caderno I, p. 9
<i>Esquadrão e Colarinhos</i> - Artigo critica o papel da mídia no enaltecimento dos esquadrões da morte e associa os assassinatos aos políticos corruptos. Sucursal de Belo Horizonte - Folha de São Paulo, 12.03.1980, I Caderno, Editorial, p. 2
<i>Cravo Vermelho comunica as execuções em Belo Horizonte</i> - Porta-voz telefona às redações dos jornais e revela que assassinato do rapaz negro há dois dias, foi de autoria do esquadrão. Sucursal de Belo Horizonte - Folha de São Paulo, 12.03.1980, I Caderno, p. 11
<i>Esquadrão Mineiro de volta</i> - Garoto de 15 anos, filho do guarda da PM Cid Santos e que tinha passagens pelas delegacias de Menores e de Furtos e Roubo, é encontrado morto com uma flor sobre o peito. Jornais mineiros anunciam a volta do Cravo Vermelho. Por telefone, representante do Esquadrão anuncia que dois corpos de marginais serão encontrados perfurados de bala naquele mesmo dia, e com um cravo vermelho sobre o peito, com sinais de enforcamento. Sucursal de Belo Horizonte - Estadão de São Paulo, 12.03.1980, p. 17
<i>Ibrahim promete mais policiais nas ruas</i> (Ministro da Justiça critica grupos de extermínio, mas diz da “impossibilidade de se estabelecer autoria dos crimes”). Estado de Minas 13.03.1980, I Caderno, p. 1
<i>Ackel reafirma combate</i> - Ministro da Justiça afirma não ter critérios para a conclusão de que os crimes anunciados pelo Cravo Vermelho, em Belo Horizonte, sejam praticados pelo Esquadrão da Morte. Promete mais esforços para colocar mais policiais nas ruas e afirma que, apesar dos cravos vermelhos, as fardas das polícias estão-se opondo à violência com muita eficiência. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - Estadão de São Paulo, 13.03.1980, p. 23
<i>Esquadrão de MG faz 3ª Vítima</i> - 3ª Vítima do Cravo Vermelho em Belo Horizonte é identificada como Roseval Pereira da Costa. Tinha passagens nas delegacias de BH, por arrombamento, furto de veículos, tóxicos e homicídio. Telefone de “Relações Públicas” de Esquadrão não se confirma, ao invés de dois corpos humanos em uma estrada de BH, como mencionado na ligação, policiais encontram os corpos de dois cachorros. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - Folha de São Paulo, 14.03.1980, I Caderno, p. 14
<i>Um tiroteio em abril de 1979 pode levar ao Cravo Vermelho.</i> Estado de Minas, 10.03.1980, I Caderno, p. 18
<i>A polícia está a um passo dos autores deas duas últimas execuções sumárias</i> Estado de Minas, 19.03.1980, Caderno I, p. 13
<i>Detetive Puri nega morte sumária de assaltante mas confirma cerco.</i> Estado de Minas, 20.03.1980, I Caderno, p. 23.
<i>Secretário de Segurança de Minas manda apurar a morte de três bandidos</i> - 3 cadáveres são encontrados junto de rosas. Telefonema anônimo do Cravo Vermelho. Sucursal de Belo Horizonte - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22/03/1980, caderno 1, p. 19
<i>CPI da Violência não tem conclusões novas</i> - Denúncias de crimes e torturas a menores. Debate sobre o fenômeno das repressões policiais nas ruas e sobre a institucionalização do crime por organizações (<i>Mão-Branca, Cravo Vermelho</i>), do Senador Pedro Simon (PMDB-RS) é rejeitado. Sucursal de Belo Horizonte - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25/05/1980, caderno 1, p. 18
<i>Identificados cinco cadáveres</i> - Identificados 5 dos doze cadáveres encontrados pela polícia mineira nas proximidades de Belo Horizonte, nos últimos 15 dias. Todos mortos pelo Cravo Vermelho. Sucursal de Belo Horizonte - Folha de São Paulo, 10.08.1980, II Caderno, p. 6
<i>"Esquadrão" mata dois em Minas</i> - Após um tempo sem mortes, são encontrados dois cadáveres queimados. Sobre eles, havia um cartaz atribuindo as mortes ao <i>Cravo Vermelho</i> . Sucursal de Belo Horizonte - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20/10/1981, caderno 1, p. 22
<i>Cravo Vermelho</i> - Deputado elogia a atuação do esquadrão da morte e agradece pelas 100 mortes causadas pelo grupo. Sucursal de Belo Horizonte - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04/12/1980, caderno I, p. 24
<i>Opiniões Conflitante</i> -- Artigo destaca as opiniões divergentes durante pronunciamento de deputados na Assembleia Legislativa de Belo horizonte. O deputado Jesus Trindade Barreto, contra a ação dos esquadrões da morte, diz que foi ameaçado de morte e teve a casa invadida. Já seu colega de partido, Rufino Neto elogia à ação dos grupos de extermínios, considerando-os “ <i>uma espécie de paladino da defesa da sociedade</i> ”. Sucursal de Belo Horizonte - Folha de São Paulo, 05.12.1980, I Caderno, , p. 2
<i>Delegacia de homicídio tem 46 execuções para investigar.</i> Estado de Minas, 10.08.1980, I Caderno, p. 22
<i>Os poucos e audaciosos assaltantes</i> - Dos 455 homicídios registrados em 1980, em toda a região metropolitana de Belo Horizonte, 100 são considerados crimes misteriosos e foram resultados de execuções sumárias, praticadas pelos Esquadrões da Morte. Folha de São Paulo, 01.02.1981, Folhetim, p. 17, excerto
<i>Cravo Vermelho volta a matar. Os assassinos deixam sobre dois cadáveres um bilhete.</i> Estado de Minas, 10.01.1982, I Caderno, p. 13
<i>Esquadrão de Minas mata dois</i> - Possibilidades de ser identificada uma das duas vítimas mortas na ocasião pelo Cravo Vermelho. Sucursal de Belo Horizonte - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16/01/1982, caderno 1, p. 16
<i>Esquadrão mineiro mata dois e deixa pista para identificação</i> - Possibilidades de identificação, pela primeira vez após mais de cem mortes, de uma das vítimas do Cravo Vermelho. Passa de cem, o número de mortos em Minas Gerais pelos Esquadrões. 40 deles com mortes atribuídas ao Cravo Vermelho e Bombril. Sucursal de Belo Horizonte - Folha de São Paulo, 17.01.1982, Exterior, p. 5

Quadro III - Jornalistas denunciam: Esquadrão da morte / Cravo Vermelho (1980 / 1985) - Notícia e reportagem -
Grupos exterminam outros três em BH - Cravo Vermelho e Bombril cometem o assassinato de três vítimas no último final de semana na capital mineira. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Folha de São Paulo</i> , 29.03.1982, <i>I Caderno</i> , p. 10
Em Minas, estupro é executado - Renato Luís Alves, que havia estuprou a cunhada de nove anos é encontrado morto, com 25 tiros de calibre 38 e 45, uma flor sobre o corpo e dizeres como: "Não estupro mais crianças". Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Folha de São Paulo</i> , 12.02.1983, <i>Primeiro Seção</i> , p. 12.
Triste Versão - Dois acusados de praticar estupro de menores são mortos aos requintes do Cravo Vermelho. Muitos se mostram favoráveis ao ato e pedem por sua continuidade. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Folha de São Paulo</i> , 15.02.1983, <i>I Caderno, Editorial</i> , p. 02
Estupros frequentes de menores causam pânico em mães e crianças em Minas - Cravo Vermelho mata um estuprador e um suposto estuprador liberado pela polícia. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro</i> , 18/02/1983, <i>caderno 1</i> , p. 14.
Crime faz delegado parar férias - Delegado interrompe suas férias, para apurar a morte de Leonor Assunção Pedra, envolvido no tráfico de drogas, morto pelo Cravo Vermelho. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro</i> , 18/03/1983, <i>cad. 1</i> , p. 14
Surgem em Minas mais 2 cadáveres com marcas do Esquadrão da Morte - Dois homens são assassinados pelo Cravo Vermelho, somando-se a mais dois da semana anterior. Fonte: <i>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro</i> , 20/03/1984, <i>cad. 1</i> , p. 14
Filha de empresário mineiro acusa policiais de sua morte - Policiais comentem crime por vingança contra empresário, irmão de traficante que havia matado dois detetives. Filha diz estar sendo ameaçada de morte também e denuncia delegado. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro</i> , 15/09/1984, <i>caderno 1</i> , p. 9
Secretário Mineiro admite conexão entre esquadrões - Secretário de Segurança de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes, admite a possibilidade de existir uma conexão entre os Esquadrões da Morte que atuam em Belo Horizonte e os que atuam em São Paulo e Rio de Janeiro, ao investigar o assassinato de um jovem. Cravo Vermelho e Bom Bril são acusados de autoria de mais de 150 mortes. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Folha de São Paulo</i> , 14.11.1984, <i>I Caderno</i> , p. 19
Policial não tem pista de vítima de esquadrão - Chefe da Divisão de Crimes Contra a Vida, delegado Benigno Augusto da Costa, admite a existência de "grupos de elementos desgarrados" que fazem justiça com as próprias mãos, mas diz ainda não ter pista para descobrir os responsáveis pela morte do rapaz carbonizado há dois dias na periferia de Belo Horizonte. Também não há pistas sobre a morte do suposto estuprador José Luiz Botaro, ocorrida em 83. Desde 80 Cravo Vermelho e Bom Bril haviam assumido a responsabilidade por pela morte de mais de 50 pessoas. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Folha de São Paulo</i> , 15.11.1984, <i>I Caderno</i> , p. 22
Grupo de Extermínio volta a matar em Belo Horizonte - Advertência, com as inscrições: "Depois da razão dos direitos humanos, o Cravo e o Bombril voltam felizes.", escrita numa placa de papelão ao lado de um corpo, caracteriza o ressurgimento dos grupos de extermínio Cravo Vermelho e Bombril. Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereadora Helena Greco, 68, PT, admite a possibilidade de haver um relacionamento entre a atuação dos grupos de extermínio e as recentes rebeliões ocorridas nos presídios. Secretário de Segurança, Crispim Jacques Bias Fortes, 62, pede para evita fazer essa relação. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Folha de São Paulo</i> , 25.05.1985, <i>I Caderno</i> , p. 20
Esquadrão volta a agir em Minas - Após a morte de 150 pessoas, Cravo Vermelho e Bombril cometem mais um assassinato. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro</i> , 25/05/1985, <i>caderno 1</i> , p. 6
Presos de Minas dormem por turnos com medo da morte - Desde março de 85 já haviam morrido 10 presos na penitenciária da Lagoinha. Existe super lotação. Coordenador da promotoria afirma que os presos são tratados como animais. Fonte: – Sucursal de Belo Horizonte - <i>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro</i> , 09/06/1985, <i>caderno 1</i> , p. 14
Impunidade - Juiz do 2º Tribunal do Júri de Minas Gerais, Jefferson Monteiro, revoga a prisão preventiva de quatro policiais (os agentes federais Wagner Cosme Pourchet e Tiago de Santana, além dos policiais civis mineiros Ricardo Leopoldino e Lucas de Santana) acusados de pertencer ao grupo de extermínio parapolicial Brigada Vermelha. Dois crimes são atribuídos à ação da brigada: o assassinato do empresário mineiro Humberto Antônio Fagundes e o roubo de produtos agrícolas em um depósito da capital mineira. Fonte: <i>Folha de São Paulo</i> , 30.06.1986, <i>I Caderno, Editorial</i> , p. 2
Ex-policial pega 15 anos por envolvimento em morte de empresário - Ex-policial é absolvido do crime de morte de empresário mas pega três anos por formação de quadrilha, dois por ocultamento de cadáver e 10 por furto de sementes. Fonte: <i>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro</i> , 09/03/1990, <i>caderno 1</i> , p. 12
Polícia suspeita de esquadrão da morte em BH - Casal é executado aos moldes dos assassinatos do Esquadrão do Bombril da década de 70 e 80. Fonte: <i>Estado de São Paulo, São Paulo</i> , 21/06/2001 [digital]
Polícia suspeita de ação de esquadrão da morte em Belo Horizonte - Além de um casal, polícia encontra mais três pessoas mortas no mesmo local e da mesma maneira. Fonte: <i>Diário do Grande ABC, Santo André</i> , 21/06/2001 [digital]
Esquadrões da morte e outros grupos de extermínio em Belo Horizonte - Referências: <i>Site CMI Brasil – Centro de Mídia Independente. Folha de São Paulo e Estado de São Paulo</i> : http://brazil.indymedia.org/pt (1982 a 1986). <i>Jornal do Brasil</i> e de outros - http://www.midiaindependente.org/pt (1980 a 1985 e 2001). Ensaio Histórico – http://prod.midiaindependente.org . Revista Repórter. São Paulo, mai, 1978, 121-126

Abertura Política – indiciamento, processo, julgamento.

O corolário da distensão lenta, segura e gradual do governo do general-presidente Ernesto Geisel, desdobrada pela *abertura política* do governo do general-presidente João Figueiredo – tinha um ponto em comum: a feroz repressão à organização e a formas de atuação da agremiações de esquerda. Neste sentido, nenhum partido de esquerda – e todos eram clandestinos – poderia se manifestar, ainda que essa manifestação fosse assumida por uma *entidade* legalmente constituída ou por uma incontestável personalidade. É nesta dimensão que podem ser situadas os processos a que foram submetidos os jornalistas mineiros da *Rádio Itatiaia* e da *Rádio Jornal do Brasil* – em Belo Horizonte. Foram processados, sob acusação de subversão, por terem publicado pelas ondas de rádio, matéria que, no lugar de tecer apenas elogios pelo dia da Independência do Brasil, criticava a nossa soberania desrespeitada por multinacionais. Os jornalistas acusados pelo ditadura militar foram: Rádio Itatiaia: *Márcio da Conceição Dotti* e *Samuelito Capuchinho Mares*. Rádio Jornal do Brasil: *Gutemberg da Mota e Silva* José Jurani Garcia de Araújo e Rosângela Conrado Melo.

Depoimento - Samuelito Capuchinho Mares

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1980 / 1981). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8) Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Sim) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Não).

A leitura de um manifesto que defendia a soberania nacional, frente à violenta expropriação material promovida pelas multinacionais, depois identificado como *manifesto comunista do PC do B* provocará processos, demissões, desemprego e, até abandono da carreira de jornalista.

“aconteceu comigo no dia 7 de setembro de 1980, na época do João Batista Figueiredo. Estávamos em uma ditadura mais branda. Eu era editor de dois programas na ‘Rádio Itatiaia’, um programa de domingo à noite, que se chamava ‘Plantão de Domingo’ e o ‘Jornal Itatiaia’, que era diário pelas manhãs. Nesse dia, chegando para trabalhar encontrei, em cima da mesa de trabalho, os releases, as fitas e as matérias dos repórteres que cobriram o dia. Nós éramos assinantes da Agência Jornal do Brasil. Nos relatórios dos repórteres constava: ‘Hoje foi dia da Parada de 7 de setembro na Afonso Pena’. Havia uma entrevista com o General Túlio Neto e com o Governador Francelino Pereira³⁵. Pensei: ‘Vou editar uma matéria sobre o 7 de setembro’.

Samuelito Mares conta que publicou o manifesto, por considerá-lo interessante e por o Brasil estar passando por uma abertura política.

“Bati a mão nos releases e encontrei um envelope escrito da redação da Rádio Itatiaia. Abri o envelope e ali estava o manifesto do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), questionando a comemoração da independência: ‘Como um país que deve 100 bilhões de dólares ao FMI, pode comemorar uma independência?’ Pensei: ‘Num contexto como esse, não vai me fazer mal se eu colocar um pouquinho da história aqui’. Busquei a ‘Agência Jornal do Brasil’ e eis que encontro a mesma notícia publicada, porque esse manifesto havia sido enviado para todas as redações do Brasil. Pensei: ‘Se está aqui no Jornal do Brasil, vou divulgar’. Fiz o jornal e a notícia principal foi sobre a independência. O locutor Marco Antônio França foi ao ar e leu a matéria. Fiquei na redação para fazer o Jornal Itatiaia do dia seguinte”.

35 O advogado formado pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, Francelino Pereira dos Santos foi governador de Minas Gerais (eleição indireta) de 15/03/1979 a 15/03/1983. Desenvolveu sua vida adulta e de político em Minas Gerais – mas nasceu em Angical do Piauí (PI), em 2 de julho de 1921, filho de Venâncio Pereira dos Santos e Maria Ana de Souza. Foi presidente nacional da ARENA e senador por Minas Gerais de 1995 a 2003. Formação: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais. Eleito senador em 1995, Francelino Pereira é autor da lei que limita em 2% o valor da multa cobrada em mensalidades, condomínios, contas de água, luz e telefone e tributos em geral.

A polícia política ouviu o manifesto, lido pela *Rádio Itatiaia*, e Samuelito Mares, a exemplo dos outros jornalistas envolvidos no caso da divulgação jornalística do manifesto identificado como sendo do Partido Comunista do Brasil, foi obrigado a comparecer à Polícia Federal, para prestar depoimento:

“Compareci à Polícia Federal para prestar depoimento. Foi aberto um processo de Lei de Segurança Nacional contra mim, contra o locutor que leu a notícia e contra o chefe de reportagem que era o Márcio Dotti. Fui processado pela edição que fiz do material, o locutor porque leu, e o Márcio Dotti porque era o chefe de jornalismo³⁶. Nós ficamos com esse processo durante dois anos. Em 82 quando o processo foi julgado, nós fomos absolvidos. Nesse período nós tínhamos três advogados. Um do sindicato, que era o Antônio Mercedes. Um que a ‘Rádio Itatiaia’ colocou para nós, não sei se era o Obregon Gonçalves ou era o Sidney Sá. E havia também o José Maria Magalhães, o advogado da família. Tínhamos três advogados, um negócio meio esquisito”.

Aconselhado, Samuelito Mares buscou socorro – para enfrentar o que seria transformado em processo político por subversão.

“O Sidney Sá virou para mim e falou assim: ‘Olha! É uma questão política, você tem que arrumar pessoas influentes para serem suas testemunhas de defesa.’ Perguntei se podia ser o prefeito ou o governador. Meu advogado respondeu positivamente. Conversei com o Maurício Campos (prefeito da época)³⁷ e perguntei se ele conhecia minha história. Ele respondeu que já sabia que eu estava sendo processado na Lei de Segurança Nacional. Perguntei se ele podia ser a minha testemunha de defesa. Ele respondeu: ‘Pode botar meu nome’. Perguntei para o Maurício Campos se o governador Francelino Pereira poderia me ajudar também. Ele me respondeu: ‘Pode sim’, e ligou para o governador na minha presença. Francelino disse que me conhecia, mas que não me ajudaria porque o próprio manifesto que foi ao ar se referia a ele como o ‘Pau Mandado Francelino Pereira.’ No final das contas Maurício convenceu Francelino, que resolveu depor a meu favor. Francelino foi ouvido no Palácio, porque o governador não pode ser

36 Márcio Da Conceição Dotti - nascido em 1944, em Belo Horizonte. É diretor de jornalismo, editorialista e comentarista da *“Rádio Itatiaia”*, em Belo Horizonte. Foi enquadrado pela Lei de Segurança Nacional, acusado de publicar uma notícia sobre o *“Manifesto do PCdoB”* intitulado: *“Viva a nossa pátria livre e independente – viva o governo democrático e de unidade popular”*, em 1980. Márcio Dotti iniciou sua carreira em 1974, como redator de esportes da emissora. É formado em Jornalismo pela FAFI-BH, hoje UNI-BH. É presidente do *“CEPPO - Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais”*..

37 Engenheiro formado pela UFMG (Mecânica e Eletricidade) Maurício de Freitas Teixeira Campos foi deputado federal e prefeito de Belo Horizonte nomeado pelo Governador Francelino Pereira (1979 / 1982). Nasceu em Rio Pomba, Minas Gerais, em 1933.

ouvido na justiça. Seu depoimento teve uma grande repercussão”.

Samuelito Mares foi aconselhado, então, pelo senador mineiro do PDS, da época, Murilo Badaró (senador “biônico”). O senador aconselhou o jornalista a “*ter uma conversa com o comandante da 4ª Divisão Militar, General José Luiz Coelho Neto*” (comandante, ID/4, de 29/01/1980 a 21/08/1981). Samuelito Mares compareceu à ID/4.

O general Coelho Neto o trancou em uma sala por duas horas, colocou um soldado na porta. Neste tempo, o General conversava com Januário Carneiro (presidente da ‘*Rádio Itatiaia*’, e o senador Murilo Badaró, que conseguiu o encontro) ³⁸.

“Fui de terno e gravata. Fiquei duas horas trancado dentro de um quarto que só tinha uma porta, com um soldado me vigiando. Enquanto isso, dentro da sala do General estavam Januário Carneiro (presidente da Itatiaia na época) e Murilo Badaró (senador na época) que havia conseguido o encontro. Conversaram por muito tempo até que mandaram me chamar”

Quando entrei na sala o general olhou para mim, ele devia ter uns dois metros de altura, e disse:

“Você que é o Samuelito chamado de subversivo?’ Você não vale nem uma bala de fuzil. Estou recebendo você aqui, por causa de meu amigo, Murilo Badaró. Porque comunista eu mando matar o que passar aqui na porta. Aquele pessoal do Jornal do Brasil, se passar aqui, eu mando matar’. Ele pegou o material que estava na mesa e disse que conhecia minha história e o processo todo. Conversaria com o pessoal de Juiz de Fora. Apesar de que, segundo ele, seria muito difícil convencer o promotor que cuidava do caso, mas que ele conseguiria.

Além de problemas com os Militares, Samuelito Mares teve que enfrentar agentes da polícia – dentro da própria ‘*Rádio Itatiaia*’:

“Lá existia muita gente ligada à polícia. Havia um repórter ligado à polícia, que me encontrou na porta e não queria me deixar entrar. Disse: ‘Você não entra aqui, você é comunista, você sujou o nome da família Itatiaia’” E o cara queria me bater e ficou simulando socos (em mim), tapas e pontapés em mim. Não falo o nome dele acho que ele já até faleceu”.

38 Januário Carneiro... Murilo Badaró...

Samuelito Mares enfrenta conseqüências do processo movido pela ditadura militar até hoje:

Fui chamado para trabalhar no jornal Hoje em Dia, há uns dois anos. Porém a jornalista Ana Arsênio, que trabalha lá, me avisou sobre os a relação de documentos necessários para meu ingresso. Entre os documentos era necessário uma folha de antecedentes criminais. Fui ao UAI, aquele lugar onde se tira carteira de identidade, ali na Avenida Augusto de Lima, perto do 'Fórum Lafayette'. Cheguei a atendente e o que procurava. Ela me pediu a identidade. Entreguei o documento. Quando ela pesquisou no sistema, começou a olhar diferente para mim e foi se afastando com minha carteira de identidade. Disse que precisava conversar com sua chefe. A mulher chegou e me disse: 'O senhor pode ir à delegacia'. Perguntei o motivo. Ela me respondeu que era um problema com a ficha. Saí à rua, liguei para meu advogado e perguntei se ele podia me acompanhar à delegacia. Ele disse que sim e que providenciaria um Habeas Corpus para mim, se você necessário. Marcamos a uma hora da tarde do outro dia nessa delegacia. Expliquei a atendente todo o processo que havia me conduzido até ali. Ela disse que iria checar a situação. Foi consultar os arquivos e voltou rindo. Era um processo de 1980, de Lei de Segurança Nacional. Eu questioneei: 'Até hoje? Mas eu fui absolvido. Você não vai tirar isso daí não?' E ela me responde: 'Tirar eu posso, mas esse prontuário vai continuar aqui a vida inteira'. Eu assustei sobre isso. Eu nunca tinha tirado um atestado comum de antecedentes. Não consegui ler o processo, pois a atendente não me deu abertura para ler"

Depoimento - José Jurani Garcia de Araújo

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1980 / 1981). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Sim). 8) Impedimento de trabalhar (Sim) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Sim) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores (Não) 13 Informações pessoais (Não).

José Jurani Garcia de Araújo Jurani Garcia - era repórter da *Rádio Jornal do Brasil* de Belo Horizonte e estava de plantão no sábado, dia 6 de setembro de 1980. Recebeu uma notícia, da Agência *'Jornal do Brasil'*, que falava sobre o Manifesto do PCdoB a propósito do 7 de setembro, que seria no dia seguinte.

“Achei a notícia interessante, pois era um contraponto às comemorações do 7 de setembro, falando que o Brasil ainda precisava conquistar sua independência. O Manifesto pedia o fim do regime militar e o estabelecimento de uma assembleia nacional constituinte livremente eleita. Falava também que o Brasil precisava conquistar sua independência em relação ao capital estrangeiro, em relação às condições de vida da população, dos operários, dos camponeses. Achei pertinente e me perguntei: ‘É notícia né?’ E como era de praxe o noticiário, o que a sucursal do Jornal do Brasil produzia, mandava para a rádio aproveitar. Fiz o texto e a matéria, que foi ao ar às 23 horas, no último noticiário do dia. O locutor era o Marco Antônio França. Como era de praxe, também, deixei o noticiário na mesa da redação para a repórter aproveitar no dia seguinte. E a repórter de plantão era a Rosângela Conrado ³⁹. Ela aproveitou parte do noticiário e reproduziu também a matéria que fiz. O chefe de Jornalismo da ‘Rádio Jornal do Brasil’ era o Hugo Almeida e ele não estava lá, pois estava de folga no fim de semana”.

Ao mesmo tempo em que começaram as investigações da Polícia Federal sobre a divulgação do manifesto do ‘PC do B’, a ‘Rádio Jornal do Brasil’ e o ‘Jornal do Brasil’ tomaram providências: mandou todos os envolvidos embora: Gutemberg (chefe de reportagem da sucursal do JB), que tinha produzido a matéria no sucursal do ‘Jornal do Brasil’, Jurani, a Rosangela Conradi, o Hugo de Almeida que nem estava lá, o locutor da noite Marco Antônio França, e o locutor da manhã João Bosco.

³⁹ Rosangêla Conrado Melo (Nascida em 1954, em Belo Horizonte) Foi repórter da sucursal da Rádio Jornal do Brasil, em Belo Horizonte. Foi enquadrada pela Lei de Segurança Nacional, acusada de redigir uma notícia sobre o Manifesto do PCdoB intitulado: “Viva a nossa pátria livre e independente – viva o governo democrático e de unidade popular”, em 1980.

“Foi uma demissão em massa. O negócio era que o JB estava na disputa pela concessão de um Jornal de Televisão, foi manchete do jornal depois. Então para lavar as mãos, dizer que não teve nada com isso o JB mandou todo mundo embora, logo que começaram as investigações. Foi coisa dos ‘repórteres irresponsáveis’. Fomos dispensados antes mesmo de começar o processo e o inquérito, antes mesmo de começarmos a ser ouvidos. Todo mundo achou sacana a atitude do jornal que ao invés de defender os jornalistas, botou todo mundo no olho da rua. A sorte nossa foi que o sindicato contratou um advogado para nos defender”.

Todos os jornalistas foram processados. A polícia abriu um inquérito e todos foram inclusos nos artigos 36 e 42 da Lei de Segurança Nacional. Em *Carta Precatória nº 1840/80* - de 8 de janeiro de 1981, O Juiz Federal da 5ª Vara em substituição na 4ª Vara – Plauto Afonso da Silva Ribeiro mandava

*“a qualquer Oficial de Justiça deste Juízo que, em lhe sendo exibido o presente mandado, em seu comprimento CITE nesta Capital, os acusados civis: 1º **Gutemberg da Mota e Silva** – Rua General Andrade Neves nº 547, aptº 302, Barroca, 2º - **José Jurani Garcia de Araújo** – Rua Lignito nº 70, bloco C, aptº 02, Santa Efigência; **Rosângela Conrado Melo** – Av. do Contorno 5030, aptº s502, Serra, para comparecerem no dia 29 (vinte e nove) de janeiro de 1981, às 8:30 (oito e trinta) horas, na sede da Auditoria da 4ª CJM, situada à Praça Antônio Carlos, s/nº, Juiz de Fora/MG, perante o Conselho Permanente de Justiça para o Exército, a fim de serem qualificados e interrogados no Processo nº 29/80 – 5, como incursos nos artigos 36, incisos I e II e 42, incisos I, da Lei nº 6.620, conforme denúncia por cópia anexada, sob as cominações legais, o que se cumpra. Dado e passado nesta cidade, aos 08 (oito) dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oita e um”*

Se condenados, cada um poderia pegar uma pena de prisão de 1 a 12 anos. O inquérito foi mandado para 4ª Região Militar – Juiz de Fora, Minas Gerais. Os jornalistas foram ouvidos em Juiz de Fora e indiciados formalmente

“O advogado que o sindicato contratou para nós era o Antônio Augusto Mercedes de Moreira. Então fizemos um depoimento em Juiz de Fora, que durou 4 horas, todos foram chamados. Os quatro do Jornal do Brasil, mais o Samuelito Mares e o Márcio

Dotti da Rádio Itatiaia. Os locutores não foram indiciados, foram ouvidos como testemunhas”

O Governador Francelino Pereira testemunhou a favor de Samuelito Mares, bem como Acílio Lara Rezende⁴⁰. O julgamento dos jornalistas, em Juiz de Fora, terminou em 2 de março de 1981 e, por unanimidade a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar decidiu

*“Absolver os acusados **Gutemberg Da Mota e Silva, José Jurani Garcia de Araújo, Rosângela Conrado Melo, Hugo Afonso de Almeida e Souza, Samuelito Capuchinho Mares e Márcio da Conceição Dotti**. Referente a todas as imputações a que lhes são feitas na denúncia, com fundamento no art., 439, letra ‘b’, do C.P.P.M.”*

Gutemberg da Mota e Silva, filho de Antônio Fernandes da Silva e Maria Fernandes da Mota e Silva nasceu em Marcelino Vieira, Rio Grande do Norte em 1944. Foi Repórter do Jornal Tribuna do Norte, de Natal, Rio Grande do Norte, de 1963 a 1965. Foi Repórter da sucursal de O GLOBO em Belo Horizonte de 1965 a 1972, no qual exerceu a Chefia de Reportagem. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1967, na qual recebeu ainda o título de mestre em Direito Administrativo (1986). Foi chefe de Reportagem de 1974 a 1976 e de 1978 a 1980, da sucursal do Jornal Do Brasil em Belo Horizonte e repórter do mesmo jornal durante oito anos (de 1972 a 1980). Desistiu da carreira jornalística após ser demitido da sucursal do Jornal do Brasil. Optou por exercer a Advocacia em Belo horizonte de 1980 a 1988. Foi Professor de Direito Administrativo II, na Faculdade de Direito Milton Campos em 1988, de Prática de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Fumec, em 1999 e de Direito Civil também na Fumec em 2000 e 2001. Iniciou sua carreira na magistratura em 1988 e passou pelas comarcas de Rio Piracicaba, São Domingos do Prata, Divinópolis e Belo Horizonte. Atuou como Juiz da 37ª Zona Eleitoral de Belo Horizonte; como Juiz da Comissão de Fiscalização da Propaganda do Tribunal Regional Eleitoral nas eleições de 2006 e Juiz Substituto e Membro efetivo do TER de 2007 a 2009. Atualmente ocupa o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desde 16/04/2009

As consequências do Processo, apesar de terminar tudo bem, foram negativas. É o que conta Jurani Garcia – ao mostrar os prejuízos morais e materiais provocados pela repressão:

40 Acílio Lara Resende – jornalista.

“Fiquei um tempo desempregado, eu, Hugo, a Rô e o Gutemberg. Depois eu consegui emprego no ‘Diário do Comércio’ em 1981. Lá estavam o Edson, Tildem, o Ronaldo Souza, o João Rafael, uma turma de amigos e sindicalistas. Foi um período de muita tensão para a gente, porque foi um ano e meio de depoimento aqui, ali, todo dia. Depois na fase de depoimento das testemunhas de defesa, nós tínhamos que comparecer todo dia também. Essa fase foi em Belo Horizonte. Além da sessão de julgamento final, eu me lembro de ter ido mais uma vez para fazer esse depoimento em Juiz de Fora. Mas eu acho que a maioria foi aqui em BH. Em Juiz de Fora foi para gente instaurar inquérito. A Rosângela, eu e o Hugo ficamos muito tensos na época. Era um período muito difícil”

Para Jurani Garcia, a experiência com o Jornal do Brasil – que deveria como órgão de imprensa e que depende da liberdade de expressão e da liberdade de poder informar, foi muito decepcionante:

“Passei vários meses desempregado, eu não lembro exatamente o quanto. Eu era casado. Na época, meu filho mais velho, Pedro, estava com três meses, e existia aquela coisa de cuidar do primeiro filho pequeno e tal. Depois meu segundo filho, veio com diferença de um ano e quatro meses em relação ao primeiro. Durante o julgamento minha mulher estava grávida. O processo foi difícil e complicado. Porém, o Jornal do Brasil não teve a mínima consideração, foi demissão sumária de todo mundo.”

Jurani Garcia conta que as conseqüências do processo a que foi, junto com os colegas, submentido, gerou seqüelas, entre elas, a consciência da censura e da vigilância da polícia, mesmo em relação a uma notícia que foi ao ar na noite de 6 de setembro de 1980, um sábado à noite, na ‘Rádio Jornal do Brasil’ e na ‘Rádio Itatiaia’ – na manhã de 7 de setembro – um domingo.

“Eu não tinha ligação com partido, eu era apenas jornalista. Não tinha filiação partidária, agi como jornalista, pois achei a notícia pertinente. A nota veio como Comitê Regional de Minas Gerais. Só que depois o noticiário até fala assim, que era uma nota supostamente do PCdoB porque não tinha assinatura. Existia censura, era época de Figueiredo”.

Existia censura – especialmente em relação às emissoras de rádio e de televisão e esta censura significa – psicologicamente, para o jornalista - terrorismo – decorrente do possível enquadramento Lei de Segurança Nacional, risco de prisão, de tortura, de morte – ainda que no governo da *abertura* política.

“Acaba que essa situação tem um efeito colateral, que mexe com todo mundo que está em volta. Todo mundo fica “cabreiro”, porque isso podia acontecer contigo também. É aquela coisa da paranoia coletiva, da repressão mesmo. O Gutemberg, por exemplo, ficou super desiludido, pois tinha muito tempo de JB. Eu e o resto do pessoal tínhamos menos tempo de JB, há pouco havíamos ingressado. O Gutemberg era um repórter dedicado, exemplar. Ele ficou tão decepcionado que abandonou a carreira e foi fazer direito”.

Censura a jornais em Minas Gerais, hoje (pós 2000).

Geraldo Elísio Machado Lopes denuncia que a censura e a repressão aos jornalistas e o cerceamento da liberdade de expressão, da liberdade de informação e, mesmo, da liberdade de imprensa. Geraldo Elísio – que já deixou o ‘NovoJornal’ (www.novojournal.com), foi um dos primeiros jornalistas a denunciar a “Operação Brother Sam”. A *Operação Brother Sam* foi planejada pelos Estados Unidos da América, ainda sob o governo J. Kennedy, e desencadeada com o objetivo de apoiar o golpe civil-militar de 1964, no Brasil, no caso de haver divisão entre militares e civis que apoiavam o governo João Goulart e a ordem democrática, garantida pela Constituição de 1946. A operação consistia em oferecer aos golpistas de 64, apoio militar (um porta-aviões da classe *Forrestal* da Marinha dos Estados Unidos, mais um porta-aviões de menor porte e barcos de guerra de porte menor) para permitir uma invasão rápida dos EUA pelas forças armadas norte-americanas. Além de navios de guerra, havia navios com alimentação e medicamentos para ajudar os golpistas. Geraldo Elísio:

“Quis o destino que viesse a cair em minhas mãos, depois que o Marcos de Sá Correia, publicou na então edição impressa do Jornal do Brasil, uma matéria a respeito da Operação Brother Sam, vários documentos de golpistas civis e militares, que deu origem a uma série de matérias, publicadas no jornal Estado de Minas confirmando não apenas a presença da frota americana nas costas do Espírito Santo, como a possibilidade de desembarque de forças estrangeiras no país, existindo um plano de dividir o Brasil em dois”.

Geraldo Elísio chama a atenção para o livro *Tinha que ser Minas*, escrito pelo general Carlos Luiz Guedes, que revela que o marechal Arthur da Costa e Silva teria dado uma bronca no governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, dizendo que o Exército não permitiria a divisão do Brasil em dois. Geraldo Elísio questiona, ainda, que houve *“um movimento muito grande para retirar de uma das ruas de Belo Horizonte o nome de Dan Mitrione⁴¹ mas consta que ela, a rua, ainda tem esse nome - embora, em sua maior parte, ainda se chame José Carlos da Mata Machado”.*

41 Dan Mitrione - Daniel A. Mitrione (1920/1970) era norte-americano da CIA e especialista em tortura e treinamento da polícias civis e militares, para atuar em caso de conflagração social e, principalmente, políticas. Como especialista em tortura (“effective torture was science”). E no preparo de tropas para enfrentamento de conflagrações sociais e políticas, Dan Mitrione trabalhou com a polícia brasileira - de 1960 a 1967 – primeiro em Belo Horizonte e, depois, no Rio de Janeiro. Ensinava tortura com aulas teóricas e práticas – sequestrando mendigos e presos comuns ou indigentes. Estava treinando

Geraldo Elísio denuncia, também, que os métodos usados durante a ditadura civil-militar, de cercear a imprensa e de perseguir jornalistas ainda estão em vigor, em Minas Gerais.

“Quis também o destino que eu me transformasse no primeiro jornalista cibernético de Minas a ser empastelado. Era aproximadamente uma hora da tarde, eu sozinho na redação do. A porta se abre e entra o coronel da polícia militar, chamado coronel Prachedes, em companhia da promotora Vanessa Fusco e vários soldados armados com colete à prova de bala e armas pesadas. Ele entrou, se dirigiu a mim com uma certa arrogância: Coronel

_ Eu sou o coronel Praxedes.

_ Muito prazer eu sou o jornalista Geraldo Elísio, e estou à sua disposição.

Coronel. _ A promotora tem uma ordem judicial para apreender o material do jornal. Jornalista.

_ A doutora promotora está absolutamente à vontade para cumprir a determinação judicial.

Coronel _ Não, mas o senhor tem que ouvir a leitura do laudo.

Jornalista _ – Perfeitamente ouço. Jornalista ... Ouvi a leitura e o que cabe mais a mim?

Coronel _ Nada. O senhor pode ir embora.

Jornalista _ Boa tarde. Passem bem”.

Geraldo Elísio prossegue o depoimento:

“Saí, fui embora. No lugar, eles colocaram uma placa dizendo que aquilo era muito comum nos Estados Unidos, diante da prática de crimes cibernéticos – aliás é um assunto muito em voga atualmente. Só que, uma semana depois, nós voltamos ao ar postados exatamente nos Estados Unidos e com o passar do tempo, a justiça nos deu ganho de causa, comprovando uma truculência ainda existente em Minas Gerais, em termos de censura – principalmente censura eletrônica, que é uma censura mais complicada.”

torturadores e golpistas militares no Uruguai, quando foi capturado e sequestrado pelos Tupamaros. Não houve acordo entre os guerrilheiros uruguaios e a ditadura militar instalada no Uruguai. Os tupamaros mataram Mitriane em 31 de julho de 1970. Foi sepultado em Richmond e a seu funeral compareceram, entre outros Dwight D. Eisenhower, representantes do governo Richard Nixon, o cantor Frank Sinatra e o comediante Jerry Lewis.

Geraldo Elísio diz que o caso ocorrido no Novo Jornal, implica em algumas perguntas: quem convocou a ação da promotoria? Qual foi a data?

“Isso também eu posso verificar pra vocês, mas a suspeita maior recai sobre a figura da senhora Andréa Neves que tem se primado por perseguir jornalistas. Quem se der ao trabalho de vasculhar o Youtube, encontrará isso com facilidade. E, na verdade, eles queriam as nossas fontes – eu digo isso no particípio passado, porque eu já deixei o jornal há mais de seis meses para me dedicar aos livros que eu estou escrevendo”.

Geraldo Elísio detalha o funcionamento da censura a um jornal cibernético – isto é, como é possível censurar um jornal que lança notícias, reportagens, editoriais e artigos críticos nas “nuvens”:

“Claro que a internet facilita o trabalho dos eventuais “arapongas” em serviço. Mas censurar na internet não é o caminho. E por que não é? Porque os países que dispõem de alta tecnologia para estruturas de nuvem – e quem diz isso não sou eu, eu estou praticamente no jardim da infância do jornalismo cibernético, quem diz é Julian Assange, é Edward Snowden, asilado na Rússia – esses países, se eles quiserem, eles estacionam um satélite a no mínimo 22 mil quilômetros de altura exatamente em cima do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Minas Gerais, onde, neste momento, eu estou falando. São capazes de captar com precisão as vozes de todos que se manifestarem, ainda que todos falemos ao mesmo tempo e, no trabalho de wave, decodificar a voz de cada um de nós, armazenando isso. Então é inócuo censurar a internet, os próprios militares, que hoje não desconhecem o processo eletrônico de guerra, sabem que é inócuo tentar censurar, a menos que algum país se disponha em enviar um foguete – desses de categoria interestaciais – para destruir satélites de países estrangeiros, o que ninguém acredita que irá fazer, por não querer deflagrar uma terceira guerra mundial. O processo de ‘arapongagem’, eu tenho certeza absoluta, ele continua das duas formas, tanto na antiga – de alguém se infiltrar, alguém conseguir documentos – e principalmente através da estrutura de rede, o que, para mim, fere profundamente os direitos humanos e que precisa constar da Comissão da Verdade, com pessoas especializadas e dedicadas ao bem, expondo de maneira mais profunda com os conhecimentos que detiverem, para que o mínimo de dano possa ser produzido às pessoas e, principalmente, à imprensa.”

Conclusão

A primeira conclusão a que se chega é que a ditadura civil-militar (de março de 1964 a 13 de dezembro de 1968) e ditadura militar declarada de 13 de dezembro de 1968 a março de 1985 tinha, em sem planejamento estratégico, a repressão a jornalistas e a jornais e controle pela censura de todos os meios de comunicação de massa ou mídia.

O silenciamento da mídia (pela censura e ou pela autocensura) objetivava impedir a comunicação dos setores organizados das classes sociais e dos setores organizados da sociedade civil com a sociedade e, ao mesmo tempo, sobretudo em relação aos sindicalistas e aos partidos de esquerda e ou liberais – impedir a divulgação de denúncias e de manifestações daqueles mais atingidos pela violenta concentração de renda e a massa de brasileiros empurrados para a situação de miséria. A intimidação, já no final da década de 1960, de jornais e de jornalistas que denunciavam os “*esquadrões da morte*” comprovam o objetivo estratégico de controle total da *mídia* – quer em relação aos segmentos médios e altos, quer em relação aos segmentos mais empobrecidos da população.

As prisões de jornalistas e de líderes políticos e ou sindicalistas em Minas Gerais, a exemplo do Brasil, tinha dois objetivos: o primeiro era calar vozes e silenciar jornais combativos na defesa dos interesses nacionais e da maior justiça social (“*Binômio*”, “*Diário de Minas*”, o “*Combate*”, “*Última Hora*”), ou jornais que defendiam a liberdade e o estado de direito (como o “*Correio da Manhã*” e, parece, “*Correio de Minas*”) – depois do Golpe de 64, é claro.

As prisões, torturas, desemprego forçado e ou exílio de jornalistas criou um clima de paranoia, pois o golpe de 1964 criou um estado de terror para trabalhadores, para funcionários públicos de destaque no governo João Goulart, para líderes sindicalistas e para jornalistas - pois todos não contavam mais com direitos constitucionais, direitos legais o que vai se agravar com o AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Uma rápida análise dos do noticiário político dos jornais no período 64/68 (“*Correio de Minas*”, “*Diário de Minas*”, “*Estado de Minas*”, “*Correio da Manhã*”, “*Última Hora*”, “*Jornal do Brasil*”) mostra um jornalismo que foi forçado a declinar ou que optou por declinar de sua função de informar e de avaliar criticamente as informações. Os jornais *Diário de Minas*, *Última Hora* já estavam fechados em 1969. O *Correio da Manhã* resistiu um pouco mais: 1974. Os jornais que ficaram obrigados e ou voluntariamente concorreram para um jornalismo e uma produção de jornais com variados graus de convivência com a ditadura militar e – mais grave – jornais obrigados a um tipo de produção de notícias voltados para os segmentos médios e altos da população. Ou seja: jornais cada vez mais distantes da crescente massa de brasileiros muito empobrecidos ou empurrados para a condição de massa de cidadãos vivendo em estado de miséria.

Ou seja: a ditadura civil-militar e, depois, aberta ditadura militar, pela censura e pela repressão, impôs ao jornalismo, em todo Brasil, e em Minas Gerais particularmente, o corte no crescimento dos jornais e do próprio jornalismo. Cabe lembrar o depoimento de Samuel Weiner que, ao criar o jornal “*Última Hora*” buscou o leitor das classes C e D (setores populares) e a censura ao veículo que falava para as massas de brasileiros – o rádio – censurado, reprimido e asfixiado econômica e politicamente, pela transferência brutal da publicidade (ou do apoio publicitário) do rádio para a televisão⁴².

A concentração de renda (*arrochada* a maioria da população urbana não tinha como comprar jornais) e a opção da ditadura militar de apoiar a mídia que produzia jornais e entretenimento para o segmento que aparentemente apoiava o *regime militar* – implicou na redução do mercado de leitores para todos os jornais, ao mesmo tempo que, o reduzido número de empresas de comunicação, competindo entre si pelos mesmos anunciantes e para o mesmo público (os segmentos altos e médios), implicou na concentração da propriedades dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias (vide a Rede Globo, o declínio do grupo “*Diários*

42 WEINER, Samuel. *Minha razão de viver.* ,

Associados” e as tentativas malogradas de crescimento e de desdobramentos da Rádio Itatiaia de Belo Horizonte, Minas Gerais).

A repressão policial e militar a jornais e a jornalistas – sobretudo a jornalistas -, circunscreveu os jornais e por extensão, a formação e as possibilidades de exercício profissional dos jornalistas à produção de informações e de prestações de serviços para os segmentos altos e médios da população e, dos anos de 1970 até hoje, os jornalistas são formados e treinados para produzir noticiário segundo pautas escolhidas e selecionadas conforme o público leitor de segmentos médios (antiga classe média) e usando uma linguagem aparentemente própria para este segmento social. As dificuldades atuais de jornais em todas as mídias (mídia impressa e eletrônica), de produzir noticiários que atraíam os leitores da nova classe média (antiga *classe C e D*) e que é negra e mestiça em sua maioria. Basta lembrar, em relação a estas constatações, o afamado jornal “*Hora do Povo*”, da rede de televisão SBT, que tinha uma enorme audiência, mas não obtinha “*apoio publicitário*” e o modelo de jornalismo popular foi eliminado da televisão brasileira com altos índices de audiência e baixíssimo faturamento com anúncios publicitários.

Em *socorro* a estas conclusões, citamos os depoimentos constantes deste relatório e cabe sublinhar a violenta destruição dos jornais “*Binômio*”, o “*Diário de Minas*”, a falta de *apoio publicitário* ou a constatação de que as agências de publicidade não “*programavam anúncios*” para o “*Jornal dos Bairros*”, “*De Fato*”, “*Em Tempo*” e ou “*Movimento*” – jornais inviabilizados econômica e financeiramente, mesmo possuindo leitores e legitimidade de produção de noticiário ancorado em pautas de interesses dos leitores.

A Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais constata, neste relato, que os jornais ou as empresas de comunicação, submetidas ou submissas aos ditames da ditadura civil-militar e, depois, ditadura abertamente militar concorreram para limitar o próprio crescimento, limitado pela censura, pela autocensura e pela repressão ao negócio jornalístico que é produzir informações e avaliações de informações para sociedade (e seus diversos segmentos sociais, étnicos, de gênero de identidade sexual e ou condição pessoal). Como um todo, a mídia foi circunscrita pela adaptação e acomodação conservadora ao modelo concentrador de renda (e concentrador, portanto, da própria propriedade dos meios de comunicação) e acomodação a uma produção de bens simbólicos (notícias, reportagens, artigos) aos segmentos de classe média e alta, cada vez mais reduzidos

em termos numéricos até a década de 1990 (público leitor declinante, inclusive pelo advento da internet).

Política, econômica e financeiramente a mídia impressa e eletrônica, no Brasil e, especialmente, em Minas Gerais, passaram, a partir do final da década de 1960, a depender muito mais, do que antes, do anunciante oficial (poder executivo seja em nível municipal, seja em nível estadual e no plano Nacional) – dependência que hoje caracteriza os negócios da comunicação, o que explica, em parte o protagonismo político dos grupos proprietários de conglomerados de mídia no Brasil, desde a redemocratização de 1985 – os conglomerados de mídia (meios impressos e eletrônicos) só podem sobreviver com o amparo direto do poder de Estado: a mídia, altamente concentrada na mão de poucos proprietários, não é “*crítica*” dos governos e dos governantes (quando o é) por compromisso sadio com a informação e a avaliação crítica da informação – mas porque o negócio da comunicação depende diretamente do poder de Estado.

Por outro lado, os relatos dos jornalistas apontam para uma categoria profissional que, da década de 1960 até os anos de 1980, contribuiu, no conjunto da atuação de seus profissionais, para a defesa das liberdades democráticas, para a defesa dos segmentos mais carentes de justiça (plano social, econômico e de direitos humanos) e na defesa da liberdade de opinião, liberdade de informação, liberdade de expressão e, finalmente, liberdade de imprensa.

Os jornalistas acusados de “*subversão*”, de serem ou terem sido “*comunistas*”, de atentarem contra a “*segurança nacional*” defenderam os direitos fundamentais do cidadão, quer pela constituição de 1945 (derrogada em 1964), quer pela constituição de 1967 (suspensa e, depois, derrogada pelo AI-5). Neste sentido, tem razão os que apontam que, embora o custo tenha sido alto, os jornalistas e decerto alguns jornais, contribuíram para derrotar a ditadura civil-militar (1964/1968) e ditadura abertamente militar (1968 / 1985), com a produção de informações e com a avaliação de informações que ajudaram a sociedade a formar juízo crítico, deslegitimar e concorrer para a derrubada da ditadura militar comprometida com a formação de uma sociedade de poucos cidadãos altamente enriquecidos e de cidadãos muito empobrecidos em suas imensa maioria.

Por derradeiro, a Comissão da Verdade do Sindicato dos jornalistas Profissionais de Minas Gerais declara sua insatisfação com o trabalho que foi possível desenvolver, em condições muito adversas e em período de tempo muito pequeno. Mas, esta Comissão da

Verdade se sente encorajada a apresentar os levantamentos e os resultados acima – pelo estabelecimento de parâmetros mínimos para avaliação – e a verdade - sobre os conflitos e os enfrentamentos dos profissionais de jornalismo – profissionais do campo fulcral da cultura comunicacional contemporânea – em defesa do estado democrático de direito, integrando os esforços coletivos para implementar a justiça social e contribuindo para facilitar a participação política de todos, na sustentação da sociedade democrática.

E nesta oportunidade, fazemos um veemente apelo à categoria para aprofundar a busca da verdade com o objetivo de resgatar o pleno sentido social da profissão de jornalista essencial para o exercício profissional que professa o bem público, na defesa dos legítimos interesses maiores relativos aos diversos segmentos étnicos, culturais e sociais – condições essenciais para o exercício da profissão de jornalista e para o jornalismo como empreendimento socialmente referenciado.

Este é o relatório.

Dalmir Francisco
(Relator)

Edson Martins

Rogério Raimundo Hilário
(Coordenador)

Paulo Marcelo Silvestrini
(Estagiário – Jornalismo/UFMG)

Rafael Amaral Nogueira
(Estagiário – Jornalismo / UFMG)

Referências

- AARÃO REIS, D.I.; RIDENTE, M. e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Org). *O golpe e a ditadura militar*: São Paulo: Edusp. 2004.
- ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DREYFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de.; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- MORAIS, Fernando. *Chatô : o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Na saga dos anos 60*. São Paulo: Geração, 2013
- RABELO, José Maria. *Binômio: edição histórica*.. Belo Horizonte: Armazem de Idéias / Barlavento, 1997.
- RABELO, José Maria. *Belo Horizonte do arraial à metrópole*. Belo Horizonte: Editora Graphar, 2013.
- WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1989

Jornais consultados

Correio de Minas, Belo Horizonte

- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 05 jan 1964 – Decreto da SUPRA é primeiro passo para golpe de Goulart, diz Sátiro.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 08 jan 1964 – SUPRA: Goulart quer conciliar PSD e esquerda.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 09 jan 1964 – Magalhães afirma que é candidato de qualquer maneira, pela UDN ou não.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 14 jan 1964 – SUPRA: presidente diz que Goulart não recua e fará mesmo despropriações.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 15 jan 1964 – Esquerdas recusam recomposição com Goulart.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 16 jan 1964 – Funcionários Federais entram em greve.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 17 jan 1964 – Lacerda anuncia golpe e prepara resistência.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 17 jan 1964 – Funcionários ganharam 13° depois de uma greve que Exército não impediu.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 18 jan 1964 – Goulart regulamenta remessa de lucro.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 19 jan 1964 – Esquerda exige reforma ministerial já (CGT, UNE, UBES, CNTI,
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 21 jan 1964 – Cidade ... protesta contra Congresso Comunista. Carone decreta luto oficial⁴³.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 22 jan 1964 – Bilac denuncia golpe comunista de Goulart
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 22 jan 1964 – Magalhães apoia Congresso Comunista e mobiliza polícia para garanti-lo.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 22 jan 1964 – Comunistas organizam polícia própria para defender Congresso.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 23 jan 1964 – Cutal transfere Congresso para Brasília,⁴⁴
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 24 jan 1964 – Goulart responde hoje acusações de Bilac.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 25 jan 1964 – SUPRA assina convênia com Forças Armadas.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 30 jan 1964 – Goulart mobiliza Forças Armadas para fazer alfabetização em massa ...
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 01 fev 1964 – Camponeses ... com metralhadoras ameaçam invadir fazendas em Valadares.⁴⁵
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 02 fev 1964 – Camponeses do Vale do Rio Doce têm esquema de guerrilhas ...⁴⁶
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 04 fev 1964 – Ministro quer desapropriar já na Rio-Bahia ⁴⁷.
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 06 fev 1964 – Lista de morte aumenta tensão em Valadares.⁴⁸
- Correio de Minas*, Belo Horizonte, 08 fev 1964 – Goulart assina reforma bancária quarta-feira ⁴⁹.

43 *Correio de Minas*, 21 jan 1964, p.1 – “Em sinal de protesto contra o Congresso de Trabalhadores Latino-americanos programado para esta semana, o prefeito Jorge Carone decretou, ontem, luto oficial “durante os dias em que vier a realizar o Congresso de Representações Comunistas Internacionais, marcado para os dias 24 a 28 do corrente mês de janeiro”.

44 Em Editorial - *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 23 jan 1964, p. 1 - celebra vitória grandiosa da opinião pública (“cristãos, políticos, produtores, operários, estudantes”) que obriçou o “governador Magalhães Pinto a recuar de sua posição, até então de ampla e forte cobertura ao Congresso”. CUTAL: Central Única dos Trabalhadores da América Latina.

45 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 01 fev 1964, p. 3: *Magalhães faz pregação de paz e democracia*.

46 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 02 fev 1964, p. 1: Camponeses do Vale do Rio Doce têm esquema de guerrilha para invasão de fazendas.

47 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 04 fev 1964 – Fazendeiros armam pistoleiros em GV contra camponeses.

48 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 06 fev 1964, p. 7 – Agentes secretoscaçam armas em Valadares. Valadares aguarda tensa chegada de Tropa do Exército. Coronel Pedro ensina guerrilha a fazendeiros e ameaça receber a bala invasores de terras em GV.

49 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 08 fev 1964, p. 1 – Ruralistas de Valadares vão mesmo reagir a bala. _____, p. 11 - Sindicalistas de Valadares apoiam os camponeses.

Correio de Minas, Belo Horizonte, 09 fev 1964 – Terras geram conflitos violento em Sobrália ⁵⁰.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 15 fev 1964 – San Tiago explica frente: evitar o golpe ⁵¹.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 16 fev 1964 – Bilac quer Forças Armadas contra guerrilhas.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 18 fev 1964 – Goulart quer constiuinte para reformas ⁵².
Correio de Minas, Belo Horizonte, 20 fev 1964 – Delegado da SUPRA acusa fazendeiros (MG – Advogado Antônio Lins).
Correio de Minas, Belo Horizonte, 26 fev 1964 – Comício por reformas de base dissolvido em BH ... depredações e 26 feridos ⁵³.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 01 mar 1964 – MP fica na UDN mas não apoia Carlos Lacerda.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 03 mar 1964 – Invasão camponesa marcada para domingo em Cataguases impedida ...⁵⁴
Correio de Minas, Belo Horizonte, 04 mar 1964 – Exército decide garantir comício do dia 13.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 05 mar 1964 – Camponeses de Gvadiaram concentração.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 07 mar 1964 – Crise SUPRA de Minas com acusação do PTB ⁵⁵.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 08 mar 1964 – Lacerda resiste a comício com feriado dia 13.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 12 mar 1964 – Goulart pede reformas a favor da democracia (“ameaça a democracia é a fome”).
Correio de Minas, Belo Horizonte, 13 mar 1964 – Partido Comunista (vai) comandar invasão de terras domingo em Minas ⁵⁶.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 14 mar 1964 – JG assina decreto da SUPRA e encampa refinaria.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 17 mar 1964 – Lavradores rejeitam proposta de invasão formulada pelos comunistas.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 18 mar 1964 – Magalhães propõe a JK união pelo regime.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 20 mar 1964 – Passeata em São Paulo condena governo Goulart.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 21 mar 1964 – Magalhães lança manifesto de Minas contra golpe.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 22 mar 1964 – Sindicatos se reúnem amanhã em BH para rompimento com Magalhães.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 24 mar 1964 – CGT prepara rompimento com Magalhães dia 19.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 29 mar 1964 – Oficiais só voltam a navios com prisões de rebeldes.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 31 mar 1964 – Goulart enfrenta crise e ... promete reformas. Clube militar apoia almirantes ⁵⁷.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – País aguarda com tensão o fim da crise.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – Magalhães desmente movimento separatista
Correio de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – Exército e PM marcham em direção à Guanabara.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – Ministério da Guerra manda infantaria e paraquedistas combater tropas mineiras.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** –Tiroteio em GV iniciam nova fase de lutas e terminam com prisão de Chicão..
Correio de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – Edição Extra: Goulart cai; Mazzili assume.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – Goulart tenta resistência em Porto Alegre..
Correio de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – Jurema e Aragão presos à noite mas Goulart vai tentar resistir no Sul.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – Guedes diz que medo da lua minguante fez Goularte sair ... na lua cheia.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** –Vigilância prende 120 para soltar depois da crise..
Correio de Minas, Belo Horizonte, 03 abr 1964 – ... Minas já é calma mas 21 mil homens armados ainda estão em suas posições.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **04 abr 1964** – Exército escoltou até BH os cem presos políticos de Juiz de Fora.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **04 abr 1964** – Faixa amarela invade convento e Igreja Protesta.

50 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 09 fev 1964, p. 2 – Jurema nega que tenha mandado apreender armas em Valadares.

51 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 15 fev 1964, p. 1 – Ex-presidentes da UDN derrotam Magalhães que quer dissidência.

52 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 18 fev 1964, p.1 – Comício de Múcio (Ataide) acaba em tiroteio (Associação de Fazendeiros de Corinto interromperam reunião com trabalhadores com invasão do local tiros no escuros - Centro Operário sem luz).

53 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 26 fev 1964, p. 1 – “Um conflito de 5 horas que deixou um saldo de 26 ferido e CR\$15 milhões de prejuízos, envolvendo povo e polícia, impediu ontem a relaização do comício da Frente de Mobilização kPopular pelas reformas de base”. Presentes: Leonel Brizola, Almino Afonso, Neiva Moreira, Múcio de Ataíde, Padre Alípio de Freitas. _____, p. 6 - Povo brigou nas ruas e violência da polícia começou conflito de 4 horas. _____, p. 7 – Conflito começou guerra ideológica no País.

54 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 15 fev 1964, p. 2 – Darcy expõe verdadeis da Universidade na aula da UMG que ouviu Hino Nacional. _____, p. 3 – Darcy Diz que Brasil está no dilema: reforma ou revolução.

55 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 07 mar 1964, p 1 – O dirigente da SUPRA em MG, advogado AntônioLins é acusado de “promover uma sindicalização comunizante e com base na agitação”.

56 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 13 mar 1964, p.1 – “O General Carlos Luís Guedes, Comandante da ID – 4 determinou ontem que metade do efetivo do Exército em BH, entrasse em prontidão, e informou que pode haver hoje prondidão completa em todas as guarnições de Minas, localizadas em São João del Rei, Juiz de Fora, Pouso Alegre, Itajubá, Santos Dumont e Três Corações”

57 *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 29 mar 1964, p. 1 – Governo recua e abre inquérito para apurar crise na Marinha.

Correio de Minas, Belo Horizonte, 05 abr 1964 – Governadores indicam General Castelo Branco para presidente...
Correio de Minas, Belo Horizonte, 07 abr 1964 – AL cassará mandatos dos deputados comunistas.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 08 abr 1964 – Polícia já vai começar a caçar comunistas no interior.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **09 abr 1964** – Polícia prente muito comunistas no Rio Doce – cadeias cheias.
Correio de Minas, Belo Horizonte, **09 abr 1964** – Prisões em Galiléia, Sobrália, Barra do Cuieté
Correio de Minas, Belo Horizonte, 10 abr 1964 – Ato Institucional já está em vigor.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 12 abr 1964 – Alkmin eleito Vice ontem pelo Congresso.
Correio de Minas, Belo Horizonte, 14 abr 1964 – Brasil rompe com Cuba logo após a posse de Castelo.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro,

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 01 jan. 1964 – Goulart pede reformas para 64
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 10 fev. 1964 – Líder revela que general é a fonte 58
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 13 mar. 1964 – Reformas provocam conflito em BH 59..
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 14 mar. 1964 – JG: reforma da constituição. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 mar. 1964 – Oposição pedirá impeachment de JG. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 16 mar. 1964 – Impeachment de JG mobiliza partidos. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 17 mar. 1964 – Jango rearticula frente ampla. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 mar. 1964 – PSD lança hoje JK à presidência. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 24 mar. 1964 – 100 por cento para civis e militares. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25 mar. 1964 – CL almoça com Magalhães Pinto. (p. 2).
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 26 mar. 1964 – Marinheiros com fuzileiros realizam reunião agitada (p. 2).
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 mar. 1964 – Crise militar reúne ministério. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 mar. 1964 – Agrava-se motim dos marinheiros. .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 28 mar. 1964 – Oficiais tentaram raptar ministro .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 28 mar. 1964 – Passeata dos marinheiros postos hoje em liberdade .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, **29 mar. 1964.**– Oficiais exigem prisão dos marujos .-
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, **29 mar. 1964.**– Clube naval lança manifesto à nação .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, **29 mar. 1964.**– Governo satisfeito com final da crise .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, **29 mar. 1964.**– Crise na Marinha agitou o País durante 48 horas .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 31 mar. 1964.– Clube militar adere ao clube naval. - Editorial 'Basta' .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 01 abr. 1964.– ...Estados já em rebelião contra J.G. - Editorial 'Fora!' .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, **03 abr. 1964.**– Mazzilli presidente e Artur Costa chefe do Exército 60.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, **03 abr. 1964** – Ademar desafia o Congresso e Mazzilli toma posse. 61 .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 04 abr. 1964.– Parlamento ameaçado 62 .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 09 abr. 1964 – Militares aprovam Ato Institucional 63 .
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 10 abr. 1964 – Brasil sob novo regime - Ato institucional.

58 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 fev. 1964, p. 1: "O deputado Pedro Aleixo (líder da oposição na Câmara) não disfarçou ... a fonte de informação da UDN a respeito da inquietação nos meios políticos militares é o general Humberto Castelo Branco".

59 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p.1: "Violento conflito irrompeu às 11h de ontem, nessa capital, em consequência de movimento encetado por uma comissão que decidiu interpelar os católicos (que) reconhecem a necessidade das reformas 'Católicos interpelados pelos golpistas como o general reformado João Torres Pereira".

60 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 abr. 1964, p. 2: "Castelo Branco envia manifesto a generais: 'Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês ... São evidentes duas ameaças: o advento de uma constituinte como caminho para consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala das agitações generalizadas do ilegal poder do CGT".

61 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 abr. 1964, p. 1: Editorial sob o título "Terrorismo, não!" - Denuncia a ação terrorista da Polícia da Guanabara e culpa o "desabafo patológico do Sr. Carlos Lacerda".

62 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04 abr. 1964, P. 1: "Parlamento ameaçado." Editorial: "Pilhagem – contra a apreensão e queima de exemplares da edição dominical do Correio da Manhã – intolerância, barbárie e regimes totalitários. Atentado covarde praticado na calada da noite contra a liberdade de imprensa." _____, P. 2: "Mais de 600 pessoas presas em Pernambuco."

63 O Ato Institucional (depois foi renomeado Ato Institucional número Um ou AI-1), foi baixado em 9 de abril de 1964, pelos militares Exército Artur da Costa e Silva, da Aeronáutica Francisco de Assis Correia e Mello (1903/1971) e da Marinha Augusto Hamann Rademaker Grünewald (1905/1985) para I) institucionalizar o golpe civil militar de 1964. II) Com o AI – 1 era possível cassar mandatos de políticos com mandato e ou cargo público, governadores de estado, prefeitos, militares e membros do poder judiciário e suspender, por 10 anos os direitos políticos dos cidadãos. III) Qualquer poderia ser preso, processado, condenado por subversão e, também, poderia ser expulso do País - sumariamente. IV) Legalizou a eleição indireta para Presidente da República e, V) reconheceu a Constituição de 1946 e as constituições estaduais, mas suspendeu por seis meses as Constituição Federal e as Estaduais e, com isso, todos os direitos e garantias constitucionais e legais dos indivíduos. O Ato Institucional foi preparado, inclusive, com apoio dos deputados Pedro Aleixo e Ulisses Guimarães.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 11 abr. 1964 – Kruehl contra ato institucional.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 12 abr. 1964.– Castelo eleito por 361 votos.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 14 abr. 1964.– Márcio “ entrega defesa à câmara.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 nov. 1968.– Gama na Câmara exige cassação.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30 nov. 1968 – Resistência à cassação derrota governo ...
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 01 dez. 1968.– Costa convoca congresso.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02 dez. 1968.– Resistência na bancada da Arena ... à cassação.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 05 dez 1968 – Bispos repelem acusações à Igreja.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 06 dez 1968 – Clero mineiro denuncia plano policial para intrigar Igreja.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 07 dez 1968 – Igreja mineira contesta Syseno.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 08 dez 1968 – Apoio à Igreja contra prisões repudia violência em todo País⁶⁴
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 10 dez 1968 – CPI terrorismo será formada ... dez presidente da Câmara.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11 dez 1968 – Licença contra deputado ... renúncia na Comissão de Justiça.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 13 dez 1968 – Derrubada cassação na Câmara por maioria absoluta:⁶⁵
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 14 dez 1968 – Editado novo ato institucional ... recesso do Congresso.

Diário de Minas, Belo Horizonte

Diário de Minas, Belo Horizonte, 01 fev 1964 – Magalhães pede reformas para fortalecer regime.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **02 fev 1964** – MP denuncia agitação que tem fim político.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **02 fev 1964** – San Tiago leva a Jango tímido saldo sobre frente.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 04 fev 1964 – Jurema denuncia plano de Lacerda para agitar o país.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 05 fev 1964 – Bispo condena indústria anticomunismo.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 06 fev 1964 – Militares apoiam plano da Frente única de San Tiago.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 07 fev 1964 – Neiva Moreira condena inclusão de PSD na Frente Única de San Tiago.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 08 fev 1964 – MP diz que de radicalização leva Brasil a guerra entre irmãos.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 14 fev 1964 – Darci Ribeiro denuncia ... terrorismo ideológico contra reformas.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **15 fev 1964** – San Tiago afirma Frente Única quer as reformas de base para impedir golpe.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **15 fev 1964** – Ademar critica Jango e diz que Darci Ribeiro agitou mais o país.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 19 fev 1964 – Líderes nacionalistas vêm a BH para discutir reformas.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 26 fev 1964 – Violências tumultuam concentração popular pelas reformas na capital.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 04 jan 1964 – Governo extingue o DOPS (nova estrutura à Polícia Civil MG)
Diário de Minas. Belo Horizonte, 05 jan 1964 – operário vê fim do DOPS.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 05 jan 1964 – Ameaça de greve geral ... em apoio à greve dos marinheiros por 13º
Diário de Minas. Belo Horizonte, 10 jan 1964 – Jango recua de desapropriações para exigir reforma.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 14 jan 1964 – Brizolla afirma que não acredita nas eleições se inflação não for detida
Diário de Minas. Belo Horizonte, 15 jan 1964 – Funcionários decidem hoje greve nacional.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 16 jan 1964 – Funcionários em greve pelo 13º mês
Diário de Minas. Belo Horizonte, 17 jan 1964 – Greve termina com ordem de Jango para pagar o 13º mês.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 18 jan 1964 – Goulart: Reformas de base já ou revolução⁶⁶
Diário de Minas. Belo Horizonte, 19 jan 1964 – Arraes diz em BH que Jango não quer golpe.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 22 jan 1964 – Jango chama exército para auxiliar SUPRA
Diário de Minas. Belo Horizonte, 24 jan 1964 – Jango define reformas com ministros militares hoje
Diário de Minas. Belo Horizonte, 30 jan 1964 – Jango ordena inquérito e evita greve na Petrobrás.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 01 mar 1964 – MP denuncia radicalismo que arrasta país à luta.
Diário de Minas. Belo Horizonte, 05 mar 1964 – Padres repudiam ataques à Ação Católica e Arcebispo⁶⁷

64 O *Correio da Manhã* de 8 de dezembro de 1968 sublinha a vitória dos parlamentares sobre os militares que desejavam cassar o deputado Márcio Moreira Alves ao publicar na primeira página o resultado da votação: 216 X 141; traz, ainda, editorial sob o título “O responsável”, condenando os atos terroristas da direita e afirmando que o governo Costa e Silva não investigaria nem puniria nenhum terrorista de direita, como aconteceu com a invasão da Universidade de Brasília e que a autoridade de Costa e Silva era “inexistente” – *Correio da Manhã*, 8 dez 1968, p. 1.

65 CM, 13 dez 1968, p. 1: Editorial “*Horizonte*: A Câmara Federal reintegrou o Brasil em sua condição de país civilizado”.

66 *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 18 de jan. de 1964, p. 1 – Ao assinar a regulamentação de Lei de Remessa de Lucros, ontem, em Petrópolis, o presidente João Goulart resumiu a situação do Brasil em dois caminhos para o progresso – reformas de base ou revolução – declarando que 'o dilema não é a reforma ou golpe, como pretendem fazer crer aflitadamente os eternos insatisfeitos, ambiciosos de atingir o poder para dirigi-lo contra o povo. Reforma ou golpe é falso dilema. Já sabemos que a nação enfrenta um único dilema: Reforma ou revolução'

67 *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 05 de mar. de 1964, p. 1 –A defesa do pronunciamento da Ação Católica de Belo Horizonte e do Arcebispo Coadjutor, dom João Resende Costa, foi feita ontem, por quatro padres de ordens e congregações diferentes, contra o

Diário de Minas, Belo Horizonte, 06 mar 1964 – Minas diz sim às reformas
Diário de Minas, Belo Horizonte, 10 mar 1964 – Arrais pede união do povo contra golpismo.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 11 mar 1964 – Congresso se prepara para fazer oposição a Goulart
Diário de Minas, Belo Horizonte, 12 mar 1964 – Alkmim desiste e Câmara dos Deputados reelege Mazzili.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 13 mar 1964 – Governo anuncia que hoje começam as reformas no país.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 14 mar 1964 – Goulart quer reforma total da Constituição.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 15 mar 1964 – JG pede hoje no Congresso a reforma da Constituição.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 17 mar 1964 – Arraes diz em Juiz de Fora que minorias não dominarão o Brasil.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 19 mar 1964 – Jango: críticas ao governo não impedirão reformas⁶⁸.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 20 mar 1964 – Comício em S. Paulo ataca Jango por causa das reformas.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 21 mar 1964 – Magalhães apoia reformas mas fica contra o golpe.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 22 mar 1964 – Jango afirma que quer reformas na legalidade.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 24 mar 1964 – Jango dá abono de 100% para civis e militares
Diário de Minas, Belo Horizonte, 25 mar 1964 – Ministro pede demissão e abre crise na Marinha.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 26 mar 1964 – Jango troca abono dos 100 por cento por mensagem.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 29 mar 1964 – Manifesto de almirantes contra Jango agrava crise na Marinha
Diário de Minas, Belo Horizonte, 31 mar 1964 – Magalhães diz que Minas está unida na defesa do regime.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 31 mar 1964 - Jango afirma que não volta atrás de decisões tomadas⁶⁹.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – São Paulo adere a Minas e marcha contra Goulart
Diário de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – MP: Minas consciente de seu dever entra em ação a favor do regime.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – Tropas da PM e do Exército se movimentam para vigilância em todo o Estado.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – Exército ocupa pontos estratégicos na Guanabara.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **01 abr 1964** – Times vê Brasil à beira da guerra civil e econômica.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – MP agradece apoio e diz que luta não acabou ainda
Diário de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – Castelo Branco e Dutra são cotados para a presidência
Diário de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – Magalhães ... resistência devem ceder para evitar luta inútil
Diário de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – Magalhães: A nossa luta é para restaurar a constituição no país
Diário de Minas, Belo Horizonte, **02 abr 1964** – 2º BI da Polícia Militar garante fronteira de Minas
Diário de Minas, Belo Horizonte, **03 abr 1964** – Marcha da família ... 1 milhão e 100 mil pessoas às ruas e avenidas do Rio.
Diário de Minas, Belo Horizonte, **03 abr 1964** – Voluntariado fica em função até quando for preciso.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 18 abr 1964 – Soldados ficam em Taquatinga para evitar perturbação.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 19 abr 1964 – Desfile da vitória foi grande festa final da revolução.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 23 abr 1964 – General reúne hoje voluntários que vão auxiliar SUNAB.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 23 abr 1964 – Comando investigará alunos e professores da UMG.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 28 abr 1964 – Brigas e casos de morte refletem movimento policial.
Diário de Minas, Belo Horizonte, 30 abr 1964 – Secretários formam conselho para casos de subversão.

Estado de Minas, Belo Horizonte

Estado de Minas, Belo Horizonte, 18 dez. 1968 – Decretada a prisão de Darci Ribeiro por 30 dias
Estado de Minas, Belo Horizonte, 28 dez 1968 – Costa: Governo não tolera a ditadura, mas usa força ...
Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 dez 1968 – Cassados Lacerda, onze deputados e um desembargador ...
Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 dez 1968 – Comandante da IV Região prega ordem justa e repressão ...
Estado de Minas, Belo Horizonte, 25 jan. 1969 – Quarta Região vai confinar estudante.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 28 jan. 1969 – Delegado intima os Relações Públicas.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 28 jan. 1969 – Auditoria examina os sumários amanhã.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 05 fev. 1969 – DVS prende mais 4 da “gang” que assassinou os dois policiais.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 06 fev. 1969 – Polícia já tem nome dos bandidos que assaltaram banco em *Ibirité*⁷⁰.

ataque feito, em Brasília, na Câmara pelo deputado João Mendes, presidente da Ação Democrática Parlamentar, que classificou como infiltrado de comunistas o movimento católico de Belo Horizonte.

68 *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 de mar. de 1964, p. 1 – Samey critica UDN que fica contra as reformas. Magalhães lança frente mineira da legalidade. _____.p. 2 - Jango contesta oposição dizendo que não recua na luta pelas reformas de base.

69 *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 31 de mar. de 1964, p. 2 - EUA acusam Goulart de favorecer comunismo no Brasil. Bastidores de Brasília: Impeachment – 'O manifesto do governador Magalhães Pinto traduz – para os observadores – claramente a palavra de ordem da Oposição: todo o esforço pelo impeachment. _____. p. 3 - Líder da UDN quer impeachment.

70 *Última Hora*, Rio de Janeiro, 10 jan 1964 – antecipa, ao que parece, as prisões em Minas Gerais relacionadas com assalto a bancos: Ângelo Pezzutti e Pedro Paulo Bretas presos no Bairro Santa Inês. *Cairam* Jorge R. Nahas, Maria J. C. Nahas, Murilo Pinto da Silva, Júlio A. Bitancourt, Nilo Sérgio Macedo, Alfonso C. Lana Leite, Maurício Paiva e João Batista dos Mares Guia.

Estado de Minas, Belo Horizonte, 08 fev. 1969 – Três mineiros entre os cassados e 5 assembleias em recesso
Estado de Minas, Belo Horizonte, 10 mar. 1980.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 12 mar. 1980.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 13 mar. 1980.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 mar. 1980.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 20 mar. 1980.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 10 ago. 1980.
Estado de Minas, Belo Horizonte, 10 jan. 1982.

Folha de São Paulo, São Paulo.

Folha de São Paulo, São Paulo, 14 mar. 1980
Folha de São Paulo, São Paulo, 10.08.1980
Folha de São Paulo, São Paulo, 05 Dez. 1980.
Folha de São Paulo, São Paulo, 01. Fev. 1981.
Folha de São Paulo, São Paulo, 17 jan. 1982.
Folha de São Paulo, São Paulo, 29 mar. 1982.
Folha de São Paulo, São Paulo, 12 fev. 1982.
Folha de São Paulo, São Paulo, 15 fev. 1983.
Folha de São Paulo, São Paulo, 14 nov. 1984.
Folha de São Paulo, São Paulo, 25 mai. 1985.
Folha de São Paulo, São Paulo, 30 jun. 1982.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 mar. 1980.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 mai. 1980.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 dez. 1980.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 out. 1981.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 jan. 1982.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 fev. 1983.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 mar. 1983.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 jun. 1983.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1984.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 set. 1984.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 mai. 1985.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 mar. 1990.

O Estado de São Paulo, São Paulo.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 mar. 1980.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 mar. 1980.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 jun. 2001.

Última Hora, Rio de Janeiro

Última hora, Rio de Janeiro, 17 jan 1964 – Jânio assina hoje lei de remessa de lucros.
Última hora, Rio de Janeiro, 25 jan 1964 – Três armas em ação pela reforma agrária.
Última hora, Rio de Janeiro, 27 jan 1964 – Osvino-Jango decidem a crise na Petrobrás.
Última hora, Rio de Janeiro, 29 jan 1964 – Osvino... Petrobrás vencerá as forças antinacionais.
Última hora, Rio de Janeiro, 30 jan 1964 – “Gorilas” desfecham ofensiva de intrigas e tentam envolver General Peri Beviláqua
Última hora, Rio de Janeiro, 31 jan 1964 – Conspiração dos “Gorilas” tenta sabotar as reformas e convulsionar o Brasil.
Última hora, Rio de Janeiro, 01 fev 1964 – Brigadeiro para Jango: FAB na primeira linha da luta pelas reformas de base.
Última hora, Rio de Janeiro, 06 fev 1964 – Jango: novo mínimo já com luta contra a ganância.
Última hora, Rio de Janeiro, 07 fev 1964 – Minas: Exército contra fazendeiros em armas (Governador Valadares/MG).
Última hora, Rio de Janeiro, 014 fev 1964 – Conspiração de Jango é contra os privilegiados.
Última hora, Rio de Janeiro, 25 fev 1964 – JG ordena crédito bancário para todos os sindicalizados.
Última hora, Rio de Janeiro, 26 fev 1964 – IBAD tentou impedir comício das reformas. Sangrento choque em Belo Horizonte.
Última hora, Rio de Janeiro, 27 fev 1964 – IBAD quer “guerra santa” em Minas.
Última hora, Rio de Janeiro, 28 fev 1964 – Tancredo Neves: a história da UDN é a própria história do golpe na república.

Última hora, Rio de Janeiro, 29 fev 1964 – Arcebispo de BH condena a exploração política da fé⁷¹
Última hora, Rio de Janeiro, 02 mar 1964 – Magalhães Pinto adverte reacionários e radicais.
Última hora, Rio de Janeiro, 03 mar 1964 – Governadores exigem reformas imediatas.
Última hora, Rio de Janeiro, 05 mar 1964 – Jango na Vila Militar: Escola de Infantaria defende ideais do povo
Última hora, Rio de Janeiro, 09 mar 1964 – Garantido êxito do comício do dia 13: agitação é boato.
Última hora, Rio de Janeiro, 12 mar 1964 – Jango afirma no arsenal da Marinha; Comício não ameaça o povo: a fome sim.
Última hora, Rio de Janeiro, 18 mar 1964 – Guerra de rua para “impeachment” de JG.
Última hora, Rio de Janeiro, 13 mar 1964 – Exército garantirá comício das reformas⁷²
Última hora, Rio de Janeiro, 14 mar 1964 – O povo com Jango começa a reforma.
Última hora, Rio de Janeiro, 17 mar 1964 – Oposição em desespero: derrubar Jango antes da reforma.
Última hora, Rio de Janeiro, 18 mar 1964 – Guerra de rua para “impeachment” de JG.
Última hora, Rio de Janeiro, 19 mar 1964 – Jango: povo não quer democracia pela metade.
Última hora, Rio de Janeiro, 20 mar 1964 – Jango: nada de golpe nem de continuísmo.
Última hora, Rio de Janeiro, 24 mar 1964 – Ofensiva reformista prosseguirá.
Última hora, Rio de Janeiro, 27 mar 1964 – Tensão no país com a crise na Marinha.
Última hora, Rio de Janeiro, 28 mar 1964 – Decisão de Jango resolveu a crise⁴.
Última hora, Rio de Janeiro, 30 mar 1964 – Golpe explora a crise na Marinha.
Última hora, Rio de Janeiro, 31 mar 1964 – Jango: eu não permitirei a desordem em nome da ordem.
Última hora, Rio de Janeiro, 01 abr 1964 – Sublevação em Minas para depor Jango. Jango: golpe está condenado.
Última hora, Rio de Janeiro, 02 abr 1964 – Jango no Rio Grande. Mazzilli empossado. Jango dispensa sacrifício dos Gaúchos.

71 *Última hora*, Rio de Janeiro, 29 fev 1964, p. 1 Associações católicas de Minas condenaram as violências praticadas pelo IBAD em Belo Horizonte”. Ação Católica Operária, Ação Católica Independente, JUC, JOC, JEC e JICapoiavam “os movimentos populares pela concretização das reformas estruturais”

72 *Última hora*, Rio de Janeiro, 13 mar 1964, p. 1 – Novos choque em Belo Horizonte – povo defende Arcebispo contra terror do IBAD. 50 feridos: bombas da polícia. “Uma multidão de cinco mil católicos de Belo Horizonte pôs a correr pela ruas centrais da cidade, ontem, baderneiros do IBAD que recolhiam assinaturas a um manifesto ofensivo ao Arcebispo D. João de Resende Costa porque 3este apoiou a declaração da Ação Católica de repúdio às violências terroristas”.

ANEXOS

Anexo 01 - O relatório deverá atender às seguintes orientações da FENAJ.

Resumo das entrevistas.

Local ou locais de perseguição ao jornalista.

Período da violência.

Prisão Tortura Exílio Banimento Demissão

Impedimento de trabalhar Direitos Políticos cassados

Enquadramento legal Vítima de monitoramento

Nomes de perseguidores e ou torturadores

Informações pessoais

Militância Política.

Anexo 02 - Íntegra – Depoimento de José Maria Rabelo

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1964 / 1978). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Sim) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8 Impedimento de trabalhar (Sim) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Sim) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Sim).

José Maria Rabelo você foi o fundador do “Binômio”, jornal que teve uma repercussão muito grande, do ponto de vista político, nos anos 1960, e uma publicação destruída pela ditadura. Você teve um episódio com um general que culminou com a extinção do jornal.

São dois episódios distintos. Um, do general João Punaro Bley, que foi comandante da Região Militar. Ele chegou aqui. E digo eu foram dois episódios, pois o primeiro foi anterior ao golpe. Nos preâmbulos do golpe. Porque é um evento como este, que mudou os rumos do país, requer uma preparação longa. O golpe não foi feito de um dia para o outro. E já em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, eles impediram a posse do João Goulart. Isto já foi um golpe, porque a Constituição estabelecia que no impedimento do presidente assumia o vice. Impediram. Foi preciso que o Brizola se levantasse no Sul, naquele movimento formidável pela legalidade, para que eles fizessem um acordo, impuseram um acordo, com a questão do parlamentarismo. Depois foram derrotados no plebiscito. E o general chegou aqui e ninguém sabia quem era o cidadão, embora ele fosse da história da repressão do Brasil, porque ele tinha sido interventor do Estado Novo no Estado do Rio. Ele estabeleceu um reinado de terror, com perseguição aos sindicalistas, aos jornalistas. Era conhecido como o “capitão óleo de ricino”, na época ele era capitão. Era conhecido assim porque obrigava os jornalistas a engolir os jornais que o criticavam e dava um purgante a eles como lição moral. Eu sei que até hoje o estádio em Vitória chama-se João Punaro Bley. Um absurdo que até hoje isto se mantenha no Espírito Santo. Então ele chegou ao jornal e ninguém sabia quem era. Ele havia dado uma palestra na Associação Comercial em que denunciava o perigo comunista, aquela mesma conversa: que o Brasil deveria se prevenir, porque as forças antidemocráticas estavam se articulando. E, como eu digo, na preparação psicológica para o golpe. E esta entrevista dele como comandante da Região Militar teve repercussão grande, no “Estado de Minas” deu manchete. E, então nós resolvemos investigar a vida deste patriota, democrata. Mandamos ao Espírito Santo o jornalista, depois professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Nilo Tavares, que trouxe de lá uma matéria impressionante sobre o general, essas coisas todas. Tinha criado campo de concentração lá para preso político, era acusado de fornecer informações para os submarinos alemães, que vinham aqui afundar navios brasileiros, era simpatizante do Eixo, era ligado ao integralismo brasileiro, uma sucursal do nazi-facismo. E nós então publicamos uma reportagem poucos dias depois, com manchete. Tinha uma manchete antes: “Quem é este general Punaro Bley” e uma manchetona: “Democrata hoje e fascista ontem”. Isto foi em 1961, quer dizer, anterior ao golpe. Ele então se sentiu ofendido e me telefonou dizendo que queria conversar comigo. Falei: “Pois não, estou às suas ordens aqui no jornal”. E ele foi lá. Chegando, eu o recebi de pé e disse: “Faça o favor, se assente para nós conversarmos”. Então, ele que já estava uniformizado, o que não devia ter feito, pois resolvia uma questão pessoal, deveria ter ido em trajes civis. Ainda levava aquele barrete metálico, a insígnia de comando. Então ele me respondeu: “Eu não vim cá para conversar, quero saber quem fez esta merda contra mim”. Levei um susto e disse para ele: “General, isto aí não é merda, não. É uma reportagem muito bem fundamentada e eu respondo por tudo que sai no jornal”. Ele me pegou pelo pescoço e disse: “Você é um filho da puta”. Se na sua sala de trabalho, o eu você ia fazer. Eu talvez pudesse, se não fosse pela surpresa daquela atitude, poderia tentar segurá-lo, e tal. Mas não me contive, parti para cima dele. Ele me puxou pelo pescoço, eu até caí e bati com o braço na mesa, o que me provocou um arranhão. Aí eu fui para cima dele e eu lutava bem, tinha muita experiência. Para ser diretor do “Binômio” era preciso ser bem preparado fisicamente, pois a cada edição você fazia uma fornada de inimigos. E neste esforço nosso ele levou uma desvantagem muito grande. Quando houve aquele barulho, com nós dois rodando no chão, entraram outras pessoas na sala, que nos

separaram. Ele estava com um hematoma no olho esquerdo, com o olho esquerdo fechado e com um hematoma grande no lábio direito. Com o uniforme todo desgrenhado. Ele ficou ainda, discutindo, queria continuar no nosso enfrentamento e toda a hora queria vir para cima de mim de novo. Eu falei: “General contenha-se, o senhor não está em condições de contar vantagem”. Então chamamos a polícia, e o policial foi até muito corajoso. O sargento da PM nos prendeu por rixa em público. E o general ficou furioso com isso, não queria se identificar. O guardazinho foi duro, depois pagou caro, foi excluído da polícia, quando veio o golpe. Nisso, entra o ajudante de ordens dele, que tinha ficado lá embaixo. Um capitão grande. Ele disse: “Ai Meu Deus, o que foi que vocês fizeram com meu general”. Eu falei: “Meu amigo, aqui não tem meu general, não tem meu capitão. Somos dois cidadãos que se desentenderam.” O capitão continuou: “Mas como, o estado dele”. Eu respondi: “Levou desvantagem”. “Isto não vai ficar assim.” Eu retruquei: “Imagino que não. Eu conheço a prepotência de vocês”. Aí ele levou o comandante. O general não queria ir embora. E, realmente, não ficou assim. Três horas depois, 200 homens do Exército, da Aeronáutica, chefiados pelos comandantes das respectivas unidades. Tinha o Roberto Mendonça, do CPOR, o coronel Aguiar, da Base Aérea, e um general do 12 RI, que era a unidade mais importante. Baixaram lá e quebraram tudo. E carregaram documentação. Claro que não carregaram tudo, porque já imaginávamos que iriam baixar lá e nós tiramos e guardamos documentos nos escritórios de amigos do prédio. Com aquela repercussão, até mundial, no livro do “Binômio” eu conto isto em detalhes, com o nome “Binômio, o jornal que virou Minas de cabeça para baixo”. O “Le Monde”, o “New York Times”, todos os jornais repercutiram o caso. Claro que não é todo o dia que o Exército destroi um jornal. E aqui a imprensa toda até que foi solidária. E, diante desta repercussão, o governo que era de João Goulart, que tinha sido até certo ponto o pivô da história, pois era denúncia de que o governo Goulart estava acobertando toda esta conspiração e o recurso foi removê-los daqui. E nós não recuamos em nada. Uma semana depois, o jornal era semanal, nós republicamos a reportagem: “Esta reportagem motivou a depredação do ‘Binômio’”. E dizendo num artigo, pois estava foragido. De lá onde eu estava mandei um artigo dizendo que estava comprovado que ele era um general fascista, que não aceitava as críticas. Se ele se sentiu ofendido, que fosse à Justiça e não pegar o Exército. Inclusive, quanto é que custou a operação ao país. Deslocar esses homens todos para ir lá para depredar o jornal. Nós não tínhamos uma linha a retirar da reportagem e que estava confirmado o que nós dizíamos: era um fascista. Aí foi um período muito duro, com o jornal depredado. Teve que funcionar precariamente em outras instalações.

E por que você não processou o governo?

Não cheguei a fazer isto não. Devia ter feito, mas não fiz, porque logo fui embora para o exílio e não queria que parecesse que estava tirando partido da situação política. Aí, isto foi em 1961. Em 1962 o jornal se recuperou, estava numa fase brilhante. Em 1961, 62, 63 e começo de 1964. Em março, o jornal estava anunciando uma edição nacional, e houve o golpe. Eles voltaram lá e destruíram tudo. Não me pegaram. Aliás, eu sempre conto este episódio. Foi uma passagem muito interessante. Não me pegaram por milagre. Eu era uma das pessoas mais visadas aqui, não só pela minha atividade política, pelo jornal, mas pelo caso do general. Eles, no dia 29, puseram aqui em marcha o chamavam de “Operação Gaiola”, que consistia na prisão de todas as lideranças que consideravam comprometidas com o governo. Prevenir qualquer reação ao golpe.

Então, três dias antes, o golpe estava em andamento.

Tudo já estava preparado há mais tempo. Assim, para o golpe foi no dia 29 que eles tomaram esta decisão de deter, de prender todos os dirigentes sindicais, jornalistas, padres, todos que tinham compromisso com o governo.

Vocês já conheciam a lista de quem seria preso.

Eles tinham tudo isto. Sinval Bambirra, sindicalista. O João Luzia, outro. O Guy de Almeida, que você já entrevistou. E outros mais.

Entre 1961 e 1964, você ficou na clandestinidade.

Não, eu reassumi. Eu fiquei uma semana fora daqui. E uma semana depois, reassumi todas as minhas atividades. Inclusive de aparições públicas, de contatos na rua. Eu quis mostrar que eles não intimidavam. Chegou 1964, nesta “Operação Gaiola”, eu era um dos mais visados. E 11 horas da manhã, um outro general reformado, mais dois tenentes, foram à redação do “Binômio” para me prender. Agora você vê o que é a vida. Quando eles subiam por um elevador do edifício, eu descia pelo outro. Nos cruzamos no fosso do elevador. Quando cheguei lá embaixo, o porteiro, o Geraldino, me disse: “Zé Maria, cai fora porque os homens estão aí, te

procurando”. Foi o conselho mais sábio que eu recebi na minha vida. E a partir daí eu desapareci. Fui para São Paulo. Eu sempre aconselho a todo mundo que queira esconder que vá para São Paulo. Aquela cidade imensa. Você vai de um bairro para outro e é outra cidade.

Muitos dizem que São Paulo é o lugar em que você fica no anonimato.

Fica anônimo, mesmo. Eu já em 1961 tinha estado lá. Então, passei dois meses em São Paulo, para ver se tinha alguma possibilidade de resistência, esperava que a situação se definisse. Então como não houve resistência alguma e a minha família era muito perseguida, meus amigos.

Não se contentavam em perseguir sindicalistas e jornalistas, perseguiam a família também.

Então, o que eu fiz. Não sabiam onde eu estava. Dizem que eles fizeram mais de 200 diligências atrás de mim. Foram até a São Borja, no Rio Grande do Sul, atrás de um irmão meu. E, eu decidi entrar numa embaixada. Fui para o Rio, entrei na Embaixada da Bolívia. Naquela época, algumas embaixadas continuavam no Rio, outras já tinham ido para Brasília. Entrei na Embaixada da Bolívia. Aliás, a única que estava dando asilo naquele momento. Havia passado alguns meses, mas consegui asilo lá. Por três vezes tentaram entrar na embaixada, à minha procura. Aí, viajei para a Bolívia. Me instalei. Em novembro houve o golpe lá, eu já estava trabalhando em jornais lá, fiz contatos. Exercia uma função importante no jornal do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário, do Paz Estenssoro. Aí eles deram o golpe, orientados pelo governo brasileiro, pelos colegas brasileiros. Não tinha mais ambiente e fui para o Chile. Lá fiquei oito anos e tanto. Uma experiência gloriosa da minha vida, ter participado de toda a história do governo Allende. Muito de perto. Até que em setembro de 1973, deram golpe lá também. E o que aconteceu comigo. Veja você: eu estava na primeira lista dos procurados. Os brasileiros eram só eu e o Teotônio dos Santos, economista. Era também influência direta do governo brasileiro. O Brasil foi o primeiro a reconhecer a ditadura do Pinochet. E hoje está comprovada a participação brasileira no golpe contra Allende. Não sei se por influência daqui, eu tinha uma rede de livrarias muito comprometidas com o processo chileno, do governo Allende, eu sei que estava na primeira lista. E sabe como terminava a lista: os que não se apresentarem dentro de 24 horas estão sujeitos a fuzilamento. Eu pensei: eu como estrangeiro, vou me apresentar. Eu dei um jeito, encontrei uma família de gente amiga, mas não tinha posição política, não era filiada a partido. Perguntei se eles me receberiam. Eles disseram: receberemos sim. Fiquei lá por uns dez dias e entrei na Embaixada do Panamá. Mas, você vê outra vez a sorte. Eles chegaram à minha casa três horas depois de eu ter saído para ir à residência desta família. A vida é assim. Ela se faz de lances imprevisíveis.

E teve a prisão do seu filho.

Ficamos lá no Chile, fizemos as livrarias, que ficaram belíssimas. Quando veio o golpe. Eu já contei como escapei e não me prenderam, mas prenderam um dos meus filhos, o Pedro Rabelo, que naquela época tinha 17 anos. Aliás era o que tinha menos atuação política, os outros tinham atuação política, de juventude socialista, comunista. Mas este era pintor e não tinha militância política. E foi preso, coitado, e sofreu o diabo, primeiro no Estádio, onde inclusive cortaram as mãos do compositor Víctor Jara. O Estádio do Chile. Ele esteve lá. E depois o levaram para o Estádio Nacional e inventaram que ele tinha assassinado dois guardas. E a pena seria de morte. A partir da Embaixada do Panamá fiz um grande movimento, com amigos aqui do Brasil. Houve solidariedade no mundo inteiro. Então foi salvo por este movimento mundial. Ficou lá dois meses, apanhou muito, foi torturado, até hoje tem consequências disso, tem dificuldade de audição, por causa dos choques que dão no ouvido. Depois de dois meses, conseguimos que ele fosse liberado. Fomos para a França. Na França, felizmente, não houve nada assim. O primeiro episódio foi o general. O segundo foi a depredação do “Binômio”. Toda esta história que estou contando aqui de ter de sair do Brasil. Meus exílios na Bolívia, no Chile e na França.

No período que ficou fora do Brasil, você acompanhou o que acontecia aqui?

Era muito difícil. Hoje tem a internet. Ontem estava lá em Ouro Preto, minha filha fez uma foto e postou no facebook. Meu neto, na França, repercutiu lá fora. Era difícil. Você tinha que esperar os jornais. Chegavam lá alguns exemplares da imprensa brasileira, dois três dias. Ou então a gente ia para morros próximos a Santiago, onde a gente ouvia emissoras brasileiras e tínhamos notícias. Ou então por intermédio de pessoas que chegavam sempre lá. Era uma ilha na América Latina, em certo momento, de democracia. Então lá, afluíam companheiros de toda a parte com notícias. Às vezes notícias que não circulavam aqui.

Você sobreviveu com as livrarias lá no Chile. E agora, na França, como foi?

Eu cheguei ao Chile e consegui trabalho em uma instituição internacional e depois saí. Fiquei três anos nesta instituição. E depois achei que lá, pela concentração de cientistas sociais da América Latina toda, comportava uma livraria de ciências sociais, o que não havia. Aí eu fiz a primeira. E foi um sucesso. Em pouco tempo, nós tínhamos seis livrarias. E foram todas destruídas no golpe do Pinochet. Ciência social é inimiga das ditaduras. Então, eu exilado como é que fiz aquelas livrarias em tão pouco tempo. Naturalmente os concorrentes diziam: “Isso deve ser dinheiro de Cuba, da União Soviética”. É muito fácil dizer uma bobagem dessas. E fui muito perseguido também em face disso. Todas as livrarias foram arrasadas. Muitas das fotos que aparecem de livros queimados, foram de obras tiradas das minhas livrarias. Você vê uma coisa: o interventor da livraria, a primeira coisa que ele fez foi selecionar uma lista de 1.500 livros para a biblioteca dele e levou todos para casa. O que restou da livraria. Aquilo foi destruído. Aquela beleza de projeto nosso. Eu tinha a ideia de abrir depois uma rede no Brasil também, por causa do sucesso da nossa lá. Acabou. E fui para França. Lá eu já conhecia o Mário Soares (exilado e depois primeiro-ministro de Portugal) e ele tinha uma livrariuzinha vagabunda, chamada “Livraria Portuguesa”, porque havia muitos portugueses exilados na França. Exilado não, imigrante. Havia 1 milhão de portugueses vivendo na França. Muitos já estavam enraizados lá, com a família e tudo. Então este público era o público da livraria. Mas era um público muito pouco interessado. O que vendia mesmo era “A Bola”, que existe até hoje, aquele jornal esportivo de Portugal. Então eu disse: “Mário, isto aí não tem jeito, não. Nós temos que dar uma mudança. Mudar tudo”. Ele me convidou para trabalhar lá. Eu assumi a direção. Em pouco tempo mudamos tudo e, depois, houve lá o Abril de Portugal, que era uma ditadura. Eles foram embora. Abril de 1974, a Revolução dos Cravos. Eles foram embora, pegaram o primeiro trem para Portugal. O caixa da livraria nem fechou. Pegou o primeiro trem para Portugal. Eles estavam lá há 30 anos. O Mário foi embora. Eu fiquei lá. Você sabe que eu fui preso. Por exercício ilegal da profissão de livreiro. Chegaram na livraria e perguntaram: “O senhor é o responsável pela livraria”. Eu fiquei responsável porque todos foram embora. Eu respondi: “Sou, sim”. Eles disseram: “Então, o senhor está autuado pelo exercício ilegal da profissão de livreiro”. Na França você tem que ter registro. Me deu algum trabalho para me livrar desta acusação. Não cheguei a ser preso, fui autuado. Tive prisãozinha aqui, em manifestações. Tive aqui, tive no Rio. Sempre tive uma estrela muito grande. Depois fiquei sabendo o que queriam fazer comigo. Exatamente o que fizeram com o Gregório Bezerra lá em Recife. Arrastaram por uma corda num jipe e desfilaram com ele em uma jaula pelas ruas da cidade, para me desmoralizar. E então tive muita sorte. Eu cheguei à conclusão que aquela livrariuzinha não tinha futuro. Aí, me associei a outras pessoas e nós fundamos lá o que se chamou a “Livraria Centro, dos Países de Língua Espanhola e Portuguesa”. Aí foi um sucesso, pois reunimos a cultura latino-americana em torno da livraria.

Quando você retornou ao Brasil? Como foi a recepção?

Depois veio a abertura no Brasil, também me desentendi com o pessoal que queria só ganhar dinheiro, não tinha uma visão política, e deixei e vim para o Brasil. Vim em 1980, depois promulgada a anistia, eu queria saber como era a coisa. Então fiquei mais uns meses, a família veio (ele deixou o país com a mulher Thereza Rabelo e sete filhos) em outubro e eu vim em dezembro. A recepção foi gloriosa fantástica. O pessoal no aeroporto me esperando. Aqui foi uma beleza, uma caravana. Me levaram até a sede do Sindicato dos Jornalistas e lá dei entrevista para a imprensa toda. Foi um momento formidável. Mas cercado da vigilância. O tempo todo a gente sabia que estava lá um punhado de agentes deles. Me lembro até a primeira vez que o Brizola veio aqui e eu lá no exílio havia me integrado no processo de reconstrução do PTB. A luta do Brizola era aquela. Queria voltar como grande líder do PTB que era o maior partido brasileiro na época do golpe. Aí, deram aquela rasteira nele, entregaram a legenda para a Ivete Vargas. Nós tivemos então de mudar o nome de PTB para PDT. Por isso, surgiu o PDT. E eu fui da refundação do PTB, o Congresso Trabalhista Brasileiro, lá em Lisboa, e nós reorganizamos o que seria o PTB e, depois, PDT. Inclusive eu fui o revisor da chamada Carta de Lisboa. Era o documento básico, muito progressista. E aí virou o PDT. Vim para cá, fiquei 16 anos como presidente do partido. Muita luta. Na primeira vez que o Brizola veio cá, rapaz, foi um problema. Tomamos providência com os policiais, procuramos o local que era o mais seguro, o auditório do Instituto de Educação. Exigimos medidas policiais rígidas. E nós controlando, porque não confiávamos na polícia. E assim mesmo, explodiram umas bombas atrás do Instituto de Educação, um pouco longe. E foi um período todo de muita insegurança. No 1º de maio de 1981, teve a bomba no Riocentro. Houve atentados contra bancas de jornais, jogaram bombas no Sindicato dos Jornalistas. E, então, aqueles inconformados com a anistia, com a abertura, mas que tinham um certo poder, porque tinham ainda uma posição na hierarquia militar oficial. Resumindo, mais ou menos, foi as nossas peripécias políticas pelo mundo.

Havia repercussão sobre o que acontecia no Brasil lá na França?

Tinha repercussão. Nós mesmos abastecíamos os jornais de lá. Publicamos, por exemplo, um jornalzinho clandestino, tiramos uns oito números. Eu tenho alguns exemplares dele. Em que a gente contava o que estava acontecendo no Brasil. Às vezes com notícias que não haviam circulado aqui, porque não podia ser publicadas pela imprensa. As pessoas que iam lá nos levavam. E na França, eu mesmo dei muitas entrevistas. Não entrevistas públicas. Eu era exilado e não podia. Mas conversas com jornalistas e tudo. Nós nunca nos desligamos da luta no Brasil. Não vou fazer baluartismo, dizer que estávamos lá mudando o país. A luta se travava aqui. A repercussão lá ajudava. A livraria em Paris era um centro de encontro de exilados da América Latina toda. Iam lá o Júlio Cortazar, o Celso Furtado, o José Saramago. Gente deste nível que lançava livro na livraria, faziam palestra. Nós tínhamos um auditório para 200 pessoas. Um centro de atividades muito interessante. E na livraria nós tínhamos um material de divulgação sobre o Brasil, sobre a América Latina. Tanto que livraria duas vezes foi vítima de atentados da direita francesa. Jogaram bombas. Picharam a livraria. A gente já estava escolado com isso. Então são histórias muito interessante. A minha participação na vida brasileira foi essa, procurar dar repercussão lá fora e ajudar os meus companheiros. Ajudei muita gente lá, pois já estava estabelecido, sobretudo no Chile e na França. Pude acolher. Nós tínhamos no Chile a “caixinha”, da “Caixa de Solidariedade dos Exilados”. No Chile nenhum exilado passou dificuldades, material, a “caixinha” procurava, com a ajuda de companheiros que tinham cargos na Cepal, organismos das Nações Unidas, recebiam em dólar, um salário muito bom. Não o Fernando Henrique. Fernando Henrique nunca foi exilado, foi contratado. Ele teve uma péssima conduta com relação aos companheiros. Nunca ajudou ninguém. Era da personalidade dele. Ele é um ególatra. Tudo é ele. Então, tanto no Chile, quanto na França pude dar trabalho aos companheiros. Me orgulho muito disto. E é isto. A história é essa modesta. No “Binômio” foi uma história importante, um jornal de grande tiragem, que influía nos rumos da política aqui. O “Binômio” chegou a circular com 60 mil exemplares. Era a maior tiragem de Minas. Por isso, o ódio todo contra o “Binômio”. Não foi à toa. Tinha edição daqui e a edição de Juiz de Fora. Nacionalista, pelas reformas, de esquerda. Tanto que o golpe de direita foi em cima dele. Foi uma das maiores vítimas do primeiro momento do golpe de 1964. E já tinha sido vítima da direita militar em 1961. Lá fora minha história foi de muita solidariedade aos companheiros e a ajudar na divulgação dos crimes da ditadura. Não é uma história importante, mas uma história digna.

Anexo 03 - Íntegra - Depoimento de Guy Afonso de Almeida Gonçalves

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1964 / 1978). 3 Prisão (Sim) 4 Tortura (Sim) 5 Exílio (Sim) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8 Impedimento de trabalhar (Sim) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Sim) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Não).

O que você passou durante o período pré e pós ditadura?

São dois períodos opostos. O que era pré ditadura militar era um período que o país vivia uma grande efervescência e deveria estabelecer parâmetros novos. Defendíamos uma linha nacionalista e reformistas, predominante. Nacionalista em que sentido de procurar defender toda prevalência do capital nacional diante dos interesses que o afetavam, com a clara consciência de isso significaria necessariamente uma interferência, um novo padrão de tratamento do problema, com nível social, em benefício das partes envolvidas. No caso estamos falando dos jornalistas, mas também dos jornalismo. Dos meios de comunicação. Havia nesta efervescência, neste momento, tínhamos uma grande participação nesta luta, não apenas na atividade sindical, bem na atividade como jornalistas. Assumíamos uma posição que muitas vezes tinham a ver, os problemas estavam colocados em nível geral, tanto uma polêmica, uma controvérsia interna entre os que era contrários a estas modificações, que eram preconizadas, eram enunciadas, quanto aos que eram favoráveis a essas modificações, quanto os que atuavam claramente com suas posições sem nenhum tipo de restrição. Em relação à aquela época, poderia acrescentar que tivemos uma participação muito eetiva. Eu por exemplo, antes do golpe de 1964, no auge daquele clima de controvérsia, que culminaria gerando o golpe, aquela controvérsia gerava posicionamentos.

Eu como jornalista era naquele tempo eu escrevia e trabalhava no “*Diário de Minas*” como chefe de redação e no “*Jornal do Brasil*” como coordenador da sucursal. Além disso, eu fazia naquela o ocasião uma crônica semanal para o “*Binômio*”, mas como o meu nome estava em duas publicações, combinamos com o José Maria Rabelo, que era o diretor do jornal, que faríamos a coluna com pseudônimo, que ficou conhecido como Décio Serrano. Eu fazia as crônicas com um espécie de balanço da semana transcorrida. Como você sabe, o “*Binômio*” era um jornal semanal. Era um balanço da semana transcorrida, dos fatos, principalmente da área política e econômica e as consequências, efeitos que eles tinham na ordem natural dos acontecimentos. Então neste período eu estive vinculado a estas três publicações.

Mesmo não havendo ainda a ditadura aconteceram alguns fatos que marcaram a truculência do aparato repressor?

O caso do massacre de Ipatinga é relativamente anterior ao golpe. Foi no ano anterior, 1963. Um massacre que até hoje não está devidamente esclarecido. Quem esteve perto dos acontecimentos presenciou uma violência preocupante. O número de mortos não se sabem. Foram reservados caixões em número superior ao determinado como os oficialmente mortos. Uma história que nunca ficou claramente, oficialmente estabelecida, no sentido de um relato com base nos pronunciamentos das bases envolvidas que tiveram a oportunidade de conhecer. Mas o que ficou claro é que a violência foi muito superior àquilo que naquela época se soube.

Havia um prenúncio de algo estava errado?

Na realidade não era só um prenúncio. Era um processo que estava em desenvolvimento e culminaria em 1964 com o golpe de estado. Então estas coisas já ocorriam, eram naturais as polêmicas estabelecidas entre as áreas envolvidas. O jornalismo não era uma prática que estivesse à margem de outras áreas. A área política, a econômica, cada área estava vivendo um processo similar, ainda que relacionado principalmente com a sua visão de especialidade. Muitas vezes envolvendo todas elas. No caso dos jornalistas, particularmente, não podemos esquecer que a função do jornalista é abrangente. No caso nosso, eu tinha uma função de direção,

mais definida e procurava acompanhar todos os acontecimentos e as implicações que estes acontecimentos tinham na ordem geral das coisas.

Mas os militares já haviam se manifestado no período de transição, quando Juscelino Kubitschek foi eleito?

Sim o Juscelino foi ameaçado de golpe duas vezes. Foi tensionado no governo de Jango. Ele foi um presidente contra a vontade das forças mais reacionárias que o país tinha. Tanto é que ele estava na China, voltou para o Brasil, quando houve a renúncia do Jânio Quadros, e ele voltou fazendo uma peregrinação, saindo da China, foi para nos Estados Unidos, veio devagarinho, até chegando a Montevidéu, recebendo a informação de que fora criada depois de vários dias as condições para que se desse continuidade ao processo democrático: renuncia um presidente, toma posse o vice-presidente. E ele tomou posse, mas no regime parlamentarista. Foi necessário encontrar uma fórmula intermediária de atender aos interesses radicais contrários ao processo que se pretendia de democratização permanente do país. O Jango para chegar a assumir a Presidência ele abriu mão da condição de presidente da República, num regime presidencialista, que dava poderes muito mais claros de definição para o presidente no exercício de sua função. Mas isso ele superou posteriormente, ele como presidente no regime parlamentarista criou condições com outros setores políticos, que tinham o mesmo posicionamento dele, no sentido de que fosse restaurado o regime presidencialista. Durou um ano a dois anos até que eles finalmente eles derrubassem.

Vocês não pressentiam queflito o golpe estava para acontecer?

Claro. Era uma das alternativas. Eu fazia uma crônica para o “Binômio” semanal, geralmente era a última coisa que o jornal fazia. Geralmente o José Maria Rabelo me telefonava aflito, porque estávamos na sexta-feira e à meia-noite eu ainda não havia entregue a crônica, tinha e Então, ele precisava da certeza de que as coisas estavam correndo, e não podia faltar a minha crônica. E nunca faltou. Eu só pude entregar para ele a crônica às 2 horas da manhã. E ele de manhã cedo no primeiro voo ele despachava a crônica para o Rio para ser publicada. Nesta época, as últimas manchetes do “Binômio”, que foram produzidas como consequência das minhas crônicas, que eram publicadas na página 3, página política que eu fazia, que era quase que uma página completa, então essas crônicas, num número mais ou menos, na altura de, o golpe foi no dia 31 de março, 1º de abril, mais ou menos no dia 31 de março o jornal circulou pela última vez, era se não me engano uma segunda-feira e no anterior, tiramos mais ou menos seis ou sete dias, no dia 24 de março, publicamos “Dilema de Jango: golpe ou revolução. Semana seguinte, e o José Maria, com ele sentido de humor que ele tem, fez manchete. Disse: não tem outro jeito, vou ter que repetir, mas de outra maneira. Mais ou menos igual: “Revolução ou golpe é o dilema”. As duas últimas semanas do golpe as manchetes dizia claramente que nós estávamos diante de uma situação de controvérsia, de animosidade entre partes que levariam finalmente uma definição sobre qual das duas prevaleceria. É o caso aí de golpe ou revolução.

E depois, conhecido o golpe, o que aconteceu com você?

E só para concluir. Golpe ou revolução. Você vê: o golpe era um golpe de estado, para manter a ordem vigente, no sentido de evitar alterações que não eram preconizadas pelos grupos reformistas e revolução a consequência natural do desdobramento de um processo de mudanças como as que eram preconizadas pelos que estavam defendendo a posição reformista. Se for escrever muito vai dar um livro. As consequências que ocorreram comigo. Primeiro nós tivemos o golpe de estado. Era 1º de abril e percebeu-se realmente no início que não havia condições criadas para uma resistência real com relação ao golpe. Foi uma repetição de coisas que aconteceram na história latino-americana, antes e depois do golpe no Brasil. As coisas muitas vezes a posição digamos de pontos de vista com relação a isso se radicalizavam e quem estava preparado para enfrentar o problema e dar consequência a ele eram os que estavam no poder tradicionalmente, há muito tempo. Sempre no poder. Então era o que aconteceu. Nesta época, os que tiveram relevância maior nesta época foram os que sofreram as consequências.

Eu fui preso, não me lembro bem se foi no quarto dia. No primeiro eu recebi o alerta de amigos no sentido de que eu deveria evitar estar na redação à noite, no primeiro dia, porque sempre havia o risco de uma prisão que não fosse percebida. Depois numa tarde, às 4 horas, chegam dois agentes da polícia, se apresentam na redação do “Diário de Minas”, que ficava na Praça Raul Soares, e comunicam que eu estava sendo requisitada a minha presença no Dops, a Delegacia de Ordem Política e Social naquele tempo, hoje parece que o nome mudou. E eu fui preso, levado, passaram em minha casa inicialmente, eu morava na Rua São Romão,

ali no Santo Antônio, e varejaram a minha biblioteca, carregaram muitos livros. Até com um detalhe curioso: um dos policiais parecia que não era uma pessoa muito informada, acompanhando o outro policial que mostrava mais conhecimento. Ele pegou um volume de um livro de Dostoievsky e disse, aqui, o Dotoi aqui, como expressão natural. O outro: isso não tem nada que ver. Devem ter saído com 20 livros, não poderia ser muito mais, pois seria um volume maior. E dois dias depois, houve manifestações de jornalistas na época, quando eu fui preso. Manifestos assinados por muitos jornalistas, dezenas de amigos em relação ao meu caso.

E eu fui solto. Voltei à atividade, e estava muito ciente e advertido das conseqüências que a situação nova criada com golpe de estado gerariam para as pessoas que estavam envolvidas. E, mais ou menos em maio, estamos há 50 anos disso, fui preso novamente e fiquei detido durante três a quatro meses, lá em Neves. Neste período, paulatinamente, éramos muitos presos. Num determinado momento, havia 200 presos lá em Neves e o militar vigilante, que era pessoa até amena, depois descobrimos que era juscelinista, porque foi demitido e depois nomeado algum tempo outro no lugar e ele atribuía isso à posição dele. Ele colheu uma quantidade de giz e foi abrindo uma linha, convocou os demais presos e disse, advertiu: aqui estão os quatro pessoas que deveriam ser rigorosamente distanciadas de todos os presos, eram como fôssemos presos especiais. Éramos pessoas conhecida naquela época. Éramos eu, o Edmur Fonseca, jornalista, Antônio Lins, grande advogado, e o que depois da abertura foi deputado, o Antônio Faria Lopes. Tivemos presos por muito tempo. Ficamos na mesma cela, eu e o Lins, e os outros dois na outra cela. Quando parecia que teria uma pequena abertura, as coisas estavam se tornando mais serenas, suaves, começaram a sair alguns que estavam presos, saía um, outro. De repente me tocou eu sair e finalmente até que saíram praticamente todos, antes que viesse o endurecimento total, que foi em 1968. Um período em que as reivindicações começaram a ressurgir, o movimento político procurava, que tinha preconizado aquelas reformas, procurava retomar a sua retórica, de alguma forma, enfim que nós tivemos o agravamento da situação. E finalmente veio o ato institucional número 5, que radicalizou a situação e entramos num período em que a ditadura foi completa. Não houve sequer aquelas pequenas coisas. Fui preso, depois fui solto e aí fui preso e fiquei preso durante três meses. Quando saiu o AI 5 fui advertido que não tinha mais condições. Os que estavam presos, os primeiros que foram julgados, o primeiro foi o Antônio Faria Lopes, foi deputado depois. O Edgar Amorim que já morreu, foi deputado federal, estes foram condenados a uma média de oito anos cada um. Eram vários.

Qual foi a acusação?

Radicalização no sentido de se instaurar outro processo no Brasil, mudar as coisas. Evidentemente naquela época a visão que se tinha era de quem também estava tendo a oportunidade de colocar os seus pontos de vista. Por exemplo, eu fui redator-chefe do “Correio de Minas” e do “Jornal do Brasil”. Escrevia uma crônica dominical no “Jornal do Brasil” assinada, no “Diário de Minas” eu fazia editoriais e coisa e tal. E a linha do “*Diário de Minas*”: nesta época, é preciso esclarecer uma coisa, era diretor do jornal um jornalista, José Aparecido de Oliveira, que foi cassado na primeira lista. A primeira lista de cassação de mandatos foi de 100 nomes, um dos nomes era do José Aparecido de Oliveira, foi cassado. A perdurou o processo radical. No “Binômio” estava o José Maria Rabelo, que teve que fugir, sair imediatamente do país, pois se fosse preso, corria risco de vida. Um militar insatisfeito com matéria publicada pelo “Binômio”, que envolvia o nome dele, que do Comando Militar aqui em Belo Horizonte, foi ao jornal, era um homem muito altaneiro, chegou ao jornal e disse que queria falar com o diretor do jornal. Ele disse que estava sendo apartado, que não admitia isso, começou uma altercação entre os dois, com a troca de gentilezas. Na realidade, no general saiu com o rosto sangrando, o José Maria Rabelo com a camisa sangrando na altura do ombro. Eu estava no último andar do edifício, nesta época eu estava organizando o “Correio de Minas” que sairia, entraria em circulação um mês depois. Eu estava no último andar. Ainda era chefe de redação do “*Binômio*”, cargo que iria deixar em seguida para assumir o “*Correio de Minas*”. O José Maria mandou me avisar pelo Mário Ataíde, que era o gerente do jornal, que houve o barulho na sala em que estavam só o José Maria e o militar. Avisa o Guy de Almeida. Eu estava no último andar, eles no sétimo. Desci e vi aquela cena: os dois, o general e o José Maria. Estava o Mário Ataíde, só observando. Eu cheguei e disse para o general: general, general, o senhor como um homem da lei e não reage exigindo reparos de natureza jurídica. Ele disse: que reparo de natureza jurídica. Esse é um negócio de ser resolvido de homem para homem, tal e coisa, e fica nisso. O José Maria que, por temperamento, não aceitaria agressão, retórica ou física, acabou altercando, batendo oralmente e se deu a briga.

Disseram que você não tinha alternativa no Brasil?

Você está fazendo uma versão simplificada. Quando fui preso a primeira vez, fiquei quase ou cinco dias. Aí fui preso novamente daí a quatro semanas e fiquei de três a quatro meses em Neves, durante esse período, quando houve o que parecia uma distensão, saíram todos pouco a pouco, até mais ou menos 1967, foi um ano mais tranquilo, começaram-se os movimentos, eu já tinha. Para ter dar uma história mais precisa tenho que consultar as minhas anotações. Eu saí do Brasil em 1966, quando já ficava claro que eu não tinha condições de sobrevivência, pois perdi todos os meus trabalhos, no “Diário de Minas”, que inclusive foi vendido naquele exato momento, o José Aparecido condenado, não poderia exercer função política por 20 anos, e reduzido ao anonimato, não podia dar declarações. Eu naquela situação, prestes a ser julgado. Quando chegou a hora do julgamento, depois de ter cumprido três meses, no ano de 1966, passamos o resto de 1964, entre 1965 e o começo de 1966, quando chegou a hora do julgamento, nosso advogado me disse o que falei: ou vocês comparecem ao julgamento e acho que, inevitavelmente, serão condenados, como uma semana antes tinham sido condenados o Antônio Faria Lopes, Edgar Amorim, eram oito se não me engano, condenados a oito anos de prisão. Mas na revisão da sentença, no meio do ano, reduziram para um ano e foram soltos depois de um ano de prisão. Então diante do que o nosso advogado disse a mim, nós decidimos sair e nos preparamos para sair clandestinamente do Brasil. Eu fui para o Chile. Nós já tínhamos combinado com o embaixador. Eu fui à embaixada, na rua Senador Vergueiro, tinha uma casa que era território diplomático, onde vários presos foram para lá quando houve o golpe de 1964. Muitos foram liberados e quando aconteceu o nosso problema, nós entramos.

E ficamos pouco tempo lá, uns dois a três meses, quando o governo aceitou nos dar o salvo conduto para que pudéssemos sair do Brasil. E nós saímos do Brasil em abril ou maio de 1966. Saímos para Santiago, onde eu iria ficar por quase seis anos. Depois fui convidado para assumir a mesma função numa agência internacional de notícias e fui para o Peru, onde fiquei uns cinco a seis anos. Somando os dois foram 11 anos fora do Brasil. Então, neste período inicial fui convidado para trabalhar numa agência internacional de notícias, como jornalista, e eles me contrataram e depois trabalhei no Peru pela mesma agência, a *Interpress Service*, que existe até hoje, na Itália. Ela teve uma relevância muito grande durante este período de muitos anos, quando seria de 1962 e hoje continua, mas sem a presença que tinha naquela época.

Fomos eu esposa e cinco filhos. Com um detalhe: no primeiro ano eu ainda não tinha emprego, quando finalmente saiu o trabalho, dois ou três meses depois, e talvez até antes, mas era um período precário, era uma agência terceiro-mundista, de países-membros. Naquela época ganhava força o movimento terceiro-mundista. Eram países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento que assumiam posições políticas contrárias aos países que exerciam o poder real, como Estados Unidos, países da Europa, no Brasil mesmo já havia alguns que estavam assim e tal.

Então assumi a agência e na medida em que se consolidou minha presença, no final de 11 meses, quando minha esposa e meus filhos chegaram a Santiago: com um detalhe, o último filho, que ficou sendo o mais novo, ele chegou ao Brasil uma semana antes de completar um ano de idade. Ele nasceu no período que houve o golpe e eu estava com problemas, foi começo de 1964. Ele chegou no final de 1966. Minha esposa só pôde ir para o Chile depois que eu tinha arrumado uma casa, esperava a chegada deles e aí vivemos durante cinco anos em Santiago, cinco anos no Peru.

Você voltou a o Brasil em que condições? Já havia um clima favorável para garantir sua sobrevivência aqui?

Sem dúvida nenhuma. Eu voltei em 1977 e a Lei na Anistia foi promulgada em 1979, mas já estava ocorrendo uma espécie de anistia. Quem não estava condenado pela Justiça Militar, de uma maneira geral, os processos foram sendo liberados. Apesar de você não estar condenados não deixavam voltar. Na realidade, requisitei autorização, pois queria ter pelo menos um passaporte, porque trabalhava numa agência internacional de notícias, era demandado pela agência para viajar, ia para a Europa, países da América Latina, em função do meu trabalho. E não ter o passaporte, O Chile me deu um documento de viagem, um passaporte que dava condições de viajar para a Europa, países latino-americanos, não tinha dificuldade, tinha um liberalismo maior no tratamento desses problemas.

Quando houve o golpe em 1973 no Chile, o Pinochet ganhou eu estava no Peru, para minha sorte. Eu fui transferido pela agência e no Chile reinava um governo democrático. Com o agravamento da situação, quem estava do lado de cá, com os Estados Unidos países à direita na América Latina eram claramente contra países

que estavam na posição neutra, de simpatia com os movimentos à esquerda, havia muitos países assim. E pouco a pouco foi se produzindo a derrubada deles. Chegou o momento do Chile, mas eu tinha ido para o Peru um ano antes. Aí cai o governo no Chile, com a ditadura mais radical que apareceu na época e fiquei sem documento. A minha possibilidade de viajar se reduziu muito. Eu fui convidado pelo Grupo Andino, um processo de integração dos países andinos, como o Peru, o Equador, a Venezuela, o Chile, que com a ditadura saiu, mas era do grupo até o golpe. Eram cinco países. O próprio Chile renunciou porque não concordava com as posições dos outros países. O Chile radical, o Chile da direita.

E aí fiquei Peru e depois fui convidado para trabalhar no Grupo Andino em condições econômicas melhores, uma oportunidade de conhecer esta realidade amplamente, do processo de integração desses países e do desdobramento do processo político e econômico. E lá eu fiquei até ter condições de voltar ao Brasil. Em 1977, estávamos já com uma abertura real em andamento, muita gente voltando, inclusive amigos meus. Um deles que voltou pouco antes de mim, que era um político muito importante até o golpe de 1964, o Almino Afonso. Ele me escreveu uma carta narrando como foi recebido no Brasil, sem beligerância no sentido radical, fizeram interrogatório com ele e advertiram que estava no Brasil, mas se manifestasse assumindo posições era o único risco que corria. Na realidade, nem isso, pois o regime radical que tinha se estabelecido em 1964, tinha se desmoralizado, se esvaziava.

Quando voltei, senti a mesma coisa. Vim para Belo Horizonte, estive para ir para São Paulo, mas acabei optando por Belo Horizonte, onde retomei as minhas atividades. Fui convidado pelo José Costa para dirigir o “Diário do Comércio” e foi aí que eu recomecei a minha atividade jornalística. Fui trabalhar com o José Costa, trabalhei dirigindo o “Diário do Comércio” e o “Jornal de Casa”, que era um jornal que havia naquela época, que era de distribuição gratuita. Até o final do período ditatorial, que cobriu o segundo semestre de 1977 até 1979, quando houve a anistia, quem estava condenado por alguma razão, a condenação desapareceu. E os que não podiam voltar porque estavam condenados voltaram. O José Maria Rabelo não estava condenado, mas o problema dele era tão grave pelos antecedentes, se ele tivesse voltado antes disso teria apanhado. A anistia consolidou a minha situação de pessoa liberada.

Anexo 04 - Íntegra - Depoimento de Carlos Olavo da Cunha Pereira

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Governador Valadares / Belo Horizonte)
 2 Período da violência (1964 / 1978). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Sim) 6 Banimento (Não)
 7 Demissão (Não). 8) Impedimento de trabalhar (Sim) 9 Direitos Políticos cassados (Sim) 10
 Enquadramento legal (Sim) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou
 torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Sim).

Carlos Olavo da Cunha Pereira nasceu em 1923, em Abaeté, MG, em uma renomada família de políticos. Foi para Juiz de Fora estudar Odontologia, mas abandonou o curso antes de dois meses de sua formatura para ingressar na campanha do “petróleo é nosso”, culminando com a formação da Petrobrás. Em Governador Valadares, trabalhou no Jornal do Povo e, em meados da década de 1950, criou o jornal satírico O Saci, que posteriormente mudou sua linha editorial e ganhou o nome de O Combate. É autor do livro Nas terras do Rio sem dono, escrito no exílio do Uruguai e publicado em 1988, em que relata a disputa pela terra no Vale do Rio Doce.

Carlos Olavo da Cunha Pereira, atualmente com 82 anos, foi o primeiro jornalista mineiro cassado no Ato Institucional Número 1, junho de 1964, foi cassado pelo governo federal na lista como dentista e jornalista, “Diário Oficial”, pelo coronel Jair Bento Ribeiro. Foi exilado pela primeira vez para a Bolívia, no mesmo avião de José Serra. Voltou em 1966 por conta própria. Cruzou a fronteira com o pessoal da Guerrilha do Caparaó. Integrou as lutas do Partido Comunista da Bolívia e foi para Campo Grande. Lá entrou em contato com o PCdoB, que tramava a Guerrilha do Araguaia. Em São Paulo, conversou com João Amazonas. Convidado a participa da Guerrilha, não topou, porque tinha certeza que todos seriam denunciados. Voltou novamente a Campo Grande. João Amazonas pediu então eu Carlos Olavo para ir ao Araguaia, deu a ele identidade de mascate. Ele ficou lá por dois meses e se encontro com o então capitão Curió. Assisti a uma concentração camponesa, em que Curió tentava convencer aos agricultores que quem daria a terra a eles seria o governo brasileiro e os orientava a “não confiar em falsos profetas”. O governo militar não cumpriu o que prometeu, mas por onde Curió passava e falava, conseguia convencer as pessoas. Carlos Olavo retornou a Campo Grande e se encontrou com Maurício Grabois. Avisou que a Guerrilha não daria certo, pois o Exército já previa a chegada dos guerrilheiros. Carlos Olavo lembra que disse: os guerrilheiros têm que morar lá, virar posseiros e depois de cinco anos participar do conflito. Grabois disse que Carlos Olavo era medroso. “Tive discussão ótima com ele. Disse: vocês vão lá para serem mortos. Ele foi e morreu em confronto com tropa comandada pelo coronel Hugo Abreu”.

Carlos Olavo retornou para o aparelho do PCdoB e se encontrou com Pedro Pomar. “Não vou entrar deste movimento terrorista”, disse. Ele foi para Abaeté, sua terra natal. No dia seguinte, a polícia chegou ao local. Lá, os policiais o interrogaram. Em 13 dezembro de 1968, quando ainda estava em Abaeté, seu irmão, Simão da Cunha, deputado da UDN, da banda de música, foi cassado, junto com José Aparecido de Oliveira. Quando o Silva Abreu, Carlos Olavo estava em Abaeté, ele estava advogando em Juiz de Fora e chegou ao gabinete do Simão. Simão viu um papel, viu o Cunha Pereira, telefonou para a Abaeté avisou que o seu irmão seria preso. Dizia que ele seria acusado do assassinado de Pascoal Lima, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Atacaram o Sindicato e meu jornal, que “O Combate”. Dídimo Paiva e Paulo Lotti conhecem bem a história do jornal, que foi atacado e perseguido. Ele cruzou a fronteira do Paraguai, ajudado pelo Partido Comunista do Paraguai e chegou a Montevidéu, no Uruguai. Ele escreveu sobre sua trajetória no livro a Saga dos Anos 60, lançado pela editora Geração, em Belo Horizonte. Não conseguiu mais exercer a profissão. Retornou ao Brasil e novamente sofreu cassação, com Ato Institucional número 5, em 1968, fugiu para o exílio novamente.

Barros Otávio parte mais uma vez rumo ao exílio, desta vez no Uruguai, onde permanece por dez anos. Junto com a esposa e os seis filhos, passa por graves dificuldades, dependendo de ajuda financeira vinda do Brasil para sobreviver, até que sobrevém, também neste país, um golpe militar. Com as perseguições políticas e a instauração da Operação Condor, o jornalista é preso pelas autoridades uruguaias.

Anexo 5 - Íntegra - Depoimento de Geraldo Elísio Machado Lopes.

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Sete Lagoas / Belo Horizonte)
 2 Período da violência (1964 / 1977). 3 Prisão (Sim) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não)
 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8 Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos
 cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Não) 11 Vítima de monitoramento (Não).
 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Sim) 13 Informações pessoais (Sim)
 14 Militância Política (Não).

Prisão de padres acusados de comunismo

Eu sou Geraldo Elísio Machado Lopes, sou jornalista e radialista há 54 anos. [...] Eu era repórter da Rádio Cultura de Sete Lagoas, AZY-U4 e eu passava próximo ao palácio episcopal, quando eu vi alguns caminhões do exército cheios de soldados armados. Alguns desceram com o comandante, que eu não me recordo o nome, e foram comunicar ao bispo de então que os padres espanhóis, acusados de comunismo, seriam presos. O bispo disse o seguinte para o comandante da PM: "Assim como os senhores são comandantes militares e os soldados cumprem as suas ordens, os padres cumprem as minhas ordens. Então quem está preso sou eu".

Repressão e prisão do jornalista

Aceitaram a prisão do bispo e criou-se um mal-estar muito grande. Eu como repórter, liguei pra rádio e pedi que injetassem som na linha porque eu ia fazer um comando extraordinário. Aí aproximou-se um tenente e disse que eu não ia falar, que eu estava proibido de falar e estava preso. Então eu fiquei preso junto com o bispo de Sete Lagoas durante 40 minutos.

Liberação

Alguém teve a ideia de ligar para Belo Horizonte e comunicar ao exército o que havia acontecido: que o bispo havia se oferecido para ser preso no lugar dos padres espanhóis. E veio a ordem de Belo Horizonte – não sei de quem emanou essa ordem – para que o bispo fosse solto. Eu me aproveitei disso e me "safei" também.

Destruição dos seminários

Quando foi na madrugada do mesmo dia, um comando da polícia retornou a Sete Lagoas, aí não mais se dirigiram ao bispo, se dirigiram os dois seminários existentes na cidade e quebraram os dois seminários por inteiro, não deixaram nada inteiro. Esse episódio da quebra dos seminários é narrado num livro chamado *O Cristo do povo*, de autoria do jornalista Márcio Moreira Alves – senão me engano, da editora Sabiá.

1. local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte). . 2. Período da violência. (1977)
 3. Prisão (Não) 4. Tortura (Não) 5. Exílio (Não) 6. Banimento (Não) 7. Demissão.
 (Não) 8. Censura (Não) 9. Impedimento de trabalhar (Não) 10. Direitos
 Políticos cassados (não). 11. Enquadramento legal (Não). 12 (Não) Vítima de monitoramento.
 13. (Não) Nomes de perseguidores: e ou torturadores (Sim) 14. Informações
 pessoais (Sim). 15. Militância Política (Não)

Denúncia de tortura do operário Jorge Defensor

Em termos de perseguição mesmo, foi quando o jornalista Alberto Sena ficou sabendo que havia um operário internado no Hospital São Francisco, vítima de um espancamento brutal – inclusive empalamento. Ele foi ao hospital, disseram que não havia nada. Ele tentou de todas as formas e as informações eram sempre contraditórias, mas ele não desistiu. Passou-se o tempo e um padre, de nome Antônio, procurou um jornal existente em Contagem e disse da existência do operário espancado, sobre a acusação de estupro.

Data: [?]

[...] E, havia sido lançada na época, uma revista chamada Repórter – uma revista de altíssimo nível – e quem fez a matéria referente ao caso Jorge Defensor foi o jornalista Lourenço Diaféria. [...] Ele veio a Belo Horizonte, entrevistou a todos nós, entrevistou policiais e fez uma matéria. Eu tenho esse número – é o número 3 da revista *Repórter* – e quem aparece como um dos principais responsáveis na matéria do Diaféria é o delegado Miguel Bechara, como autor do espancamento. Na realidade, 19 policiais se revezaram algumas semanas, destruindo fisicamente o Jorge Defensor, culminando – como eu disse de início – com o empalamento.

Equipe do jornal Estado de Minas que produziu a matéria

O jornal de Contagem não pode publicar a matéria, mas eles comunicaram ao Estado de Minas e o padre Antônio, o jornalista Tito Guimarães e o fotógrafo Sidney Lopes, foram, sem pedir licença a qualquer pessoa do hospital e descobriram o leito onde esse operário estava. O entrevistaram e ele contou toda a história. Tem uma frase dele: " Me espancaram como se eu fosse um cabrito, mas eu sou um homem".

Quem foi ameaçado

Com a repercussão nacional muito grande – aí não dava para haver mais censura. E como se transformou em episódio policial [político?], o jornalista Francisco Stherling e eu, fomos agregados à equipe de polícia para uma cobertura conjunta. Bom, aí começou a Via Crucis.

* Você tem nomes de jornalistas que, assim como você, foram cerceados, ameaçados?

Olha, eu creio que a equipe toda foi ameaçada. O Sidney Lopes, Tito Guimarães Filho, Alberto de Sena Batista e Francisco Stherling Neto.

Como aconteciam as ameaças

Duas horas da madrugada, três horas, o telefone tocava, eu morava numa pensão. O telefone tocava e alguém me dizia: "Olha cuidado, que você vai levar um tiro na nuca, com uma arma com silenciador". E proferiam as maiores ofensas contra a senhora minha mãe. Uma noite ligaram para mim – nesse dia não fizeram ameaças – apenas uma voz cavernosa me disse: "Você tem filhos que moram em tal endereço. Pense nisso".

O delegado Prata Neto revelou um plano de policiais para assassinar jornalistas

E vou te contar mais: os meninos programaram atropelar vocês, o primeiro seria o Tito, o segundo seria você, o terceiro o Alberto e o quarto, o fotógrafo (seria o Sidney Lopes). Mas eu reuni o grupo e disse que se a situação estivesse ruim, uma morte de qualquer um de vocês, simulando acidente, ia piorar muito as coisas – que não se fizesse isso. Agora eu aconselho a você, a procurar de fato os responsáveis. Eu não tenho nada com isso não".

CENSURA CIBERNÉTICA 1. () Resumo das entrevistas.: local ou locais de perseguição ao jornalista. 2. () Período da violência. 3. () Prisão () Tortura () Exílio () Banimento () Demissão. 4. () Censura. 5. () Impedimento de trabalhar () Direitos Políticos cassados. 6. () Enquadramento legal. 7. () Vítima de monitoramento. 8. () Nomes de perseguidores: e ou torturadores. 9. () Informações pessoais e ou () Militância Política.

Operação Brother Sam

Quis o destino que viesse a cair em minhas mãos, depois que o Marcos de Sá Correia, publicou na então edição impressa do Jornal do Brasil, uma matéria a respeito da Operação Brother Sam, vários documentos de golpistas civis e militares, que deu origem a uma série de matérias, publicadas no jornal Estado de Minas confirmando não apenas a presença da frota americana nas costas do Espírito Santo, como a possibilidade de desembarque de forças estrangeiras no país, existindo um plano de dividir o Brasil em dois. No livro *Tinha que ser Minas*, escrito pelo general Carlos Luiz Guedes, ele fala que o marechal Costa e Silva deu uma bronca no Magalhães Pinto, dizendo a ele que o exército não permitiria a divisão do Brasil em dois.

Rua Dan Mitrone

Precisamos saber também, porque houve um movimento muito grande para retirar de uma das ruas de Belo Horizonte o nome de Dami Trioni, mas consta que ela, a rua, ainda tem esse nome. Embora, em sua maior parte, ainda se chame José Carlos da Mata Machado.

Censura ao Novojornal

Quis também o destino que eu me transformasse no primeiro jornalista cibernético de Minas a ser empastelado. Era aproximadamente uma hora da tarde, eu sozinho na redação do www.novojornal.com. A porta se abre e entra o coronel da polícia militar, chamado coronel Praxedes, em companhia da promotora Vanessa Fusco e vários soldados armados com colete à prova de bala e armas pesadas. Ele entrou, se dirigiu a mim com uma certa arrogância:

– Eu sou o coronel Praxedes.

- Muito prazer eu sou o jornalista Geraldo Elísio. À sua disposição.
- Ah, por que a promotora tem uma ordem judicial para apreender o material do jornal.
- A doutora promotora está absolutamente à vontade para cumprir a determinação judicial.
- Não, mas o senhor tem que ouvir a leitura do laudo.
- Perfeitamente ouço.

Ouvi a leitura do laudo, ela terminou e eu indaguei:

- O que cabe mais a mim?
- Nada o senhor pode ir embora.
- Boa tarde, passem bem.

Saí, fui embora. No lugar, eles colocaram uma placa dizendo que aquilo era muito comum nos Estados Unidos, diante da prática de crimes cibernéticos – aliás é um assunto muito em voga atualmente. Só que, uma semana depois, nós voltamos ao ar postados exatamente nos Estados Unidos e com o passar do tempo, a justiça nos deu ganho de causa, comprovando uma truculência ainda existente em Minas Gerais, em termos de censura – principalmente censura eletrônica, que é uma censura mais complicada.

Envolvimento de Andréa Neves na perseguição a jornalistas

* Sobre o caso ocorrido no Novo Jornal, quem convocou a ação da promotoria? Qual foi a data (dia, mês e ano)?

Isso também eu posso verificar pra vocês, mas a suspeita maior recai sobre a figura da senhora Andréa Neves que tem se primado por perseguir jornalistas. Quem se der ao trabalho de vasculhar o *Youtube*, encontrará isso com facilidade. E, na verdade, eles queriam as nossas fontes – eu digo isso no participio passado, porque eu já deixei o jornal há mais de seis meses para me dedicar aos livros que eu estou escrevendo.

Como acontece a censura por meio da internet

Claro que a internet facilita o trabalho dos eventuais “arapongas” em serviço. Mas censurar na internet não é o caminho. E por que não é? Porque os países que dispõem de alta tecnologia para estruturas de nuvem – e quem diz isso não sou eu, eu estou praticamente no jardim da infância do jornalismo cibernético, quem diz é Julian Assange, é Edward Snowden, asilado na Rússia – esses países, se eles quiserem, eles estacionam um satélite a no mínimo 22 mil quilômetros de altura exatamente em cima do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Minas Gerais, onde, neste momento, eu estou falando. São capazes de captar com precisão as vozes de todos que se manifestarem, ainda que todos falemos ao mesmo tempo e, no trabalho de *wave*, decodificar a voz de cada um de nós, armazenando isso. Então é inócuo censurar a internet, os próprios militares, que hoje não desconhecem o processo eletrônico de guerra, sabem que é inócuo tentar censurar, a menos que algum país se disponha em enviar um foguete – desses de categoria interestaciais – para destruir satélites de países estrangeiros, o que ninguém acredita que irá fazer, por não querer deflagrar uma terceira guerra mundial. O processo de “arapongagem”, eu tenho certeza absoluta, ele continua das duas formas, tanto na antiga – de alguém se infiltrar, alguém conseguir documentos – e principalmente através da estrutura de rede, o que, para mim, fere profundamente os direitos humanos e que precisa constar da Comissão da Verdade, com pessoas especializadas e dedicadas ao bem, expondo de maneira mais profunda com os conhecimentos que detiverem, para que o mínimo de dano possa ser produzido às pessoas e, principalmente, à imprensa.

Anexo 06 - Íntegra - Depoimento de Symphronio Veiga

Resumo da entrevista: 1. local ou locais de perseguição ao jornalista. 2. Período da violência. 1964 / 1966). 3. Prisão (Não) 4. Tortura (Não) 5. Exílio (Não) 6. Banimento (Não) 7. Demissão (Não). 4. Censura (Sim). 5. Impedimento de trabalhar (Não) 6. Direitos Políticos cassados (Não). 7. Enquadramento legal (Não). 8. Vítima de monitoramento (Não). 9. Nomes de perseguidores (Não). 10. Torturadores (Não). 11. (Sim) Informações pessoais (Sim) 12 Militância Política (Não).

Syhnphrônio Veiga - Meu nome é Symphrônio Veiga, eu sou formado em Direito pela UFMG, mas não dou muita atenção para essa profissão, nunca dei grande atenção. Eu comecei com 17 para 18 anos com registro profissional, antes não existia nem escola de jornalismo. Eu comecei na Folha de Minas sob chefia do Fernando Roquete Reis, chefia de reportagem, em 1958.

Prisão de padres acusados de comunismo

Syhnphrônio Veiga - Na época do Golpe Militar de 64, eu trabalhava na Rádio Itatiaia e tinha uma certa liberdade para falar e coragem para dizer aquela coisa toda, enfrentando muitas repressões [não entendi a palavra 01:21 a 01:22] do SNI... Primeiro da polícia – da polícia do Dops, da Polícia Militar – dessa censura, censura federal também e trabalhei no Correio de Minas nesse período do Golpe Militar. //// Notícia sobre as prisões /// Syhnphrônio Veiga - Polícia Estadual através do Dops, Federal entrosado e D4 também. Uma vez aconteceu um fato. Eu mexia no DCE também, aí um amigo falou assim: [não entendi a frase 02:54 a 02:56]. Teve uma época que interviram na Assembleia Legislativa e prenderam o Dazinho, o Sinval Banbirra e aquele de Juiz de Fora... que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Mina de Morro Velho, que era deputado. Mas aí prenderam os três lá e “eles tão levando pau”. Eu era encarregado da noticiário de hora em hora na Rádio Itatiaia, na época do Golpe. De 64 a 66, eu trabalhei na Rádio Itatiaia. Aí eu dei a notícia e saí para pegar o serviço no *Correio de Minas*, deixei o texto pronto. Eu fiquei lá no *Correio de Minas*, logo depois chegou o Ruyter, aí alguém da rádio disse assim: “Vocês deram a notícia sobre a prisão do deputado que estava apoiando o Dops. Dois agentes do Dops estão aqui querendo saber”.

[...] À noite, antes de terminar o expediente no Jornal *Correio de Minas*, eles telefonaram e o André falou assim: - “Oh! Liberamos. Conseguimos isso aí com a intervenção do general Guedes. Com a movimentação do Januário que pediu rigor...”

Syhnphrônio Veiga - “Nós damos muita liberdade para a Rádio Itatiaia, mas não pode abusar.” [o pessoal do Golpe]. Quase demissão da Rádio Itatiaia. //// Syhnphrônio Veiga- Eles davam liberdade para a Rádio Itatiaia e diziam que não havia censura, mas havia. Havia uma tolerância maior para a Rádio Itatiaia. No dia seguinte, o André falou para o Januário Carneiro: – Eu vou dispensar o Symphrônio? [André]. Januário Carneiro: – Por quê? Ele é um bom jornalista. Ele já teve algum problema? [Januário]. //// André:- – Não, mas isso daqui eu não quero. Não quero ter dor de cabeça. Ele é meio esquerdinha. [André]

– Esquerdinha como? Ele é filiado ao grupo? [Januário]. – Não, não é filiado mas é simpatizante. [André]

– Espera aí André! Se você tem um restaurante com grande movimento e, de vez em quando, algum garçom quebra um prato, isso não é motivo para demití-lo. Agora, ruim seria se, nesse restaurante, ninguém quebrasse prato porque não tinha movimento. Aqui tem movimento, você tem que pensar nisso! Você tem alguma coisa contra ele? [Januário]. – Não tenho nada contra ele. [André] //// Então eu fiquei na Rádio Itatiaia.

No *Correio de Minas* havia muita censura. Da seguinte forma, os caras chegavam lá com um papel e diziam: “Olha, isso daqui você não pode dar. Nem isso, nem isso, nem isso...” Então não pode dar notícia nenhuma! //// Um dia no *Diário de Minas*, chegou a irmã de um jornalista. Ela foi minha colega na Faculdade de direito e namorava um líder da esquerda “brava” aqui. Essa moça era agente da Polícia Federal, fazia censura. Eu não vou falar o nome dela pois eu adoro o jornalista. //// Ela chegou perto de mim e falou: “Symphrônio, olha aqui a primeira página. Isto... isto... A foto grande de estudante, o movimento de rua... Você vai publicar isso?”. Eu disse: “Vou, o que que tem?” //// Eu não sabia que ela era agente. Ela chegou dando palpite como visitante: “Isso você não pode dar.” //// Eu disse: “Então beleza, eu vejo isso aqui”, mudei para outro assunto e não dei atenção nenhuma para aquilo. Todos ficaram olhando para mim, porque eu tinha assumido o cargo recentemente, não sabia que ela ia lá para fiscalizar. //// Depois que ela foi embora, disseram a mim: “Você é doido Symphrônio? A mulher é agente da polícia federal, da censura, ela fecha o jornal!”. Então eu disse: “Com o que eu vou publicar aqui, eu não estou incitando a manifestação, por falar que esse negócio vai ser mais difícil”. //// Eu mudei o conteúdo da notícia, pois isso poderia até desanimar a manifestação, já que a repressão estava sendo mais severa. Arranjei um jeito para publicar aquilo. Após eu ter publicado a notícia, a mulher chegou lá dando bronca. E eu disse: “Olha, eu mudei tudo. Eu ia publicar a notícia assim...”. Mas não se podia publicar nada, nem a favor, nem contra.

Anexo 07 - Íntegra do depoimento de Antônio Luís Bernardes

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (São Paulo / Belo Horizonte) 2
 Período da violência (1971 / 1978). 3 Prisão (Sim) 4 Tortura (Sim) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7
 Demissão (Não). 8 Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Sim?) 10 Enquadramento legal (Sim)
 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Sim).

Meu nome é Antônio Luís Bernardes, muito embora eu seja conhecido como Luís Bernardes. Eu tive uma participação política anterior ao golpe militar, tive uma militância que veio antes de 1964, participando daquelas movimentações pelas reformas de base. Eu fui coroinha do padre Lage, que era uma figura conhecida da luta popular e foi uma vítima da primeira hora do regime militar, tendo sido torturado e depois teve que se exilar. Depois do golpe, participei de movimentos secundaristas, cheguei a ser vice-presidente da Umes, preso em 1971 e 1972, em São Paulo, e uma vez ao sair da prisão eu comecei a militar como jornalista. Eu já tinha conhecidos, parentes jornalistas, e trabalhei aqui no “Diário de Minas”, na sucursal da “Manchete”, da editora Bloch, na sucursal editora Abril e, logo que eu saí da prisão, surgiu o jornal “Opinião”.

O “Opinião”, assim como o “Pasquim”, foi um jornal semanário de informação política. Ele continha a edição nacional do “Le Monde”. Naquelas circunstâncias o “Opinião” foi o jornal que inaugurou os semanários de informações mais políticas de circulação nacional e a sua saída teve uma grande repercussão. Ele juntou um empresário, que era o Fernando Gasparian, nacionalista, vítima do golpe e que tinha essa ideia de fazer um jornal de oposição ao regime militar e se uniu a uma série de jornalistas, liderados pelo Raimundo Pereira, que começaram a fazer o jornal. O “Opinião” teve uma grande repercussão e já na quarta edição começou a sofrer censura e teve inclusive uma edição apreendida. Esse jornal é impressionante porque na época a “Veja” tinha cerca de 50 mil leitores e o “Opinião”, já nesta época, na quarta edição, havia alcançado 44 mil. Quer dizer, a censura veio e, de alguma forma, interrompeu esse ciclo de crescimento do jornal. O “Opinião” muito rapidamente mostrou que existia no país uma necessidade, uma fome de informações e de visões distintas da visão da imprensa tradicional aliada do regime.

E a censura ela primeiro ocorreu na redação. Ia um censor, que funcionava naquele sistema de listas, e isso para nós não funcionava, porque não estávamos nem aí para as listas. A censura começou a ser feita na redação. Os censores iam na redação e cortavam, segundo os critérios deles, as matérias que não deveriam sair, os trechos que não deveriam sair. É curioso porque o censor na redação tinha contato com a equipe de jornalistas e a margem de negociação era maior. Esse processo, no caso do “Opinião”, até o dia em que tinha uma entrevista do Dom Helder Câmara, que era uma figura proibida e a censora, se eu não me engano de nome Solange, que era uma pessoa muito católica, censurou, proibiu a matéria. Aí o Raimundo, o pessoal da redação argumentando com ela disseram que afinal de contas era um arcebispo. Ela acabou, do ponto de vista deles, assinando e a entrevista acabou saindo. Isso custou a apreensão do jornal, custou a demissão da censora e custou a modificação, o crescendo da maneira como a censura operava. Então, a censura deixou de ser feita na redação. Em vez da presença do censor a gente era obrigado a entregar o material na Polícia Federal, no Rio de Janeiro. E aí a censura era feita lá e devolvida. E esse processo ficou por bastante tempo e, mesmo assim, você tinha a chance de conversar com o censor. Você recebia o material, contestava, criticava: mas isso aqui é um absurdo, todos os jornais estão publicando, qual é o problema disso. Então você tinha ali a pressão também.

Pelo fato de que o “Opinião” começou a noticiar as mortes, os atropelamentos, os suicídios, entre outras. Quer dizer, começou a fazer o registro, a contagem. Nós noticiávamos: a nota do Exército diz que o fulano foi morto, resistiu à prisão, este ano é o 15º que morre nesta circunstância. Morreu atropelado: este ano é o 15º que morre na mesma circunstância. Isso, além da maneira como se lidava com a Petrobras, a censura foi se agravando e eles deram um novo passo, que foi levar a censura para Brasília.

A passagem do “Opinião” para o “Movimento” é marcada por alguns avanços. Curiosamente, os depoimentos tomados nas Comissões da Verdade falam de situações drásticas, de tortura, de mortes, de derrotas impostas pela brutalidade do regime militar. Nesta área da imprensa, a ditadura foi derrotada, não conseguiu eliminar esses jornais. As publicações proliferaram, tiveram papel determinante na formação da consciência antiditadura, bem como tiveram papel determinante na formação de bandeiras unificadas contra o regime militar. Tiveram papel importante na articulação dos movimentos sociais, do movimento de frente com a ditadura, na luta contra a ditadura, do desmascaramento do seu modelo econômico, do caráter fascista do

regime militar, da ausência de liberdades e de tudo mais. Então é um terreno no qual a ditadura militar foi derrotada.

Jornais como “Opinião”, “Movimento”, “Em Tempo” não foram derrotados pela repressão da ditadura, eles souberam resistir. E isso tem um conjunto de razões. Eles foram acabar posteriormente, quando o regime militar acabou, por outras razões. É uma característica interessante, até mesmo pelo fato de que os jornalistas, assim como os advogados, no Brasil tiveram um papel fundamental nesta história. A censura deu um passo, a gente tinha que entregar as matérias na Polícia Federal, elas iam para Brasília. Aliás, na verdade, no final, você enviava para a Polícia Federal em Brasília. Você entregava e recebia o bloco. Não tinha contato nenhum com o censor, não tinha margem de negociação. A gente tinha que fazer, em média, dois ou três jornais para ter um. Essa estatística da quantidade eu não tenho aqui comigo, agora neste momento. Fui correspondente do “Opinião” aqui em Minas Gerais, depois trabalhei no Rio, inclusive não só na redação, trabalhei na montagem de uma política própria, específica, de vendas. Porque você não estava vendendo um jornal qualquer, nós estávamos vendendo na verdade um instrumento político que, de qualquer forma, virou um símbolo de luta contra a ditadura. Ele se prestava não só como informativo, mas a forma de divulgar, de vender era toda específica. Isso fica mais claro no jornal “Movimento”, que é o que eu vou dizer mais à frente.

Era o momento da troca da guarda, era o momento em que o Médici estava saindo e que o Geisel fora escolhido para ocupar, de maneira usurpatória, a Presidência da República. Ele veio com aquela estratégia de o desgaste do regime já ser uma coisa muito grande e que era a distensão lenta, gradual e segura. É que no fundo, na nossa maneira de ver, era a estratégia do regime de se autorreciclar. Ele estava poupando mudanças secundárias, que fossem capazes de assegurar a sua continuidade. Era o chamado mudar para continuar. E como houve uma mudança de conjuntura, o regime fez essa sua proposta, isso gerou um realimento de forças, gente que concordou, gente que discordou, e isso refletiu dentro do “Opinião”. O dono do jornal, o Gasparian, de certa forma, entendeu que a gente deveria em alguma medida se relacionar com essa política, achava que ela abria brechas, mas a redação ficou contra. A redação achava que aquilo era manobra, que deveria ser com batido, que não se deveria ouvir o canto da sereia. Houve um racha, a redação praticamente saiu. E naquele momento a gente vislumbrou a possibilidade de fazer um jornal que fosse mais avançado do que o “Opinião”. E aí foi formado o grupo que fez o “Movimento”.

A gente entendia na época e o Raimundo Pereira, que era o editor do “Opinião” e foi editar o “Movimento”, que os jornais, de uma maneira geral, e os alternativos, de uma maneira específica, eram frutos de duas contradições: uma era uma contradição que existia no seio da sociedade, entre as diversas classes, segmentos de classes que se digladiavam em torno do que estava acontecendo. Então você tinha cada parcela, classe, segmento de classe, em geral, tinha a sua necessidade específica de ler e entender o que estava acontecendo, bem como de difundir essa visão e as suas propostas para o quadro que estava vivendo, ter o próprio ponto de vista. Isso é uma coisa importante, porque na verdade, a chamada imprensa burguesa, a imprensa que se diz tradicional, na verdade é uma imprensa das classes dominantes, e ela apregoa essa ideia de que existe um jornalismo neutro, isento. E não existe isso. Todo jornal cobre os acontecimentos, interpreta e difunde uma visão do que está acontecendo e do que deve ser feito do ponto de vista das classes ou da classe que representa. É evidente que não vai dizer que representa os interesses da burguesia, na medida que são interesses minoritários na sociedade e, muitas vezes, conflitantes com os interesses da grande maioria. Então tem que mascarar. Esses jornais surgiram um pouco dessa contradição.

Os outros segmentos, setores, classes, segmentos de classes da sociedade sentiram a necessidade de ter uma visão própria antiditadura militar, contra seu modelo econômico, contra o seu modelo político, do que estava ocorrendo no país e no mundo, e também de difundir a sua visão disso e difundir a sua visão do que era necessário fazer. E também era fruto de outra contradição específica, que era contradição que existia e na época estava muito aguçada entre jornalistas e donos de jornal. Esse conflito com o fato de que as pessoas que fazem os jornais nem sempre são as pessoas que determinam a sua linha editorial. Tem até aquela brincadeira se você é foca, chega a uma redação e mandam fazer uma matéria sobre Deus. Você pergunta: é favor ou contra? Coisa desse tipo. É uma contradição específica do jornalismo. A necessidade de quem faz o jornal ter determinação sobre a conduta editorial do jornal. Então o “Movimento” surgiu desses dois conflitos. O “Movimento” foi uma grande e fantástica obra coletiva, fruto de uma mobilização nacional, feita por muita gente, debaixo de uma ditadura fascista.

O “Movimento” assumiu a forma de uma sociedade anônima em que segmentos de oposição, os autênticos do MDB, os setores médios, os sindicalistas, funcionários públicos, estudantes, o movimento social, intelectual, cultural do país, muitos jornalistas, sobretudo de São Paulo, Rio, Minas também, o Estado onde houve o maior número de acionistas do jornal. Entre servidores públicos de estatais, profissionais liberais, professores universitários, funcionários públicos, sindicatos, trabalhadores cobravam uma ação e doavam 51% das ações para quem trabalhava no jornal. Foi a maneira encontrada de você gerar uma iniciativa, que ela reunia em torno dela a chamada oposição ao regime militar e os jornalistas. Era diferente de alguns jornais como “Coojornal”, que é um jornal de jornalistas. Ele era fruto de uma aliança entre os setores sociais que se opunham ao regime militar e uma turma de jornalistas. Isso então resolvendo a chamada contradição do dono do jornal, que seria o dono da opinião, e os jornalistas e os que trabalhavam no jornal. Aí o “Movimento” já surgiu e a discussão era exatamente esta.

O Geisel entrou, teve a distensão lenta, gradual e segura, dentro do “Opinião” a redação se dividiu com relação ao proprietário, que achou que em alguma medida tinha que se relacionar com isso, e nós achamos que tínhamos que combater isso. Então, foram reuniões feitas de norte a sul do país, em que você discutia a distensão lenta, gradual e segura, o que significava aquilo, que posição tomar diante dela. Discutia que existia as condições objetivas de você ter uma imprensa independente do regime militar, ela era possível e necessária. O “Movimento” foi constituído, de certa forma, unificando a oposição, nos diversos segmentos sociais em torno de uma visão sobre a distensão e uma proposta sobre o que fazer. E o “Movimento” já nasceu censurado, o número zero foi apreendido, proibido de divulgar, a sede do jornal, em Pinheiros, São Paulo, foi invadida pela Polícia Federal, teve processo etc, etc. Sem saber a um quarteirão da casa do comandante da Operação Bandeirantes. A gente não sabia disso.

O “Movimento” foi criado pelos jornalistas e trabalhadores do “Opinião”, pelos grupos e segmentos de pessoas que se incorporaram ao longo do processo a todo esforço de levar adiante um projeto, como o Chico Pinto, os intelectuais, os autênticos, personalidades. Aqui de Minas teve o Edgar da Matta Machado, o Chico Buarque, adesão maciça de jornalistas do Brasil inteiro, de profissionais liberais, apoio ativo da classe média, artistas, professores universitários, empregados de empresas públicas, sindicalistas; Debaiixo de um governo militar aquilo foi um fenômeno. E por isso mesmo ele nasceu do apoio decisivo de diversas forças sociais e políticas progressistas e dos movimentos sociais em curso no país naquele momento, movimentos de bairros, de carestia, as chamadas oposições sindicais, a SBPC, que abraçaram o projeto e lhe deram sustentação política e todos unidos em cima de uma tomada de posição frente à distensão lenta, gradual e segura proposta pelo regime militar e pelo ideal de contar com uma imprensa de oposição democrática nacional e sobretudo popular. Ele foi fruto de uma ampla articulação social e política, com jornalistas independentes e veio com uma postura editorial definida e explícita, ao mesmo tempo que foi uma propriedade conjunta dos que o faziam e de membros da oposição nacional democrática e popular, e de ter um funcionamento democrático.

Então, quais são os pontos que chamam a atenção: o primeiro deles é esta postura editorial definida e explícita. O “Movimento” tinha um programa que basicamente era de defesa das liberdades democráticas e da elevação do padrão de vida material e espiritual dos trabalhadores e a defesa da utilização dos recursos do país em benefício da sua população. Quer dizer que no fundo era um programa democrático nacional e, sobretudo, popular. O “Movimento”, ao contrário da imprensa burguesa, que se diz neutra em relação aos conflitos sociais, tinha partido, ele acompanhava, cobria do ponto de vista dos interesses democráticos nacionais e, sobretudo, populares. Por isso, inclusive, que o “Movimento” teve papel importante porque, exatamente por essa postura definida, ele tratou, levantou as grandes questões do país e da população. Ele que levantou a questão da dívida, a dominação estrangeira, ele que colocou a questão agrária no Brasil, que muita gente achava que não existia. Foi ele que começou a levantar e teve papel importante na derrota da ditadura nas eleições de 1974, das bandeiras exatamente como por exemplo na questão da anistia ampla, geral e irrestrita, que foram generalizadas nas matérias, nos debates etc. Esta ótica é que permitiu, inclusive, ele ter relevância como jornal, e ter utilidade do ponto de vista da sociedade, por tratar das questões que tiveram relevância para estes segmentos e tudo mais.

Outro aspecto interessante do “Movimento” é que ele fazia isso, essa conduta editorial, de uma forma não doutrinária. Teve muito jornal alternativo que fazia isso doutrinariamente, limitando o alcance. O “Movimento”, ao contrário, mantinha uma postura firme de ser mais jornalístico possível. Então, o “Movimento” partia sempre dos fatos, acontecimentos em curso no país, o que é a postura de qualquer jornal. Você, a partir

do que está acontecendo, é que se aplica a postura editorial, senão fica uma coisa doutrinária, desligada da vida das pessoas e aí não alcança seus objetivos. Esta postura de ser efetivamente jornalístico, de tratar das questões, anuncia, debater as questões efetivamente que estava sendo postas pelo momento, por isso que ele significou uma renovação grande de difícil combate pela ditadura. Então, por exemplo, o “Movimento” revigorou as reportagens, as charges, muitos dos cartunistas que vieram no país naquela época surgiram no “Opinião”, no “Pasquim”, no “Movimento”. Quer dizer, a coisa da cultura nacional, debater os grandes temas da sociedade, como mulheres, campo, dominação estrangeira, a questão do arrocho salarial, da liberdade sindical, criou seções específicas como “Histórias brasileiras”, resgatando uma tradição que foi da “Realidade”, que foi de outros momentos, num momento em que existia uma certa pasteurização da imprensa, assim como o “Pasquim” foi, houve assim um arejamento da imprensa.

É até engraçado, só fazendo uma observação, paralela, é que eu tinha acabado de sair da cadeia, tinha me debatido com a repressão, na forma dela mais violenta, com a tortura, a morte, assassinato, vi coisas na cadeia de arrepiar. E era impressionante que o regime se preparou para matar, torturar, e era completamente inabilitado para lidar com uma oposição legal. Tinha uma dificuldade imensa de lidar com essa iniciativa, que não era o caso de prender, torturar e matar. Quando o auge que foi o negócio das bombas já era num contexto muito diferente.

Outro aspecto do “Movimento”, muito importante, que apesar de ele partir dos fatos, não ficava apenas nos fatos, na superfície. Ao acompanhar os acontecimentos, ele procura aprofundar a abordagem, por meio de análises, pesquisas, interpretação, difusão, de uma visão democrática. Vamos supor, teve o episódio do general Euler Bentes. Ele brigou com o regime, propôs ao país uma frente de oito pontos. O fim do regime estava em discussão, estava dado que era preciso ter uma frente contra ele, que era preciso ter um programa, então, em cima dos oito pontos do Euler Bentes o “Movimento” pegou a ANL, a Frente do Chile, a Frente do Vietnã, as coisas que estavam envolvidas no sentido de ter esta relação de utilidade com outra imprensa, seja do noticiário, seja na parte opinativa, para os segmentos sociais que ele representava. Então isso teve um papel fundamental, você vai ser, inclusive, em certas questões o “Movimento” viveu um processo profundo. Por exemplo, as bandeiras democráticas, o “Movimento” não aderiu editorialmente à anistia, precedida de amplas liberdades e Constituinte de leis, houve todo um período que a gente cobria, dava matérias pró e contra, que tinha gente do espectro que era a favor e gente que era contra.

Até que o “Movimento” organizou um processo de discussão que envolvia todas as sucursais, acionistas, gente de oposição no país inteiro, houve a reunião, uma espécie de congresso do jornal, nacional, entre acionistas e colaboradores e que decidiu, num amplo processo de debate. Ele serviu como instrumento de compreensão, de debate e de amadurecimento, e num certo momento de definição em torno dessa bandeira. A partir daí ele incorporou na linha editorial e passou a defender claramente. A mesma coisa com a questão agrária. O “Movimento” resgatou a importância da luta pela propriedade da terra, pela reforma agrária. Você tinha discussões imensas, por exemplo, o Chico de Oliveira achava que existia questão agrária no Brasil, que isso era uma bandeira burguesa, que estávamos querendo distribuir propriedade, a democratização da propriedade. Isso tudo mostra que não era um mero jornal, não era um partido político, não era um movimento social, existia um respeito à sua natureza como jornal. Mas ele compreendia e aprimorou as suas relações com os segmentos sociais que ele representava. Então isso foi uma experiência riquíssima e debaixo de uma ditadura. A gente partia do princípio de que tudo que se falava na sede do jornal era gravado pela polícia. A gente saía e era seguido até em casa. Teve uma censura brutal o tempo todo, o “Movimento” já nasceu sob censura, teve invasões, as apreensões, teve a perseguição a quem colaborava. Isso teve consequências várias.

Eu brincava, dizia o seguinte: o “Movimento” é o único lugar do mundo onde a contradição entre capital e trabalho está personificada nas mesmas pessoas. Nós éramos os donos do jornal e fazíamos o jornal. Também dizia: este aqui é que é o verdadeiro milagre econômico, porque você sustentar um jornal imenso, com estrutura nacional, debaixo de ditadura e garantir a sobrevivência dele, inclusive do ponto de vista gerencial, econômico e financeiro, é que é um milagre. Isso tinha a ver com a compreensão e observação de certas coisas que permitiram isso. Com o alinhar de coisa. Tinha além disso um outro aspecto que é o de procurar ter uma linguagem não hermética, acessível ao maior número de leitores. De tratar das questões, de aprofundar, mas de uma forma acessível. Houve um momento, inclusive, que gente fez uma versão popular do “Movimento”, que era o jornal “Assuntos”, para operários, uma versão menor, mais simplificada do “Movimento”, cujos testes foram feitos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo quando o Lula era presidente. A outra coisa importante: na

época a gente fazia uma comparação entre “Veja” e “Movimento”, 95% da receita de “Veja” vinha dos anunciantes, o leitor mesmo não entrava nem com 5%. O leitor de banca, o assinante. E quando você analisava a composição dos anúncios eram prioritariamente de empresas multinacionais, fábricas de automóveis, de empresas estatais e, muito secundariamente, empresas nacionais. Isso mostrava quem era responsável pela existência de “Veja”, pela vida, e, conseqüentemente, com quem seriam os seus compromissos, em última instância, os compromissos de “Veja” seriam com os anunciantes, os leitores eram um número de pesquisa que facilitava o departamento comercial a achar ou pedir a contribuição. Já o “Movimento” era o contrário, dependia mais de 90% dos leitores. Era assinatura, venda em banca. Uma experiência teve início em Minas Gerais.

O “Opinião” saiu, tinha lá o Luís Marcos, a irmã dele Cecília Magalhães, o Flávio Serpa que eram daqui. Tinham ligações com os estudantes daqui. O DCE da época, se eu não me engano com o Flávio Fantini ou o Jânio Bragança, por essas ligações pediram para receber o jornal e vender o jornal. Foi criando o hábito de, o que se chamou depois, de venda direta. Serviu de matriz para abordar a política de venda, de organização do “Movimento”. A compreensão de que aquilo era um instrumento político, o conteúdo, a fórmula de distribuir e vender também era uma tarefa política. Muitos movimentos sociais se organizaram a partir da distribuição e venda do “Movimento”, assim parte do movimento operário, inclusive daqui, que se articulou em cima da venda do “Opinião”. Esta é uma experiência que deve ter se repetido com o “Jornal dos Bairros”. Tinha gente que vendia, como o Tostão que saía com o jornal. Muitas vezes o coitado foi preso. Muitos estudantes, pessoal de classe média, saía vendendo na Savassi, de noite, nas portas de teatro, nos eventos que existiam, vendiam em casa escola, discutiam o jornal, vendiam nos bairros. Então não eram vendedores, estavam cumprindo uma tarefa política,, não era por causa da comissão, tinham a compreensão de que aquilo era um produto político.

O “Movimento” tinha pouquíssimo anúncio, haja vista de quem anunciasse estava lascado. Ele dependia diretamente do leitor. Um negócio assim impressionante, era um resgates guardo da fidelidade do jornal com seus leitores. Tínhamos alguns outros diferenciais, de natureza gerencial, que era um monitoramento rigoroso e profissional da evolução da situação. Muitos jornais de oposição, alternativos, eram muito criativos, mas não tinham essa dimensão. O “Movimento” teve. Graças também uma figura emblemática como Sérgio Mota, era um grande empresário, na passagem de “Opinião” para o “Movimento”, teve um papel preponderante. Na passagem, ele montou um esquema de monitoramento e acompanhamento, em cima da evolução econômica e financeira da situação do jornal, o que possibilitava adotar medidas. O “Movimento” de carta forma vivia realmente do leitor e da contribuição dos segmentos que estavam interessados no jornal. Quer seja como forma, como você tinha um déficit em torno de 5% e 7% anual, e cobria isso vendendo ações.

Mas seja porque a redação que trabalhava lá, poucas pessoas eram registradas, a remuneração era muito abaixo do mercado, mas isso não era fruto de uma política empresarial sacana com o jornalista, parte do preço que nós jornalistas pagávamos para manter aquela imprensa debaixo da ditadura. Eu mesmo na Comissão da Anistia reivindiquei o tempo de trabalho em que constava do expediente, com várias funções, inclusive chefei a sucursal aqui, fui diretor do jornal, mas nunca fui contratado. Eles reconheceram o tempo, pois tinha matéria assinada, tinha todos os elementos. Assim como a clandestinidade num certo momento era contingência da luta contra a ditadura, no terreno da imprensa, qualquer um desses jornais precisavam desta cota de sacrifício para que eles existissem, senão seriam inviáveis. Outro aspecto importante foi a distribuição feita pela Abril. A editora distribui o “Movimento” o tempo todo, apesar da pressão da ditadura.

Nós jornalistas brasileiros escrevemos uma parte importante da história da resistência à ditadura, não só através da ABI, mas através da multiplicidade de imprensa de resistência, e escrevemos, tivemos a capacidade de no nosso terreno vencer a ferocidade do regime militar e importa uma derrota importante no nosso terreno, que foi uma derrota que extrapola em muito o nosso universo particular. Tivemos um papel importante no esclarecimento da população a respeito da natureza do regime, bem como da necessidade de recorrer, assim de ajudar de forma decisiva a construir um conjunto de bandeiras que foram depois decisivas para o fim do regime militar. Acho que nós jornalistas, neste ponto de vista, estamos de parabéns. Aqui em Minas, estes jornais sempre tiveram uma existência forte. O “Opinião” foi forte aqui, o “Movimento” foi forte aqui. Aqui teve o “Jornal dos Bairros”, aqui teve o “De Fato”. Já tinha existido o jornal do José Maria Rabelo, o “Binômio”.

Assim como os grandes jornais nacionais sempre tiveram uma grande leitura aqui, uma tradição com a nossa imprensa, que às vezes é meio fraquinha. Mas eu me lembro que o “Estadão” tinha uma grande sucursal aqui, a “Folha”, “O Globo”, a Bloch, a Abril. No caso específico do “Movimento”, o segundo lugar em número de assinantes era aqui, proporcionalmente maior do que São Paulo, bem como o número de acionistas. O que mostra que este tipo de iniciativa tem uma retaguarda por aqui. Por isso também a repressão sempre foi violenta, a vigilância sempre foi violenta. Além dos cerco às bancas. Vária das bancas bombardeadas naquele período, que foi um período que a direita mais raivosa estava descontente com o fim do regime militar e cometeu uma série de atentados, vários aconteceram aqui em bancas de jornais, o jornal “Em Tempo” foi duas vezes vítima de invasão e bombadeamento, quando publicou a lista de torturadores. Na própria sucursal do “Movimento” nós recebíamos telefonemas com ameaças.

Tinha um filho da época, que depois acabou morrendo, ele chamava-se Pedro. Ele que era uma criança com 6 anos, eles chegaram a invadir um prédio onde eu morava, tiraram o óleo do carro, encheram aquilo com bucha. Eu recebi cartas do Comando de Caça aos Comunistas ameaçando me matar, em tenho ainda em casa. Tive que tomar providências na escola em que ele estudava, para que não o entregassem a ninguém, só para mim e minha mulher. Bem como houve ataque ao Sindicato dos Jornalistas, as consequências desta agressão ainda continuam na sede do sindicato, assim como houve a Célio de Castro, ao Magela, que era advogado de presos políticos. Inclusive nesta época foi instaurada uma comissão na Assembleia Legislativa, presidida pelo Milton Leite, fazia parte o Ademir Lucas, que começou a investigar. O governador era o Francelino Pereira.

Eu inclusive assessoriei esta comissão e fiz a redação do relatório final da oposição.. E quando esta investigação começou a chegar perto dos caras, quando o antigo agente do Cenimar chamada Nelson Sarmiento ia depor, disposto a abrir o bico, e quando começaram a chegar caras como Antônio Ribeiro, os caras da polícia que tinham envolvimento com isso, o governo Francelinho empastelou a comissão. E aí saiu um relatório, não sei se era da Arena, e um outro do MDB, feito pelo Ademir Lucas que relatava todos os atentados, fatos, invasões. Foram ouvidas as pessoas do “Em Tempo”. Empastelaram, porque daqui saiu o golpe militar, aqui foi instalado o primeiro Dops da América Latina. Então esta tradição é mineira mesmo.

Anexo 08 – Íntegra - Depoimento de Edson Fernandes Martins

Belo Horizonte, novembro/2013

Resumo da entrevistas 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1978). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8. Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Não) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Não) 14 Militância Política (Não).

O *Jornal dos Bairros* foi um projeto de jornalismo popular desenvolvido na região industrial de Belo Horizonte e Contagem, com alcance em comunidades do entorno, como Betim e Ibité. O JdB começou a circular em setembro de 1976 e persistiu com edições quinzenais até 1981 e, com edições mensais, até 1983. O projeto envolveu mais de 100 pessoas, gente de todas as origens e formações, de jornalistas a engenheiros, de médicos, assistentes sociais e sociólogos a economistas, professores, sindicalistas e moradores da região que se incorporaram às tarefas de pautar, produzir e distribuir o jornal e debater seu projeto político. O jornal e seu grupo dedicaram-se a contribuir para a organização popular com vistas a conquistar condições dignas de vida e trabalho, como melhor transporte, moradia, serviços públicos de água, esgoto, coleta de lixo; e melhores condições de trabalho, como salário, Anexo 09 populares uma quase absoluta ausência de serviços e arrocho salarial, perseguição e todo tipo de restrições às atividades sindicais, afora a violência institucional que medrou no ambiente político arbitrário estimulado pela sensação de impunidade e autoritarismo.

O JdB sobreviveu com poucos anúncios, algumas doações, pequenos eventos e muita dedicação do grupo, que voluntariamente se reunia todos os fins de semana, um para a elaboração do conteúdo, diagramação e fechamento da edição; outra para a distribuição, pauta e discussão do andamento do trabalho. Embora provocadas, as agências de publicidade não se animaram a programar o jornal. Até o poder público mostrou-se refratário a incluir o JdB no rol de veículos a receber apoio publicitário. No dia 1º de maio de 1979 houve um ato de violência contra o JdB. A sede do jornal, no Barreiro, foi invadida, vandalizada e saqueada, numa clara tentativa de intimidação, junto com outros atos de invasão em outras entidades populares da região. Aqui, a íntegra do texto que foi publicado na primeira página do jornal na edição nº 67, de 4 a 17 de maio de 1979, sob o título: *Assalto*. “No dia 1º de Maio do ano passado a sede da Coordenação de Pastoral do Setor Industrial foi assaltada. Levaram as publicações que a Igreja estava divulgando sobre o Dia do Trabalhador. Até hoje este roubo não foi apurado. Este ano o fato se repetiu, só que atingindo outras instituições. Na madrugada do último dia 1º de Maio foram invadidas as sedes de quatro entidades, situadas em locais diferentes mas todas na região industrial. Foram elas: o CET – Centro de Estudos do Trabalho; o CCO =- Centro Cultural Operário; o GETEC – Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Coomunitária e o JORNAL DOS BAIRROS.

Os invasores não deixaram marcas de arrombamento e levaram uma impressora off-set, máquinas de escrever, aparelhos de telefone, dinheiro, livros contáveis, além de arquivos e milhares de publicações. O prejuízo total ficou em mais de 400 mil cruzeiros. No caso do *Jornal Dos Bairros*, o roubo prejudicou a própria feitura do jornal. Sem contar os prejuízos de mais de 50 mil cruzeiros, tivemos de nos esforçar para fazer esta edição, pedindo máquinas de escrever emprestadas e trabalhando a noite toda. As quatro instituições atingidas estão tomando as devidas providências junto às autoridades para o completo esclarecimento desses roubos.

Estas entidades, bem como a Pastoral do Setor Industrial, têm sua linha de trabalho marcada por um firme apoio às lutas dos trabalhadores e moradores por condições dignas de vida. Tudo faz crer que os invasores são contra esse trabalho. Mas nós não vamos desanimar, e a prova disso é esta edição. Temos certeza de que continuaremos contando com o apoio de nossos leitores e anunciantes”. Efetivamente o jornal prosseguiu seu trabalho e circulou por mais 4 anos, quando já então o Brasil via a ditadura militar com claros sinais de fenecimento, com a anistia, ainda que parcial, promulgada e já conquistada a liberdade de organização partidária, avanços que tiveram como significação uma parcial obsolescência editorial do JdB, e novos rumos para os membros da equipe, que era plural e heterogênea ideologicamente.

Anexo 09 - Íntegra - Depoimento de Aloísio Morais

7 de dezembro de 2013 23:56

Assunto: Depoimento para Comissão da Verdade

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1978). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8. Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Não) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Não) 14 Militância Política (Não).

Édson, eis aí o negócio da coisa:

Na madrugada do dia 2 de setembro de 1978, um sábado, a sede do jornal De Fato foi arrombada por terroristas. O cadeado do portão externo foi arrombado e o mesmo ocorreu com a porta de acesso às dependências do jornal, na Avenida do Contorno 2.399 - bairro Floresta, em Belo Horizonte.

Pelo o que foi constatado, foram furtados um aparelho de telefone e uma agenda de endereços e telefone. Sobre uma mesa da redação foi deixada uma garrafa chamuscada contendo líquido inflamável, uma tira pano e uns pedaços de um material verde em tabletes, deixando a impressão de que o objetivo era provocar uma explosão seguida de incêndio no local.

No imóvel, uma moradia nos fundos de uma residência familiar com um portão de acesso independente, moravam naquele momento dois jornalistas, eu, Aloísio Morais, e Fernando Assunção. Por coincidência, naquela noite de sexta-feira pra sábado, nós não dormimos no imóvel, o que reforçou a nossa suspeita de que estávamos sendo monitorados.

Durante alguns meses que antecederam o fato o telefone tocava de vez em quando na madrugada e ficava mudo logo que era atendido, forma usada, certamente, para verificar se havia alguém no interior do imóvel. Suponho que o objetivo era provocar um ato terrorista contra o jornal e, possivelmente, recolher os exemplares do De Fato antes de seguir para venda nas bancas e nas ruas.

Ressalto que naquele momento, às vésperas de eleições parlamentares, o jornal já vinha lutando com grande dificuldade para se manter, e a edição seguinte acabou marcando sua extinção.

É o que tenho a declarar e desde já me coloco à disposição para esclarecer qualquer dúvida a respeito.

Aloísio Morais Martins

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2013

Anexo 10 – Íntegra - depoimento Samuellito Capuchino Mares

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1980 / 1981). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Não). 8) Impedimento de trabalhar (Não) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Sim) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Não).

Samuellito: O que que seria? Estou assim sem saber. É só um depoimento ou vocês vão perguntar?

Dalmir: É o depoimento, o que nós estamos dizendo, é o seguinte, à comissão da verdade: é o grupo de perseguição aos jornalistas, perseguição à profissão, casos assim de censura, perseguição, prisão etc. Sua ou de pessoas que você acompanhou, seus colegas e tal. A gente está demandando isso.

Samuellito: Tá; é o fato que aconteceu comigo foi em 1980, já estava assim mais em uma ditadura mais branda, na época do João Batista Figueiredo. Já estava na época da reabertura. E eu era, eu fazia edição de dois programas na rádio Itatiaia, um programa de domingo que era, chamava plantão de domingo, à noite, e o Jornal da Itatiaia, que eu era editor. Que era todos os dias pela manhã. Um domingo, dia 7 de setembro de 1980, eu chegando para trabalhar, encontrei na mesa de trabalho, as fitas dos repórteres que cobriram o dia, e as matérias, os releases, que tinha encima da mesa. Além disso, nós tínhamos, nós éramos assinantes da Agência Jornal do Brasil. Então eu peguei o relatório dos repórteres, estava lá: hoje foi dia de Parada de 7 de setembro na Afonso Pena. Entrevista com o General, acho que era General Túlio Neto, entrevista com o Governador Francelino Pereira, que estava lá. Um dia, muita gente na Afonso Pena e tal, tal, tal. Aí eu falei: vou editar uma matéria sobre o 7 de setembro, né? Aí eu bati a mão nos releases que estavam na minha mesa. Aí um envelope escrito da redação da Rádio Itatiaia. Eu abri o envelope, estava o manifesto do Partido Comunista do Brasil questionando a comemoração da independência: como um país que deve 100 bilhões de dólares ao FMI, pode comemorar uma independência? E isso não sei o que.

E eu falei assim: gente num contexto que eu estou fazendo aqui de cobertura do 7 de setembro, não vai fazer mal para mim, eu vou colocar um pouquinho dessa história aqui. Aí eu fui lá na Agência Jornal do Brasil e eis que eu encontro também uma notícia na Agência Jornal do Brasil, porque esse manifesto foi para todas as redações do Brasil, não foi só para a rádio Itatiaia. Falei João: Se está aqui no Jornal do Brasil eu vou divulgar.

Aí eu fiz o jornal e a notícia principal era a independência. O locutor eu me lembro, acho que era o Marco Antônio França, acho que era ele que estava fazendo o dia. Foi pro ar e leu a matéria. E eu fiquei na redação para fazer o Jornal Itatiaia que era no dia seguinte. Com meia hora, bateram lá na redação da rádio, bateram na porta ali da rádio, eram os policiais federais. Bateram: eu queria falar com o responsável pelo jornalismo. E só tinha eu na rádio, num domingo. E aí o porteiro falou: quem está aí é o Samuellito. Ele falou assim: eu gostaria de subir. Foram dois policiais. Subiram: e você que é responsável pelo jornal que acabou de entrar no ar? Falei fui eu, sou editor. Eu quero todo o material, que foi ao ar, eu quero a fita da censura, eu quero tudo e você está preso. Eu falei: mas, porque que eu estou preso?

É porque você, você não pode ter feito o que você fez?

Eu falei: Não, posso ligar? Para minha família, posso ligar para o Januário Carneiro? Januário Carneiro estava lá em Lagoa Santa, porque ele passa o fim de semana em Lagoa Santa.

Pode ligar para quem você quiser mas você está preso.

Aí eu liguei para o Januário, falei Januário: aconteceu isso e isso.

Januário: mas você é doido, como é que você faz?

Eu falei: Oh Januário, eu...

Dalmir: Era o PCB ou era o PC do B?

Samuellito: Era o Partido Comunista do Brasil. Pelo menos é o que constava no papel, e onde eu tenho lá na minha casa, hoje eu até esqueci de trazer, algumas reportagens da época, da Folha, do Globo, do próprio Jornal do Brasil que falava que era o Partido Comunista do Brasil.

Voz Feminina: Que ano que era esse?

Samuellito: 1980. Aí eu liguei para o Januário, falei: Ah, fica tranquilo fica calmo. Não fui preso, não me levaram, só levaram o material.

Ele falou assim: Amanhã cedo você comparece à sede da polícia federal.

Eu só achei estranho que eles me deram o endereço, era na, que eu fui inclusive, ali debaixo daquele prédio do JK.

Dalmir: Ah, sei.

Voz Feminina: Era lá mesmo, o Dops.

Samuellito: Aí eu fui para lá. No outro dia você tem que aparecer

Dalmir: Na Timbiras?

Samuellito: Timbiras. Debaixo lá..

Dalmir: Tinha a polícia federal ali e um negócio do Dops.

Samuellito: É e a polícia federal. É e você comparece lá e pode prestar depoimento. Fui, tá lá. Continuando. Fui prestei depoimento e foi aberto um processo de Lei de Segurança Nacional contra o Samuellito, o locutor que leu e o chefe de reportagem na época que era o Márcio Dotti. Nós três. Apesar de que fui eu que fiz a edição do material. O locutor porque leu, e o Márcio Dotti porque era o chefe de jornalismo. Aí ficou essa questão e nós ficamos com esse processo durante dois anos. Em 82 que foi julgado, nós fomos absolvidos. Nesse período nós tínhamos três advogados. Se eu tiver falhando em alguma coisa aqui você me dá... Nós tínhamos três advogados. Um do sindicato.

Jurani: Antônio Mercedes.

Samuellito: Antônio Mercedes. Tinha um que a rádio Itatiaia colocou para nós, eu não sei se era o Obrigon Gonçalves ou era o Sidney Sá. E tinha o Zé Maria Magalhães que era o da família.

Jurani: O Sidney eu acho que foi do Gutemberg.

Samuellito: Gutemberg. Não, mas ele foi, ele...

Jurani: Ele foi para vocês também?

Samuellito: Foi, foi, foi. É que acabou sendo para todo mundo. E o Zé Maria Magalhães que era da família, nós tínhamos três advogados, na verdade eram três advogados, um negócio assim meio esquisito.

Aí o Sidney Sá virou para mim e falou assim: Olha! É uma questão política, você tem que arrumar pessoas influentes para serem suas testemunhas de defesa.

Eu falei: uai, pode ser o governador?

Ele falou: pode.

Pode ser o prefeito?

Ele falou: Pode.

Aí eu fui no Maurício Campos, eu falei: ô Maurício, você conhece a minha história?

Não eu já estou sabendo que você está aí na Lei de Segurança Nacional, está sendo processado.

Eu falei assim: estou precisando que você me ajuda a ser a minha testemunha de defesa.

Ele falou: Não, pode botar o meu nome.

Eu falei assim: Francelino pode também?

Ele falou: pode.

Aí ele ligou para o Francelino na minha presença: Francelino! Samuellito da rádio Itatiaia você conhece? Conheço. Família lá do Vale do Jequitinhonha, lá de Almenara e tal. Conheço pessoal lá. Aí você vai testemunhar em defesa dele. Ele falou: como é que eu vou testemunhar ele meteu o pau em mim.

É que o próprio manifesto falava do pau mandado Francelino Pereira.

(Risos)

Pau mandado, Francelino Pereira.

Ele falou mal de mim no negócio, porque eu que eu vou...

Não mais isso é coisa de político, ele vai ajudar a gente.

Então tá põe meu nome.

Ele foi ouvido em Palácio, porque o Governador não é ouvido na Justiça, ele foi ouvido em palácio, eu sei que teve uma repercussão danada desse negócio. Aí o Murilo Badaró falou para mim assim: vamos tentar uma conversa sua com o comandante da 4ª divisão militar. Que era o General Coelho Neto. Conseguimos.

Aí fui lá eu conversar com General Coelho Neto na Avenida Raja Gabaglia, de terno, gravata. O cara me deixou duas horas dentro de um quarto que só tinha porta, trancado e um soldado na porta. Enquanto isso lá na sala dele estava o Januário Carneiro, que era o presidente da rádio, e o Murilo Badaró, que era o senador Biônio da época que conseguiu o encontro. Conversaram, conversaram, conversaram e eu estou lá nessa sala lá.

Aí mandaram me chamar. Aí quando eu entrei na sala e o cara olhou para mim, ele devia ter quase dois metros de altura, ele olhou para mim assim e falou assim: É você que é o Samuellito, que é chamado de subversivo? Você não vale nem uma bala de fuzil. Estou recebendo você aqui, porque, por causa do meu amigo, Murilo Badaró. Só estou recebendo você aqui... Porque comunista eu mando matar aquele que passar aqui na porta, na Raja, e aquele pessoal do Jornal do Brasil se passar eu mando matar.

Dalmir: Quem era o General?

Samuellito: General Coelho Neto.

Jurani: Coelho Neto.

Samuellito: Aí ele pegou o material que estava na mesa dele: Eu conheço a sua história, conheço o processo todo, eu vou levar essa minha, vou conversar com o pessoal lá de Juiz de Fora.

Apesar, ele falou: apesar do promotor que estava cuidando do caso, eu não sei o nome, ele não é fácil não. Fácil não, mas eu vou conseguir.

Passaram-se os anos, idas e vindas a Juiz de Fora. Tem escrito, na minha casa tem. Minha ex-mulher na época ela pegava tudo e guardava. Todo o negócio que saía ela deixou lá, nós temos tudo escrito. As idas, tudo que a gente ia para Juiz de Fora, às vezes que nós fomos prestar depoimento, no julgamento. Foram dois anos, não, não ficamos presos. Pelo menos eu não fiquei preso. Não sofri nada, nem um tipo de tortura física, só tortura psicológica porque nesse caso. Tinha 24 anos na época, começando minha vida profissional, fiquei todo desorientado, perdi um casamento por causa disso, tinha dois anos de casado, minha mulher me largou. Minha mulher me largou.

Dalmir: Porque você era subversivo?

Samuellito: Eu não sei. Porque era, porque eu estava tão, fiquei tão paranoico com aquele trem, tão novo. Apesar de que eu recebi toda a ajuda da rádio Itatiaia, do Januário Carneiro.

Rogério: Você deve ter um tremendo de um aborrecimento da época, né?

Samuellito: Não, sei. Não deve ser não.

Rogério: Repercute, né?

Voz Feminina: É um sofrimento.

Rogério: É um sofrimento.

Samuellito: Você não podia fazer nada, você não podia fazer nada. Às vezes você estava em um lugar parece que você estava sendo perseguido. Aquela mania de perseguição, aquela...

Voz Feminina: Mania não, era perseguição mesmo.

Rogério: E era mesmo.

Samuellito: Entendeu? E ficava aquele trem, você não podia fazer nada. E todo lugar que você ia, não podia viajar você tinha que falar onde é que você estava indo. Gastava dinheiro com, com, além de gastar dinheiro com advogado, gastava dinheiro de viagem de Juiz de Fora, indo de lá pra cá, de lá pra cá.

Voz Feminina: Porque os depoimentos eram lá em Juiz de Fora?

Samuellito: Em Juiz de Fora na sede, na sede da 4ª Circunscrição Militar, que fala né?

Voz Feminina: Do Exército?

Samuellito: É região militar do exército.

Rogério: E isso só terminou em 82?

Samuellito: 82, em agosto né? De 82?

Jurani: Que foi o julgamento? Foi março acho, eu tenho até umas coisas anotadas aqui, tenho os Xerox. Foi em março.

Samuellito: Foram dois anos, não foi?

Jurani: Foi um ano e meio, desde o início do processo até o final. Foi mais ou menos um ano e meio

Samuellito: E o Jurani pode até dizer do pessoal do Jornal do Brasil né? Que era o Jura, o Hugo Almeida, a Rosângela Conrado e o Gutemberg.

Jurani: O Gutemberg do Jornal do Brasil. A gente era da rádio, ele era do jornal.

Samuellito: O Gutemberg virou desembargador, virou juiz, Rosângela faleceu infelizmente, o Jura e o Hugo eu nem sei. Ele tá na profissão?

Jurani: Tá.

Samuellito: E você aposentou?

Jurani: Aposentei, aposentei ano passado.

Samuellito: Somos companheiros.

Jurani: Uai beleza.

Rogério: Como que foi o caso do Jura, como é que você entrou nessa história Jura?

Dalmir: Samuellito, seu nome mesmo é Samuellito Mares?

Samuellito: Samuellito Capuchino Mares. Esse processo é o seguinte: quantos anos tem? Eu fui chamado para trabalhar no Hoje Em Dia, há uns dois anos atrás. Aí eu cheguei lá, uma colega nossa falou

assim: Ahhh, Samuellito! Tem essa relação de documentos que você precisa. E entre os documentos uma folha de antecedentes. Aí eu fui.

Dalmir: Quando foi isso que você foi lá?

Samuellito: Dois anos atrás agora, dois anos atrás. Olha para você ver, do Hoje em Dia. Pois é Hoje em Dia. Aí eu fui naquele negócio do Uai. Ali na Augusto de Lima, perto do Fórum, tem um Uai lá, sei lá, um negócio do Uai, onde você tira carteira de identidade.

Esperei na fila sentei, né? Cheguei para a menina atendente lá falei assim: Eu vim aqui tirar um atestado de bons antecedentes.

Ela falou: Me dá sua identidade?

Eu tirei, quando ela foi olhar no sistema ela começou a olhar para mim assim, né? E foi afastando, afastando. Pegou minha identidade e falou assim: Você me dá um minutinho que eu vou chamar minha há chefe ali. Aí a mulher chegou e falou assim: O senhor pode ir ali à delegacia, porque tem uma delegacia do lado. O senhor pode ir à delegacia. Por quê? É porque ta dando um problema na sua ficha você tem que ir lá. Já é? Obrigado. Saí fora na rua liguei para o advogado. Loris, ta acontecendo isso e isso você pode me acompanhar? Ele falou assim: Pode ser amanhã? Eu falei assim pode, marcamos uma hora da tarde nessa delegacia. Já vou preparar um habeas corpus, se for algum problema. Já levo o Habeas Corpus para você. Aí eu fui à delegacia. Cheguei lá eu falei para menina: Ó, eu tive dificuldade de tirar uma folha de antecedentes ali, vamos ver o que está acontecendo. E ela foi lá demorou e tal, aí ela voltou rindo: Pô! O negócio não seio o que de 1980, o tempo que... Lei de Segurança Nacional. Quer dizer, mas até hoje? Eu fui absolvido.

Edison Martins: Isso foi quando?

_ Samuellito: Há dois anos atrás, agora.

Dalmir: Dois anos atrás, 2010?

_ Samuellito: 2010! Lembra da Ana Arsênio?

Edison Martins: Ana?... Samuellito: Arsênio

Edison Martins: Sim.

Samuellito: A Ana Arsênio tava lá no *Hoje em Dia*. Ela saiu de lá, tem dois anos que ela saiu de lá. Ela que era chefe lá. Ela me chamou para trabalhar. Ela falou assim: ta aqui o negócio, né? Eu falei assim: Mas se não vai tirar isso daí não? Ela falou assim: Tirar eu posso, mas seu prontuário vai continuar aqui a vida inteira.

Rogério: Que isso, não acaba nunca?

Samuellito: Você vai ficar aqui a vida inteira, vai ser esse prontuário seu aqui.

Edison Martins: Tem que ficar como registro né? _ Samuellito: Como registro.

Edison Martins: Só não pode condenador. Acabou isso aí né?

Samuellito: Ser usado, né?

Edison Martins: Tem que estar lá como registro, mas isso é crime.

Voz Feminina: Não, não devia ter, né? _ Samuellito: Pois é?

Edison Martins: Tanto que isso acompanha o próprio processo de curso da época da Ditadura.

Samuellito: E eu assustei sobre isso. Eu nunca tinha tirado um atestado comum de antecedentes.

Rogério: E ele não foi processado, ele foi absolvido.

Samuellito: Absolvido. _ Voz Feminina: Ele tá absolvido, então.

Edison Martins: Então ele foi processado, ele foi condenado na época da ditadura.

Voz Feminina: Então o que constava?

Samuellito: Então, eu não li. É porque não me deu essa abertura para ler. Ela foi lá dentro, você já pode. Eu num fui lá. _ Rogério: Podia dar voz de prisão, né? _ Samuellito: É por isso que eu não fui lá.

Eu não fui lá. Eu falei assim. _ Dalmir: Crítica Subversiva. Todos: (risos)

Samuellito: Obrigado. Eu não fui lá. É esquisito né? _ Edison Martins: Tem que ter aquele celular ...?

_ Voz Feminina: É. _ Edison Martins: É da Exaa. Deve ser advogado da Polícia Federal.

Samuellito: É mais eu acho... Ela já... Que automaticamente foi feito, porque quando eu acionei, o negócio foi... _ Voz Feminina: 74, 76, 79. _ Dalmir: Acho que não, como é que é?

Samuellito: Eu vou tentar tirar outro, né. Eu vou lá, no mesmo lugar. Eu vou lá ao mesmo lugar.

Fim do depoimento.

Anexo 11 – Íntegra - Depoimento José Juranir Garcia De Araujo:

Resumo da entrevista: 1 - Local ou locais de perseguição ao jornalista (Belo Horizonte) 2 Período da violência (1980 / 1981). 3 Prisão (Não) 4 Tortura (Não) 5 Exílio (Não) 6 Banimento (Não) 7 Demissão (Sim). 8 Impedimento de trabalhar (Sim) 9 Direitos Políticos cassados (Não) 10 Enquadramento legal (Sim) 11 Vítima de monitoramento (Sim). 12 Nomes de perseguidores: e ou torturadores. (Não) 13 Informações pessoais (Sim) 14 Militância Política (Não).

Rogério: Vai lá, Jura. E você como é que foi?

Juranir: É tentar lembrar aqui.

Voz Feminina: Se identifica antes para tentar separar dele.

Juranir: Doutor Juranir Garcia. É eu me lembro de quando começou essa história, eu era repórter da rádio Jornal do Brasil e tava de plantão, em um sábado. E aí eu recebi, da Sucursal do Jornal do Brasil e da Agência Jornal do Brasil, a notícia falando de um Manifesto do PCdoB a propósito do 7 de setembro, que ia ser no outro dia. Isso foi no dia 6 de setembro. E quando eu vi, eu achei a notícia pertinente, eu achei interessante, porque era um contraponto ao noticiário...

Samuelito: Oficial

Juranir: Oficial, né, de comemorações de 7 de setembro. Eu achei interessante que era um contraponto falando justamente que o Brasil ainda precisava conquistar a sua independência.

Edison: Foi em 81.

Juranir: 80. Foi 6 de setembro de 80, e no outro dia era o 7 de setembro. E falando que o Brasil, quer o dizer o manifesto, ele pedia o fim do regime militar, pedia uma assembleia nacional constituinte livremente eleita. E falava que o Brasil precisava ainda de conquistar sua independência, em relação ao capital estrangeiro, em relação à liberdade, em relação às condições em vida, da população, dos operários, dos camponeses, quer dizer nesse sentido aí. Então eu achei pertinente, por esse contraponto, então, eu falei: é notícia né? E tinha recebido, era praxe o noticiário, o que a sucursal do jornal do Brasil produzia, mandava para a rádio. Aí a rádio aproveitava.

Edison: A do Rio?

Juranir: Não aqui, aqui. A gente produzia algumas matérias como repórteres e aproveitava outras, da sucursal e da Agência Nacional do Brasil. E como veio das duas fontes, eu olhei, achei interessante, e tal, aí fiz o texto, fiz a matéria. E foi ao ar no noticiário das 23 horas, que era o último noticiário do dia. E o locutor era o Marco Antônio França, na época. E como era de praxe também, eu deixei o noticiário na mesa da redação para a repórter no dia seguinte, normalmente aproveitava alguma coisa daquele noticiário. E a repórter do dia seguinte que estava de plantão era a *Rô (Rosângela Conradi)*. E ela aproveitou parte do noticiário, inclusive dessa matéria e reproduziu também. E quem era o coordenador do Jornalismo da rádio, era o *Hugo, o Hugo Almeida*. Que não tava lá. Ele tava de folga no fim de semana. Então acabou que no final das contas, a gente, logo que começaram as investigações da Polícia Federal, logo depois, a Rádio e o Jornal mandaram todo mundo embora. Mandaram o Gutemberg, que tinha produzido a matéria no sucursal, eu, a Rosângela, o Hugo que nem tava lá, foi mandado embora também, o locutor da noite, o Marco Antônio foi mandado embora e o locutor da manhã do dia seguinte foi mandado embora também que era o João Bosco. Demissão em Massa.

Edison: 6 pessoas?

Juranir: Gutemberg, eu, Ro, Hugo e os dois locutores.

Dalmir: Gutemberg como era o nome dele?

Juranir: *Gutemberg Mota Silva*.

Edison: 7 pessoas.

Juranir: Não 6, do grupo JB. Dois locutores, nós três e mais o Gutemberg.

Voz Feminina: Ele era?

Juranir: Ele era repórter, chefe de reportagem da sucursal do JB.

Voz Feminina: A Rosangela, você e tinha mais algum repórter?

Juranir: Hugo.

Voz Feminina: Hugo o que?

Juranir: Hugo Almeida.

Voz Feminina: Ele era repórter também?

Juranir: Ele era coordenador do Jornalismo. E eu e a Rô éramos repórteres.

Samuelito: Ele tava de folga.

Juranir: Estava de folga, nem estava lá. Não, e os dois locutores que leram a notícia, só leram (risos).

Rogério: Mas quem? Mandaram demitir você? Alguém do Exército.

Juranir: O negócio é o seguinte, o JB na época, o grupo JB tava na disputa pela concessão de um Jornal de Televisão, foi a manchete depois. Então para lavar as mãos, dizer que não teve nada com isso, mandou todo mundo embora. Logo que começaram as investigações.

Samuelito: Corria risco com isso de algumas coisas.

Juranir: Nem sei se corria, quis ficar de bem com o governo não ter nada com isso. Foi coisa dos repórteres responsáveis lá que fizeram isso, pois é alguma coisa nesse sentido, né? E aí fomos dispensados logo em seguida, antes mesmo de começar o processo, antes mesmo de a gente começar a ser ouvido, antes mesmo de ser instaurado o processo, o inquérito. E eu achei, pois é, todo mundo achou uma atitude sacana do jornal, invés de defender a gente, botou todo mundo no olho da rua. E a sorte nossa, que o sindicato entrou para defender a gente, contratou advogado, deu toda a assistência, o sindicato, que a gente teve todo apoio do sindicato, de colegas amigos.

Edison: Era o Paulo Lotti, era?

Juranir: Era o Paulo Lotti, e no fim do processo...

Dalmir: E vocês foram processados pela polícia?

Juranir: Processados. A Polícia Federal abriu um inquérito e mandou o inquérito.

Dalmir: Mas era a Lei de Segurança Nacional.

Juranir: É Lei de Segurança Nacional, artigos, acho, que 36 e 42. Eu tenho até as anotações ali, se vocês quiserem depois. E esses artigos, a gente foi incluso nesses artigos, e isso podia dar uma pena de até 12 anos de prisão. De 1 a 12 anos. E esse inquérito foi mandado para Juiz de Fora, para 4ª região militar, auditoria da 4ª região militar, e aí depois a gente foi ouvido lá, a gente foi chamado para ir lá, e a gente foi assim indiciado formalmente pela Lei de Segurança Nacional.

Edison: Quem foi o advogado de vocês?

Juranir: Foi, acho que o *Antônio Augusto Mercedes de Moreira*, que foi o advogado que o sindicato contratou.

Dalmir: Vocês chegaram a ter que ir a Juiz de Fora?

Juranir: Fomos lá fazer o depoimento.

Samuelito: Foram várias vezes.

Juranir: Fizemos um depoimento, fizemos esse depoimento primeiro lá, que fomos chamados, durou 4 horas, esse depoimento.

Dalmir: Todos os seis?

Juranir: Os seis, os quatro do jornal do Brasil e da rádio, mais o Samuelito e o Márcio Dotti.

Samuelito: E mais o locutor?

Juranir: Não, porque eles não foram indiciados não, eles foram como testemunhas. A gente ficou um tempo desempregado, eu, Hugo, a Rô e o Gutemberg. A rádio não demitiu vocês. E depois eu consegui emprego no *Diário do Comércio*, o Edson tava lá, o *Edson Tildo, Ronaldo Souza, João Rafael*, quer dizer, tinha uma turma de amigos e sindicalistas, pessoal que estava dentro do sindicato. Então assim consegui emprego depois no *Diário do Comércio*.

Rogério: Quanto tempo você ficou sem emprego?

Juranir: Não lembro direito não. Acho que comecei no Dário do Comércio em 81, mas eu não lembro assim direito. Mas como o Samuelito estava lembrando, foi um período assim de muita tensão para a gente porque foi um ano e meio assim de depoimento aqui, ali todo dia. Depois na fase de depoimento das testemunhas de defesa a gente tinha que ir lá todo dia também e aquele mesmo processo.

Dalmir: Em Juiz de Fora?

Juranir: Não aqui em Belo Horizonte.

Edison: Eu creio que a, pelo depoimento que ouvi de você, a Rô era muita insegura e ela sofreu muito mesmo, ela sofreu muito mesmo pessoalmente.

Juranir: Sofreu.

Dalmir: Em Juiz de fora você foi uma vez?

Juranir: Eu lembro da gente ter ido além do julgamento, da sessão de julgamento final, eu lembro da gente ter ido uma vez para fazer esse depoimento lá.

Samuelito: Eu lembro que toda vez que era chamado um, todo mundo tinha que ir, todos que estavam envolvidos no mesmo processo.

Juranir: É, mas eu acho que a maioria foi aqui. Em Juiz de Fora para gente instaurar inquérito...

Samuelito: Eu fui lá três vezes a Juiz de fora, fui lá três vezes.

Juranir: Foi três? Eu acho que fui uma e depois a outra.

Samuelito: Depois, a outra, aí é uma no meio que tive problema lá.

Juranir: Pode ser que eu esteja enganado, mas a Rô ficou, eu fiquei muito tenso, também na época, Hugo Também.

Edison: Ela aparentava. Aí eu gostava nem de conversar sobre isso.

Juranir: A Rô né?

Edison: É.

Juranir: Uhum. Era um período muito difícil.

Samuelito: Ah! E eu depois, eu cheguei a ter um problema na própria rádio *Itatiaia* e lá tinha muito pessoal muito ligado à polícia. E lá na rádio *Itatiaia* tinha muito repórter ligado à polícia. Então tinha um deles, acho que me encontrou na porta e não queria me deixar entrar. Você não entra aqui!

Dalmir: Era repórter?

Samuelito: Era repórter da rádio, repórter policial. Você não entra aqui, você é comunista, você sujou o nome da família *Itatiaia* e não sei o que. E queria me... (*sons de mãos imitando socos*). Não vou falar o nome dele acho que ele já até faleceu.

Dalmir: A, é bom falar.

Samuelito: Não.

Dalmir: Que isso, que isso não pode é comissão da verdade. (risos). A gente pode até não emitir no relatório. Mas a gente tem que saber.

Samuelito: Ele tem razão foram problemas assim...(Período sem gravação)

Juranir: E... Enfim.

Rogério: Então é isso mesmo. O processo durou mais ou menos um ano e meio, e vocês foram juntos lá para Juiz de Fora?

Juranir: Todo mundo junto. O julgamento durou acho que 9 horas.

Edison: E todos inocentados assim?

Juranir: Todos inocentados.

Samuelito: É! Nós fomos julgados pelo *Conselho Militar da Aeronáutica*, que era o mais, era o mais tranquilo. Porque se fosse o exército, o *Conselho Militar do Exército*... É que eles faziam sorteio entre eles, no julgamento. Era *Conselho Militar do Exército*, *Conselho Militar da Aeronáutica*, *Conselho Militar da Marinha*. E nós caímos no *Conselho Militar da Aeronáutica*. Acredito que próprio advogado, tava torcendo na época para gente cair no *Conselho Militar da Aeronáutica*, que era um pessoal mais cabeça, entendeu? Aí, nós fomos inocentados.

Juranir: É, mas foi aquele negócio, assim, que a gente não tinha nenhuma certeza disso. Porque essa era um período ainda muito tenso.

Samuelito: No dia, no dia...

Dalmir: Como é que chama lá, Conselho?

Samuelito: Militar da Aeronáutica. No dia do julgamento o promotor, o cara lá que pediu a nossa prisão, ele pediu doze anos para todos nós. Ele pediu 12 anos de cadeia.

Dalmir: Quando foi esse julgamento? Foi que ano?

Juranir: 82.

Samuelito: 82.

Dalmir: Vocês tem a data?

Juranir: Foi em Março de 82.

Edison: Você é... Bom que você tem o documento aí?

Juranir: Tô.

Edison: O nome é Conselho Militar mesmo? Não é confusão não?

Samuelito: É Conselho Militar.

Juranir: Quer ver? Quer ver, é tem aqui.

Edison: É porque aí dá certeza né, Juranir?

Juranir: É, não aqui tem, tem tudo aqui.

Dalmir: Tem jeito de nós tirarmos um Xerox aí?

Juranir: Héin?

Dalmir: Tem jeito da gente tirar um Xerox?

Juranir: Claro! Tem tudo aqui. Esse aqui eu trouxe até em ordem aqui. Essa aqui foi a notícia que eu fiz, depois um resumo do meu depoimento, depois as primeiras notícias que saíram sobre as demissões e sobre o indiciamento. Depois disso aqui foi o documento que mandaram para Juiz de Fora, falando o porquê que a gente tava sendo indiciado. Depois, isso aqui eram uns mandatos de, na época dos depoimentos, das...

Voz Feminina: Só um minutinho, segura assim para mim, chega mais para trás. Samuelito!

Samuelito: Você guarda tudo isso?

Juranir: Guardei, no dia que o Edson me falou, no dia que o Edson falou eu disse gente eu tenho isso guardado em algum lugar, eu fui procurar.

Samuelito: Eu só tenho, eu só tenho os negócios do jornal.

Juranir: Aí, umas notícias de jornal sobre o indiciamento. Depois umas notícias sobre os depoimentos do *Francelino* e do *Acílio Lara Rezende*, que era o diretor da sucursal do JB na época.

Edison: Eles...

Juranir: Héin?

Edison: O Francelino também depôs com vocês?

Juranir: Depôs, foi ele até que...

Samuelito: Foi meu testemunho de defesa.

Juranir: Não, mas estava todo mundo junto. Eles até perguntaram, perguntaram para ele na época se ele conhecia todos os jornalistas e tal, aí ele conhecia mais o Samuelito. Pois é! Uns mais, outros menos... (risos)

Samuelito: É mentiroso. (risos).

Juranir: É e aqui as notícias do julgamento, da absolvição.

Samuelito: Vamos ver se fala do Conselho aqui.

Juranir: É a o nome.

Samuelito: É.

Juranir: Quer ver... É Conselho Permanente...

Samuelito: Conselho de Justiça!

Juranir: Não, não quer ver é Conselho, aqui tem quer ver.

Samuelito: Deixa eu te ajudar.

Juranir: Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica.

Samuelito: Comissão Permanente de Justiça da Aeronáutica.

Juranir: Eu acho que é Conselho, eu acho que tá errado quer ver, tem em outro lugar.

Edison: Tem documento pessoal, não?

Juranir: Tem, tem quer ver.

Samuelito: Conselho Permanente de Justiça.

Edison: Conselho? Mas isso é jornal.

Juranir: Que às vezes sai de um jeito numa notícia, de uma para outra, mas... Conselho Permanente de Justiça.

Juranir: É, é aqui no documento deles, aqui ó. Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica

Edison: Da Aeronáutica né?

Juranir: É da Aeronáutica.

Dalmir: Conselho de Justiça?

Juranir: Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica da 4ª Região Militar.

Rogério: Isso aí se bobear é capaz de não conseguir ler nada.

Dalmir: A gente tira, tem lugar que eles tiram com mais tinta, fica meio escura a cópia, quando a gente lê... Aí gente vê com eles, como é que a gente vai fazer. Você tem recortes de jornais?

Juranir: Só uns poucos, mas esse aqui tá muito mais completo, muito mais completo. E aqui tem os nomes certinhos, das pessoas.

Samuelito: É tem tudo aqui, o meu nome inclusive, tá aqui, tudo aqui.

Dalmir: Juranir e Samuelito, vocês, depois disso, né? Ele ficou quase um ano desempregado.

Juranir: Eu não lembro foram vários meses, eu não lembro exatamente quanto não.

Edison: Você era casado?

Juranir: Era casado. Meu filho mais velho *Pedro* estava com três meses, e aquela coisa de cuidar do primeiro filho, pequeno e tal. E depois quando ele tinha... Mas durante o processo. Depois meu segundo filho, veio com diferença de um ano e quatro meses em relação ao primeiro, então assim, durante o julgamento minha mulher na época estava grávida ainda... Processo difícil também né? Complicado.

Samuelito: Eu perdi o casamento assim, em 84 eu fui casado, já vinha desgastando, desgastando. Mas graças a Deus, assim, a rádio me deu todo apoio, não, a rádio Itatiaia não demitiu ninguém. Também não tinha como demitir.

Edison: O que não houve na gestão do JB. Um apoio o outro penalizou.

Juranir: É não tiveram a mínima consideração, foi demissão sumária de todo mundo.

Edison: Justa causa?

Juranir: Não.

Edison: Pagaram os?

Juranir: Não, acho que sim. Eu nem lembro mais. (risos)

Edison: Essa causa é justa causa, né?

Rogério: Mesmo assim vocês podem até reivindicar viu?

Edison: Na comissão da Anistia, vocês podem reivindicar.

Samuelito: Depois que vocês publicarem o relatório da para pedir. Com relatório deles para pedir.

Edison: Pede consulta, vocês foram penalizados.

Rogério: É isso aí realmente.

Dalmir: É ele, 20 anos depois, mais de 20 depois né?

Juranir: 30 anos.

Dalmir: É, 30 depois, estava lá a ficha dele constando o processo. Você também?

Juranir: Não, não sei.

Samuelito: Nunca pegou um atestado, né? (risos).

Juranir: Não, não lembro de ter tido essa...

Dalmir: Bom, além desse acontecimento, assim, houve acusação o que? Que vocês eram membros do partido, estavam fazendo isso como membros do partido?

Juranir: Não, eu não, não era, era jornalista.

Edison: Samuelito já devia ter culpa no cartório, né?

Samuelito: Não, não tinha não. Eu era, não era do PCB.

Edison: Era do PCB, já?

Todos: Ai não, ai não. (risos)

Rogério: Mas o Jura não era nada não, né?

Juranir: Mas eu não tinha filiação partidária, agi como jornalista, né? Achei a notícia pertinente.

Edison: Foi da versão nacional do PC do B. A nota é da versão nacional do PC do B.

Juranir: A nota veio como Comitê Regional de Minas Gerais. Só que depois o noticiário até fala assim, que era uma nota supostamente do PC do B, tal, porque não tinha assinatura. Mas, estava lá: Comitê Regional do PC do B. E não vinha assinatura de ninguém, nome de ninguém.

Rogério: Mas não tinha mais censura prévia nessa época não?

Todos: Tinha.

Rogério: Ainda tinha?

Samuelito: Tinha, acabava em 85.

Edison: 80!

Juranir: Tinha. Figueiredo.

Dalmir: Na campanha pelas diretas a única rádio que pode cobrir o comício, foi a *Rádio Inconfidência*, e a *Rádio Itatiaia* falava: *Rádio Inconfidência* está dizendo isso, *Rádio Inconfidência* está dizendo aquilo.

Edison: Totalmente a ditadura acaba em 85.

Samuelito: Acabou em 85.

Rogério: Sim, mas a censura prévia ela teve um momento, ela acabou primeiro que a ditadura, primeiro que o regime militar.

Dalmir: A censura prévia existiu, a censura prévia era não publique nada, isso foi do período *Geisel*, ainda.

Samuelito: Não tinha mais.

Voz Feminina: É mais teve um período em que era, havia uma autocensura, das emissoras, por causa do temor de ser enquadrado pela lei.

Dalmir: A Lei de Segurança Nacional ela foi atualizada, em 89, 67, 69 e 82 e depois em 83, foi pior ainda a de 83.

Edison: A censura existia, ela não era prévia, existia. Por causa desses textos, jornais.

Dalmir: Foi muito censurado até as diretas.

Samuelito: Eu acho que a censura prévia acabou na época da Anistia, da Anistia, acho que foi em 79. Censura prévia acabou em 79. Censura prévia.

Edison: Ela foi, foi retirada assim, mas havia essa censura não foi acabada.

Voz Feminina: Mas havia essa situação em que as emissoras não ficavam saindo divulgando por causa da lei que ainda existia.

Samuelito: Prova disso é esse processo aí que...

Voz Feminina: É vocês foram processados.

Samuelito: Processo movido contra nós é em 80. E isso é uma censura.

Edison: É censura isso mesmo. E a censura prévia ela não é uma instituição, é uma prática. Baseado na lei que estabelece a censura você tinha a censura prévia. Então eles foram retirando aqui, botavaé onde eu vi aqui. Mas a censura só foi com a revogação da revolução constitucional.

Juranir: Porque tinha essa época o pessoal presente nas redações mesmo, de ler tudo antes.

Samuelito: Agora, hoje é o contrário, hoje acabou a censura política e tem a censura econômica.

Voz Feminina: Hoje censura política é exercida via censura econômica.

Dalmir: Vocês tiveram mais colegas que foram pressionados, ou processados, ou perseguidos?

Samuelito: Nessa situação foram só esses citados mesmo.

Juranir: Mas acaba que tem um efeito colateral, aí, que mexe com todo mundo que está em volta, né? Porque, né?

Samuelito: É tem essa repercussão, né?

Juranir: Porque todo mundo em volta fica cabreiro. Isso pode acontecer comigo também, é aquela coisa da, aquela coisa da...

Samuelito: É paranoia coletiva, paranoia coletiva

Juranir: Mas da repressão mesmo.

Samuelito: O engraçado que desse pessoal que estava envolvido no processo, o Gutemberg, outro cara não queria seguir a carreira.

Juranir: O Gutemberg ficou super desiludido, porque ele tinha muito tempo de JB. A gente tinha menos tempo, estávamos na rádio JB era pouco tempo. Mas o Gutemberg tinha muito tempo e era um repórter dedicado, exemplar, não sei o que, ele tinha muito tempo de JB. Pois ele ficou tão decepcionado que abandonou a carreira. Foi fazer direito.

Edison: Ele trabalhava no que quando ele fazia direito?

Juranir: Você ta falando na época?

Edison: É porque ele tinha que ganhar dinheiro.

Juranir: Não sei Edson.

Edison: Eu sei que ele fez direito, que ele gosta de direito, eu sei. Ele fez concurso para Juiz , passou. Foi para Brasília, né, nesse período.

Juranir: É ele andou rodando.

Edison: Ele é desembargador?

Samuelito: Virou desembargador, antes de aposentar.

Dalmir: Ele é desembargador da Justiça do Trabalho, da justiça...

Samuelito: Eu não sei onde ele atua.

Edison: Atua mais não.

Samuelito: Já aposentou.

Edison: E o Márcio Dotti?

Samuelito: Continua na coordenação de jornalismo, chefia de reportagem da...

Rogério: Eu conversei com a secretária dele, ela ficou de falar com ele, tal, mas ela não me deu retorno. Mas ela falou que talvez daria sinal, mais para frente. Daí eu fiquei aguardando retorno dele... Depende da vontade dele também de querer falar, né? Disposição. Disponibilidade até tem. E essa moça mesmo ela está viva, sim?

Juranir: Rosângela faleceu.

Edison: Ela morava em São Paulo?

Samuelito: Ela estava no SBT ,em São Paulo.

Juranir: Ela estava em São Paulo na época, né? Faleceu. Ela esteve em Brasília, depois em São Paulo, uma época estava em São Paulo.

Juranir: Oh, Samuelito! Mas você ta lembrando do pessoal do julgamento lá, tinha um temor muito grande da gente porque tinha um promotor lá que era terrível, um tal de Simião.

Samuelito: Ele era o promotor.

Juranir: Não, não foi ele não. Ele foi substituído no dia, ele não foi. Ele era terrível, assim ele era considerado assim, um cara terrível. Então assim, mas... Não sei se por conveniência ou se já viram que era para absolver, aí ele não presidiu o julgamento.

Rogério: O cara ia amenizar. Que o negócio não ia dar em nada.

Anexo 13 – Íntegra - Depoimento de Alberto Duarte

Para Alberto Duarte é importante não desligar os atentados contra jornais, contra jornalistas e contra o Sindicato dos Jornalistas, com outros atentados cometidos contra setores da sociedade civil que, como os jornalistas, foram e são comprometidos com a democracia e a justiça social.

A imprensa em Belo Horizonte durante o período da ditadura militar

Quero fazer uma referência do atentado ao show Medicina em 1965, dia 7 de novembro, pois o primeiro que eu tenho o dossiê dele. São várias e várias páginas de jornais. No Show Medicina, eles apagaram a luz, uma pessoa que estava na plateia pegou uma ampola de ácido sulfúrico e jogou no palco. Mas a ampola arrebentou antes e acertou o rosto, não vou lembrar bem o nome da pessoa, e pegou em outras pessoas. O Dops, logo de cara, tomou algumas providências e já prendeu estudantes que estavam assistindo à peça. Então, inclusive durante as apurações, os jornais, não sou eu, os jornais fizeram um comentário sobre o possível suspeito. E isso inclusive está no jornal. Por sinal, este outro que o jornal levanta o nome dele, é um advogado de renome na sociedade, muito conhecido. A Comissão da Verdade da OAB, como entrou neste assunto, eu não levantei o nome dele, é que pela primeira vez, vou dar a data do jornal que levantou isto e como a Comissão da OAB nunca levantou este nome e, por uma questão ética, nunca conversei com o presidente da AO sobre isto, também nunca tomei uma iniciativa. Mas, lendo as páginas aqui do jornal, hoje de manhã eu estava lendo, então dei o nome dele e eu vou falar o nome dele e vou citar jornal em que foi publicado. Eu só estava querendo pegar aqui a página que tenho específica sobre isto, que é mais direta e reta e fala sobre a menina que foi atingida pela ampola de ácido. A menina se chama Maria Terezinha, que cursa a quarta série ginásial do Colégio Sacre Couer, filha do médico Augusto César Vilela, residente à rua Sergipe, 294, foi atingida no rosto, recebeu uma pequena ampola de cima para baixo, logo se formou um pequeno tumulto. O nome dela completo é Maria Terezinha de Barros Veira, de 16 anos. Ela há muito tempo é casada com um conhecido nosso, pelo menos meu, eu não sei o nome dele, é irmão do Dom Serafim. Eles moraram muitos anos nos Estados Unidos e parece que agora voltaram. Ele foi inclusive técnico da seleção de futebol de salão.

Agora eu vou relatar os atentados à mídia, à imprensa. Vamos ver o dossiê que eu tenho. A primeira vítima dos atentados terroristas foi a sucursal do jornal “*Em Tempo*”, em Minas Gerais. Naquela é época eu era diretor da sucursal em Minas Gerais. Este atentado, inclusive, é bom fazer uma referência a esta matéria que foi publicada: “Presos denunciam 233 torturadores”. Esta matéria, como o jornal não era censurado, foi publicada. Ela saiu no número 17, de 26 de junho a 2 de julho de 1978, vejam bem. E o atentado foi em 26 de julho de 1978, praticamente 26 dias depois de publicada esta manchete. E foi a primeira vez que um jornal no Brasil publicou a relação dos torturadores. E é interessante salientar, segundo o jornal aqui, a denúncia foi feita dois dias antes do episódio em que apareceu morto o jornalista Vladimir Herzog, detido no 2º Exército, em outubro de 1975. Quer dizer este documento apareceu em outubro de 1975, mas só conseguimos publicar em 1978, praticamente três anos depois. Nenhum jornal do país ousou até hoje publicá-lo. Trinta e três presos políticos escreveram um documento minucioso relatando mais de 20 métodos diferentes de tortura aplicados neles próprios e deram nome aos bois, ao acusar 233 policiais como o delegado Sérgio Penido, Sérgio Paranhos Fleury, general Antônio Bandeira, o delegado mineiro Davi Arzan, o deputado arenista Ivair de Freitas Garcia, entre outros. Então, o primeiro atentado foi à sucursal daqui do jornal “*Em Tempo*”. No dia 28 de julho de 1978,

pela madrugada, aproximadamente à 1h, segundo relato posterior dos vizinhos, ocorreu o atentado. A porta central –são três portas de entrada – foi arrombada, praticamente todas as paredes, além das cadeiras e mesas, foram pichadas em spray vermelho e preto, com vários dizeres: “MAC + GAC, a volta será pior, entrei de sola e volto”. E outras frases. Foram roubados máquinas e documentos diversos, mimeógrafos e uma calculadora eletrônica, papéis diversos. No próprio dia do atentado, por volta das 10 horas da manhã, dois soldados da Polícia Militar, dizendo ter recebido ordens, compareceram à sucursal. Como não havia sido chamada a polícia até aquele momento, eles não quiseram se identificar e nem identificar quem dera aquela ordem e foram dispensados. Mais ou menos uma hora depois, uma pessoa, dizendo-se da Polícia Federal, procurou a sucursal. Também recusou-se a se identificar. Não foram respondidas suas perguntas. A pessoa saiu da sucursal num Opala preto, chapa branca, placa BS 1324 BH-Minas Gerais. Mais ou menos duas horas após, chegou uma pessoa, que se dizia do Serviço de Informação do Exército e apresentou carteira com o nome de Eustáquio Ferreira. Dizia estar ali em nome do coronel e que o governo não tinha nenhuma responsabilidade pelo atentado, principalmente neste período de abertura política e às vésperas das eleições. Informou haver estado na Polícia Federal e que esta de nada sabia. Perguntou o que havia sido roubado e os dizeres da pichação, do que foi informado. Referindo-se a um atentado ocorrido mês antes no DA da Medicina da UFMG, insinuou que havia sido os autores, buscando publicidade. Segundo ele, tal informação fora prestada por informante do seu serviço na própria faculdade. Insinuou também que podia ser coisa de ex-agente ou “do que vocês jornalistas chamam de repressão”, fazendo questão de ressaltar, no entanto, de que não havia

nenhuma uma orientação oficial neste sentido. No dia 4 de agosto de 1978 foi pedida a abertura de inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal. Nenhuma providência foi por eles tomada até agora, o que consta quando saiu este dossiê.

Agora eu vou falar sobre o que nós consideramos o atentado ao jornal “De Fato”. “Às 7h45 do dia 29 de julho deste mesmo ano, 1978, o editor responsável do jornal De Fato, Aloísio Morais Martins, foi acordado com a chamada telefônica em que um homem com voz grossa perguntava de onde estava falando. Ao ser informado que se tratava da redação do jornal, a voz que não se identificou começou a falar repetidamente que ‘os próximos serão vocês’. Na véspera havia ocorrido a invasão do sucursal do semanário Em Tempo, em Belo Horizonte, o que caracterizava o telefonema como ameaça. Desligado o telefone, aproximadamente uma hora mais tarde, Aloísio, que mora nas instalações do jornal, recebeu novo telefonema com as mesmas ameaças, desta vez feitas por pessoa que procurava disfarçar sua voz de forma efeminada. O fato foi levado ao conhecimento da imprensa falada e escrita na mesma manhã e momentos depois o jornal recebia solidariedade de diversas pessoas e entidades da cidade. Dias antes, e depois destas ameaças, foram notadas presenças de pessoas estranhas rondando a sede do jornal durante a noite.”

O segundo atentado à sucursal do jornal “Em Tempo”, em 18 de agosto de 1978. Estavam à frente do jornal Aloísio Marques, Antônio Helder, Antônio Jorge Pereira, Fábio Andrade, Fábio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luís Landau, Raul Pont, Robson Soares, Sérgio Carvalho, Marco Aurélio Garcia, Marcele Beraba, Paulo Cavalcanti, Elber Sader. Os suplentes eram Sandra Starling, Lucia Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo e Paulo Rodrigues. Os diretores eram Fábio Andrade, diretor-presidente, José Luís Landau e Robson Soares, Ricardo Tibúrcio e Marco Aurélio Garcia. O editor-geral era o Ricardo Tibúrcio. A sucursal de Belo Horizonte era na Rua Bernardo Guimarães, 1884, onde aconteceram os atentados, o telefone era 335-7773.

Alberto Duarte sou eu, chefe da sucursal. Edgard da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélío Fabiano dos Santos, Maurício Coutinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling e João Batista dos Mares Guia. A secretária era Marisa Araújo e Amarildo cuidava da administração.

“No dia 18 de agosto de 1978, a sucursal do jornal ‘Em Tempo’ sofreu novo atentado, desta vez muito mais violento. Segundo informações posteriores dos vizinhos, entre 2h45 e 3 horas da madrugada a sucursal foi invadida e colocaram uma bomba sob ou sobre a mesa da sala de redação, que ao explodir destruiu a própria mesa, uma máquina de escrever, os vidros da janela, a persiana, a luminária e perfurou o teto e todas as paredes laterais. Além de danificar papéis e documentos ali existentes. Todas as portas de todas as dependências foram danificadas, ao que parece com instrumentos, umas mais outras menos, sendo que duas ficaram completamente destruídas. Uma janela que dá para a entrada da sucursal também foi arrombada. Um veículo estacionado em frente teve seu vidro lateral traseiro danificado. Foram roubados vários documentos. Um dos vizinhos que chamou a rádio-patrolha, por volta das 3 horas da manhã. A polícia esteve no local desde esta hora até, aproximadamente, 9 horas da manhã, sem a presença de qualquer uma das pessoas da sucursal. Aliás, a primeira empregada da sucursal a chegar ao local foi impedida de entrar e os policiais se negaram a dizer o que a perícia estava levando. Eles saíram portando embrulhos. Inclusive esta empregada da sucursal era a Marizinha, que foi funcionária ou é funcionária do PT municipal por muito tempo. Foram procurados o Dops e a Polícia Federal e ambos responderam que de nada sabiam. O delegado da Polícia Federal, Wilson Ramalho, afirmou que não realizava e nem realizaria perícia, por não ter equipamento para tanto. Pouco tempo depois disto, compareceram à sucursal dois agentes da Polícia Federal, o senhor Osmar e o senhor Taveira, que fizeram várias perguntas e anotaram o nome e endereço de três pessoas da sucursal. Disseram que nada sabiam para que fins seriam utilizadas as informações colhidas. Foi procurada a Polícia Militar e o capitão Gladstone informou que a PM estivera no local, guardando-o até por volta das 9 horas da manhã e que a perícia fora feita pelo Instituto de Criminalística. No instituto, o perito confirmou a informação, dizendo que eles apenas haviam levado estilhaços da bomba e que o laudo estaria pronto em 30 dias. No dia 22 de agosto de 1978, foi encaminhada ao excelentíssimo senhor secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais uma representação solicitando abertura de inquérito pelo órgão competente. Na mesma data foi encaminhado ao excelentíssimo senhor procurador-geral do Estado pedido de nomeação de um promotor para acompanhar o inquérito. Em 29 de agosto de 1978, pelo ofício número 421/78, de 25 de agosto de 1978, o excelentíssimo senhor procurador-geral do Estado comunicou a sucursal a nomeação de um promotor para acompanhar o inquérito. O dia 6 de setembro de 1978, o Instituto de Criminalística forneceu a cópia do laudo pericial referente ao atentado à bomba. Desde o último atentado, há policiamento policial nos seguintes horários: de 23 horas às 9 horas da manhã, de segunda a sábado; de 17 horas do sábado até 9 horas da manhã de segunda-feira, conforme pedido da sucursal e deferido pelo comandante do Policiamento da capital. A sucursal do ‘Em Tempo’ teve um prejuízo calculado em 200 mil cruzeiros na época.”

Agora sobre o “De Fato”: “Na madrugada do dia 2 de setembro de 1978, as ameaças ao jornal ‘De Fato’ vieram a ser concretizadas. Depois de arrombarem o cadeado do portão e uma das portas das instalações do jornal, os invasores roubaram aparelho telefônico, duas cadernetas com anotações de números de pessoas ligadas ao jornal, deixando em cima de um móvel um bomba semideflagrada, junto ao pé-de-cabra usado no

arrombamento e uma garrafa plástica contendo álcool. O aparelho de telefone, por medida de segurança, era sempre retirado do gancho, quando os membros do 'De Fato' deixavam a sua sede, impedindo, portanto, que ele fosse usado para saber se havia alguém presente. No dia da invasão, infelizmente, o telefone foi esquecido no gancho e Aloísio dormira fora. Ao tomar conhecimento do atentado, membros do jornal 'De Fato' comunicaram o fato à Polícia Militar e à Polícia Federal, tendo dois patrulheiros da primeira comparecido ao local, onde verificaram a ocorrência, fazendo as devidas anotações de praxe e convocando ao local a Polícia Criminalística, que enviou dois peritos, um deles de nome Alberto. O material da bomba foi recolhido e enviado para exames periciais, assim como o pé-de-cabra. Dias depois, o advogado Geraldo Magela de Almeida enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública solicitando abertura de inquérito sobre o caso a pedido da direção do jornal, e solicitando ainda policiamento para a sede do jornal. Até o presente momento, o jornal não foi notificado da efetivação as providências solicitadas."

Este dossiê na época, em 20 de setembro de 1978, foi assinado pelo Movimento Feminino pela Anistia, Dona Helena Greco; jornal "Em Tempo", eu assinei, Betinho Duarte; jornal "De Fato", Roseana Nicolau; Diretório Central dos Estudantes da UFMG, Cacilda de Carvalho; Geraldo Magela de Almeida, advogado; Núcleo de Padres pelos Direitos Humanos, frei Basílio Rezende; Igreja São Francisco das Chagas, Antônio Francisco, o vigário.

Sobre o "Jornal dos Bairros". Este documento foi assinado em 2 de maio de 1979 por Jorge Luís de Andrade, o Centro de Estudos do Trabalho, não sei, o Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (Getec), o Edson (Martins) pode dar uma olhada, e pelo "Jornal dos Bairros" foi a Stael Santana:

"Na madrugada de 1º de maio de 1979, no 'Jornal dos Bairros' foram roubadas quatro máquinas de escrever, uma calculadora Facit, um telefone, um mimeógrafo a álcool, três grampeadores, três tesouras, um rádio, mil exemplares do 'Jornal dos Bairros', blocos de notas fiscais em branco, blocos de recibo em branco, recibos batidos, dez caixas de arquivo, todo o arquivo de fotografia do acervo da empresa, caixa contendo material de artes gráficas para anúncios, 100 cadernos do CET (Centro de Estudos do Trabalho), dinheiro de venda de publicações e outras publicações."

Então isso aconteceu no 1º de maio de 1979. No outro dia foi no Getec

O terceiro atentado ao "Em Tempo". Este foi gravíssimo, inclusive nós temos aí a manchete. Vocês podem ver, por exemplo, número 23 do jornal "Em Tempo", as pichações que estavam na sucursal. MAC e GAC, aquela frase que eu falei: "*entrei de sola e volto*". Tudo denotado. É interessante que em cima tem um cartaz do Charles Chaplin. E outra frase: "*Estamos vivos e a volta será pior*". Então aqui temos as pichações: "*Voltaremos. GAC e MAC*". Recebemos o apoio de Barbosa Lima Sobrinho, da OAB, Alceu de Amoroso Lima, Dom Hipólito, que já havia sofrido um atentado, porque os atentados foram no Brasil inteiro, Fernando Henrique Cardoso, Arnaldo Gonçalves, que foi presidente da CPI. Este atentado foi, na verdade, eles jogaram mais de 10 litros de ácido sulfúrico em toda a sucursal. Nosso telefax, que era emprestado, ficou completamente destruído por ácido sulfúrico. A edição é de 12 a 18 de junho de 1979. A chamada para a matéria até fala: "Atentado com 10 litros de ácido sulfúrico contra o Em Tempo. Mão estendida e o braço clandestino da repressão". Este atentado foi ultraviolento e destruiu completamente a sucursal. A bomba já tinha destruído e este aí destruiu completamente

a sucursal. Este atentado aconteceu no dia 8 de julho de 1979, esta edição saiu no dia 12 de julho. Esta edição já saiu denunciando o atentado terrorista à sede da sucursal.

O dossiê conta: “Na madrugada de domingo, no dia 8 de julho de 1979, a sucursal do jornal ‘Em Tempo’ sofreu o terceiro atentado em menos de um ano. Desta vez os terroristas utilizaram, ao que parece, chave falsa, uma vez que não se constatou nenhum sinal de arrombamento na porta principal, que foi encontrada apenas cerrada na manhã de domingo. Em todas as dependências da sucursal, os criminosos derramaram ácido sulfúrico em grandes quantidades, no chão, nas cadeiras, mesas e demais utensílios, papéis e documentos. Todas as máquinas de escrever, um aparelho de telex e todos os arquivos. Os terroristas chegaram ao requinte de barbárie de destruir com ácido coleções da revista ‘Veja’ e livros de consulta dos nosso arquivo e pesquisa. Inclusive, quando alugamos lá, a dona da casa, nós alugamos a parte de baixo e moravam pessoas em cima. Ela deixou um cofre que era muito pesado. Eles achando que o cofre era nosso também jogaram ácido no cofre inteiro. Um químico por nós consultado sobre os efeitos do ácido calculou entre 10 a 15 litros o total utilizado na sucursal. Para evitar o risco continuado dos efeitos do ácido e de sua ação tóxica sobre as pessoas, tivemos de lavar toda a sucursal, pisos, paredes e utensílios com água na proporção de três litros por litro de ácido. Foram 30 litros de água. Imediatamente após a constatação do atentado, no domingo, por volta das 10 horas da manhã, comunicamos o ocorrido a toda imprensa e solicitamos a presença da política técnica, que vistoriou o local e recolheu material para futura do laudo. Redigimos também uma nota oficial para a população e convocamos, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, uma reunião de entidades e toda a imprensa, às 14 horas, do dia 9 de julho de 1979. Então, houve um a reunião no sindicato de solidariedade ao jornal ‘Em Tempo’ para denúncias dos fatos e discussão de propostas. Estamos promovendo, diariamente, nas escadarias da Igreja São José, uma vigília, de 11 horas às 13 horas, com dupla finalidade: denunciar mais amplamente a violência de que fomos vítimas e a omissão e a cumplicidade do governo, uma vez que não tomou nenhuma providência quanto aos atentados anteriores. Nem mesmo o andamento do inquérito nosso, requerido no ano passado. E angariar fundos para reconstrução do jornal.”

Atentados ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais:

“Em 30 de abril de 1979 houve um atentado, sendo invadido o sindicato e arrebatado o cofre, com a destruição de vários documentos importantes.”

“Em 27 de junho de 1980, às vésperas da visita do papa João Paulo II a Belo Horizonte, outra bomba explodiu no Sindicato dos Jornalistas. Na ocasião, a capital vivia um período de agitação, com intensos movimentos estudantis, seguidos de atentados a bomba contra bancas de jornais. Na verdade tentando inviabilizar, também, a venda de nossos jornais da imprensa alternativa, eles passaram a queimar as bancas. Os atos terroristas eram reivindicados pelos grupos anticomunistas como o GAC e o MAC, além da TFP (Tradição, Família e Propriedade) eo CCC (Comando de Caça aos Comunistas). As bombas com alto poder explosão causavam danos e ameaçava a integridade física das pessoas inocentes. Havia ainda pichações, ameaças telefônicas e violação de correspondências. Em meio a este clima de tensão, um artefato foi jogado na porta do sindicato, causando danos e perplexidade. As paredes foram pichadas com as frases: ‘Casa de comunistas, a hora é chegada, fora comunistas e viva o papa anticomunista, este é um aviso à imprensa comunista’.”

“No ano de 1983, um arremedo de bomba foi deixado para o então presidente do sindicato, Tilden Santiago, quando recebia em sua sala dois membros do sindicato polonês. Um telefonema anônimo alertou o presidente para entrega da bomba, permitindo, assim, sua desativação. Os atentados da época eram planejados e executados por membros da extrema direita, entre os quais muitos policiais e pessoas ligadas à corporação.”

Com esse dossiê, está faltando do “Estado de Minas”. São 300 páginas. “Secretário afasta chefe do Deoesp da apuração”, isto saiu no “Estado de Minas” na terça-feira, dia 14 de março de 1985. Então ele afastou o João Reis das investigações. Aqui tem uma fotografia do ato de solidariedade, estão o Geraldo Melo, Dona Helena Greco, Nilmário Miranda, em 1995. Por isso que aconteceu, o “Estado de Minas” dava muita cobertura, o Vagner Seixas recebia telefonemas anônimos. Por isso que jogaram depois a bomba no “Estado de Minas”. Aqui por exemplo: “Estado de Minas”, 17 de março de 1995, “Comissões pedem investigação de 70 policiais”. Aqui tem a fotografia do Nilmário, este aqui, de 22 de março de 1995, a polícia faz retrato falado do atentado à OAB, em que acusaram o Hausten Mudado. O “Diário da Tarde”, de 24 de março de 1995: “Panfleto faz desafio e deputado descarta grupo radical”. Aqui está o panfleto: “Temos o direito, livre por lei, ou queremos retratação. Com explosão não para. Secretário pé-de-chinelo. Ou sai ou morre”, “Azeredo bambão, bomba já”.

O atentado terrorista do Sindicato dos Jornalistas: “Tenente conta a primeira lista”. “O portão do jardim do Sindicato dos Jornalistas não foi arrombado pelo autor do atentado à Casa do Jornalista, mas afastado pelo tenente Sávio, da Polícia Militar, primeiro policial a chegar ao sindicato depois da explosão da bomba. O policial estava investigando um assalto na região e, na hora da explosão, estava na rua Espírito Santo. Após verificar que não havia pessoa alguma na sede do sindicato, o tenente passou a vasculhar os destroços da destruição, causados pela explosão, à procura de estilhaços que pudessem ajudar na apuração do atentado. Em seguida ligou para o capitão Eid, do Esquadrão de Missões Especiais. Até cães farejadores foram usados para ajudar na investigação da composição da bomba. Antes da chegada do capitão, afirma o tenente que subiu até o segundo andar do prédio localizado no número 414 da avenida Álvares Cabral, onde a bomba quebrou os vidros da janela e furou parte do teto. Na subida da escada encontrou uma caixa de fósforo velha, peça considerada importante pela Polícia Civil e que, segundo os policiais civis, deveria ter sido deixada no local pelo tenente até a chegada dos técnicos em explosivos. Trata-se, de acordo com os técnicos, de peça fundamental para investigação do Instituto de Criminalística. Tudo indica que a bomba foi jogada em cima do telhado da Casa do Jornalista por alguém que se encontrava na avenida Álvares Cabral e não do segundo andar do prédio número 414, como se presumia inicialmente, uma vez que o portão que dá acesso ao prédio tem portão eletrônico e estava fechado na hora do atentado.” Depoimento de Alberto Duarte, Betinho Duarte, sobre atentados contra a imprensa em Belo Horizonte durante o período da ditadura militar

Quero fazer uma referência do atentado ao show Medicina em 1965, dia 7 de novembro, pois o primeiro que eu tenho o dossiê dele. São várias e várias páginas de jornais. No Show Medicina, eles apagaram a luz, uma pessoa que estava na plateia pegou uma ampola de ácido sulfúrico e jogou no palco. Mas a ampola arrebentou antes e acertou o rosto, não vou lembrar bem o nome da pessoa, e pegou em outras pessoas. O Dops, logo de cara, tomou algumas providências e já prendeu estudantes que estavam assistindo à peça. Então, inclusive durante as apurações, os jornais, não sou eu, os jornais fizeram um comentário sobre o possível suspeito. E isso inclusive está no jornal. Por sinal, este outro que o jornal levanta o nome dele, é um advogado de renome na sociedade, muito conhecido. A Comissão da Verdade da OAB, como entrou neste assunto, eu não

levantei o nome dele, é que pela primeira vez, vou dar a data do jornal que levantou isto e como a Comissão da OAB nunca levantou este nome e, por uma questão ética, nunca conversei com o presidente da AO sobre isto, também nunca tomei uma iniciativa. Mas, lendo as páginas aqui do jornal, hoje de manhã eu estava lendo, então dei o nome dele e eu vou falar o nome dele e vou citar jornal em que foi publicado. Eu só estava querendo pegar aqui a página que tenho específica sobre isto, que é mais direta e reta e fala sobre a menina que foi atingida pela ampola de ácido. A menina se chama Maria Terezinha, que cursa a quarta série ginásial do Colégio Sacre Couer, filha do médico Augusto César Vilela, residente à rua Sergipe, 294, foi atingida no rosto, recebeu uma pequena ampola de cima para baixo, logo se formou um pequeno tumulto. O nome dela completo é Maria Terezinha de Barros Veira, de 16 anos. Ela há muito tempo é casada com um conhecido nosso, pelo menos meu, eu não sei o nome dele, é irmão do Dom Serafim. Eles moraram muitos anos nos Estados Unidos e parece que agora voltaram. Ele foi inclusive técnico da seleção de futebol de salão.

Agora eu vou relatar os atentados à mídia, à imprensa. Vamos ver o dossiê que eu tenho. A primeira vítima dos atentados terroristas foi a sucursal do jornal “Em Tempo”, em Minas Gerais. Naquela é época eu era diretor da sucursal em Minas Gerais. Este atentado, inclusive, é bom fazer uma referência a esta matéria que foi publicada: “Presos denunciam 233 torturadores”. Esta matéria, como o jornal não era censurado, foi publicada. Ela saiu no número 17, de 26 de junho a 2 de julho de 1978, vejam bem. E o atentado foi em 26 de julho de 1978, praticamente 26 dias depois de publicada esta manchete. E foi a primeira vez que um jornal no Brasil publicou a relação dos torturadores. E é interessante salientar, segundo o jornal aqui, a denúncia foi feita dois dias antes do episódio em que apareceu morto o jornalista Vladimir Herzog, detido no 2º Exército, em outubro de 1975. Quer dizer este documento apareceu em outubro de 1975, mas só conseguimos publicar em 1978, praticamente três anos depois. Nenhum jornal do país ousou até hoje publicá-lo. Trinta e três presos políticos escreveram um documento minucioso relatando mais de 20 métodos diferentes de tortura aplicados neles próprios e deram nome aos bois, ao acusar 233 policiais como o delegado Sérgio Penido, Sérgio Paranhos Fleury, general Antônio Bandeira, o delegado mineiro Davi Arzan, o deputado arenista Ivair de Freitas Garcia, entre outros. Então, o primeiro atentado foi à sucursal daqui do jornal “Em Tempo”. No dia 28 de julho de 1978, pela madrugada, aproximadamente à 1h, segundo relato posterior dos vizinhos, ocorreu o atentado. A porta central – são três portas de entrada – foi arrombada, praticamente todas as paredes, além das cadeiras e mesas, foram pichadas em spray vermelho e preto, com vários dizeres: “MAC + GAC, a volta será pior, entrei de sola e volto”. E outras frases. Foram roubados máquinas e documentos diversos, mimeógrafos e uma calculadora eletrônica, papéis diversos. No próprio dia do atentado, por volta das 10 horas da manhã, dois soldados da Polícia Militar, dizendo ter recebido ordens, compareceram à sucursal. Como não havia sido chamada a polícia até aquele momento, eles não quiseram se identificar e nem identificar quem dera aquela ordem e foram dispensados. Mais ou menos uma hora depois, uma pessoa, dizendo-se da Polícia Federal, procurou a sucursal. Também recusou-se a se identificar. Não foram respondidas suas perguntas. A pessoa saiu da sucursal num Opala preto, chapa branca, placa BS 1324 BH-Minas Gerais. Mais ou menos duas horas após, chegou uma pessoa, que se dizia do Serviço de Informação do Exército e apresentou carteira com o nome de Eustáquio Ferreira. Dizia estar ali em nome do coronel e que o governo não tinha nenhuma responsabilidade pelo atentado, principalmente neste período de abertura política e às vésperas das eleições. Informou haver estado na Polícia Federal e que esta de nada sabia. Perguntou o que havia sido roubado e os dizeres da pichação, do que foi informado. Referindo-se a um atentado ocorrido mês antes no DA da Medicina da UFMG, insinuou que havia

sido os autores, buscando publicidade. Segundo ele, tal informação fora prestada por informante do seu serviço na própria faculdade. Insinuou também que podia ser coisa de ex-agente ou “do que vocês jornalistas chamam de repressão”, fazendo questão de ressaltar, no entanto, de que não havia nenhuma uma orientação oficial neste sentido. No dia 4 de agosto de 1978 foi pedida a abertura de inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal. Nenhuma providência foi por eles tomada até agora, o que consta quando saiu este dossiê.

Agora eu vou falar sobre o que nós consideramos o atentado ao jornal “De Fato”. “Às 7h45 do dia 29 de julho deste mesmo ano, 1978, o editor responsável do jornal De Fato, Aloísio Morais Martins, foi acordado com a chamada telefônica em que um homem com voz grossa perguntava de onde estava falando. Ao ser informado que se tratava da redação do jornal, a voz que não se identificou começou a falar repetidamente que ‘os próximos serão vocês’. Na véspera havia ocorrido a invasão do sucursal do semanário Em Tempo, em Belo Horizonte, o que caracterizava o telefonema como ameaça. Desligado o telefone, aproximadamente uma hora mais tarde, Aloísio, que mora nas instalações do jornal, recebeu novo telefonema com as mesmas ameaças, desta vez feitas por pessoa que procurava disfarçar sua voz de forma efeminada. O fato foi levado ao conhecimento da imprensa falada e escrita na mesma manhã e momentos depois o jornal recebia solidariedade de diversas pessoas e entidades da cidade. Dias antes, e depois destas ameaças, foram notadas presenças de pessoas estranhas rondando a sede do jornal durante a noite.”

O segundo atentado à sucursal do jornal “Em Tempo”, em 18 de agosto de 1978. Estavam à frente do jornal Aloísio Marques, Antônio Helder, Antônio Jorge Pereira, Fábio Andrade, Fábio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luís Landau, Raul Pont, Robson Soares, Sérgio Carvalho, Marco Aurélio Garcia, Marcele Beraba, Paulo Cavalcanti, Elber Sader. Os suplentes eram Sandra Starling, Lucia Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo e Paulo Rodrigues. Os diretores eram Fábio Andrade, diretor-presidente, José Luís Landau e Robson Soares, Ricardo Tibúrcio e Marco Aurélio Garcia. O editor-geral era o Ricardo Tibúrcio. A sucursal de Belo Horizonte era na rua Bernardo Guimarães, 1884, onde aconteceram os atentados, o telefone era 335-7773. Alberto Duarte sou eu, chefe da sucursal. Edgard da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélío Fabiano dos Santos, Maurício Coutinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling e João Batista dos Mares Guia. A secretária era Marisa Araújo e Amarildo cuidava da administração.

“No dia 18 de agosto de 1978, a sucursal do jornal “Em Tempo” sofreu novo atentado, desta vez muito mais violento. Segundo informações posteriores dos vizinhos, entre 2h45 e 3 horas da madrugada a sucursal foi invadida e colocaram uma bomba sob ou sobre a mesa da sala de redação, que ao explodir destruiu a própria mesa, uma máquina de escrever, os vidros da janela, a persiana, a luminária e perfurou o teto e todas as paredes laterais. Além de danificar papéis e documentos ali existentes. Todas as portas de todas as dependências foram danificadas, ao que parece com instrumentos, umas mais outras menos, sendo que duas ficaram completamente destruídas. Uma janela que dá para a entrada da sucursal também foi arrombada. Um veículo estacionado em frente teve seu vidro lateral traseiro danificado. Foram roubados vários documentos. Um dos vizinhos que chamou a rádio-patrolha, por volta das 3 horas da manhã. A polícia esteve no local desde esta hora até, aproximadamente, 9 horas da manhã, sem a presença de qualquer uma das pessoas da sucursal. Aliás, a primeira empregada da sucursal a chegar ao local foi impedida de entrar e os policiais se negaram a dizer o que a perícia estava levando. Eles saíram portando embrulhos. Inclusive esta empregada da sucursal era

a Marizinha, que foi funcionária ou é funcionária do PT municipal por muito tempo. Foram procurados o Dops e a Polícia Federal e ambos responderam que de nada sabiam. O delegado da Polícia Federal, Wilson Ramalho, afirmou que não realizava e nem realizaria perícia, por não ter equipamento para tanto. Pouco tempo depois disto, compareceram à sucursal dois agentes da Polícia Federal, o senhor Osmar e o senhor Taveira, que fizeram várias perguntas e anotaram o nome e endereço de três pessoas da sucursal. Disseram que nada sabiam para que fins seriam utilizadas as informações colhidas. Foi procurada a Polícia Militar e o capitão Gladstone informou que a PM estivera no local, guardando-o até por volta das 9 horas da manhã e que a perícia fora feita pelo Instituto de Criminalística. No instituto, o perito confirmou a informação, dizendo que eles apenas haviam levado estilhaços da bomba e que o laudo estaria pronto em 30 dias. No dia 22 de agosto de 1978, foi encaminhada ao excelentíssimo senhor secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais uma representação solicitando abertura de inquérito pelo órgão competente. Na mesma data foi encaminhado ao excelentíssimo senhor procurador-geral do Estado pedido de nomeação de um promotor para acompanhar o inquérito. Em 29 de agosto de 1978, pelo ofício número 421/78, de 25 de agosto de 1978, o excelentíssimo senhor procurador-geral do Estado comunicou a sucursal a nomeação de um promotor para acompanhar o inquérito. O dia 6 de setembro de 1978, o Instituto de Criminalística forneceu a cópia do laudo pericial referente ao atentado à bomba. Desde o último atentado, há policiamento policial nos seguintes horários: de 23 horas às 9 horas da manhã, de segunda a sábado; de 17 horas do sábado até 9 horas da manhã de segunda-feira, conforme pedido da sucursal e deferido pelo comandante do Policiamento da capital. A sucursal do 'Em Tempo' teve um prejuízo calculado em 200 mil cruzeiros na época."

Agora sobre o "De Fato": "Na madrugada do dia 2 de setembro de 1978, as ameaças ao jornal 'De Fato' vieram a ser concretizadas. Depois de arrombarem o cadeado do portão e uma das portas das instalações do jornal, os invasores roubaram aparelho telefônico, duas cadernetas com anotações de números de pessoas ligadas ao jornal, deixando em cima de um móvel um bomba semideflagrada, junto ao pé-de-cabra usado no arrombamento e uma garrafa plástica contendo álcool. O aparelho de telefone, por medida de segurança, era sempre retirado do gancho, quando os membros do 'De Fato' deixavam a sua sede, impedindo, portanto, que ele fosse usado para saber se havia alguém presente. No dia da invasão, infelizmente, o telefone foi esquecido no gancho e Aloísio dormira fora. Ao tomar conhecimento do atentado, membros do jornal 'De Fato' comunicaram o fato à Polícia Militar e à Polícia Federal, tendo dois patrulheiros da primeira comparecido ao local, onde verificaram a ocorrência, fazendo as devidas anotações de praxe e convocando ao local a Polícia Criminalística, que enviou dois peritos, um deles de nome Alberto. O material da bomba foi recolhido e enviado para exames periciais, assim como o pé-de-cabra. Dias depois, o advogado Geraldo Magela de Almeida enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública solicitando abertura de inquérito sobre o caso a pedido da direção do jornal, e solicitando ainda policiamento para a sede do jornal. Até o presente momento, o jornal não foi notificado da efetivação as providências solicitadas."

Este dossiê na época, em 20 de setembro de 1978, foi assinado pelo Movimento Feminino pela Anistia, Dona Helena Greco; jornal "Em Tempo", eu assinei, Betinho Duarte; jornal "De Fato", Roseana Nicolau; Diretório Central dos Estudantes da UFMG, Cacilda de Carvalho; Geraldo Magela de Almeida, advogado; Núcleo de Padres pelos Direitos Humanos, frei Basílio Rezende; Igreja São Francisco das Chagas, Antônio Francisco, o vigário.

Sobre o “Jornal dos Bairros”. Este documento foi assinado em 2 de maio de 1979 por Jorge Luís de Andrade, o Centro de Estudos do Trabalho, não sei, o Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (Getec), o Edson (Martins) pode dar uma olhada, e pelo “Jornal dos Bairros” foi a Stael Santana:

“Na madrugada de 1º de maio de 1979, no ‘Jornal dos Bairros’ foram roubadas quatro máquinas de escrever, uma calculadora Facit, um telefone, um mimeógrafo a álcool, três grampeadores, três tesouras, um rádio, mil exemplares do ‘Jornal dos Bairros’, blocos de notas fiscais em branco, blocos de recibo em branco, recibos batidos, dez caixas de arquivo, todo o arquivo de fotografia do acervo da empresa, caixa contendo material de artes gráficas para anúncios, 100 cadernos do CET (Centro de Estudos do Trabalho), dinheiro de venda de publicações e outras publicações.”

Então isso aconteceu no 1º de maio de 1979. No outro dia foi no Getec

O terceiro atentado ao “Em Tempo”. Este foi gravíssimo, inclusive nós temos aí a manchete. Vocês podem ver, por exemplo, número 23 do jornal “Em Tempo”, as pichações que estavam na sucursal. MAC e GAC, aquela frase que eu falei: entrei de sola e volto. Tudo denotado. É interessante que em cima tem um cartaz do Charles Chaplin. E outra frase: “Estamos vivos e a volta será pior”. Então aqui temos as pichações: “Voltaremos. GAC e MAC etc e tal”. Recebemos o apoio de Barbosa Lima Sobrinho, da OAB, Alceu de Amoroso Lima, Dom Hipólito, que já havia sofrido um atentado, porque os atentados foram no Brasil inteiro, Fernando Henrique Cardoso, Arnaldo Gonçalves, que foi presidente da CPI. Este atentado foi, na verdade, eles jogaram mais de 10 litros de ácido sulfúrico em toda a sucursal. Nosso telefax, que era emprestado, ficou completamente destruído por ácido sulfúrico. A edição é de 12 a 18 de junho de 1979. A chamada para a matéria até fala: “Atentado com 10 litros de ácido sulfúrico contra o Em Tempo. Mão estendida e o braço clandestino da repressão”. Este atentado foi ultraviolento e destruiu completamente a sucursal. A bomba já tinha destruído e este aí destruiu completamente a sucursal. Este atentado aconteceu no dia 8 de julho de 1979, esta edição saiu no dia 12 de julho. Esta edição já saiu denunciando o atentado terrorista à sede da sucursal.

O dossiê conta: “Na madrugada de domingo, no dia 8 de julho de 1979, a sucursal do jornal ‘Em Tempo’ sofreu o terceiro atentado em menos de um ano. Desta vez os terroristas utilizaram, ao que parece, chave falsa, uma vez que não se constatou nenhum sinal de arrombamento na porta principal, que foi encontrada apenas cerrada na manhã de domingo. Em todas as dependências da sucursal, os criminosos derramaram ácido sulfúrico em grandes quantidades, no chão, nas cadeiras, mesas e demais utensílios, papéis e documentos. Todas as máquinas de escrever, um aparelho de telex e todos os arquivos. Os terroristas chegaram ao requinte de barbárie de destruir com ácido coleções da revista ‘Veja’ e livros de consulta dos nosso arquivo e pesquisa. Inclusive, quando alugamos lá, a dona da casa, nós alugamos a parte de baixo e moravam pessoas em cima. Ela deixou um cofre que era muito pesado. Eles achando que o cofre era nosso também jogaram ácido no cofre inteiro. Um químico por nós consultado sobre os efeitos do ácido calculou entre 10 a 15 litros o total utilizado na sucursal. Para evitar o risco continuado dos efeitos do ácido e de sua ação tóxica sobre as pessoas, tivemos de lavar toda a sucursal, pisos, paredes e utensílios com água na proporção de três litros por litro de ácido. Foram 30 litros de água. Imediatamente após a constatação do atentado, no domingo, por volta das 10 horas da manhã, comunicamos o ocorrido a toda imprensa e solicitamos a presença da política técnica, que vistoriou o local e recolheu material para feitura do laudo. Redigimos também uma nota oficial para a população e convocamos, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, uma

reunião de entidades e toda a imprensa, às 14 horas, do dia 9 de julho de 1979. Então, houve um a reunião no sindicato de solidariedade ao jornal 'Em Tempo' para denúncias dos fatos e discussão de propostas. Estamos promovendo, diariamente, nas escadarias da Igreja São José, uma vigília, de 11 horas às 13 horas, com dupla finalidade: denunciar mais amplamente a violência de que fomos vítimas e a omissão e a cumplicidade do governo, uma vez que não tomou nenhuma providência quanto aos atentados anteriores. Nem mesmo o andamento do inquérito nosso, requerido no ano passado. E angariar fundos para reconstrução do jornal.”

Atentados ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais:

“Em 30 de abril de 1979 houve um atentado, sendo invadido o sindicato e arrebatado o cofre, com a destruição de vários documentos importantes.” “Em 27 de junho de 1980, às vésperas da visita do papa João Paulo II a Belo Horizonte, outra bomba explodiu no Sindicato dos Jornalistas. Na ocasião, a capital vivia um período de agitação, com intensos movimentos estudantis, seguidos de atentados a bomba contra bancas de jornais. Na verdade tentando inviabilizar, também, a venda de nossos jornais da imprensa alternativa, eles passaram a queimar as bancas. Os atos terroristas eram reivindicados pelos grupos anticomunistas como o GAC e o MAC, além da TFP (Tradição, Família e Propriedade) eo CCC (Comando de Caça aos Comunistas). As bombas com alto poder explosão causavam danos e ameaçava a integridade física das pessoas inocentes. Havia ainda pichações, ameaças telefônicas e violação de correspondências. Em meio a este clima de tensão, um artefato foi jogado na porta do sindicato, causando danos e perplexidade. As paredes foram pichadas com as frases: ‘Casa de comunistas, a hora é chegada, fora comunistas e viva o papa anticomunista, este é um aviso à imprensa comunista.’” “No ano de 1983, um arremedo de bomba foi deixado para o então presidente do sindicato, Tilden Santiago, quando recebia em sua sala dois membros do sindicato polonês. Um telefonema anônimo alertou o presidente para entrega da bomba, permitindo, assim, sua desativação. Os atentados da época eram planejados e executados por membros da extrema direita, entre os quais muitos policiais e pessoas ligadas à corporação.”

Com esse dossiê, está faltando do “Estado de Minas”. São 300 páginas. “Secretário afasta chefe do Deoesp da apuração”, isto saiu no “Estado de Minas” na terça-feira, dia 14 de março de 1985. Então ele afastou o João Reis das investigações. Aqui tem uma fotografia do ato de solidariedade, estão o Geraldo Melo, Dona Helena Greco, Nilmário Miranda, em 1995. Por isso que aconteceu, o “Estado de Minas” dava muita cobertura, o Vagner Seixas recebia telefonemas anônimos. Por isso que jogaram depois a bomba no “Estado de Minas”. Aqui por exemplo: “Estado de Minas”, 17 de março de 1995, “Comissões pedem investigação de 70 policiais”. Aqui tem a fotografia do Nilmário, este aqui, de 22 de março de 1995, a polícia faz retrato falado do atentado à OAB, em que acusaram o Hausten Mudado. O “Diário da Tarde”, de 24 de março de 1995: “Panfleto faz desafio e deputado descarta grupo radical”. Aqui está o panfleto: “Temos o direito, livre por lei, ou queremos retratação. Com explosão não para. Secretário pé-de-chinelo. Ou sai ou morre”, “Azeredo bambão, bomba já”.

O atentado terrorista do Sindicato dos Jornalistas: “Tenente conta a primeira lista”. “O portão do jardim do Sindicato dos Jornalistas não foi arrombado pelo autor do atentado à Casa do Jornalista, mas afastado pelo tenente Sávio, da Polícia Militar, primeiro policial a chegar ao sindicato depois da explosão da bomba. O policial estava investigando um assalto na região e, na hora da explosão, estava na rua Espírito Santo. Após verificar que não havia pessoa alguma na sede do sindicato, o tenente passou a vasculhar os destroços da destruição, causados pela explosão, à procura de estilhaços que pudessem ajudar na apuração do atentado. Em seguida

ligou para o capitão Eid, do Esquadrão de Missões Especiais. Até cães farejadores foram usados para ajudar na investigação da composição da bomba. Antes da chegada do capitão, afirma o tenente que subiu até o segundo andar do prédio localizado no número 414 da avenida Álvares Cabral, onde a bomba quebrou os vidros da janela e furou parte do teto. Na subida da escada encontrou uma caixa de fósforo velha, peça considerada importante pela Polícia Civil e que, segundo os policiais civis, deveria ter sido deixada no local pelo tenente até a chegada dos técnicos em explosivos. Trata-se, de acordo com os técnicos, de peça fundamental para investigação do Instituto de Criminalística. Tudo indica que a bomba foi jogada em cima do telhado da Casa do Jornalista por alguém que se encontrava na avenida Álvares Cabral e não do segundo andar do prédio número 414, como se presumia inicialmente, uma vez que o portão que dá acesso ao prédio tem portão eletrônico e estava fechado na hora do atentado.”

Anexo 12 -- Lista de Presos – DOPS 9 de julho de 1964 (1)			
	Preso	Motivo	Local
1.	Adão de Moraes Coutinho		
2.	Adão Fagundes de Aquino		
3.	Adilson Marques Guimarães		
4.	Adonel Almeida Silva		
5.	Agamenon José Siqueira		
6.	Alaercio Marcondes Monteiro		
7.	Albertino Daniel De Melo		
8.	Aldo José Sagaz		
9.	Alfredo Dias Sobrinho		
10.	Alfredo Soares da Cruz		
11.	Anélio Marques Guimarães		
	Anibal Torres Franco (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)		Neves
12.	Antonio Alfeu da Mata		
13.	Antonio Alves Assis Diniz		
14.	Antonio Alves Moreira		
15.	Antonio Anastácio Campos		
16.	Antonio Cornélio de Araujo		
17.	Antonio Cornélio de Oliveira		
18.	Antonio de Faria Lopes (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
19.	Antonio de Oliveira Lins		
20.	Antonio Holandino De Araujo		
21.	Antonio Pereira dos Santos		
22.	Antonio Ribeiro Romaneli (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
23.	Aristóteles dos Santos		
24.	Armando Ziller		
25.	Arthur Andrade		
26.	Artur de Aguiar Machado		
27.	Batista Faioli		
28.	Benigno Azevedo Leite		
29.	Bolivar Detalond Lopes (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
30.	Carício Oliveira (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
31.	Cássio Gonçalves		
32.	Clodesmidt Riani (prisão preventiva Juiz de Fora)	Preventiva	
33.	Custódio Resende E. de Paula (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
34.	Daniel Ângelo da Silva		
35.	David Custódio Silva		
36.	David Rodrigues Diniz		
37.	Dimas Danuniação Perrim		
38.	Domingos Ribeiro Viotti		
39.	Durvalino Teles Andrade		
40.	Edmur José Fonseca (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves

Anexo 12 -- Lista de Presos – DOPS 9 de julho de 1964 (2)

41.	Efrain José da Silva		
42.	Elias Andrade (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
43.	Eloy Alves de Freitas		
44.	Emilio Sávio Morais Lima		
45.	Estanislau Alkimin Magalhães		
46.	Euclides Diogo Sabará		
47.	Evagrio Torres De Oliveira		
48.	Expedito Evangelista de Andrade (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
49.	Fábio Faria Medeiros		
50.	Fausto de Almeida Drumond (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
51.	Francisco Farias Nascimento (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
52.	Francisco Lage Pessoa (Padre, prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
53.	Francisco Onofre Pereira		
54.	Gabriel José Pereira		
55.	Geraldo Antonio Pinto		
56.	Geraldo Ferreira Porto		
57.	Geraldo Rodrigues de Oliveira		
58.	Getulio Alves		
59.	Guy Afonso de Almeida Gonçalves (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
60.	Helcio Pereira Francês		
61.	Helí Gomes		
62.	Henrique Roberti Sobrinho (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
63.	Hércules de Oliveira Soares		
64.	Heredia Gomes (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
65.	Hernani Maia		
66.	Hilton Lobato		
67.	Humberto de Mattos Reis		
68.	Ibraim Gonçalves		
69.	Iracahy Soares Pita (prisão preventiva Presídio de Mulheres)	Preventiva	
70.	Ivan Otero Ribeiro		
71.	Jaime de Oliveira Correa (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
72.	Jerônimo Rodrigues De Lima		
73.	João Alves Rabelo		
74.	João Braz da Silva		
75.	João Candido dos Santos		
76.	João Cerqueira		
77.	João Firmino Luzia		
78.	João Leal		
79.	João Leocádio Filho		
80.	João Siqueira		
81.	João Sotero		
82.	Joaquim Baião Lima		
83.	Job de Paula Dias		

Anexo 12 -- Lista de Presos – DOPS 9 de julho de 1964 (3)

84.	Jofre de Almeida		
85.	José Alexandre		
86.	José Ayrton de Melo		
87.	José Batista Costa		
88.	José Boggione (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
89.	José Ciríaco Sampaio		
90.	José Costa		
91.	José da Silva Lima Filho		
92.	José Dalai Rocha		
93.	José de Souza Queiroz Filho		
94.	José Deusdedit		
95.	José do Carmo		
96.	José dos Santos		
97.	José Edgard Amorim Pereira (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
98.	José Geraldo		
99.	José Gomes Pimenta (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
100.	José Leocádio Filho		
101.	José Luiz dos Santos		
102.	José Luiz dos Santos		
103.	José Martins de Barros		
104.	José Mendes da Silva		
105.	José Pereira		
106.	José Santa Barbara Sá		
107.	José Vieira Lopes		
108.	Josman Bastos dos Santos		
109.	Jovelino Lopes dos Santos		
110.	Juvenal Pereira Couto Neto		
111.	Laércio Nonato da Silva		
112.	Lázaro Santos Rego		
113.	Lelio Fabiano Dos Santos		
114.	Liberato Antonio Vieira		
115.	Lindolfo Rodrigues Coelho		
116.	Luiz Edmundo Germano De Alvarenga (prisão em flagrante, Colônia Penal de Neves)	Flagrante	Neves
117.	Luiz Severiano Dos Santos		
118.	Manoel dos Santos		
119.	Manoel Soares Henriques		
120.	Marco Antonio Rodrigues Dias		
121.	Marcos Teixeira Polanski		
122.	Marcus Magalhães Rubinger		
123.	Mardem de Carvalho Belo		
124.	Maria Celeste Reis (prisão preventiva Presídio Feminino)	Preventiva	Neves
125.	Matias Gomes Barbosa		
126.	Maurílio Avelino de Oliveira		

Anexo 12 -- Lista de Presos – DOPS 9 de julho de 1964 (4)

127.	Militão Ferreira Dias		
128.	Moisés Paulino de Barros (prisão preventiva DVS / DOPS)	Preventiva	DVS / DOPS
129.	Nelson Ribeiro Mendes		
130.	Olimpio Martins Gonçalves		
131.	Orlando Correa de Sá Bandeira		
132.	Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior		
133.	Oswaldo Freire Campos		
134.	Oswaldo Barbosa		
135.	Oswaldo Marques Ladeira		
136.	Paulo Apgaua		
137.	Paulo Fernandes Soares de Oliveira		
138.	Paulo Geraldo Ferreira (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Neves
139.	Paulo Guilherme		
140.	Pedro Alcantara Macedo		
141.	Pedro Alves de Almeida		
142.	Pedro Paulo Rodrigues		
143.	Porfirio Francisco de Souza		
144.	Raimundo Gil da Silva		
145.	Raimundo Nonato Pereira		
146.	Randolfo Fernandes de Lima		
147.	Ricardo Prata Soares		
148.	Roberto Bizzoto		
149.	Roberto Canavarro Costa		
150.	Roberto Margonari (prisão preventiva Colônia Penal de Neves)	Preventiva	Uberlândia
151.	Rogério Costa Kindlé		
152.	Rufino da Silva Neto		
153.	Sebastião Araújo		
154.	Sergio Silva		
155.	Sinésio Lourenço Reis		
156.	Sinval de Oliveira Bampirra	Preventiva	DVS / DOPS
157.	Spyridon Harilao Douvakis		
158.	Teotônio Dos Santos Júnior		
159.	Tertuliano Ferreira dos Santos		
160.	Valadares Cordeiro de Avila		
161.	Vânia Cândida de Almeida Santayanna		
162.	Vicente Rosa de Abreu		
163.	Vital De Souza		
164.	Vitor Hugo De Almeida		
165.	Wagner Silva de Assis		
166.	Waldemar Jorge		
167.	Wander Campos		
168.	Walter de Oliveira Garrocho		
169.	Walter Romeiro Menese		
170.	Wenceslau de Oliveira Moraes		

Lista de mortos pela ditadura militar

1966 - 24/8: Morto o sargento Manoel Raimundo Soares, preso pela ditadura em 11/3/1966. Seu corpo aparece boiando no rio Jacuí-RS, com marcas de tortura.

1968 - 21/6: A Polícia Militar reprimiu passeata por verbas no Rio de Janeiro; 28 pessoas morreram durante 8 horas de conflito – entre eles, um policial militar. Esse episódio é conhecido como Sexta-feira Sangrenta. **1969 - 26/5:** Assassinado com requintes de crueldade o padre Henrique Pereira Neto, 28 anos, auxiliar de Dom Hélder Câmara na arquidiocese de Olinda e Recife, Pernambuco. **29/9:** Morto na tortura pela Oban-SP Virgílio Gomes da Silva, da ALN, que dirigiu o sequestro do embaixador dos EUA. **4/11:** Morto Carlos Mariguela, 57 anos, em armadilha do grupo do delegado Fleury, na al. Casa Branca, São Paulo. **21/11:** Torturado até a morte Chael Schreier, no Rio de Janeiro.

1970 - 16/1: Morto o jornalista e dirigente comunista Mário Alves, do PCBR, 47 anos, pelo DOI-Codi do Rio. A causa da morte é hemorragia provocada por empalamento com um cassetete. **1/5:** Preso e morto em São Paulo o militante operário Olavo Hansen. Ele foi achado morto 7 dias após sua prisão. **23/10:** Preso e morto Joaquim Câmara Ferreira, sucessor de Mariguela no comando da ALN. Ele foi levado ao sítio clandestino do del. Fleury em SP, sob violentas torturas, falece horas depois. **8/12:** Noticiada a morte de Eduardo Leite, o Bacuri. O militante da ALN, 25 anos, morreu na tortura. Seu corpo foi entregue com as orelhas decepadas, olhos vazados, dentes arrancados.

1971 - 20/1: Sequestrado e desaparecido Rubens Paiva, deputado cassado pela ditadura. O atestado de óbito saiu em 23/2/1996. **14/9:** Morto Stuart Angel após torturas no Cisa, base aérea do Galeão, Rio. **17/9:** Mortos o capitão guerrilheiro Carlos Lamarca e José Campos Barreto, também militante do MR-8. Após dias de caçada humana no sertão baiano, a repressão os encurralou e os executou a sangue-frio em Iupuiara. **1972 - 16/6:** Morta pelo Exército, Maria Lúcia Petit, aos 22 anos, com uma bala na cabeça. Ela foi a 1ª guerrilheira do Araguaia a ter seu corpo identificado, em 1996. Seus irmãos Jaime e Lúcio também morrem na guerrilha. **25/12:** Data provável do assassinato do dirigente do PCdoB e ex-deputado estadual Lincoln Cordeiro Oest, preso a 20/12, pelo DOI-Codi-RJ. **29/12:** Sete pessoas morreram em repressão que aniquilou bases do PCBR no Rio de Janeiro e em Recife-PE. **31/12:** Morto no 4º dia de tortura, no DOI-Codi-SP, Carlos Danieli, 43 anos, PCdoB. Ele escreveu na parede da cela: "Este sangue será vingado".

1973 - 10/1: Massacre da Chácara S. Bento: a equipe do delegado Fleury destruiu a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) em Paulista-PE, graças ao agente infiltrado cabo Anselmo. Entre os 6 mortos sob torturas está Soledad Viedma, paraguaia, 28 anos, grávida de 7 meses, do delator. **22/1:** Anunciada a morte da presa política Anátalia de Melo Alves, do PCBR. Órgãos repressivos de PE divulgaram a causa da morte como suicídio. **15/3:** Mortos em SP 3 membros da ALN. **17/3:** Morto Alexandre Vanuchi Leme, 22 anos, estudante de Geologia da USP, após 24 hs de torturas no DOI-Codi S. Paulo. **6/4:** A repressão anunciou a morte de Ronaldo Mouthr Queiroz, da ALN, em S. Paulo. **7/7:** Desaparecido José Porfírio de Souza, preso político, ex-líder da revolta camponesa de Trombas de Formoso-GO, entre os anos 1950-1960. **13/7:** Morto sob torturas no DOI-Codi de S. Paulo, Luís José da Cunha, 23 anos, da ALN. **10/10:** Morto o líder estudantil brasileiro Honestino Guimarães, 26 anos, presidente da UNE. Jurado de morte pelos órgãos repressivos, ele foi preso no Rio de Janeiro e desapareceu. Nos anos seguintes tornou-se, ao lado de Édson Luís, símbolo da resistência estudantil à ditadura. **25/12:** Morreram Maurício Grabois e um número de guerrilheiros que o Exército nunca revelou, em um ataque decisivo do Exército à Guerrilha do Araguaia, durante a 3ª campanha de aniquilamento.

1974 - 18/3: Preso, torturado e morto Davi Capistrado, membro do PC Brasileiro. **10/8:** Suicidou Frei Tito de Alencar, cearense, 28 anos, em Arbresle, França. Ele não suportou a carga do banimento e as sequelas das torturas ministradas pela equipe de Fleury na Oban-SP em 1969. **1975 - 25/10:** Torturado até a morte por asfixia, no Doi-Codi-SP, o jornalista da TV Cultura Wladimir Herzog, 38 anos. O Legista Harry Shibata atestou suicídio, sem ver o corpo. O assassinato provocou o 1º protesto de massas desde o AI-5, na missa de 7º dia.

1976 - 17/1: Morto sob tortura o metalúrgico Manuel Fiel Filho, ligado ao PC BRASILEIRO, no DOI-Codi-SP. Os protestos que se seguiram derrubaram do comando do 2º Exército o general Ednardo Dávila Melo, tido como pró-torturas, no bojo da crise aberta pelas mortes de Herzog e Fiel Filho. **14/4:** Morta Zuzu Algel, mãe de Stuart Algel, assassinado na tortura. A versão oficial, acidente de automóvel, foi desmentida em 1998. **22/8:** Morto Juscelino Kubitschek em acidente de carro na via Dutra, aos 74 anos. Ele havia recuperado seus direitos

políticos há dois anos antes de sua morte. A Comissão da Verdade concluiu em 2013 que não houve acidente de carro e afirmou que ele foi assassinado. 11/10: Baleado e morto o padre Burnier, da missão de S. Félix-MT, pela Polícia Militar de Mato Grosso. O povo revidou e arrasou a cadeia local no dia 20/10. 6/12: Morto na Argentina o ex-presidente João Goulart, aos 58 anos. A versão oficial de sua morte por ataque cardíaco ainda é investigada pela Comissão da Verdade. 16/12: Chacina da Lapa (São Paulo): Mortos dirigentes do PCdoB pelo 2º Exército. Pedro Pomar e Ângelo Arroio foram fuzilados, dentro de suas casas, e Batista Drumond morreu na prisão.

1979 - 1/5: Morto o mais célebre torturador da ditadura, Sérgio Fleury, em acidente no mar. Fala-se em "queima de arquivo". 30/7: Um morto e 50 feridos em greve de 80 mil pessoas da construção civil de Belo Horizonte-MG. 27/9: Morto o operário Guido León dos Santos pela Polícia Militar durante greve metalúrgica em Minas Gerais. 30/10: Morto a tiros pela Polícia Militar o líder operário católico Santo Dias da Silva, 37 anos, na metalúrgica Sylvania, São Paulo. Mais de 10 mil protestaram no enterro. **1980** - 6/6: Assassinado José Ribeiro, líder dos indígenas Apuriña. 21/7: Assassinado em Brasília Wilson Souza Pinheiro, sindicalista do AC, lutador em efesa dos camponeses. 27/8: Morta Lyda Monteiro da Silva por bomba colocada na sede da OAB-RJ. Outras bombas visaram a Câmara do Rio e o jornal Tribuna Operária.